



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO -UFRJ
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS -CFCH
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO - ECO

ANDREA CRISTIANA SANTOS

TRAVESSIAS COMUNICACIONAIS DE UM TIPÓGRAFO-JORNALISTA:
José Diamantino de Assis e as Tessituras do Moderno

RIO DE JANEIRO

2016

Andrea Cristiana Santos

TRAVESSIAS COMUNICACIONAIS DE UM TIPÓGRAFO-JORNALISTA:

José Diamantino de Assis e as Tessituras do Moderno

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Comunicação e Cultura.

Orientadora: Prof^a Dr^a Ana Paula Goulart Ribeiro

Rio de Janeiro

2016

S237

Santos, Andréa Cristiana Santos

Travessias Comunicacionais de um Tipógrafo-Jornalista:
José Diamantino de Assis e as Tessituras do Moderno.
242fl.

Orientador: Prof.^a Dra. Ana Paula Goulart Ribeiro.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro,
Escola de Comunicação, Programa de Pós-Graduação em
Comunicação e Cultura, 2016.

1. Imprensa – Brasil - História. 2. Jornalismo. 3.
Comunicação escrita. I. Ribeiro, Ana Paula
Goulart. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Escola de Comunicação.

CDD: 070.981

Andrea Cristiana Santos

Travessias Comunicacionais de um Tipógrafo-Jornalista:

José Diamantino de Assis e as Tessituras do Moderno

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura (PPGCOM) da Escola de Comunicação, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Comunicação e Cultura.

Aprovada em 27 de Abril de 2016.

Banca Examinadora

Prof^a Dr^a Ana Paula Goulart Ribeiro (orientadora)

Professora do PPGCOM - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof^a Dr^a Marialva Carlos Barbosa

Professora do PPGCOM da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Marco Antônio Roxo da Silva

Professor Doutor da Universidade Federal Fluminense – UFF

Prof. Dr. Luís Guilherme Pontes Tavares

Pesquisador Doutor Assembleia Legislativa do Estado da Bahia /
Associação Bahiana de Imprensa

Prof^a Dr^a Joëlle Rachel Rouchou

Pesquisadora Doutora Fundação Casa Rui Barbosa

Banca Examinadora – Suplência

Prof^a Dr^a Hérica Lene Oliveira Brito

Professor Doutora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB

Prof. Dr. Igor Pinto Sacramento

Pesquisador Doutor da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz-RJ

Aos juazeirenses;
Aos que chegaram e amam
esta cidade, às margens
do Velho Chico.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação Comunicação e Cultura, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, aos professores e ao corpo técnico da secretaria, especialmente Thiago Couto e Jorgina Costa, pelo apoio e gentileza;

Agradeço a minha orientadora Ana Paula Goulart Ribeiro, pela partilha teórica, pela generosidade ao compartilhar experiências e ensinamentos teóricos, e pela acolhida fraterna durante todo esse percurso;

Aos professores Marialva Barbosa pelo carinho e partilhas teóricas e afetivas; Marco Roxo, pelas contribuições ao estudo; Luís Guilherme Pontes Tavares e Joëlle Rachel Rouchou pela generosidade em aceitarem participar da banca e pelas contribuições ao estudo. À professora Suzy Santos, que acolheu, generosamente, este projeto de tese;

Agradeço a Rosy Luciane Costa, pela parceria imprescindível e acesso ao acervo documental da Fundação Museu Regional do São Francisco, e a Webster Morais, pela disponibilidade do arquivo da Câmara Municipal de Juazeiro;

Agradeço a Joston, Mary, Antônio Coelho e Ilber Assis, pelo acesso ao arquivo familiar;

Agradeço às amigas Alice Melo e Rachel Bertol, pelo carinho, acolhida e partilhas teóricas; a Vinícius Ribeiro, pelo apoio e amizade; e a Raquel Paiva, Igor Sacramento, Lara Linhares, Ítala Manduel, Fernanda Lima, Maria Lívia Roriz, Fernando Silva pelos encontros alegres e generosos durante essa caminhada.

Agradeço a Inês Guimarães pela revisão do texto e a Jean Carlos Côrrea, pela leitura atenta, comentário preciso e auxílio na pesquisa documental da pesquisa. A Emerson Rocha, Adzamara Amaral, Wllyssys Wolfgang pela pesquisa no arquivo dos jornais. Serei eternamente grata.

Aos amigos Márcia Araújo e Nivaldo, pelo apoio imprescindível e amizade fraterna. Aos amigos Lidmillie Castro, Inês Guimarães, Emerson Rocha, Jean Côrrea, Eneida Trindade, Patrícia Teles, pelo carinho, sinceridade e afetuosidade; a Graça Cavalcanti, Héliida Conceição, Emanuel Andrade e a Nilo Peçanha, pela generosidade nesta caminhada e o carinho compartilhado. Aos amigos-irmãos Jackelina Kern e Rogério Arthur Kern, pelo imenso carinho.

À Universidade do Estado da Bahia (UNEB), pela licença para o Doutorado e pela bolsa PAC.

A família Leal dos Santos, especialmente minha mãe Nininha e as irmãs Ana Claudia e Isabel Santos, por sustentarem o castelo de sonhos, pelo carinho e pelo amor. A família Leal Rodrigues, pela acolhida e carinho;

A Raphael Leal, pelo amor, paciência e generosidade. *Eu sem você, só sou desamor.*

“ (...) Evitem dizer que algumas vezes cidades diferentes sucedem-se no mesmo solo e com o mesmo nome, nascem e morrem sem se conhecer, incomunicáveis entre si. Às vezes, os nomes dos habitantes permanecem iguais, e o sotaque das vozes, e até mesmo os traços dos rostos; mas os deuses que vivem com os nomes e nos solos foram embora sem avisar e em seus lugares acomodaram-se deuses estranhos. É inútil querer saber se estes são melhores do que os antigos, dado que não existe nenhuma relação entre eles, da mesma forma que os velhos cartões-postais não representam a Maurília do passado, mas uma outra cidade que por acaso também se chamava Maurília”. Ítalo Calvino (1990)

RESUMO

SANTOS, Andrea C. Travessias comunicacionais de um tipógrafo-jornalista: José Diamantino de Assis e as tessituras do moderno. Rio de Janeiro, 2016. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016, 242 páginas.

Esta tese analisa a produção comunicacional de José Diamantino de Assis no período de 1932 a 1969, a fim de compreender como este mediador conseguiu transitar pelo universo de uma cultura popular e jornalística no contexto de modernização da imprensa brasileira. Como questão de pesquisa, investiga-se de que maneira a produção desse tipógrafo pode evidenciar circuitos de comunicação entre uma imprensa localizada no interior e de regiões centrais do país que passava por processos de modernização. A partir de uma abordagem da micro-história, foram investigados rastros, indícios e fragmentos presentes nos impressos, escritos memorialísticos e documentação oficial para reconstituir as tramas comunicacionais engendradas pelo tipógrafo e jornalista. Com esta pesquisa, pretende-se demonstrar a possibilidade de construção de uma história dos sistemas comunicativos por meio dos fragmentos, com ênfase na trajetória de um homem comum que se apropria da cultura letrada e dos dispositivos técnicos para produzir mediações junto aos leitores das cidades baianas de Juazeiro e Itiúba. Verifica-se que José Assis se utilizou de um capital cultural proporcionado pelo saber técnico e a difusão de aparatos tecnológicos como a prensa tipográfica para se constituir como um homem de imprensa, um jornalista, e expandir uma cultura letrada por meio de impressos satíricos, composições musicais, jornais informativos e segmentados. Essa travessia ocorreu concomitante aos processos de modernização da imprensa e foi atravessada por relações arcaicas, contradições e tensões do campo social, cultural e político.

Palavra-chave: História da imprensa; Jornalismo; Memória; Mediações; Fragmentos.

ABSTRACT

SANTOS, Andrea C. **Crossing communication from a journalist-typographer:** José Diamantino de Assis and construction of modern concepts. Rio de Janeiro, 2016. Thesis (PHD in Culture and Communication). Federal University of Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016. 242 páginas.

This thesis analyzes the communicational production of José de Diamantino de Assis in the period from 1932 to 1969 aiming to understand how this mediator could transpose the universe of a popular and journalistic culture in the context of the Brazilian press modernization. As a matter of research, it investigates how the production of this typographer could show communication circuits in a press located in the countryside and central regions of the country that was passing through modernization processes. From a approach from the micro-history. Traces, evidences and fragments contained in the printed material, memoirs and official documentation to reconstruct the communication plots engendered by typographer and journalist were investigated. This research is intended to demonstrate the possibility of building a communication systems history through fragments, with emphasis on the story of a common man who appropriates the literacy and technical devices to produce mediations with readers from cities in Bahia, Juazeiro and Itiúba. It is confirmed that José Diamantino de Assis made use of cultural capital provided by his technical knowledge and the dissemination of technological devices such as the printing press to be seen as a press operator, a journalist, and expand a literate culture through satiric printed, musical compositions, informative and targeted newspapers. This crossing happened along with the modernization processes of the press and was connected to the archaic relations, contradictions and tensions of social, cultural and political field.

Keywords: Press history; journalism; memoir; mediations; fragments.

RÉSUMÉ

SANTOS, Andrea C. **Traversees communicationnelles d'un typographe-journaliste**: José Diamantino de Assis et les tessitures du moderne. Rio de Janeiro, 2016. These (Doctorat en Communication et Culture). Université Fédérale de Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016, 242 páginas.

Cette thèse analyse la production communicationnelle de José Diamantino de Assis sur une période comprise entre 1932 et 1969, afin de comprendre comment ce médiateur a réussi à transiter par l'univers d'une culture à la fois populaire et journalistique, dans le contexte de modernisation de la presse brésilienne. L'enjeu est d'étudier comment la production de ce typographe a pu mettre en évidence des circuits de communication entre une presse de province et celle de la région centrale du pays, qui passait elle-même par un processus de modernisation. L'approche de la microhistoire a permis d'explorer des traces, des indices et des fragments présents dans les imprimés, écrits mémorialistiques et documents officiels, dans le but de reconstituer les trames communicationnelles engendrées par le typographe et journaliste. Cette démarche vise aussi à démontrer la possibilité de construction d'une histoire des systèmes communicatifs à travers des fragments, en mettant l'accent sur le parcours d'un homme ordinaire s'appropriant de la culture lettrée et des dispositifs techniques pour produire des médiations auprès des lecteurs de deux villes de l'Etat de Bahia- Juazeiro et Itiúba. On a donc pu examiner que José Diamantino de Assis a fait usage d'un capital culturel fourni par le savoir technique et par la diffusion des appareils technologiques tels que la presse typographique afin de se constituer comme un homme de presse, un journaliste et ainsi étendre une certaine culture lettrée par des imprimés satiriques, des compositions musicales, des journaux informatifs et segmentés. Cette traversée a eu lieu en concomitance avec les processus de modernisation de la presse et fut pénétrée de relations archaïques, de contradictions et de tensions du champ social, culturel et politique.

Mots-clefs : histoire de la presse ; journalisme ; mémoire ; médiation ; fragment.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Estação da Ferrovia Leste s/data

Figura 2: Edifício do Grande Hotel Lopes e Philarmônica Apollo. Acervo: *O Malho*, 1907.

Figura 3: Cais e entreposto comercial de Juazeiro-BA. Foto sem/data

Figura 4: *O Astro*. 28/08/1932, Fonte: Fundação Regional do São Francisco, Juazeiro-BA..

Figura 5: *O Pharol*, 8/11/1938. Acervo Museu do Sertão, Petrolina-PE.

Figura 6: *O Juazeiro*, Julho/1931; Fonte: Acervo da Associação Baiana de Imprensa, Salvador-BA

Figura 7: *O Éco*, 19/07/1933. Fonte: Instituto Geográfico Brasileiro da Bahia, Salvador-BA

Figura 8: *A Marrêta*, 2 de Julho de 1935. Fonte: Fundação Museu Regional do São Francisco, Juazeiro-BA.

Figura 9: *A Marrêta* e a cobertura de uma festa carnavalesca. Fonte: Fundação Regional do São Francisco. Juazeiro-BA.

Figura 10: Caricaturas sobre o conflito Ethiope-Italino. Fonte: Fundação Regional do São Francisco, Juazeiro-BA.

Figura 11: Capa da primeira edição de *O Banjo*, Fonte: Fundação Regional do São Francisco, Juazeiro-BA.

Figura 12: Edição de *O Banjo*, 1935. Fonte: Fundação Regional do São Francisco, Juazeiro-BA.

Figura 12: *O Banjo*, Ano XII, 1943. Fonte: Fundação Regional Museu do São Francisco, Juazeiro-BA.

Figura 13: *O Itiubense*, 4/04/1937. Fonte: Fundação Museu Regional do São Francisco, Juazeiro-BA.

Figura 14: *O Itiubense*, 14/03/1937. Fonte: Fundação Museu Regional do São Francisco, Juazeiro-BA.

Figura 15: José Diamantino de Assis. s/data. Acervo familiar Joston Assis.

Figura 16: Recibo pago a Gráfica de *O Juazeiro*. Fonte: Acervo Liga Desportiva Juazeirense, Fundação Museu Regional do São Francisco, Juazeiro-BA.

Figura 17: Recibo pago a Gráfica Assis. Fonte: Acervo Liga Desportiva Juazeirense, Fundação Museu Regional do São Francisco, Juazeiro-BA.

Figura 18: *O Esporte*, 20/10/1946. Fonte: Fundação Museu Regional do São Francisco, Juazeiro-BA.

Figura 19: *O Esporte*, 11/02/1969. Fonte: Fundação Museu Regional do São Francisco, Juazeiro-BA.

Figura 20: *O Sertão*, 30/10/1947. Fonte: Fundação Museu Regional do São Francisco, Juazeiro-BA.

Figura 21: *O Sertão*, 21/12/1947. Fonte: Fundação Museu Regional do São Francisco, Juazeiro-BA.

Figura 22: *O Sertão*, 27/07/1947. Fonte: Fundação Museu Regional do São Francisco, Juazeiro-BA.

Figura 23: *A Voz do São Francisco*, Julho/1931; Fonte: Associação Baiana de Imprensa, Salvador-BA

Figura 24: *A Tribuna do Povo*, 11/10/1957. Fonte: Fundação Museu Regional do São Francisco, Juazeiro-BA.

Figura 25: Logotipo definitivo de *A Tribuna do Povo*, edição 29/09/1957. Fonte: Fundação Museu

Regional do São Francisco, Juazeiro-BA.

Figura 26: Vista da ponte Presidente Eurico Gaspar Dutra, tendo a cidade de Petrolina-PE em segundo plano. 1957. Fonte: Acervo IBGE

Figura 27: Publicidade de revenda de automóvel em *A Tribuna do Povo*. Fonte: Fundação Museu Regional do São Francisco, Juazeiro-BA.

Figura 28: Publicidade de empresas exportadores em *A Tribuna do Povo*. Fonte: Acervo Fundação Museu Regional do São Francisco, Juazeiro-BA.

Figura 29: *A Tribuna do Povo*, 23/03/1963. Fonte: Acervo Fundação Museu Regional do São Francisco, Juazeiro-BA.

Figura 30: Editorial de apoio à candidatura de Américo Tanuri. Fonte: Acervo Fundação Museu Regional do São Francisco, Juazeiro-BA.

Fonte: Acervo Fundação Museu Regional do São Francisco. Fonte: Acervo Fundação Museu Regional do São Francisco, Juazeiro-BA.

Figura 31: Coluna Espelho da Cidade, *A Tribuna do Povo*, 29/06/1963. Fonte: Acervo Fundação Museu Regional do São Francisco, Juazeiro-BA.

Figura 32: Crítica Coisas de Cinema, *A Tribuna do Povo*, 17/11/1962. Fonte: Acervo Fundação Museu Regional do São Francisco, Juazeiro-BA.

Figura 33: Reservatório de Água, Juazeiro-BA. Fonte: Acervo Biblioteca Digital, IBGE.

Figura 34: Vista parcial do cais da cidade a partir do Rio São Francisco. 1957. Crédito: Alfredo Domingues e Tibor Jablonsky. Fonte: Acervo Biblioteca Digital, IBGE.

Figura 35: Avenida Guararapes e a Catedral de Petrolina-PE. 1962. Crédito: Nilo Bernardes e Tibor Jablonsky. Acervo Biblioteca Digital, IBGE.

Figura 36. José Diamantino de Assis. s/data. Acervo familiar Joston Assis.

LISTA DE QUADRO

Quadro 1: Jornalistas e proprietários de jornais em Juazeiro - 1895-1970

Quadro 2: Identificação de compositores locais e músicas publicadas em *O Banjo*.

Quadro 3: Subsídios concedidos pela Câmara Municipal de Juazeiro-BA.

LISTA DE SIGLAS

CHESF - Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
FAMESF - Faculdade Agrônômica do Médio São Francisco
IGBE - Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico
LDJ- Liga Desportiva Juazeirense
PCB- Partido Comunista do Brasil
PDC- Partido Democrático Cristão
PL - Partido Liberal
PSD - Partido Social Democrático
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNEB- Universidade do Estado da Bahia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
Compreendendo o objeto de estudo	20
Tessituras teóricas	25
Tessituras metodológicas	28
1. UMA CIDADE, UMA IMPRENSA	35
1.1 Imprensa e Processos de Modernização	39
1.2 A cidade sob o olhar da imprensa	44
2. JORNALISTAS, MEDIAÇÕES E REDES DE SOCIABILIDADE	49
2.1 Embates Políticos na Imprensa	62
2.2 Redes de Sociabilidade	70
3. A IMPRENSA SATÍRICA DE A MARRÊTA	75
3.1 Um encontro possível: Aparício Aporelly e José Diamantino de Assis	78
3.2 Humor e Controle Social	84
3.3 Mediações Culturais	92
4. ABRE-ALAS PARA O BANJO: ENTRE UMA CULTURA POPULAR E NOVAS SONORIDADES	98
4.1 Viva Momo: carnaval e imprensa	101
4.2 Compositores e artistas pedem passagem	105
5. O ITIUBENSE: ENTRE A INFORMAÇÃO E A OPINIÃO	111
5.1: O jornal e os leitores d'O <i>Itiubense</i>	116
5.2 O colunista e o espírito moderno	129
6. TUDO PELO ESPORTE: O JORNALISMO SEGMENTADO	138
6.1 Cobertura jornalística de <i>O Esporte</i>	145
6.2 Quase epílogo	150
7. O SERTÃO E A PRÁTICA DE UM JORNALISMO INFORMATIVO	154
7.1 <i>O Sertão</i> e os padrões de vigilância	166
7.2: Mediações e fontes jornalísticas	173

8: A TRIBUNA DO POVO: ENTRE A POLÍTICA E O PROJETO DE UM “JORNAL MODERNO”	183
8.1 O projeto de um jornal “moderno”	194
9. ARTES DO MEMORÁVEL	214
CONCLUSÃO	229
REFERÊNCIAS	233

INTRODUÇÃO

Esta tese de doutorado começou a ser tecida às margens do rio São Francisco, quando desenvolvi projeto de pesquisa para mapear os profissionais da imprensa que atuaram na cidade baiana de Juazeiro e na pernambucana Petrolina¹. A pesquisa consistia em uma espécie de cartografia para identificação do nome dos profissionais e dos meios de comunicação que circularam ao longo do século XX (1901-1999). Durante dois anos, consultamos acervos públicos e privados², realizamos visitas às redações de jornais, emissoras de rádio e afiliadas de televisão para reunir exemplares de jornais, imagens e produtos audiovisuais. Coletamos livros de escritores e memorialistas regionais³, que documentaram parte da existência dos impressos.

Após esse levantamento de dados, foram identificados os nomes de 215 profissionais que exerceram atividade na imprensa. Na cidade baiana, 107 profissionais atuaram no meio impresso; 21 na TV São Francisco, emissora afiliada da Rede Globo; 13 no rádio; e seis no alto-falante, sistema de transmissão de ondas sonoras. Não foram discriminadas funções técnicas, como de cinegrafista, operador de rádio, diagramadores, entre outras. Além disso, nem todos os impressos apresentavam o expediente. O trabalho de coleta enfrentou dificuldades na localização dos acervos, pois alguns jornais impressos foram destruídos, outros não puderam ser encontrados e as emissoras de rádio e televisão conservam poucos registros sobre os profissionais.

Como acontece em uma pesquisa histórica, o arquivo pode surpreender o pesquisador, oferecendo-se à interpretação de quem procura escavar os sentidos dos fragmentos expostos em discursos, relatos sobre acontecimentos triviais e materialidades (FARGE, 2009). O arquivo nos convida a retirar o véu do esquecimento que pode encobrir ações e práticas humanas.

1A pesquisa Tempo, Memória & História dos Profissionais da Imprensa no polo Juazeiro-BA e Petrolina-PE (1901-1999) foi desenvolvida no Departamento de Ciências Humanas, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), campus Juazeiro, com bolsa de iniciação científica da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

2 Foram localizados periódicos na Associação Bahiana de Imprensa (ABI), em Salvador; Fundação Museu Regional do São Francisco e no Acervo Maria Franca Pires, no Departamento de Ciências Humanas, da UNEB, sob a coordenação da professora Odomaria Bandeira Macedo. Em Petrolina, no Museu do Sertão e no acervo privado da professora Elisabet Moreira. Parte desse material foi fotodigitalizado pelos colaboradores Adzamara Amaral, Emerson Rocha, Wllyssys Wolfgang e Jean Carlos Correa.

3Esses escritores colaboraram com a imprensa, alguns foram proprietários de periódicos, cronistas, radialistas e jornalistas. Conferir João Fernandes da Cunha (1978), Walter de Castro Dourado (1978), Jorge de Souza Duarte (1985), Joselino Oliveira (2007), Wilson Dias (1982).

A coleta nos acervos permitiu verificar a possibilidade de um campo para a pesquisa em história da comunicação no âmbito da imprensa regional. Um elemento a destacar, nesse trabalho, foi a descoberta de alguns impressos, até então desconhecidos. Certo dia, conversando casualmente com Joston Assis, colega do curso de Engenharia Agrônômica da Universidade do Estado da Bahia, em uma jornada de pesquisa em Salvador, ele me contou que o pai, José Diamantino de Assis, tinha produzido jornais em 1930. Fiquei surpresa, pois tínhamos encontrado raríssimas edições que circularam no período. Perguntei onde estavam os periódicos e ele me respondeu que havia doado à Fundação Museu Regional do São Francisco.

No acervo, localizei os jornais *A Tribuna do Povo*, *Rivale*, *Gazzeta do Vale*, *Jornal de Juazeiro* que circularam no período de 1955 a 1980⁴. No entanto, entre estes, apenas *A Tribuna do Povo* tinha tido a colaboração do tipógrafo José Assis. Procurei a diretora do museu, Rosy Costa, e perguntei onde estavam os jornais satíricos que foram doados. Ela buscou em uma das salas, onde estavam outros materiais, e me entregou alguns impressos embrulhados em papel madeira. Com quatro páginas, tinham o tamanho de uma folha de ofício: 33 x 23cm.

Ao separá-los, por edição, eles despertavam a atenção pela diversidade temática, pois retratavam práticas culturais diversas na cidade: composições musicais, sátiras sobre costumes, caricaturas. Traziam relatos cotidianos, informação e notícias sobre esporte. Esse material do arquivo, enfim, me desvelava um nome: José Diamantino de Assis, tipógrafo, diretor, redator e editor de *O Astro*, *O Banjo*, *A Marrêta*, *O Itiubense*, *O Sertão*, *O Esporte*, *A Jacuba e a Tribuna do Povo*⁵.

Contudo, o que há de relevante na trajetória desse tipógrafo, que produziu impressos no período de 1932 a 1969? A série documental contém um material jornalístico diversificado, produzido por uma mesma pessoa por 37 anos e em número significativo⁶, que demonstra práticas profissionais e um modelo de imprensa em transição.

Os jornais foram concebidos dentro de uma lógica da imprensa artesanal, semelhante à desenvolvida no século XIX, produzidos por um homem só, o tipógrafo, mas que já evidenciam as mudanças que se processavam no campo profissional como a substituição de um modelo de imprensa político-literária para o paradigma de um jornalismo informativo. Essas mudanças se

4 Alguns periódicos, da década de 1970 e 1980, estão encadernados e com fácil acesso. Recentemente, foi feita uma doação do *Correio do São Francisco*, com edições de 1904 a 1907.

5 O tipógrafo lançou *O Riso* em 1926, porém não foi encontrada nenhuma edição.

6 Foram encontradas 29 edições de *A Marreta*; oito de *O Sertão*; seis de *Esporte*; seis de *O Banjo*; 25 *O Itiubense*; e edições de *A Tribuna do Povo* de 1957 a 1964.

intensificaram nos anos 1950, no processo conhecido como modernização dos jornais brasileiros, com desenvolvimento de reformas empresariais, gráficas, redacionais e constituição de um campo autônomo do discurso jornalístico em relação ao literário e político (RIBEIRO, 2007).

A segunda consideração é a dimensão do esquecimento a que está relegado o tipógrafo. Nos livros memorialísticos sobre a história de Juazeiro, existem poucas referências a José Assis. Contudo, ao se escavar o passado, o que encontramos são justamente esses pequenos jornais que resistiram à intempérie do tempo e que nos levaram a considerá-los objeto de análise para investigar processos comunicativos que existiram na cidade. Desde o final do século XIX, a população tinha acesso aos periódicos produzidos localmente, porém eles não são encontrados nos arquivos públicos⁷. Parte do esquecimento a que foi relegado José Diamantino de Assis se deve a não conservação do acervo, bem como, possivelmente, a um processo de construção de uma história local sobre a cidade e a imprensa na qual sua participação foi ocultada e/ou ignorada por essas narrativas memoráveis.

A diversidade e a materialidade desses jornais nos trouxeram questionamentos que resultaram na tese, tais como: quais processos comunicacionais foram engendrados pelo tipógrafo e quais significados assumiram para os leitores? Os jornais viabilizavam redes de sociabilidade e despertavam o interesse do leitor para a discussão de assuntos públicos? A trajetória de um indivíduo pode nos fazer entender os circuitos de comunicação entre uma imprensa local e a nacional? Quais são as inter-relações existentes entre esses periódicos e os processos de modernização ocorridos na imprensa brasileira?

Responder a estas questões é como desfiar o novelo de Ariadne, tal como no mito grego, desvelando rastros da existência humana, fragmentos do passado e dos processos comunicativos. São as tessituras deste fio de Ariadne que abordamos nessa introdução, discutindo contribuições teóricas e metodológicas que nos auxiliam a analisar as travessias comunicacionais de José Assis.

⁷ Existem registros de que o Clube Comercial tinha acervo raro com periódicos que circularam no início do século, porém funcionários do clube relatam que, por falta de condições adequadas, o material foi danificado. Atualmente, no local, funciona uma biblioteca municipal.

Compreendendo o objeto de estudo

No livro *O Queijo e os Vermes*, o historiador Carlo Ginzburg (2006) analisa a trajetória do moleiro Domenico Scandella, conhecido por Menocchio, perseguido pela inquisição do Santo Ofício, no século XVI, acusado de conspirar contra a Igreja Católica. A forma como Ginzburg interpretou esta trajetória nos traz contribuições relevantes para pensar como um indivíduo pode ser um fragmento de um estrato social e como ele pode nos esclarecer sobre o fenômeno da circularidade da cultura e dos processos de comunicação.

Na obra de Ginzburg, bem como na tese que estamos desenvolvendo, o procedimento de investigação se estabelece a partir da redução da escala de análise para o indivíduo e o seu contínuo vai-e-vem entre micro e macro-história. A partir do olhar aproximado, é possível capturar algo que pode nos escapar na visão de conjunto (GINZBURG, 2007, p 269).

Tal como o moleiro friulano, José Diamantino de Assis pode ser considerado um personagem anônimo, comparado com outros personagens da imprensa nacional e regional⁸, porém sua produção como tipógrafo e jornalista permite identificar regularidades que nos ajudam a compreender os circuitos comunicativos da imprensa.

José Assis nasceu em 6 de abril de 1911, na cidade baiana de Barra do Rio Grande, filho de Olegário de Assis e Cora Diamantino. Seis meses depois do seu nascimento, os pais se mudaram para Juazeiro. Olegário de Assis trabalhava como rábula e prestava serviços advocatícios à procuradoria do município de Juazeiro. A mãe, Cora, era costureira. Mas Olegário de Assis também exerceu a profissão das artes dos ofícios⁹. Em edição do *Correio do São Francisco*, de 1907, José Petitinga escreveu sobre o “laborioso artista tipográfico” Olegário de Assis, que fundou o *Diário de Juazeiro* e *O Juazeiro*, jornais que circularam nos primeiros anos do século XX.

8 Na imprensa baiana, são poucos os estudos sobre personagens da imprensa. A trajetória de Simões Filho, jornalista-fundador do jornal *A Tarde*, foi relatada no livro “A vida de Simões Filho”, por Pedro Calmon, com edição em 1986. Criado em 1911, o *A Tarde* é o jornal de maior circulação no Estado. Existe também uma biografia sobre o gráfico Artur Arézio da Fonseca, que escreveu dicionário de artes gráficas. A biografia foi produzida pelo professor Luís Guilherme Pontes Tavares (2005), como tese de doutorado, pela Universidade de São Paulo.

9 Em alguns artigos publicados em congressos, não fazia menção a Olegário de Assis como tipógrafo, pois desconhecia esse fato, inclusive algo que nunca foi relatado pela família. Fiz sempre referência a um irmão com nome homônimo. Quando tive acesso ao jornal *Correio do São Francisco*, de 1907, obtive a confirmação de que se tratava do pai de José Assis.

Na residência da família Assis, havia um prelo manual, um cavalete e tipos gastos pelo uso. Com essa prensa e aos 15 anos, José Diamantino de Assis imprimiu *O Riso*, em 1926. O periódico apresentava “clichês esculpidos a canivete para efeito de ilustração” e abordava fatos cotidianos, namoros e fofocas (DUARTE, 1985).

O advogado e jornalista Jorge de Souza Duarte¹⁰ conta que José de Assis pensava em morar em Salvador e viver da profissão. Como não concretizou o projeto, foi trabalhar por um curto período em *O Pharol*, de propriedade de João Ferreira Gomes, em Petrolina-PE. O tipógrafo trabalhou em *O Éco*, de Aprígio dos Santos Araújo, que circulou de 1926 a 1944¹¹. Com essa experiência, lançou o satírico *O Astro*, em 1932, composto por quatro páginas, que traziam notícias locais e anedotas. José Assis não deixou carta ou diário relatando aspectos de sua vida¹². O que conhecemos sobre sua trajetória é a partir dos fragmentos presentes na produção jornalística, que nos permitem descobrir aspectos das interações sociais e práticas comunicativas. Como nos propõe Carlo Ginzburg, dados aparentemente negligenciáveis podem propor uma realidade complexa a respeito da própria trajetória e dos circuitos comunicativos que o tipógrafo empreendeu ao longo de sua vida.

Marialva Barbosa (2010) considera que a documentação deixa rastros, vestígios da ação humana e dos atos comunicativos. Os escritos perduram na longa duração, nas imagens, nos discursos que testemunham a existência passada, permitindo produzir interpretações sobre os modos de vida cotidianos e os atores sociais. Seguindo os rastros deixados nos jornais, podemos investigar as travessias comunicacionais vivenciadas e experimentadas pelo tipógrafo até a sua morte em dezembro de 1970, aos 59 anos.

Uma dessas travessias foi a de compositor de marchinhas e redator de *O Banjo*, publicado, entre os anos de 1935 a 1943. O folheto circulava nas festas carnavalescas com músicas de composição própria e de autores do Rio de Janeiro, o que nos sugere a possibilidade de circuitos comunicacionais entre artistas cariocas e juazeirenses.

10 Jorge de Souza Duarte foi político, advogado, editorialista de *Gazeta do Vale*, que circulou no final dos anos 70 e 80, e foi diretor da Faculdade de Filosofia e Ciências e Letras de Juazeiro (FAMESF), instituição que deu origem à Universidade do Estado da Bahia (UNEB), quando foi incorporada na década de 1990. Ele foi fundador da Academia Juazeirense de Letras e escreveu o livro memorialístico *Juazeiro no caminho de sua história* (1985) com a intenção de relembrar fatos históricos e personalidades.

11 Encontramos duas grafias para o jornal *Echo* e *Éco*. Foi adotada a segunda grafia, pois foi a que encontramos em edições que estão no acervo do Centro de Pesquisa e Documentação (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, e na Associação Bahiana de Imprensa (ABI), em Salvador.

12 Algumas informações sobre a vida pessoal não foram encontradas, como a formação escolar do tipógrafo.

Conhecedor das artes gráficas, a produção de José Assis apresenta traços de uma cultura jornalística similar à imprensa satírica da época. O riso, como um signo ambivalente da cultura popular, esteve presente na produção de *A Marrêta* (1935-1936). A trajetória do tipógrafo demonstra ainda aspectos da socialização por meio da expansão de uma ordem letrada, incentivando a criação de jornais em cidades do interior da Bahia, como *O Riso*, na cidade de Barra do Rio Grande, e *A Cidade*, de propriedade de Orlando de Souza, que circulou em Juazeiro, em 1936, e *O Itiubense*, na cidade de Itiúba, em 1937.

A década de 1940 parece ser o início de uma profissionalização jornalística, com mudanças na forma de conceber o produto jornal, que passou a ter uma linguagem informativa e clichês de fotografias. Ele publicou *O Sertão*, em 1945, com noticiário político e econômico sobre o crescimento do comércio e a implantação de agências de fomento bancário. Envolvido com manifestações da cultura popular, José Assis foi dirigente da Liga Desportiva Juazeirense na década de 1940, e publicou *Esporte*, no período de 1946; e 1967 a 1969.

É importante analisar alguns aspectos da trajetória de José Diamantino de Assis. Ele compunha música, cordéis, produzia e escrevia para os jornais sobre temas populares, carnaval, esporte e o cotidiano das cidades. Fazia de tudo para preservar o sonho de se comunicar, produzir impressos e estreitar os laços com a comunidade, inclusive jornalística. Na sede da tipografia, recebia jornalistas que chegavam ao município para cobrir acontecimentos políticos e econômicos.

Mesmo em outra temporalidade e espaço, a trajetória de José Diamantino de Assis nos faz compreender os laços que o une à categoria de tipógrafos do país. Marialva Barbosa (1997), na sua dissertação sobre a trajetória dos operários do pensamento na cidade do Rio de Janeiro, de 1880 a 1920, nos conta sobre as transformações sociais no universo dos tipógrafos e os conflitos de classe surgidos pela substituição de prensas manuais por máquinas modernas (linotipos) que modificaram os modos de produção e o tempo do trabalho.

Os tipógrafos lutavam para manter uma identidade de trabalhador intelectual que dominava o fazer das artes gráficas e o da produção dos processos comunicativos na redação de jornal. Eles tinham acesso ao mundo letrado, escreviam para os jornais, compunham músicas, eram poetas e cronistas. Eles não desistiam do sonho de se comunicar, mas gradativamente foram perdendo espaço para um profissional especializado na redação jornalística e com outros valores

simbólicos. A vida de José de Assis traduz um pouco isso, pois ele não abandonou o sonho de imprimir jornais, mesmo com as dificuldades que a tarefa lhe impunha.

Ele também acompanhou as mudanças que se processavam na modernização da imprensa brasileira. Em 1957, lançou, com Jorge Gomes, *A Tribuna do Povo*. Assinava o expediente como diretor técnico e a produção era nos prelos da Gráfica Assis. Três anos depois, *A Tribuna* passou a ser produzida na gráfica e papelaria Gutemberg¹³, com prensa moderna (linotipo) e formato *standard*. José Assis deixou a função de diretor técnico – redator, editor, revisor – de *A Tribuna* e escreveu uma coluna sobre assuntos diversos, desde política, cultura e cinema. Assumia a função de formador de opinião.

A partir desses fragmentos presentes na produção do tipógrafo, analiso a trajetória de José Assis a fim de compreender como este mediador conseguiu transitar pelo universo de uma cultura popular e jornalística no contexto de modernização da imprensa brasileira. Como questão da pesquisa de doutoramento, investigo como sua produção pode evidenciar circuitos de comunicação entre a imprensa sertaneja e a de regiões centrais do país, que passava por processos de modernização, expansão das agências de notícias e mudanças no padrão da linguagem jornalística, priorizando o modelo informativo ao literário.

Para tanto, o objetivo da tese é investigar as relações de tensão, acomodação e assimilação entre uma imprensa nacional e regional, entre centro e periferia, e as redes de sociabilidade e trocas simbólicas que se construíram por meios dos impressos e dos profissionais. Assim, a análise desta imprensa, localizada em uma cidade do interior¹⁴, pode trazer significados para refletir as práticas jornalísticas e os circuitos de comunicação entre diversos leitores e diferentes produtores de impressos. Em decorrência desta questão, o problema de pesquisa consiste em entender como as travessias comunicacionais de José Assis podem evidenciar os processos de circularidade dos impressos que ocorriam na sociedade brasileira na primeira metade do século XX.

13 Reproduzimos a grafia Gutemberg, pois foi a encontrada no expediente do jornal. A gráfica funciona até hoje com impressão de folhetos e materiais gráficos.

14 Neste estudo, não uso o termo imprensa do interior como categoria analítica para classificar um tipo de jornalismo e/ou produção jornalística. Contudo, há estudos teóricos que definem a “imprensa do interior” como veículo que cobre, prioritariamente, o local, produzido em pequenas cidades do interior do país, realizada com poucos profissionais, abordando assuntos cotidianos e tratando de efemérides sociais (casamentos, aniversários), assuntos do comércio local, personalidades, entre outros aspectos (ASSIS, 2013). Geralmente, considera-se o alcance dessa imprensa de forma bastante restrita.

A produção jornalística nos faz inferir que José Diamantino de Assis, em decorrência do capital simbólico que adquiriu, colocou-se como um mediador capaz de construir tessituras que viabilizaram circuitos de comunicação. O tipógrafo pode ter exercido uma função de agente de modernização, utilizando seu capital simbólico, ao fomentar a introdução de hábitos e práticas sociais consideradas modernas na comunidade, por meio dos produtos jornalísticos que produziu. Sua ação é reflexo dos processos de mudança operacionalizados pelos sujeitos a partir dos sentidos, o que Hans Ulrich Gumbrecht (1998) chamou de cascatas de modernidade. O homem ver a si ocupando o papel do sujeito da produção do saber e de quem observa o mundo exterior.

Portanto, os processos de modernização da sociedade brasileira que ocorreram no início do século XX são uma questão central que perpassa a construção dessa tese. A partir de contribuições teóricas de Nicolau Sevcenko (1983), Antony Giddens (1991) e Marshall Bermann (1986) discuto como as consequências dos processos de modernização interferiram para uma percepção das diversas temporalidades e ritmos sociais em um contexto de processos dinâmicos na cidade de Juazeiro, a partir de ideias e imaginário propagados pela imprensa e pela elite política e cultural de regiões centrais, como a Capital Federal, para o interior do país.

Como afirma Giddens (1991), as comunidades tradicionais também passaram por processos dinâmicos de mudanças e transformações. Em Juazeiro, estes fenômenos foram moldados pela imprensa que reproduziu um ideal civilizatório de ordenamento do espaço urbano, disciplinarização e uma lógica de purificação a partir de um projeto organizado por elites políticas. Esse imaginário se tornou mais evidente na difusão de uma modernidade marcada por contradições e ambiguidades referentes às dinâmicas internas da própria comunidade.

Mas esse modelo de uma “modernidade vista do alto” pode ser compreendida como tentativa de impor padrão estético e estilo de vida no quadro de uma construção identitária para a nação. Como cascatas de modernidade, que interferem na percepção dos sujeitos, as mudanças e transformações sociais reproduziram estruturas sociais de natureza excludentes, mas que também foram operacionalizadas pelos sujeitos em tempos distintos. Se no início do século, verifica-se, na cidade de Juazeiro, o pensamento de construir uma cidade moderna a partir da ação de homens de imprensa letrados, na primeira metade do século XX outras mudanças se processavam provenientes de políticas públicas federais para a região sanfranciscana e de uma cultura de massa em expansão no interior do país. Esses processos serão discutidos ao longo dos capítulos da tese.

Tessituras teóricas

Nos últimos anos, pesquisadores apontam desafios teóricos e metodológicos no campo da pesquisa em história da comunicação que possam atender a especificidade e complexidade dos fenômenos analisados. Ana Paula Goulart Ribeiro e Micael Herschmann (2009) consideram que é necessário romper com impasses teóricos tais como: a dificuldade de articular uma teoria histórica e imaginação sociológica, evitando análise de caráter descritivo; romper com o tipo de abordagem centrada em uma temporalidade linear e sucessão de acontecimentos, ignorando tensões e as articulações entre ruptura e continuidade; e inexistência de uma dimensão comparada dos próprios meios e entre os veículos em todo o país, buscando estabelecer uma inter-relação entre eles. Quase sempre os estudos se dedicam a investigar personagens, veículos e acontecimentos localizados na região sudeste, particularmente São Paulo e Rio de Janeiro¹⁵.

Estudos sobre a imprensa latino-americana também privilegiaram a análise de periódicos de regiões centrais. Célia Del Palácio Montiel (1997) afirma que alguns trabalhos são de natureza monográfica e memorialística sem buscar as possíveis inter-relações entre os periódicos das diversas regiões. Ela defendeu uma abordagem comparada que permita encontrar o que existe de específico, único em um fenômeno em uma região, assim como regularidades e padrões semelhantes existentes entre os periódicos. Podem ser exploradas relações complexas e interativas entre o centro e a periferia, que muitos estudos ainda têm dificuldades de realizar (MONTIEL, 1997, p.86). Com isso, pesquisas locais podem ganhar significados relevantes para compor a história da imprensa e dos processos comunicativos.

Alguns estudos brasileiros trazem uma abordagem com personagens baseados na atuação singular de grandes atores sociais. Para Ana Paula Goulart Ribeiro e Micael Herschmann (2009), os estudos com ênfase na ação individual devem abordar as dinâmicas sociais, os processos institucionais e macros. Para os autores, isso, em parte, é consequência de abordagens derivadas de narrativas memorialísticas, que não levam em consideração os processos discursivos e o enquadramento dessas narrativas. É preciso uma abordagem em história da comunicação que permita correlacionar e analisar a dinâmica da vida social como um todo, relacionando texto e contexto.

15 Reflexão semelhante também está presente no texto de Ana Paula Goulart Ribeiro e Marialva Barbosa (2009).

Produzir uma história da comunicação, como afirma Marialva Barbosa (2007; 2010a; 2010b), requer contemplar todo um circuito comunicativo, no qual estejam inseridos produtores de textos, produtores gráficos, editores e leitores; as materialidades e os suportes que permitiram, em um dado momento, a profusão de formas impressas, visuais, sonoras.

Dessa forma, é possível reconstruir o sentido da obra; relacionar o que se produz como práticas; verificar a materialidade do objeto; os modos de reapropriação do público; as trocas de mensagens entre produtor, leitor e as relações narrativas. A autora destaca ainda os processos de reconstrução, por meio do ato interpretativo, das múltiplas mediações e de suas materializações. Assim, produz-se uma narrativa na qual modos de comunicação se misturam em plataformas, materialidades, mediações, produzindo um vasto território comunicacional de práticas humanas (BARBOSA, 2014).

Robert Darnton (2010, p. 125) esclarece que a noção de circuito de comunicação permite ao pesquisador analisar as inter-relações entre autor, editor, produtor, impressor, distribuidor e leitor, pois todos eles estão intercambiando experiências e práticas que influenciam na questão do gênero, do estilo, nas relações deste sistema com outros de natureza política, econômica, social. A ênfase em circuitos de comunicação entre produtores e leitores permite, assim, ampliar os estudos que trazem tão-somente uma abordagem centrada na ação individual, porém, incorporando dinâmicas sociais, os processos institucionais, micro e macrosociais.

Por isso, ao analisar a produção de José Diamantino de Assis, apropriamo-nos de algumas abordagens metodológicas do projeto historiográfico da micro-história, pois verificamos que a sua trajetória pode ser investigada a partir de uma redução do nível de análise da escala: do micro para o macro¹⁶. A micro-história surgiu nos anos 1970 como uma reação às pesquisas históricas centradas na análise serial dos documentos. Na abordagem micro-histórica, a escolha de uma escala particular de observação permite produzir conhecimentos. A variação de uma escala não significa ampliar ou diminuir o objeto, mas verificar as modificações na forma e na trama (REVEL, 1998, p.20).

16 O projeto da micro-história tem partilhas teóricas diferentes, a depender da abordagem da experiência da microanálise, seja pela vertente da história social ou da antropologia social, como é discutido no livro coordenado por Jacques REVEL (1998). Nesta pesquisa, fazemos um recorte a partir da contribuição de Carlo Ginzburg e o paradigma indiciário.

No projeto da micro-história, a análise do micro permitiu construir uma modalidade de história social atenta aos processos individuais percebidos nas suas relações com os outros, investigando identidades sociais que se operam por meio de uma rede de relação, de concorrência, solidariedade, aliança. Assim é possível redefinir a noção de contexto para que não haja simplesmente uma leitura do contexto global para situar e interpretar os textos. Pelo contrário, são adotados procedimentos para que o pesquisador possa constituir a multiplicidade dos contextos necessária à compreensão do fenômeno (REVEL, 1998, p. 27).

No projeto da micro-história, destaca-se o trabalho de Carlo Ginzburg a partir da escolha do nome como fio que acompanha o destino particular de um indivíduo. No labirinto de uma série documental, o que distingue um indivíduo de outro é, justamente, o nome. A partir dele, é possível a identificação da multiplicidade dos espaços e do tempo. Para Ginzburg, “as linhas que convergem para o nome e que dele partem, compondo uma espécie de malha fina, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido” (1989a, p. 175). Em uma pesquisa centrada na história dos processos de comunicação, a análise de um indivíduo pode evidenciar o circuito de comunicação que nos permite verificar os fluxos e as interações existentes entre práticas comunicativas, diante da própria modernização da imprensa e do surgimento dos dispositivos tecnológicos que influenciavam as concepções de mundo e os modos de existência dos sujeitos. Não significa, portanto, reduzir a análise histórica a uma escrita biográfica, mas perceber as relações que circunscrevem o sujeito em um tempo e espaço.

Com isso, não se trata de privilegiar a identificação de um excepcional normal, denominação dada pelo historiador italiano Edoardo Grendi aos sujeitos e/ou grupos sociais subalternos que são descobertos ou que estão ocultos em uma documentação. Trata-se de verificar como o homem comum pode funcionar como indícios de uma realidade oculta, muitas vezes não revelada pela documentação, como diz Carlo Ginzburg. A partir dessa perspectiva, o nome conduz a uma investigação que pode ser uma análise micro-histórica bifronte: movendo-se em uma escala reduzida é possível a reconstituição do vivido; e, ao mesmo tempo, é possível investigar as estruturas invisíveis dentro das quais aquele vivido se articula (GINZBURG, 1989a, p 178).

No ensaio “Micro-história: duas ou três coisas que sei a respeito”, Ginzburg (2007) considera que a micro-história institui procedimentos para a coleta, a interpretação dos dados e um modo operativo de narração. A redução da escala significa dar ênfase ao detalhe, aos

acontecimentos e conexões que poderiam passar despercebidos, mas que possibilitavam a construção de sentidos sobre a realidade.

O pesquisador pode assumir a função de um “narrador onisciente que esquadrinha os mais ínfimos detalhes de um acontecimento ou as motivações recônditas que inspiram o comportamento dos indivíduos” (2007, p 265). Nessa pesquisa sobre os processos comunicativos engendrados por José Assis, o modo de narrar se torna essencial, pois é necessário recompor o fio do nome, o traço, percorrer a floresta de indícios, pistas e produzir um relato capaz de transformar as lacunas da documentação em uma superfície compreensível. Na proposta metodológica da micro-história, as hipóteses, as dúvidas, as incertezas se tornam parte da narração. Esse aspecto é importante porque o tipógrafo deixou uma produção jornalística diversificada, mas composta por vozes polifônicas, alguns dos textos foram assinados com pseudônimos e ele escreveu sobre assuntos diversos e com uma natureza fragmentária.

Outra contribuição metodológica relevante é pensar a dimensão dos rastros, dos indícios e dos fragmentos no processo de análise e construção de uma história da comunicação. A análise da micro-história pode nos ajudar a formular um projeto de pesquisa que investigue a interpretação de fenômenos mais amplos a partir da variação da escala.

Tessituras metodológicas

Marialva Barbosa (2010a;2010b) considera que, no circuito de comunicação, os produtos midiáticos são envoltos em textualidades - texto, visualidade, sonoridade, discursividade e testemunho histórico -, cuja escritura se desenvolve em uma longa duração. Os produtos comunicativos estabelecem uma intrínseca relação do texto com o seu referente. Essa relação produz rastro.

Os rastros permitem que as mensagens do passado possam chegar até o presente e que sejam interpretados pelo pesquisador na sua dimensão narrativa como ações de comunicação. Podemos pensar os rastros na sua dimensão conceitual, pois, ao realizar uma operação historiográfica, eles “deixam marcas, que revelam, pela interpretação produzida e permitida, um mundo que, até então, fora desconhecido” (BARBOSA, 2010b, p 23).

Eles podem ser compreendidos dentro de um quadro conceitual de uma escrita da história na concepção de Michel de Certeau (2008). Para o historiador, o conhecimento histórico é um fazer-se, uma operação, que organiza procedimentos próprios ao objeto analisado e seus métodos

de pertinência. Esta operação historiográfica deve ser compreendida em relação entre um lugar, no qual se instauram os métodos; os interesses e a organização dos documentos; procedimentos de análise, determinado pela interpretação; e a construção de um texto em uma escritura, uma narratividade. Neste processo, a escrita é uma prática social que estabelece um diálogo intermitente com o leitor.

O conceito de paradigma indiciário formulado por Carlos Ginzburg é utilizado nessa pesquisa para compreender o conhecimento histórico como indireto, indiciário, conjectural (1989b). Esse paradigma sugere analisar os sinais, as pegadas, o sistema de miudezas e as tessituras do discurso para que eles possam ser decifrados. As particularidades, ao serem submetidas à interpretação, podem nos fazer compreender o significado das práticas culturais, processos e trocas simbólicas que dão conta de um microcosmo social.

A noção, portanto, de índice pode nos ajudar a compreender os processos sociais na sua dimensão micro e macro de forma mais ampla do que a própria trajetória individual, além de entender o lugar social no qual se instauraram as práticas comunicativas. Os indícios ajudam a compor uma história dos sistemas comunicativos que consiga relacionar texto e contexto; reconstruir a dinâmica da vida social; preencher as lacunas, os não-ditos presentes em tramas discursivas fragmentárias.

Essa natureza indiciária pode nos levar a desenvolver hipóteses de pesquisa relacionadas a uma história dos sistemas de comunicação por meio de fragmentos. Dispersos no corpo analítico, os fragmentos podem se constituir em uma trama discursiva que nos possibilite estabelecer uma interpretação historiográfica a respeito da trajetória de um indivíduo. A noção de fragmentos estabelece diálogo com o conceito de uma história que pode ser construída a partir das ruínas. Como nos diz Walter Benjamin (1987), olhamos para o passado como se ele fosse uma série de acontecimentos em um contínuo, mas sem perceber que ele pode ser construído a partir das ruínas. Como na alegoria do anjo da história, o *Angelus Novus*, de Klee, poderíamos acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas a noção de uma história universal, a crença no contínuo de acontecimentos, fatos, datas nos impede de perceber a importância de tal modo de conceber o fazer histórico. Para Benjamin, a história é “objeto de uma construção, cujo lugar não é um tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de ‘agoras’” (229).

Um acontecimento só se transforma em fato histórico postumamente. Ele pode estar separado por milênios, mas passa a fazer sentido pela cadeia de lembranças que o localiza em

um tempo e espaço. O historiador deveria exercitar a tarefa de escavar, buscar, investigar esses fatos passados sobre as ruínas existentes, reunir os fragmentos e as reminiscências para produzir uma interpretação sobre o passado, os homens e seu porvir.

Ao analisar o objeto de estudo e suas materialidades, considero que a pesquisa se faz nesse processo de construção historiográfica a partir das ruínas existentes, do conjunto das fontes, dos fragmentos que se dão a ler. Compreendemos os fragmentos como possibilidade de acesso ao passado, resíduos, artefatos que nos chegam ao presente pelo conjunto de materiais produzidos em um passado e em determinadas condições (LOWENTHAL, 1998).

A noção de fragmento também foi discutida por Arlette Farge. Pesquisadora dos arquivos judiciários do século XVIII, ela analisou detalhes, pistas menores, restos que, a priori, pareciam insignificantes, a fim de encontrar neles traços do homem comum. O que poderia ser considerado ato falho, fragmentos parciais, podem evidenciar escritas de si e significados da vida pública e privada em um determinado espaço.

No livro *Lugares para a História*, Farge (2011) assinalou percursos metodológicos para pensar as atividades simbólicas, a opinião manifestada por sujeitos comuns, as falas, os gestos. Ela considera que o relato do historiador deve conjugar a análise do plural com o do singular, com o cuidado de não deixar que a singularidade seja absorvida pelo coletivo. O pesquisador deve analisar os desvios, irrupções sem que haja uma leitura esquemática e ficar atento aos conteúdos simbólicos.

Farge (2009) já tinha ressaltado a importância de se analisar os fragmentos a partir do arquivo como objeto de estudo no fazer historiográfico. O arquivo age como um desnudamento de vidas, fragmento do tempo capturado, desvela textos, modos de falar, representações de si e dos outros, formas de sociabilidade. Permite ir além do “relato sobre, do discurso de” produzido por outros, oferece trilhas a serem investigadas.

A narrativa encontrada no arquivo não deve ser compreendida como a verdade, como se os fatos tivessem ocorrido de tal forma e maneira, mas como os relatos se articulam e demonstram relações de poder. Curtos relatos, palavras balbuciadas podem ser interpretados como acontecimentos históricos à medida que demonstram relações de coerência ou tensões. Por analogia, podemos tomar o jornal como arquivo, composto por fragmentos acerca de diversos acontecimentos do cotidiano e expressões do vivido, das ações de homens e mulheres. Isso exige

procedimentos na organização, coleta, interpretação e construção de uma narrativa sobre as práticas humanas desveladas.

Para pensar o homem comum e as pequenas unidades de sentido, François Dosse (2009) discute a noção de biografema, desenvolvido originalmente por Roland Barthes como uma possível arte da memória, uma evocação possível do outro que já não existe. O biografema é construído a partir de traços parciais da vida de uma pessoa e pode se constituir em uma forma de saber (BARTHES, 2006, p. 37-38). François Dosse (2009) assinala que o biografema é um método sociobiográfico incluído na categoria da idade hermenêutica nos escritos biográficos. Nessa categoria, o singular, o anônimo é compreendido como uma entidade diversa, cujos fragmentos podem reconstituir a relação entre indivíduo e sociedade.

Na pesquisa sobre José Assis, a concepção de fragmentos se tornou um elemento central para análise a partir da própria documentação. A escrita do tipógrafo se constitui, na maior parte das vezes, por fragmentos nos quais ele refletia sobre práticas culturais e sociais, aspectos econômicos e política nacional no contexto social de mudanças na sociedade brasileira, dos anos 1930 a 1970. Além disso, a trajetória do tipógrafo foi se construindo mediante os processos de modernização da sociedade brasileira e mudanças de hábitos, costumes, tradições e influência de novos dispositivos técnicos.

A relevância de pensar o fragmento decorreu também da especificidade das fontes documentais. A maioria dos jornais produzidos em Juazeiro não foi arquivada. Foi preciso fazer levantamento em acervos públicos e privados para reunir uma documentação periódica dispersa, fragmentada, a fim de constituir um arquivo de material diversos. Então, buscou-se coletar e analisar as correspondências pessoais do acervo de Juracy Magalhães para compreender os aspectos políticos e sociais a respeito da cidade de Juazeiro, e a documentação oficial da Câmara Municipal. Também foi analisado o arquivo da Liga Desportiva Juazeirense, com importante documentação sobre a entidade. Estes documentos foram essenciais para circunscrever a atuação da imprensa, a prática jornalística do tipógrafo e a relação texto e contexto presente na materialidade. Também utilizo a documentação visual para ilustrar a tese, pois as imagens também são artefatos que nos chegam ao presente e nos oferecem pistas para o fazer historiográfico.

É preciso ressaltar que, ainda, são escassos os estudos históricos¹⁷ sobre o município e região. Ronald Chilcote (1990) e Elson Rabelo (2014) fazem uma discussão a respeito das mudanças sociais e práticas discursivas a respeito da região do São Francisco. Esta tese recorreu aos estudos dos memorialistas João Fernandes da Cunha (1978), Edson Ribeiro (2005), Walter de Castro Dourado (1978) e Jorge de Souza Duarte (1985) por trazerem informações relevantes a respeito da trajetória histórica da cidade.

Ao longo dos últimos anos, essas obras se tornaram documento-monumentos como um legado ao passado, pois uma parte delas foi produzida no centenário de comemoração da cidade, em 1978. São obras que instituíram um *lugar de memória*, produzidas por escritores e jornalistas que desejavam desenvolver uma escrita sobre o passado com receio de uma perda de memória, uma amnésia coletiva, como afirma Andreas Huyssen (2000). Eles coletaram documentos, recolheram informações e exercitaram um ofício de narrar o passado entre tessituras de fatos históricos, memória e esquecimento, que reproduzem visões a respeito de grupos sociais.

Jacques Le Goff esclarece que esses tipos de documentos têm como características o “ligar-se ao poder da perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas”. Porém, estas obras devem ser entendidas como um “produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças de quem detinha o poder” (1994, p.545). Eles também apresentam uma narrativa repleta de fragmentos com trechos de documentos públicos como atas da Câmara Municipal de Juazeiro, do início do século XX, os quais nos permitiram encontrar indícios de como se constituiu uma comunidade jornalística na cidade.

Dessa forma, consideramos que trajetória de José Assis pode evidenciar práticas que nos ajudam a compreender os processos comunicativos que assinalam para a expansão de uma ordem letrada no país e as mudanças na imprensa. O tipógrafo e jornalista só pode ser compreendido pelas tramas comunicativas evidenciadas pelos rastros, indícios e fragmentos da sua produção. Para demonstrar o percurso desta tese, foi feita uma organização textual em nove capítulos.

No capítulo, **A Cidade e a Imprensa**, analiso o contexto histórico no qual surgiu a imprensa no interior, investigando a influência de ideias e processos de modernização que se disseminaram na comunidade, relacionados aos dispositivos técnicos e a rede de transportes como Estrada de Ferro Leste Brasileira, de Salvador a Juazeiro, e a Viação Baiana do São

¹⁷ Foi consultada a obra de Angelina Garcez e Consuelo Pondé (1992) referente à história de Juazeiro, mas utilizei as obras de historiadores e memorialistas como Cunha (1978) e Ribeiro (2005) que trouxeram dados primários como atas e transcrição de jornais.

Francisco, de Pirapora-MG a Juazeiro-BA, interligando o sertão - por terra e o rio - às regiões centrais. Discutiu-se a criação de instituições sociais, culturais, econômicas e a expansão de uma ordem letrada no interior do país.

No segundo capítulo, **Jornalistas, Mediações e Redes de Sociabilidade**, apresento um perfil da comunidade jornalística e o compartilhamento de informação entre a imprensa local e de regiões centrais do país. Demonstro a existência de uma comunidade formada por tipógrafos e proprietários de jornais que produziram periódicos com regularidade na cidade, com a finalidade de verificar a trajetória de José Assis no quadro da cultura profissional e os projetos individuais desenvolvidos pelo tipógrafo para se distinguir socialmente.

No terceiro capítulo, **A imprensa satírica de A Marrêta**, investigo a produção jornalística de José Assis, a partir das experiências no campo da cultura popular e as relações com uma imprensa satírica. Analisei os possíveis circuitos comunicativos entre leitores e produtores do jornal e as influências de modelo de imprensa moderna, do jornalismo de sensações e das revistas semanais, que exploravam a ilustração, a caricatura e formas de interagir com o público. Demonstro vestígios de uma cultura híbrida, marcas da oralidade e a emergência de dispositivos técnicos e tecnológicos que permitiram aproximar o público de acontecimentos difundidos pelos meios de comunicação.

No quarto capítulo **Abre-alas para O Banjo: entre uma cultura popular e novas sonoridades**, identifico os circuitos comunicativos que viabilizaram a circulação da cultura popular e a difusão de composições musicais carnavalescas. Analiso a trajetória de José Assis como compositor de marchinhas e a participação da imprensa na difusão do carnaval.

No quinto capítulo, **O Itiubense entre a imprensa informativa e de opinião**, analiso as práticas jornalísticas e a expansão de uma ordem letrada em cidades circunvizinha, a partir da produção de *O Itiubense*, de Itiúba-BA. O semanário apresentou vestígios da cultura oral, mas adotou padrões de uma imprensa informativa e de opinião. O impresso demonstrou a ruptura com a imprensa satírica e começava a despontar o jornalista, com a missão de difundir hábitos culturais considerados modernos.

No sexto capítulo, **Tudo pelo Esporte: o jornalismo segmentado**, verifico as travessias no campo jornalístico, a partir da sua incursão no jornalismo esportivo e a influência de uma cultura popular. Demonstro que o tipógrafo foi pioneiro ao produzir jornais segmentados na cidade e de que maneira foi incorporando mudanças no padrão da linguagem jornalística.

No sétimo capítulo, *O Sertão e a prática de um jornalismo informativo*, investigo as práticas profissionais do tipógrafo que incorporou mudanças na maneira de conceber o produto jornal e a adoção de procedimentos técnicos na tentativa de se aproximar de um modelo norte-americano de jornalismo informativo. Neste capítulo, ressalto, ainda, a participação do sistema sonoro - alto-falante e o rádio - que produziu novas mediações na prática jornalística.

No oitavo capítulo, *A Tribuna do Povo: entre a política e o projeto de um jornal “moderno”*, identifico os processos de mudança na transição de uma pequena imprensa a uma empresa jornalística, e as interdependências do campo político. Verifico que a tentativa de se implantar uma imprensa moderna e o modelo norte-americano de jornalismo informativo pode ser considerado inconcluso por causa das limitações do campo jornalístico para se estruturar de forma autônoma em relação às dimensões do poder político. Contudo, houve uma busca para se aproximar de um modelo de imprensa moderna.

No capítulo *Artes do Memorável*, discuto alguns textos jornalísticos como uma possível escrita de si a respeito da trajetória de José Assis e da cidade de Juazeiro. Demonstro que os textos evidenciam uma tentativa de não deixar que os rastros de sua existência fragmentária fossem apagados pela ação do tempo e dos homens.

Na **Conclusão**, busco trazer algumas considerações do percurso teórico e metodológico e as contribuições que esta pesquisa pode trazer aos estudos de comunicação, a partir da trajetória de um indivíduo.

Eis, portanto, fragmentos da trajetória de José Diamantino de Assis, um tipógrafo-jornalista.

1 Uma Cidade, uma Imprensa

No final do século XIX, Juazeiro atraía visitantes que chegavam ao sertão através da malha ferroviária e da viação pelo rio São Francisco. Os bandeirantes desbravaram o território, onde moravam as tribos Cariri, e instalaram núcleos de povoamento em direção às terras do norte do país e do centro-oeste como parte do domínio da Casa da Torre dos Garcia D'Ávila. No cruzamento de duas estradas - a fluvial por meio do rio São Francisco e a terrestre aberta pelos bandeirantes - surgiu a Passagem do Joazeiro, como era conhecido o local no século XVII. Desse ponto, podia-se atravessar o rio e ter acesso aos estados do Ceará, Piauí e Goiás. A estrada favoreceu o fluxo de pessoas e mercadorias de uma região a outra. A antiga passagem se transformou em uma vila e foi elevada à categoria de cidade em 15 de julho de 1878 (CUNHA, 1978). Um ano depois, em expedição ao rio São Francisco no final do século XIX, o engenheiro e geógrafo Teodoro Sampaio¹⁸ ficou impressionado com o desenvolvimento que apresentava o município juazeirense e tratou de denominá-lo como o “Grande Empório do Sertão”.

A expedição Hidráulica foi planejada pelo Ministro dos Transportes e Agricultura João Lins Vieira Cansação de Sinimbu para aprimorar o melhoramento dos portos e a navegação no interior do Brasil. A malha fluvial sanfranciscana era uma das vias de comunicação mais favoráveis entre as regiões brasileiras, pois estava se integrando às estradas de ferro, que se instalavam no país.

Theodoro Sampaio aportou no cais da cidade em 14 de outubro de 1879 e ficou admirado com os hábitos e costumes dos três mil habitantes. Partiu do porto do Rio de Janeiro e iniciou a travessia pelo São Francisco pelo sertão alagoano, conheceu Penedo, Piranhas, em Alagoas, as cachoeiras de Paulo Afonso, na Bahia, e a pernambucana Cabrobó. Durante o percurso, encontrou casebres pobres, casas de taipas e uma população retirante da seca, sertanejos, mulheres e crianças “macilentas, sujas e com roupas em farrapos, assentados pelo chão”.

Ao chegar à cidade baiana às margens do São Francisco, encantou-se com a “grande praça do interior do país”, que mantinha transações comerciais com os estados vizinhos. Situada a 575 km da capital Salvador, Juazeiro tinha duas grandes artérias de comunicação com o interior do

¹⁸ Theodoro Sampaio publicou O Rio de S. Francisco e a Chapada Diamantina: trechos de um diário de viagem (1879-80). In: **Revista S. Cruz**: São Paulo: Editora das Escolas Professionaes Salesianas, 1905. Utilizamos uma cópia original digitalizada pela Biblioteca Digital Curt Nimuendaju em fevereiro de 2010, embora haja edição recente do livro pela Companhia das Letras.

país: estradas davam acesso aos estados do Piauí e Maranhão; e o caminho fluvial conduzia a população dos estados de Sergipe, Pernambuco, Alagoas e Bahia¹⁹ para Pirapora, em Minas Gerais, e de lá, pela malha ferroviária, à Capital Federal.

O geógrafo ficou hospedado quatro dias na cidade e narrou, no seu diário de viagem, o bom gosto arquitetônico das casas, o modo festivo e alegre da população. Ele descreveu, ainda, a igreja matriz recém construída, o Teatro Santana recém instalado, a praça arborizada, as ruas e o ativo comércio. As boas condições sociais, econômicas e de moradia o faziam repensar o conceito de atraso atribuído aos sertões, considerado até então uma região “áspera, atrasada e tão pouco favorecida pela natureza”. A cidade de Juazeiro, na visão do geógrafo, se assemelhava a uma corte, mostrava-se propensa ao progresso e à riqueza.

Theodoro Sampaio destacou o porto como vibrante, a praça de onde convergiam rotas de navegação e aportavam embarcações trazendo mercadorias provenientes da Europa para a população, que consumia bens culturais considerados modernos e era servida de “urbanidade”. Sampaio foi convidado para jantares e presenteado com frutas, doces e peças de ricos bordados.

Na outra margem do rio, a cidade de Petrolina, à época uma pequena vila²⁰ do município de Boa Vista, com poucas casas, traçado desalinhado, ruas estreitas e uma modesta igreja. Entre as duas cidades, a Ilha do Fogo, considerado museu mineralógico com rochas, jardim natural e lugar agradável frequentado pela população para “folguedos, pescarias e jantares ao relento”, como descreveu Sampaio.

O contraste entre as cidades do interior alagoano, pernambucano e a urbe encontrada em Juazeiro levou o geógrafo a propagar as riquezas do empório do sertão para o resto do país. A categoria de cidade comercial se intensificou com a conclusão das obras da Estrada de Ferro da Bahia ao São Francisco, em 1896. A construção foi autorizada em 1852 e foi a segunda estrada de ferro do país, interligando o sertão baiano a Salvador. A primeira interligou o Rio de Janeiro a Minas Gerais. Já Petrolina só inaugurou a estrada de ferro até Teresina, no Piauí, em 1923. Apresentava, nessa época, o desenvolvimento social e econômico inferior em relação à Juazeiro. A linha férrea significou o maior fluxo de pessoas pelo sertão brasileiro.

19 A Bahia passou a ser denominada região Nordeste nos anos 1970. Anteriormente, era chamada região Leste.

20 Petrolina se tornou cidade em 1895, quase 20 anos depois de Juazeiro. Seu desenvolvimento tomou impulso com a chegada do bispo Dom Antônio Maria Malan, em 1924, que foi o principal idealizador e responsável por obras como a Catedral de Petrolina, colégio e hospitais. Os primeiros jornais só surgem a partir de 1912, com *O Trabalho*. O mais importante periódico foi *O Pharol*, que surgiu em 1915 e circulou até 1980.

A interligação da malha viária à férrea ajudava a construir a referência de uma cidade próspera e propagava os benefícios trazidos pela modernização da viação brasileira. O transporte fluvial pela Viação Baiana do São Francisco conduzia os habitantes do sertão até Januária e Pirapora²¹, em Minas Gerais, e de lá para outras regiões, como a capital federal. Em 1906, um cronista de *O Malho* relatava aos leitores a facilidade de se locomover do Rio de Janeiro até Pirapora, e de lá para o sertão baiano: “imagine-se já se pode ir da Avenida Central lavar as mãos no Rio S.Francisco, em 24 horas, varando o sertão mineiro. Depois é navegar pela grande artéria fluvial, tomar em seguida a linha férrea Joazeiro a Alagoinhas e cair em plena capital da Bahia, sem a massada dos enjôos nem o perigo dos Abrolhos²²”.

Com a ajuda da imprensa, se tornou comum a circulação de imagens como a da visita do presidente Affonso Penna²³ e do governador da Bahia, José Marcelino, aos municípios do norte da Bahia para prestigiar a nova rota de transporte. Ao longo do século XX, memorialistas e historiadores locais construíram uma interpretação histórica que associou a expansão da malha ferroviária ao desenvolvimento da cidade. O jornalista João Fernandes da Cunha (1978) ressaltava o “invejável grau de crescimento e de progresso” de Juazeiro, comparada às outras cidades do São Francisco.

O “ritmo de civilização” que a cidade apresentava, como afirma João Fernandes da Cunha, influenciou o surgimento da imprensa junto com outros artefatos culturais que se tornavam acessíveis à população. Companhias líricas realizavam espetáculos no Teatro Santana, criado em 1874. O Clube Comercial de Juazeiro, implantado em 1893, disponibilizava serviços educacionais e uma biblioteca com acervo de 3 mil livros e periódicos nacionais e internacionais, como o *Le Petit Journal*²⁴. Surgiram sociedades filarmônicas, associações recreativas e uma imprensa. A população desejava “a existência de um jornal, que possibilitasse a todos o conhecimento de suas necessidades, o direito de reclamá-las, a manifestação pública de suas opiniões e o ensejo de aplaudir as boas obras que se fossem realizando” (CUNHA, 1978, p 136).

A imprensa se constituía em uma instituição para atender as demandas do público e construir redes de sociabilidade. Os jornalistas eram literatos, professores e intelectuais que

²¹ Com a construção da Barragem de Sobradinho, como parte do projeto de ampliação da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) na década de 1970, esse transporte fluvial entrou em declínio e foi interrompido.

²² *O Malho*, Ano X, Ed. 403, 4/6/1910. Fonte: Hemeroteca Digital. Fundação Biblioteca Nacional.

²³ *O Malho* publicou imagens do presidente Afonso Pena, em 1906, em visita à cidade e de moradores e prédios.

²⁴ Este jornal foi criado por Moïse Millaud, em 1863, em Paris. Jornal popular, tinha suplementos com gravuras e circulou até 1944. Foram encontradas algumas edições do jornal no Clube Comercial, mas em estágio avançado de deterioração.

participavam da construção da esfera pública. Eles “elevavam o espírito da população e promoviam cultura e educação”, como ressaltou João Fernandes da Cunha.

Essa imprensa demonstra as relações de poder de quem detinha o capital econômico para comprar a prensa tipográfica. Em 1885, o comerciante Raimundo de Azevedo adquiriu a tipografia para imprimir boletos, notas e jornal sob a responsabilidade do tipógrafo Clóvis de Oliveira Mudo. Dez anos depois, o tipógrafo imprimiu *O Sertanejo*²⁵. Azevedo não aceitou a impressão, mandou queimar os exemplares e demitiu o operário. “Clóvis perdeu o emprego, mas foi projetado como pioneiro da imprensa de jornal na região” (CUNHA, 1978, p.137).

Existem disputas memoráveis relacionadas à existência desse primeiro jornal. Walter de Castro Dourado (1978) questionou o pioneirismo do tipógrafo Clóvis Mudo. Para Dourado, o primeiro periódico foi *A Cidade de Juazeiro*, bissemanário editado em 1º de maio de 1896, por Raimundo Azevedo na tipografia Azevedo & Companhia. O impresso circulou durante um ano, com periodicidade regular. Já o periódico produzido por Clóvis Oliveira Mudo foi distribuído para um círculo de leitores restrito à tipografia.

A imprensa estava associada às elites locais que detinham poder econômico e desejavam viabilizar a circulação de ideias e concepções políticas. Mas as relações econômicas não explicam a expansão dessa cultura letrada na cidade. Max Weber (2006) assinala a relação entre o desenvolvimento da sociedade capitalista e a imprensa capaz de refletir sobre temas imprescindíveis ao homem moderno que conformam a sua existência. Além de ser uma instituição voltada aos negócios, ao capital, à circulação do anúncio, a imprensa haveria de se colocar a serviço da verdade, da justiça e como órgão vigilante da política e da sociedade ao informar temas, assuntos e problemas que atingiam o homem moderno. Os impressos introduziriam “deslocamentos poderosos nos hábitos de leituras e com isso provoca poderosas modificações na conformação, no modo e na maneira de como o homem capta e interpreta o mundo exterior” (WEBER, 2006, p. 43).

A imprensa de Juazeiro foi construindo modelos de referência para a urbe. Os jornais anunciavam o processo de modernização da sociedade e a possibilidade de construção da esfera pública. Os impressos davam visibilidade às mudanças no cenário urbano, à incipiente

25 Existem duas versões sobre o título do jornal. João Fernandes da Cunha e Walter de Castro denominam de *O Sertanejo*. José Petitinga relatou que o nome do jornal se chamava *O Sertão*, como verificamos na edição de *O Correio do São Francisco*, de 17 de março de 1907.

urbanização da cidade, à melhoria da infraestrutura e divulgavam os negócios das companhias exportadoras de produtos como cera de carnaúba, mamona, óleo, extraídos de uma ponta a outra do médio do São Francisco e vendidos para outras regiões do país. Os periódicos difundiram hábitos e costumes considerados modernos e promoveram redes de sociabilidade entre profissionais tipógrafos, jornalistas e leitores que passaram a consumir bens culturais.

1.1 Imprensa e Processos de Modernização

Foi em um ambiente social e cultural marcado por ideias de modernidade e civilização difundidas pela imprensa dos grandes centros para o interior do país que se desenvolveu o pensamento e a atividade de tipógrafos e proprietários de jornais, como José de Assis. Questões como reordenamento do espaço físico, valorização estética e criação de instituições sociais que buscam fomentar a crença na ciência, na racionalidade e valores de liberdade individuais foram difundidas por meio da imprensa. Uma comunidade de homens públicos e comunicadores fomentou a circulação de ideias de progresso e civilização, refletindo as acomodações, tensões e contradições do contexto social e político dos primeiros anos de República.

As consequências decorrentes do processo de modernidade se referem à percepção do ritmo de mudança. As comunidades tradicionais também passaram por processos dinâmicos, mas a percepção da noção de rapidez e aceleração diante do fenômeno de uma ordem moderna é mais extrema e depende do contexto específico (GIDDENS, 1991). Cidades como Rio de Janeiro e São Paulo sentiram os reflexos da remodelação do espaço físico e de novos hábitos culturais e sociais influenciados por valores de uma cidade considerada moderna desde o final do século XIX. Mas, no interior do país, como isso se refletia e como se dava a participação da imprensa?

O imaginário sobre as influências da modernidade para a vida dos cidadãos se refere tanto a um conjunto de experiências que associava a cidade como um ambiente que prometia aventura, alegria, poder, crescimento, autotransformação, bem como ambiguidades e contradições devido à percepção de aceleração do tempo (BERMAN, 1986). Um marco para esses processos de modernização foram as reformas urbanas implementadas na cidade de Paris pelo barão Georges Eugène Haussmann, entre 1853 e 1869. Esse modelo foi se incorporando ao cotidiano das cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador, que reconfiguraram a urbe sob a perspectiva

do remodelamento espacial, embelezamento e melhoria das condições de infraestrutura, quase sempre marcada por contradições sociais, uma lógica conservadora, uma “modernidade pelo alto” e um controle social sobre as camadas mais pobres.

As transformações no espaço urbano ocorridas no Rio de Janeiro se tornavam espelho para outras cidades. A influência de valores de uma cidade moderna, tendo como referência países europeus, podia ser compreendida como “uma tentativa avassaladora de imposição não apenas de um novo estilo de vida e padrão estético, mas como uma verdadeira reformulação identitária para a nação” (O’DONNEELL, 2008, p. 48).

Esse pensamento propagado por intelectuais urbanos, um espelho dos processos de modernização que ocorriam nas capitais, foi assimilado no interior do país. A cidade de Juazeiro sofreu os reflexos dessas mudanças no modo de representação do espaço e na forma de percepção dos sujeitos sobre sua cotidianidade. Em menor escala comparada aos centros urbanos, foram transformações no modo de existência e de se constituir como sujeitos capazes de transformar a si e o seu mundo ao redor. A imprensa foi instrumento de promoção e divulgação desses processos, que foram remodelando a existência da vida na comunidade.

Como cidade portuária, o constante vai-e-vem de pessoas trouxe mudanças significativas no pensar e no agir da população. Já em 1834, antes mesmo da elevação à cidade, a vila da Passagem do Juazeiro aprovou o Código de Posturas pela Câmara Municipal. O código foi aprovado pela Assembleia Legislativa Provincial, em 1838, que regulamentava comportamento e hábitos culturais. Entre os artigos, estava proibida a matança de gado para o consumo humano em lugares inapropriados. Os animais só poderiam ser mortos ao amanhecer do dia, para que não trouxesse danos à saúde. Os donos de cães também deveriam deixá-los em sua casa, sob pena de serem multados caso fossem encontrados animais soltos na rua. As casas só poderiam ser edificadas ou sofrer alterações com a licença da Câmara; e não se permitia construir habitações cobertas de palhas, sendo necessário cobrir as já existentes com telhas. À noite, depois do toque de recolher, estavam proibidos os lundus e quaisquer outros divertimentos com vozerio que perturbassem o sossego e descanso natural da população. Assim como, pessoas estavam proibidas de circular na vila com armas (RIBEIRO, 2005, p 34-37).

Esse conjunto de regras para promover a disciplinarização dos espaços públicos reflete uma visão de grupos sociais dominantes que desejam ordenar a vida social e os modos de vivência a partir do processo de modernização de natureza excludente. No início do século XX, esse modelo

difundido sob a perspectiva da regeneração da cidade, como classificou Nicolau Sevcenko (1983), se traduziu a partir da demolição dos casarões na capital federal, abertura de avenidas, condenação de manifestações culturais das classes populares, como os batuques dos negros, a proibição das serenatas e do uso do violão, considerado símbolo da vadiagem.

A imprensa juazeirense repercutiu esse modelo de modernização e divulgou códigos sociais para promover a organização do espaço social e determinar normas de conduta e do bom viver na cidade. O *Correio do São Francisco*, de 17 de janeiro de 1904, publicava as regras do código de postura como a proibição da criação de animais nas residências e a livre circulação nas ruas. Devia-se evitar que cães e porcos “ficassem soltos nas ruas, chamando atenção para o vergonhoso espetáculo de imundície”, sob pena de multas. Se os moradores desejassem criar animais, deveriam ser construídos locais específicos a 1km da área do município. Quem fosse passear com os cães nos espaços públicos deveria trazer coleiras fornecidas por órgãos municipais com a identificação do dono. Estabelecimentos comerciais de venda de alimentos perecíveis deveriam ter autorização do poder público²⁶.

Se essas regras aparentemente foram feitas para tornar a cidade esteticamente agradável, elas também demonstravam uma forma de controle sobre parte da população. Notícia publicada na edição do jornal faz referência à prisão de dois moradores que vagavam nas ruas, às 11 horas da noite, sem destino. Outro foi preso por se encontrar em estado de embriaguez, às 7 horas da manhã, pronunciando palavras obscenas.

José Murilo de Carvalho (1987) esclarece que os diversos ordenamentos durante o período de instalação da República, como o uso do espaço público, do comércio e das habitações, foram repudiados por parte da população que reagiu com eventuais revoltas, mesmo tendo que se submeter à avalanche de uma “cidade que se civiliza” por estímulo do poder público. Já em cidades, como Juazeiro e Petrolina, não conseguimos identificar, nos jornais, nenhum tipo de revolta popular aos novos ordenamentos do espaço urbano. Mas a imprensa divulgou informes a respeito da proibição da circulação de pessoas à noite, o que poderia ser exemplo de comportamento beligerante, perigoso, repreensível, passível de prisão.

Valores como instrução pública e difusão de bens culturais foram estimulados no ritmo da cidade que buscava se modernizar. Já na segunda metade do século XIX, a vila de Juazeiro,

²⁶ *Correio do São Francisco*, 17 de janeiro de 1904.

centro da Comarca de Sento Sé, procurava incentivar o acesso aos serviços educacionais, mesmo que para um público reduzido. Em 1833, existiam 30 alunos, entre eles duas mulheres, na escola mantida pelo poder público e Câmara Municipal. Os alunos entravam às 8h da manhã e seriam liberados às 11 horas, devendo se dedicar somente às leituras (RIBEIRO, 2005, p. 54).

A valorização de um sistema educacional fomentava o gosto às artes e às festas populares, embora destinadas a um público com posses econômicas. Foram criadas, no final do século XIX, a Sociedade Filarmônica 28 de setembro e a Sociedade Filarmônica Apollo Juazeirense, que mantinham bandas de música e eram espaços de sociabilidade para encontros festivos da população mais abastada. Em 1903, foi criada a Sociedade Literária José Petitinga, que durou apenas dois anos, e foi um ambiente para encontros de literatos e tipógrafos.

A música era um bem cultural compartilhado na comunidade. Na proclamação da abolição da escravatura, a Câmara Municipal registrou em ata o término do que eles chamaram “elemento escravo no Brasil”. Foram afixados editais em locais públicos informando o fim da escravidão e contratada a Filarmônica Apollo Juazeirense para desfilar pelas ruas entoando músicas.

Esses atos comunicativos foram construindo a imagem de uma corte do sertão, adepta dos costumes, e de uma cidade que se civiliza. No começo da República, em 1890, a cidade se mobilizou para eleições municipais. Com a promulgação da Constituição Baiana, 5 mil eleitores escolheram os conselheiros municipais em 1893. Com a eleição de intendentess municipais, se deu a construção de vários equipamentos urbanos. A primeira e mais significativa foi a estação da Estrada de Ferro Leste Brasileira, em 1907, considerado um marco do progresso e com bom gosto arquitetônico. O prédio imponente, feito de concreto, ladrilhos de mármore italiano na plataforma, tinha ornamentos que simbolizavam o comércio, a indústria e o progresso, como a roda de uma locomotiva²⁷.

²⁷Durante a construção da ponte Presidente Eugênio Gaspar Dutra, nos anos 1950, a estação foi demolida. Atas da Câmara Municipal registram que o processo completo de demolição ocorreu em 1961.



Figura 1: Estação da Ferrovia Leste, Juazeiro-BA. Sem/data. Acervo particular²⁸

Existia também a preocupação com um sistema de saúde que fosse eficiente. Em 1885, inaugurou-se a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, pelo médico nascido na cidade, José Ignácio da Silva, que foi deputado e prefeito. Colaborador do *Correio do São Francisco*, José Ignácio recriminou o costume de contratar parteiras e recomendava que as famílias não expusessem as crianças e mães a um tratamento considerado como desumano e sem higiene, podendo causar a morte da parturiente e do filho.

A imprensa carioca, como a revista *O Malho*, disseminou algumas imagens que demonstravam a propagação das ideias de modernização pelo sertão, como a construção da sede da filarmônica Apollo e do Grande Hotel Lopes. A legenda da foto destacava a prosperidade da cidade, em função da integração da viação fluvial à linha férrea.

²⁸ Não foi identificado o autor da foto. Mas a imagem foi publicada no livro de João Fernandes da Cunha (1978) e disponível no acervo online do *Gazzeta do São Francisco*, editado em Petrolina-PE.



Figura 2: Edifício do Grande Hotel Lopes e Philarmônica Apollo. Acervo: *O Malho*, 1907.

Podemos conceber a circulação dessas imagens na imprensa como propagandas das ideias de uma cultura moderna que provoca mudanças nos hábitos e costumes e viabiliza fluxos de comunicação entre as cidades do interior e regiões centrais do país.

1.2 A cidade sob o olhar da imprensa

A crença no progresso e na ciência se transformava em notícias como a defesa do cultivo irrigado na região, com o plantio de alimentos beneficiados pelas águas do rio. Não se tratava de uma ideia visionária. No início de 1900, o governo do estado adquiriu terras para instalar o Campo Prático de Viticultura, posteriormente transformado em Horto Florestal. No centro de aprendizagem agrícola, foi construído um sistema de aqueduto para cultivo irrigado, em 1907, que funciona até hoje. O *Correio do São Francisco* trazia semanalmente informes sobre as condições climáticas e meteorológicas coletadas na própria região.

No início do século, a cidade sofria com as costumeiras enchentes do rio São Francisco. Em 1906, a inundação destruiu casas e provocou o desabastecimento dos gêneros alimentícios. O *Correio do São Francisco* publicou artigos reivindicando a necessidade de melhoramento do cais para controle da vazante do rio.

As melhorias no espaço urbano foram implementadas no governo do intendente Aprígio Duarte Filho. Em 1912, foi iniciada a obra de instalação do cais, onde aportariam as embarcações que singravam o rio São Francisco até Pirapora e os paquetes, barcos menores que faziam a travessia para Petrolina, na margem pernambucana. A construção do cais foi um evento festivo, acompanhado pelos jornais *Correio do São Francisco* e *Folha do São Francisco* e filarmônicas locais. O projeto previa uma obra extensa, mas, por falta de recursos financeiros, foram construídos 15 metros. A conclusão só ocorreu na década de 1930.



Figura 3: Cais e entreposto comercial de Juazeiro-BA. Foto sem/data²⁹.

²⁹ Imagem sem identificação de autor. Coletada no arquivo do *Gazzeta do São Francisco*, de Petrolina-PE. Essa imagem foi capturada antes dos anos 1950. Após essa data, existe a ponte Presidente Dutra e, qualquer imagem capturada desse ponto do cais da cidade, obrigatoriamente se visualiza a ponte, o que não se vê nesta foto. Essa foto também tem no acervo Maria Franca Pires, do Departamento de Ciências Humanas, UNEB.

Além do cais, ocorreram obras para o melhoramento da malha urbana do município, calçamento e alargamento das ruas, construção de prédios públicos considerados modernos, como o Paço Municipal, coretos e a arborização das praças públicas, implantação de matadouros para ordenar o corte dos animais, geralmente feito em currais e em condições insalubres.

Melhorar as condições sanitárias era uma preocupação do município, pois, em 1916, houve um surto de peste bubônica, que levou a morte 20 pessoas. Médicos e sanitaristas se instalaram na cidade e impediram a proliferação da doença. As classes dirigentes defenderam a criação de instrumentos urbanos eficientes, como o melhor aproveitamento da Santa Casa de Misericórdia para atendimento de pessoas adoentadas, e equipamentos urbanos como matadouro para evitar proliferação de doenças por contaminação dos alimentos.

O redator Manuel Rodrigues do Nascimento, do *Correio do São Francisco*, relatou a inauguração do matadouro em 2 de julho de 1913. Um grande número de pessoas viera para conhecer o novo prédio, localizado no Angaris, e aplaudir, como o redator descreve, o coronel intendente municipal Aprígio Duarte Filho. Na notícia, as fontes oficiais, como representantes de instituições públicas e entidades a exemplo do Clube Comercial e Filarmônicas, ganham destaque. O redator faz referência aos populares como uma multidão anônima. A notícia não descreve as condições do matadouro, capacidade nem equipamentos presentes. Ela serve como registro de uma obra com a presença do representante oficial, o prefeito.

Redatores da imprensa relatavam ao leitor as novidades ocorridas na urbe. O redator Américo Sampaio, pela *Folha do Povo*, e José Martins Duarte, do *Correio do São Francisco*, narraram a inauguração do Mercado Municipal, em 1916. Nesse mesmo ano, também se inaugurou o Grupo Escolar, com a presença de Olegário de Assis, pai de José Assis, fazendo a cobertura pelo *Jornal da Barra*.

Podemos inferir que a imprensa servia como uma instituição para dar visibilidade aos projetos dos grupos dominantes e conferir credibilidade aos atos administrativos. Ainda hoje, na cidade, permanece a prática de se fazer o registro nos jornais locais dos atos de inauguração das obras públicas, geralmente com um teor de celebração.

Existem alguns indícios de que a imprensa, mantida por elites locais, pode exercer uma função de vigilância do poder público. Edson Ribeiro (2005), no livro *Juazeiro na esteira do tempo*, esclarece que a imprensa não ficou impassível à administração de Aprígio Duarte nas primeiras duas décadas do século XX. Condenava-se o uso indiscriminado dos recursos

financeiros para obras de melhoria da infraestrutura urbana. Edson Ribeiro relata que alguns jornalistas tornaram públicas as críticas feitas pelo Tribunal de Contas do Estado ao uso indiscriminado do recurso financeiro e às dívidas públicas contraídas, bem como à falta de pagamento aos professores e à ausência de recursos para comprar equipamentos para as escolas públicas recém instaladas. O *Correio do São Francisco* publicou críticas às decisões do prefeito. Em decorrência, o proprietário Jesuíno D'Ávila³⁰ sofreu espancamento em praça pública.

Episódios como esse demonstram como a imprensa foi uma arena de disputa política, seja para fiscalizar os atos municipais como também para dar visibilidade aos acontecimentos públicos. Esta situação pode indicar, ainda, que uma imprensa com autonomia discursiva estava em processo de construção e era marcada por tensões. A liberdade de imprensa como um ideal de uma empresa jornalística moderna ainda não era um valor reconhecido.

Na década de 1930, outros jornais acompanharam e registraram os surtos de modernização que se proliferaram na cidade, como *O Éco*, *A Luta* e os impressos produzidos por José Assis. Como destacaremos ao longo da tese, a produção jornalística do tipógrafo sempre trouxe esses vestígios de pensar uma cidade moderna, com racionalidade na organização espacial e com costumes e hábitos que pudessem assegurar uma urbe com bons serviços.

A preocupação com equipamentos urbanos eficientes e que oferecessem bons serviços à população pode ser percebida em uma das edições de *A Marrêta*. Em 1935, José Assis satirizava os costumeiros atrasos do trem da Estação de Ferro e anunciava a inauguração do “Trem Kagado”, que seria rápido e veloz, podendo percorrer até 7 km por dia. O texto satírico anunciava que, graças *A Marrêta*, os cidadãos usufruiriam de novos vagões de trem e bem mais eficientes.

A fim de regularizar a nossa volumosa correspondência, incubimos o nosso propagandista ora na Capital do Estado, Sr. Dalter Oliveira de acertar um meio de acabar com os atrasos dos “expressos” da Leste, os quais tem chegado aqui aos trancos e barrancos. Agora, felizmente aquele nosso auxiliar conseguiu descobrir o trem kagado, verdadeira maravilha, o qual vai iniciar uma viagem para aqui desenvolvendo uma força extra rápida.

³⁰ Jesuíno D'Ávila se tornou redator-gerente do *Correio do São Francisco* em 1907, e o jornal passou a ser propriedade da tipografia Souza&Ávila. O jornal foi criado em 1901 por José Ignácio da Silva, mas não sabemos a razão da venda do periódico.

A novidade era anunciada aos leitores por meio de um telegrama que informava que a próxima viagem seria pelo novo trem. Em outras edições, fez referências aos atrasos de mais de um dia dos trens utilizando-se da linguagem de cordel: “chega o trem de madrugada / Numa Carrera infernal / com o atraso de um dia / É cousa bem natural”. Em outras edições, ressaltava o controle social da guarda municipal sobre a circulação de pessoas à noite e a necessidade de melhoramentos urbanos, entre outros aspectos.

A imprensa procurou difundir essas ideias de modernização pelo sertão baiano como parte de uma cultura moderna que provoca mudanças nos hábitos e costumes, viabilizando fluxos de comunicação entre as cidades do interior e regiões centrais do país. Jornalistas estavam mobilizados por uma função similar a exercida por alguns literatos brasileiros que percebiam a literatura e a imprensa com uma missão civilizadora, como aborda Nicolau Sevcenko (1983). Esses profissionais foram responsáveis pela expansão de uma ordem letrada, a qual discutiremos no próximo capítulo.

2. Jornalistas, Mediações e Redes de Sociabilidade

Em 1937, o leitor de *O Pharol* foi convidado a conhecer a redação de uma imprensa do interior³¹. A oficina estava situada em uma sala atravancada com cavaletes desconjuntados e sobre eles caixas de tipos enegrecidos e gastos pelo uso. Tipos miúdos e graúdos, compostos por caracteres redondos, grifos e negrilas, elzevires e normandos, que formariam o texto, título e subtítulos.

Sobre os cavaletes, encontrava-se debruçado o “pobre rapaz, o compositor, magro de passar mal e pálido do cheiro de tinta”, afirmava o articulista Pt Diamantino. O rapaz tem as pontas dos dedos polegar e indicador da mão direita carcomidas de juntar tipo, um a um, no velho componedor³², aonde, por mais espaços que empurre, não há modo de ajustar as linhas igualmente. A mão esquerda sustenta o componedor, a mão direita dança, agitada e febril, de caixa alta a baixa, catando letras, acentos e sinais, fazendo linhas e enchendo graneis. No final do dia, o operário, quase “entisicado, ganha uns mil reis e ainda se submete à tortura do revisor”.

O tipógrafo geralmente “não tinha muita instrução. Saiu cedo da escola, lê um pouco e comete erros na confecção do jornal, confunde letras e a grafia das palavras”. Apesar disso, é ele “quem coopera no preparo do alimento do espírito”. No pequeno jornal do interior, narra Pt Diamantino, a lei que proíbe acumulação de cargos não faz parte da rotina da tipografia. Se não for o dono, é o tipógrafo, o mais graduado dentre os operários em conhecimento vernaculares e técnicos, que se torna o gerente, o revisor, o paginador, o impressor, o responsável por colocar o jornal na rua.

É ele quem padece de preocupação para que não faltem rendas às oficinas. Padece de impaciência e solta imprecações à medida que organiza a página devido a composição mal justificada. É ele quem sofre com a “máquina muito ordinária, puxada a braço ou pedal, toda desajeitada de rolos mirrados e roídos, cuja impressão para chegar a sofrível custa um século de ajustes e um milheiro de provas”.

Talvez nem todos soubessem o sacrifício que era trabalhar na oficina gráfica e produzir o jornal, redigir o artigo, a crônica, a notícia. Diamantino afirmava que só seria possível saber se

³¹ O texto assinado por Pt Diamantino tem o título “Você sabe como se faz um jornal?”, publicado em *O Pharol*, 20 de Março de 1937. O jornal era editado em Petrolina, interior de Pernambuco, mas circulava nas cidades vizinhas.

³² Consiste em uma peça de madeira ou metal, com a qual o tipógrafo se utiliza para a colocação de tipos/letras formando linhas de uma determinada largura. Fonte: Museu da Imprensa. Disponível em: www.museudaimprensa.pt.

alguém lançasse um semanário, um quinzenário e, então, “terá conhecimento das agruras de tão ingrata missão, a soma incalculável de benefícios de lançar um periódico em terras indígenas e sertanejas. Ingrata, mas consoladora”.

O texto descreve o cotidiano da oficina gráfica, narrativa que era compartilhada por outros proprietários de tipografias. Nesse mesmo ano de 1937, José Assis escreveu ao leitor de o *Itiubense*³³ que ninguém podia saber o dissabor de confeccionar quatro páginas inteiras de semanário ao gosto do público. “Não se compreendem, sequer fazem ideia do esforço e do trabalho que se depreende para fazer um jornal à mão. E quanto é doloroso se ouvir de pessoas retrógradas: ‘mas que jornal chato, não tem nada o que se ler e outras heresias mais’”.

Havia toda uma série de infortúnios, desde a cobrança da assinatura que porventura fosse errada - pois o leitor se sentia ofendido por cobrarem duas vezes e não aceitava as desculpas pelo engano -, aos problemas de aquisição de equipamento técnico, preço elevado do papel aos recursos financeiros para garantir a sustentabilidade da pequena empresa. O leitor também questionava a linha editorial. Se o redator publicasse a sessão destinada ao público feminino com perfil e elogio às senhoritas da cidade, recebia recriminações. “Mas que há de fazer?”, indagava José Assis. E lamentava: “há de se esperar mais dessas mentalidades. Todos os cidadãos deveriam procurar ajudar a engradecer a terra que tem lhes servido de mãe carinhosa”.

São dois autores com estilos distintos, referindo-se à prática de fazer jornal a partir da perspectiva do tipógrafo-operário e do dono da tipografia. Além desses textos, quais outros indícios da prática social de acesso e consumo de jornais podemos encontrar? Quem foram os profissionais e que função exerciam? Eles constituíram uma comunidade jornalística, com modos de produção que se assemelham a práticas desenvolvidas em outras regiões do Brasil? Como essa comunidade de tipógrafos e proprietários de jornais construiu redes de sociabilidade mediadas por aparatos tecnológicos que circulavam no interior do país?

Procuramos investigar essas questões a partir dos fragmentos encontrados nos livros memorialísticos e, sobretudo, em acervos de periódicos em arquivos públicos. Como já nos referimos, grande parte do acervo foi destruído. O que encontramos, muitas vezes, foram edições, e não a série completa. Foram fragmentos, pedaços, artefatos do que restou do conjunto maior de

³³ *O Itiubense*, 6 de Junho de 1937. Jornal editado na cidade de Itiúba, Bahia, por José Assis, que discutiremos no quinto capítulo.

jornais. Mas esse material nos permite identificar o perfil desses profissionais e verificar práticas sociais e transformações na produção dos impressos.

Os primeiros homens de imprensa tiveram acesso à cultura letrada, eram médicos, poetas, bacharéis em Direito, juízes da Comarca e profissionais da arte gráfica. Todos eles compartilhavam de um conjunto de ideias relacionadas ao progresso, civilização e cultura letrada, como parte de uma modernização propagada por segmentos de uma elite política. Eles reproduziam o mesmo perfil dos homens públicos do século XIX, o jornalista, redator ou gazeteiro, que tinham a missão de difundir ideias e fazer os embates da política. Porta-vozes de interesses individuais ou de grupos em busca de notoriedade política (BARBOSA, 2013, p, 80).

No início do século XX, esse perfil permaneceu na imprensa juazeirense, com grupos se articulando para manter o jornal, como símbolo de um poder, mas também havia experiências singulares de pessoas que buscavam traçar um outro caminho nessa travessia da imprensa política para o jornalismo moderno. Tipógrafos, como José Assis, que tinham empreendimentos gráficos e desejavam constituir empresas jornalísticas, mesmo com as dificuldades relacionadas ao processo produtivo. Realizamos a amostra com a identificação dos jornalistas e jornais que circularam na cidade no período de 1895 a 1970³⁴ (cf. quadro 1).

³⁴ Esse quadro foi feito a partir das informações dos expedientes e de fontes memorialísticas com o perfil dos profissionais. Não foi possível identificar a profissão de todos pela escassez de material.

Quadro 1: Jornalistas e proprietários de jornais em Juazeiro - 1895-1970

Identificação	Jornal	Funções	Período (ano/década)	Profissão
Alberto B. Mariano	<i>O Democrata</i> <i>Voz do São Francisco</i> <i>Jornal de Juazeiro</i>	Proprietário Redator	1950	Jornalista e radialista
		Redator-Chefe	1970	
			1970	
Agostinho Muniz	<i>O Trabalho</i>	Redator	1931	Professor
Alípio Vieira da Silva	<i>A Tribuna do Povo</i>	Redator Articulista	1961	Engenheiro
Antônio Cursino	<i>O Arauto</i>	Redator	1939	Professor
Anísio Ramos de Queiroz	<i>Correio do São Francisco</i>	Colaborador	1901	s/identificação
Atanázio Aquino	<i>O Sertanejo</i>	Redator	1885	s/identificação
Aprígio dos Santos Araújo	<i>O Eco</i>	Proprietário Diretor	1920-1940	Tipógrafo e Secretário da Prefeitura Municipal
Áureo Viana	<i>O Momento</i>	Redator-Chefe	1928	s/identificação
Américo Chamusca	<i>O Palinuro</i>	s/identificação da função	1900	s/identificação
Carlos Padilha	<i>A Tribuna do Povo</i>	Redator	1961	s/identificação
Constatino Hermilio do Nascimento	<i>O Comércio</i>	Diretor Redator	1900	s/identificação
Clóvis Oliveira Mudo	<i>O Sertanejo/ O Sertão</i>	Tipógrafo Redator	1895	Tipógrafo
Custódio Sento Sé	<i>A Voz do São Francisco</i>	s/identificação	1952	Comerciante
Dermeval Ferreira Lima	<i>Diário do Juazeiro</i>	Proprietário e Redator	1925- 1946	Proprietário da Gráfica, tipográfico e secretário de partidos políticos
	<i>O Juazeiro</i>			
Eugênio Lima	<i>Folha do Povo</i> <i>Folha do São Francisco</i> <i>Almanque Litero-Comercial</i>	Proprietário e Redator	1907	Tipógrafo e proprietário de gráfica
Francisco Evaristo de Figueredo	<i>A Pérola</i>	Diretor-Redator	1901	Comerciante e Comandante de vapor
Francisco Neto	<i>Folha do São Francisco</i>	Redator	1911	s/identificação
João Fernandes da Cunha	<i>Arauto</i>	Redator-Proprietário	1939	Jornalista, professor, funcionário público.

Jesuino Inácio da Silva	<i>Correio do São Francisco</i>	Direção	1901-1904	Proprietário da Gráfica.
Joaquim Luiz de Queiroz	<i>A Pérola</i>	Redator	1901-1911	Juiz da comarca
Joaquim Matos Quinaud	<i>A Luta</i>	Redator	1929-1933	Tipógrafo, dono de gráfica
João Matos	<i>O Eco</i>	Colaborador	1925	s/identificação
José Ignácio da Silva	<i>Correio do São Francisco</i>	Redator Articulista	1901 - 1911	Médico, Deputado Estadual Prefeito
Jorge Gomes	<i>A Tribuna do povo</i>	Diretor	1957-1965	Radialista e funcionário público
Jorge de Souza Duarte	<i>O Eco</i> <i>O Juazeiro</i>	Redator	1946 a 1950	Estudante universitário/ Advogado
José Adriano	<i>O Direito</i>	Proprietário Redator	1925-1926	s/identificação
José Diamantino de Assis	<i>O Banjo,</i> <i>A Marrêta,</i> <i>O Astro,</i> <i>O Itiubense</i> <i>O Sertão</i> <i>Esporte</i> <i>A Tribuna do Povo</i>	Tipógrafo e Redator	1930-1969	Tipógrafo, proprietário de gráfica e jornalista
José Petitinga	<i>Correio do São Francisco,</i> <i>Folha do São Francisco,</i> <i>A Crisálida</i>	Redator Diretor de Redação Articulista	1901-1910	Tipógrafo e Escriturário contábil da Viação Baiana do São Francisco
Júlio Silva	<i>Baú Aberto</i>	Redator	1918	s/identificação
Olegário de Assis	<i>O Juazeiro</i>	Tipógrafo,	1901-1911	Tipógrafo e Rábula
Onias Oliveira	<i>A Voz do São Francisco</i>	Diretor	1950	Funcionário federal e cirurgião dentista
Paganini Nobre Mota	<i>Rivale</i> <i>Jornal de Juazeiro-Diário da Região</i>	Proprietário e Chefe de Reportagem	1970	Estudante universitário/ Médico
Raymundo Azevedo	<i>A Cidade de Juazeiro</i>	Proprietário	1896	Comerciante
Saul Rosas	<i>O Trabalho</i>	Redator	1931	Artífice e vereador
Walter Dourado	<i>O Juazeiro</i> <i>O Sertão</i> <i>A Tribuna do Povo</i>	Redator Cronista Colaborador	1950 1960	Escritor, professor

Na amostra realizada, verificamos características do universo da cultura letrada, que foi valorizado pela escrita memorialística sobre a cidade e seus personagens. No início dessa imprensa, o jornalista e dono de jornal era um atributo associado às pessoas cultas e pertencentes a segmentos da classe dominante na cidade, o que interferia, inclusive, na linha editorial e na escrita do texto. Jornais como *Correio do São Francisco* tinham uma linguagem rebuscada e algumas edições traziam citações de escritores em língua francesa no corpo do artigo de fundo.

O jornalista João Fernandes da Cunha (1978) se referiu à participação de Joaquim Luiz de Queiroz, promotor da Comarca e colaborador do *Correio do São Francisco*, como um “jornalista primoroso, pelo estilo, pela profundidade dos conceitos filosóficos, pela elevação moral e sabedoria”. O médico e prefeito da cidade, José Ignácio da Silva, foi colaborador da imprensa e escrevia artigos sobre práticas médicas e novidades científicas para o *Correio do São Francisco*, editado pelo irmão Jesuíno Ignácio da Silva.

Para ser reconhecido na sociedade juazeirense como profissional da imprensa, ressaltavam-se as habilidades literárias, a origem de homens cultos e com boa conduta. Quem se aventurava a pertencer ao círculo seleta de jornalistas, recebia recomendações dos membros da sociedade juazeirense, que os acolhiam como sonhadores que ousavam construir uma carreira profissional.

Foi o que aconteceu com o jovem alagoano Eugênio Lima que lançou o *Folha do São Francisco*, em 1911. O médico e provedor da Santa Casa da Misericórdia, José Ignácio, encaminhou uma carta ao jovem, parabenizando por ser um “um moço de tão fino quilate”, um homem virtuoso que tinha a “nobre missão de produzir um jornal e educar a população”. José Ignácio dava as boas-vindas e afirmava que era necessário tornar a cidade liberta dos vícios associados à falta de uma cultura letrada³⁵.

A ideia predominante, no início do século XX, era de que a cidade se civiliza incorporando novos hábitos sociais e construindo modos de viver que passavam por processos culturais difundidos pela imprensa, responsável por divulgar as novidades e conformar as percepções desse novo mundo. Ao mesmo tempo, esses processos demonstravam também a dissolução da velha sociedade imperial, patriarcal, aristocrática e a montagem da nova estrutura urbana mais

³⁵ A correspondência foi publicada na *Folha do São Francisco*, em 25 de abril de 1912. Cf. CUNHA, 1978. Não foi encontrada nenhuma edição desse jornal.

adequada aos novos segmentos sociais emergentes. Condenavam-se os costumes populares ligados pela memória à sociedade, como os ritos musicais da população negra e os festejos noturnos associando ainda uma política de expulsão de classes populares das áreas centrais das cidades (SEVCENKO, 1983). Esse processo de modernização e projeto de civilização trazia em si modos de exclusão social, mas era um desejo cultivado pelos homens de imprensa.

Considerava-se que a imprensa tinha uma missão de transmitir a cultura. Foi isso que motivou o jovem João Fernandes da Cunha a fundar *O Arauto*, junto com o professor Antônio Cursino, em 1939. Nas suas memórias, ele relatou que se considerava um jovem idealista que se dispôs a publicar um jornal “que pudesse servir de veículo às expansões intelectuais da mocidade juazeirense e de todos aqueles que se interessassem pela literatura” (1978, p. 143).

Nessa relação da imprensa com a cultura letrada é preciso destacar a influência de José Florentino de Sena, conhecido como José Petitinga. Ele nasceu em Amargosa, em 1866, e fixou residência em Juazeiro em 1894, para trabalhar como escriturário contábil da Viação Baiana do São Francisco. Na cidade de Juazeiro, ele fundou a Associação Literária José Petitinga junto com Euclides Thiers da Silva, fundador da Sociedade Filarmônica Apollo Juazeirense. A associação literária reunia jovens para leituras de obras dramáticas, livros e jornais. Poetas como Antônio Soares de Miranda, Cândido Cardoso Leal realizavam encontros para debates literários na associação que funcionou como café literário (RIBEIRO; 2005).

José Petitinga foi o grande incentivador das artes gráficas na cidade e editou *A Crisálida*, em 1904, e foi redator de *O Correio do São Francisco* e a *Folha do São Francisco*. Na Associação, Jesuíno D’Avila, Manuel Nascimento, Francisco Neto, Eugênio Lima, Olegário de Assis, Demerval Lima, Crestes Lima, Joaquim Luís de Queiroz aprenderam o ofício e produziram jornais e revistas.

As tipografias eram espaços de aprendizado profissional. Quem poderia investir em uma educação formal e técnica encaminhava os filhos para a capital Salvador ou Rio de Janeiro, para continuar os estudos. Já os pais de classes sociais menos abastadas conduziam os filhos para aprender o ofício nas gráficas da cidade.

O padre Joaquim Diamantino de Oliveira começou a sua trajetória de tipógrafo em *A Folha do São Francisco*. O seu irmão Pedro Diamantino foi auxiliar de compositor na oficina de *O Éco* na década de 1930. Aprendeu a compor os tipos com José Negrão e o encarregado da composição do jornal, o gerente Isafas Santos. Trabalhou alguns meses e já manejava bem o componedor.

Mas era considerado “um moleque que vivia a cantar na redação” e foi despedido. “Não tive, naquele instante, outro argumento, senão meter a viola no saco e ir cantar noutra lugar”, narrou Diamantino no seu livro de memórias *Juazeiro da minha infância* (1959). Desapontado, o pai disse que ele jamais se tornaria um homem se continuasse com essas travessuras, pois o trabalho era importante para as rendas domésticas e para o futuro do garoto.

Três meses após ter sido despedido da oficina gráfica, o pai procurou Aprígio Araújo para que pudesse readmiti-lo. Foi contratado como compositor e ganhava 1\$500 (réis) por dia³⁶. A redação tinha a grande rotatividade de tipógrafos, alguns se tornaram empreendedores dos seus próprios negócios. João Negrão foi trabalhar em uma oficina em Salvador. Os tipógrafos Virgílio Costa e Manoel Franco montaram empreendimentos em Realengo, no Rio de Janeiro (DIAMANTINO, 1959, p. 198).

Conhecer o ofício das artes gráficas se constituiu no valor simbólico para diversos jovens que buscavam uma profissão. Muito deles começaram o ofício cedo, ainda garotos. José Assis aprendeu a arte de composição do texto na oficina de *O Éco*. Foi companheiro de Pedro Diamantino no trabalho da oficina. Com 15 anos, lançou *O Astro*, com sátiras e textos literários (cf: figura 4). O jornal trazia ilustrações feitas com xilogravuras e textos formatados em três colunas. Pedro Diamantino conta que escreveu textos literários para o jornal e pequenas sátiras.

³⁶ Marialva Barbosa traz dados sobre os salários dos gráficos cariocas no início do século XX e demonstra como os vencimentos foram diminuindo diante de fatores como a mecanização das oficinas. O tipógrafo recebia menos do que um trabalhador manual como pedreiro. O tipógrafo caixista ganhava de 4 a 5\$000 por dia em 1917. Um aprendiz, 2\$000 (BARBOSA, 1991, p 131-132).

José Ferreira Gomes teve uma gráfica, livraria e lançou *O Pharol*, aos 15 anos, em Petrolina. O jornal teve uma longa periodicidade, circulou de 1915 até 1989, sendo administrado pelo proprietário até o início dos anos 1980. Na redação do periódico petrolinense, muitos jornalistas iniciavam a trajetória nas artes gráficas. José Assis trabalhou na tipografia do jornal e agradeceu a ajuda do confrade, a quem ele tinha estima e admiração. *O Pharol* trouxe inovações gráficas como clichês fotográficos na década de 1930 e publicava notícias locais, nacionais e internacionais, provenientes de agências de notícias (cf. figura 5).

Dermeval de Souza Lima também investiu no segmento gráfico e foi redator de *Diário de Juazeiro* e de *O Juazeiro*, que circulou em dois períodos distintos: de 1908 a 1912, e da década de 1922 a 1954. Em 1908, lançou *O Juazeiro* com Olegário de Assis e o primo Eugênio Lima. Ele escreveu artigos para *O Malho* e *Revista para Todos*; lançou o periódico *O Sertanejo*, em Barra do Rio Grande; e fundou a *Cidade de Remanso*, *O Remanso* e *O Diário de Remanso* (DUARTE, 1985, p 94). Os jornais tinham periodicidade curta. Ele também ocupou cargos administrativos na Santa Casa de Misericórdia e na secretaria do Partido Republicano e do Partido Trabalhista Brasileiro.

É interessante observar que as edições da segunda fase de *O Juazeiro*, do ano de 1931, já apresentavam inovações gráficas como o uso de fotografias, notícias de esporte e colunas separadas por fios. Ainda não havia uma padronização do texto informativo, mas o jornal tinha uma boa apresentação gráfica e explorava tipografia diferenciada no tamanho para destacar as manchetes (cf. figura 6). O periódico publicava propaganda de medicamentos e pequenas notas sobre o uso de remédios para a saúde da mulher. Já as duas edições publicadas em 1946 e 1950 não continuaram com o mesmo padrão gráfico, e fizeram pouco uso de fotografias³⁷.

³⁷ Foram encontradas duas edições de *O Juazeiro*, edição Ano 30, N 13, 18/10/1947; e ed. 33, N 27 (22/11/1950), no acervo Maria Franca Pires, Departamento de Ciências Humanas, da Universidade do Estado da Bahia, Campus III, Juazeiro-BA.

Director propietario - Geremio Ferreira Lima
Fundada por Otaviano de Assis

O JUAZEIRO

ANNO 6 - NUMERO 26
SEGUNDA FOLHA

DO BAHIA-BRASIL DO

ORGAN INDEPENDENTE, LITERARIO E NOTICIOSO

JUAZEIRO, 26 DE JULHO DE 1931

FOOT-BALL

Uma rebatida em tempo

O "Castro Alves" perde para o "Associação" por 2 x 1

2º. taama - Venceu o "Castro Alves" por 2 x 1

Primeiramente antes de iniciarmos o relato da partida, devemos lembrar ao leitor de que o jogo foi disputado em campo alagado, em virtude da chuva que caiu durante a noite anterior. O jogo foi disputado em campo alagado, em virtude da chuva que caiu durante a noite anterior.

O jogo foi disputado em campo alagado, em virtude da chuva que caiu durante a noite anterior. O jogo foi disputado em campo alagado, em virtude da chuva que caiu durante a noite anterior.

O jogo foi disputado em campo alagado, em virtude da chuva que caiu durante a noite anterior. O jogo foi disputado em campo alagado, em virtude da chuva que caiu durante a noite anterior.

O jogo foi disputado em campo alagado, em virtude da chuva que caiu durante a noite anterior. O jogo foi disputado em campo alagado, em virtude da chuva que caiu durante a noite anterior.

O jogo foi disputado em campo alagado, em virtude da chuva que caiu durante a noite anterior. O jogo foi disputado em campo alagado, em virtude da chuva que caiu durante a noite anterior.

O jogo foi disputado em campo alagado, em virtude da chuva que caiu durante a noite anterior. O jogo foi disputado em campo alagado, em virtude da chuva que caiu durante a noite anterior.

O jogo foi disputado em campo alagado, em virtude da chuva que caiu durante a noite anterior. O jogo foi disputado em campo alagado, em virtude da chuva que caiu durante a noite anterior.

O jogo foi disputado em campo alagado, em virtude da chuva que caiu durante a noite anterior. O jogo foi disputado em campo alagado, em virtude da chuva que caiu durante a noite anterior.

O jogo foi disputado em campo alagado, em virtude da chuva que caiu durante a noite anterior. O jogo foi disputado em campo alagado, em virtude da chuva que caiu durante a noite anterior.

O jogo foi disputado em campo alagado, em virtude da chuva que caiu durante a noite anterior. O jogo foi disputado em campo alagado, em virtude da chuva que caiu durante a noite anterior.

O jogo foi disputado em campo alagado, em virtude da chuva que caiu durante a noite anterior. O jogo foi disputado em campo alagado, em virtude da chuva que caiu durante a noite anterior.

Cel José Teixeira do Amaral

Vicente com sua esposa, família em viagem para a Bahia, em 20 de setembro, onde vai assistir ao casamento de sua filha com o Sr. Antonio Batista em Ipanema, no Rio de Janeiro, e Cel. José Teixeira do Amaral figura de reluzente no salão conspurcado.

NASCIMENTO

Foi anunciado o lar do Sr. Carlos Souza, no dia 10 de julho, com uma maravilhosa filha, que do batizado recebeu o nome de Galdino.

O restabelecimento da Guarda Nacional

Foi fundado um gremio para defender os interesses da antiga milícia.

O gremio foi fundado para defender os interesses da antiga milícia. O gremio foi fundado para defender os interesses da antiga milícia.

O gremio foi fundado para defender os interesses da antiga milícia. O gremio foi fundado para defender os interesses da antiga milícia.

O gremio foi fundado para defender os interesses da antiga milícia. O gremio foi fundado para defender os interesses da antiga milícia.

O gremio foi fundado para defender os interesses da antiga milícia. O gremio foi fundado para defender os interesses da antiga milícia.

O gremio foi fundado para defender os interesses da antiga milícia. O gremio foi fundado para defender os interesses da antiga milícia.

O gremio foi fundado para defender os interesses da antiga milícia. O gremio foi fundado para defender os interesses da antiga milícia.

O gremio foi fundado para defender os interesses da antiga milícia. O gremio foi fundado para defender os interesses da antiga milícia.

O gremio foi fundado para defender os interesses da antiga milícia. O gremio foi fundado para defender os interesses da antiga milícia.

O gremio foi fundado para defender os interesses da antiga milícia. O gremio foi fundado para defender os interesses da antiga milícia.

O gremio foi fundado para defender os interesses da antiga milícia. O gremio foi fundado para defender os interesses da antiga milícia.

A "SÃO PAULO"

Paga 50.000\$000 na Bahia à Vista do negociante

Antonio Joaquim Alves Franco

Declara ter recebido da "SÃO PAULO" Companhia Nacional de Seguros de Vida, a quantia de R\$ 50.000,00 em favor de seu filho, Sr. ANTONIO JOAQUIM ALVES FRANCO, falecido.

Declara ter recebido da "SÃO PAULO" Companhia Nacional de Seguros de Vida, a quantia de R\$ 50.000,00 em favor de seu filho, Sr. ANTONIO JOAQUIM ALVES FRANCO, falecido.

Declara ter recebido da "SÃO PAULO" Companhia Nacional de Seguros de Vida, a quantia de R\$ 50.000,00 em favor de seu filho, Sr. ANTONIO JOAQUIM ALVES FRANCO, falecido.

Declara ter recebido da "SÃO PAULO" Companhia Nacional de Seguros de Vida, a quantia de R\$ 50.000,00 em favor de seu filho, Sr. ANTONIO JOAQUIM ALVES FRANCO, falecido.

Declara ter recebido da "SÃO PAULO" Companhia Nacional de Seguros de Vida, a quantia de R\$ 50.000,00 em favor de seu filho, Sr. ANTONIO JOAQUIM ALVES FRANCO, falecido.

Declara ter recebido da "SÃO PAULO" Companhia Nacional de Seguros de Vida, a quantia de R\$ 50.000,00 em favor de seu filho, Sr. ANTONIO JOAQUIM ALVES FRANCO, falecido.

Declara ter recebido da "SÃO PAULO" Companhia Nacional de Seguros de Vida, a quantia de R\$ 50.000,00 em favor de seu filho, Sr. ANTONIO JOAQUIM ALVES FRANCO, falecido.

Declara ter recebido da "SÃO PAULO" Companhia Nacional de Seguros de Vida, a quantia de R\$ 50.000,00 em favor de seu filho, Sr. ANTONIO JOAQUIM ALVES FRANCO, falecido.

Declara ter recebido da "SÃO PAULO" Companhia Nacional de Seguros de Vida, a quantia de R\$ 50.000,00 em favor de seu filho, Sr. ANTONIO JOAQUIM ALVES FRANCO, falecido.

Declara ter recebido da "SÃO PAULO" Companhia Nacional de Seguros de Vida, a quantia de R\$ 50.000,00 em favor de seu filho, Sr. ANTONIO JOAQUIM ALVES FRANCO, falecido.

Declara ter recebido da "SÃO PAULO" Companhia Nacional de Seguros de Vida, a quantia de R\$ 50.000,00 em favor de seu filho, Sr. ANTONIO JOAQUIM ALVES FRANCO, falecido.

Declara ter recebido da "SÃO PAULO" Companhia Nacional de Seguros de Vida, a quantia de R\$ 50.000,00 em favor de seu filho, Sr. ANTONIO JOAQUIM ALVES FRANCO, falecido.

FLUXO-SEDATINA
É A VIDA DA MULHER

PORQUE CONTINUAR UM FRACO

Um testemunho valioso

Hoje estou melhor do que há alguns dias. Estou mais forte e mais saudável. Estou mais feliz e mais contente.

Hoje estou melhor do que há alguns dias. Estou mais forte e mais saudável. Estou mais feliz e mais contente.

Hoje estou melhor do que há alguns dias. Estou mais forte e mais saudável. Estou mais feliz e mais contente.

Hoje estou melhor do que há alguns dias. Estou mais forte e mais saudável. Estou mais feliz e mais contente.

Figura 6: O Juazeiro, Julho/1931; Fonte: Acervo da Associação Bahiana de Imprensa, Salvador-BA.

O Pharol não seguiu, explicitamente, uma orientação político-partidária. Embora *O Pharol* tenha mantido vínculos com a Diocese de Petrolina nos anos de 1920 e 1930. O bispo Dom Malan ofereceu recursos financeiros para a compra de uma moderna prensa tipográfica (CAVALCANTI;CÔRREA, 2008). Já *O Juazeiro*, de Demerval Lima, seguiu, em alguns momentos, orientação partidária, até pelos vínculos que ele mantinha com grupos políticos. Contudo, os periódicos que mais se destacaram como tribunas foram *O Éco* e *A Luta*, como veremos.

2.1 Embates políticos na imprensa

A imprensa juazeirense foi ocupando a esfera pública como espaço de luta política. Nos anos 1930, essa verve da imprensa como instrumento de mediação dos interesses de grupos se tornou presente durante a Revolução de 1930. Nesse período, confrontaram-se dois periódicos com orientações editoriais distintas: *A Luta*, do professor João Leal e Joaquim Quinaud; e Aprígio Araújo, com *O Éco*.

João Leal era conhecido pelo estilo “combativo, ardoroso e veemente nas lutas que combateu”. Joaquim Quinaud por ser um jornalista que divulgava reivindicações populares; e Aprígio Araújo “com os seus magníficos editoriais, ora apoiando e aplaudindo as iniciativas do poder público, ora combatendo, com veemência e segurança os desacertos da administração”, como descreve João Fernandes Cunha (1978).

O Éco circulou do ano de 1924 até 1944³⁸. Podemos considerar um periódico com características de pequena empresa jornalística, pois se manteve com periodicidade regular, com duas páginas reservadas aos anúncios do comércio e editais públicos³⁹. Muitas edições traziam fotos, ilustrações, notícias de jornais cariocas e cobertura do esporte local.

Já na década de 1930, o jornal apresentava certa padronização do texto, distribuído em quatro colunas, separados por fios e manchete em destaque. Não costumava seguir uma mesma

38 O jornal foi propriedade de Aprígio Araújo de 1926 a 1942. Depois foi vendido a João Araújo Souza e, posteriormente, a Wilson Lins, em 1944, que chegou a editar algumas edições, conforme relato de Walter de Castro Dourado (1978). Não temos a data exata da extinção do periódico.

39 Foram encontradas três edições dos anos de 1936 e 1937 no acervo pessoal do governador da Bahia, Juracy Magalhães, no Centro de Documentação da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC), Rio de Janeiro; e edições no acervo do Museu da Associação Bahiana de Imprensa (ABI), em Salvador.

tipologia, às vezes fazia variações nos títulos das chamadas internas. Publicava informes do comércio, dos preços dos gêneros alimentícios e das cargas distribuídas no porto. No oitavo ano de sua fundação, o jornal assumia para o leitor que cometia erros previsíveis, mas continuava com a missão de ser um órgão de defesa dos interesses do sertão. Cf: Figura 7.

Instituto Geográfico e Histórico da Bahia
Av. 7 de Setembro - Bahia

O ECO

Propriedade De APRIQIO ARAUJO

Redação e Oficinas:
Rua DR. JUVENIL ALVES, n.º 9
Caixa Postal, N.º 14
Endereço Telegráfico:
ECO

UNião de Interesses Esportivos
Publicações em Cartão Corresponde com o
N.º 1000 - 1933
LUGAR: SALVADOR
Para o Estado - DE 1933
LUGAR: SALVADOR

Ano IX Diretor: — APRIQIO ARAUJO Juazeiro — Bahia (Brasil) — Quarto-feira, 19 de Julho de 1933 COLABORADORES DIVERSOS Numero 327

Oito Anos de Lutas Incruentas!... A Festa do "O ECO"

Vingamos hoje a oitava temporada de estranha pessoa da imprensa indígena, que palanamos sob claridade de fé incruentas em busca dum ideal sempre inalcançado.

E na contemplação enternecida da longarua percorrida, ensimesmamo-nos á sombra de daltoso oasis do espirito, em meio de severo exame do de como condurimos até agora a vida e a tarefa que ninguem nos ditou e a que nos arrojamos alegremente, — qual é a de defender os interesses do sério, — nossa terra, nossa vida, nossa alma!

Estatuamos expectantes ao pizar o político do templo do Dever, numa logica estranha julgamento, que desajamos ao qual temos mesmo o direito de aspirar.

Erros, tivemos a todos sempre; quem deles pode fugir?

E da contingencia humana a claudicancia nas esteras do senso e da razão, muitas vezes arrelatados que somos pelo inebilhão incoerente da injusticia da calunia ou da ingratitude.

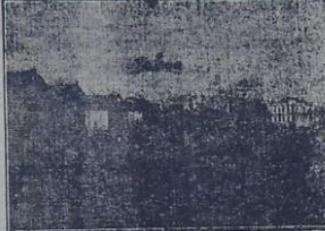
Ninguem, todavia, nos poderá acobimar de que fizemos, alguma vez sequer, as leis imperativas do patriotismo, da coerenza de altitudes e da lealdade, que têm sendo o estilo maximo do nosso lancinante peregrinar pelo campo agrio e esfarrado do jornalismo.

— Ao sério, até onde hemos podido, temos dado o grande esforço das energias todas de que somos capazes: dobrando nos em luta pugnar pelos direitos de nossa patria, e contra a opressão de seus povos; batendo-nos pelos desparatamento ultranacionalizado de suas forças economi-

As Grandes Transformações da Cidade

A Prefeitura, de Picareta em Punho, Vai Derrubando, Remodelando, Construindo...

Uma Palestra do O'ECO Com o Chefe de Executivo



Minha homenagem ao "O ECO", paladino da boa imprensa, na sua data aniversarial, 19 de Julho de 1933.

— ASSISTENTE JOSÉ MENEZES —

O inestimavel serviço que, aos gentes a imprensa periodica, trazendo-nos, cada dia, ao par do que vai pelo mundo e uma permittido observar, ainda palarem os interesses nacionaes, coletivos, só á comparavel áquele outro com que nos occorre o cerebro, por intermediação da memoria, permitindo-nos, a cada passo, o discernimento das fetsas a interpenetraçao de causas factas, onde os sera e as cosas e sua vez se movem, oferecendo constantemente modificação do scenario, exigido de toda nós uma coativa conveniencia e precavida.

A imprensa, está para a solidificação da memoria, permitindo-nos, a cada passo, o discernimento das fetsas a interpenetraçao de causas factas, onde os sera e as cosas e sua vez se movem, oferecendo constantemente modificação do scenario, exigido de toda nós uma coativa conveniencia e precavida.

O conceito da adaptação é, para a imprensa, a opinião publica e, para o individuo, o exercicio do senso; uma e outra pode ser elevada de erro, mas, ambas, correspondem á maior necessidade preponderante.

O senso ou é pessoal ou coletivo, publico ou é espontanea e cética, ou suggestiva e dogmatica.

Nos muitos erros céticos e matricios dos erros individuais provém da falta de bom senso e a quasi totalidade dos erros céticos tem por motivo na opinião mal formada.

(Continua na 4.ª pagina)

Mesmo Contra a Vontade... O Candidato á Governança Baúcha Será o Sr. Flores!



Ministro OSWALDO ARANHA

RIO, 19 (Bahia) — A proposito de telegrama vindo do Rio Grande do Sul sobre a sua candidatura, o Ministro da Fazenda, procurador pela "A Hora" denunciou tal noticia, acrescentando tal noticia.

O presidente constitucional do Rio Grande do Sul será o sr. Flores; só pode ser elle.

O meu nome está fora de cogitação.

O Rio Grande inteiro quer o sr. Flores da Cunha. Quer queira, quer

A Caça á Féra!

Passam Por Esta Cidade 20 Contratados Sob o Comando do Jovem José Soares

No comboio de ontem notava-se uma classe blindada pelas cores bizarras de homens poderosamente armados.

Era uma ala de contratados que voava em busca do terrivel bandido Lampejo.

Mais tarde o seu comandante, o jovem curagoense José Soares, visitava a nossa redação, onde em palestra narrou-nos as peripetias de sua atividade militar.

Rumaram á noite, de caminhar, em busca da féra, e levam um aparelho de radio que localizarão convenientemente.

Varias outras colunas internacionais da margem da Este, contra Lampejo.

Aguardemos os resultados.

O'ECO

Amanhã Iniciaremos o nosso serviço de cobrança de assinaturas vencidas hoje, e do novo ano comercial hoje a encetarmos.

Aos nossos assinantes e amigos pedimos o apoio carinhoso e decidido, com que sempre nos animam.

O Itamarati... Em Comidas



O Sr. MELLO FRANCO

RIO, 19 (AB) — O ministro do Equador ofereceu hoje um almoço ao sr. Mello Franco, ministro das Relações Exteriores.

Varias autoridades e diplomatas foram convidados para participarem dessa homenagem.

A Aliança Gaúcho-Pernambucana dá Que Pensar...

O Catete de Tudo Sabe!

Um Sensacional Artigo do Sr. Luis Vianna Filho



O Interentor LIMA CAVALCANTI Não se Saba o Assunto da Palestra

RIO, 9 (A TARDE) — A noticia politica de maior interesse do dia de hoje foi a sua divulgada e confirmada, realizada na seguinte guisa: Sr. sr. Flores da Cunha, João Carlos Machado e Lima Cavalcanti.

Esta entrevista, cuja importancia está a revelar nos olhos de cada leitor, em matéria politica, o Catete lá vai, lá vem.

(Continua na 4.ª pagina)

Importante Conferencia

PORTO ALEGRE, 9 (A TARDE) — Retornado — Porto Alegre, depois das 11 horas de regresso ao palacio, acompanhado do sr. Lima Cavalcanti, interentor federal no Estado de Pernambuco, o sr. Carlos Machado e o general Flores da Cunha conferenciam no palacio, onde tiveram lunch com o sr. Machado.

Durante a conferencia, o sr. Machado fez uma conferencia, ordenando que ninguém interrompesse.

Durante a conferencia o telegrapho do palacio estava sem ligação directa com a estação telegraphica do Catete.

Figura 7: O Éco, 19/07/1933. Acervo: Instituto Geográfico Brasileiro da Bahia, Salvador-BA

As notícias se referiam às disputas políticas na região e no Estado, com noticiário sobre o governador Juracy Magalhães. *O Éco* foi idealizado como jornal de tendências políticas. Aprígio Araújo trabalhou no serviço público, como secretário do prefeito Aprígio Duarte Filho e assumiu cargo público em Salvador na década de 1940. Era considerado um “jornalista com estilo primoroso e linguagem ferina” e com certa independência política, “não havendo administrador da época ileso à sua pena contundente” (DUARTE, 1985, p.79).

Na edição de 14 de março de 1936, o diretor e proprietário Aprígio Araújo publicou artigo com críticas ao leitor Emanuel Oliveira, retrucando a suspeita de fraude nas eleições municipais daquele ano. À época, a cidade tinha um movimento autonomista de oposição ao Partido Social Democrático (PSD), agremiação política criada pelo interventor Juracy Magalhães, em 1933, para se manter no poder em aliança com forças coronelistas do interior⁴⁰. As fraudes foram consideradas um escândalo, mas não foram comprovadas e o PSD saiu vitorioso.

Emanuel Oliveira lançou boletim com acusações ao *O Éco* de ser conivente com a fraude eleitoral e ter sido de “um apaixonamento desprezível” na defesa das lideranças de Aprígio Duarte e Alfredo Viana no PSD. O boletim acusava o diretor do periódico de “oportunismo banal” e subserviência por ser secretário na Prefeitura Municipal. O proprietário de *O Éco* rebateu:

“ora vejam só as diferenças de mentalidades. Um jornal ligado a um partido por atitudes e por diversas do seu diretor estreitamente identificado é apodado porque toma a defesa do partido! Mas defesa em quais circunstâncias. Quando o partido depois de uma vitória nas urnas é acusado de infâmia de havê-la conquistado usando de torpe e criminoso processo de arrombar o fundo dessas urnas⁴¹”.

40 Este partido não tem relação com o Partido Social Democrático (PSD) criado em 1945 para oficializar a candidatura à presidente do General Eurico Gaspar Dutra. A criação do PSD baiano é decorrente de um acordo da política local baiana para manutenção do interventor cearense Juracy Magalhães no Estado, diante das resistências de grupos políticos que exigiam um interventor baiano e civil. Juracy Magalhães foi indicado como interventor por Getúlio Vargas, após a Revolução de 1930, e se aliou com forças coronelistas do interior para vencer as resistências a seu nome no governo. Em 1933, fundou o Partido Social Democrático (PSD) da Bahia, legenda que obteve ampla vitória nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, realizadas em maio daquele ano. Em 1935, foi eleito governador pela Assembleia Constituinte. Em 1937, Juracy Magalhães rompeu com Getúlio Vargas e se demitiu do cargo de governador. Filiou-se à União Democrática Nacional (UDN) e foi eleito governador da Bahia, nos anos de 1959 a 1963. Fonte Centro de Pesquisa e Documentação Getúlio Vargas (CPDOC).

41 *O Éco*, 14 de março de 1936.

Aprígio Araújo se colocava solidário com os “amigos tristemente caluniados” e afirmava que “a cidade já nos conhece no campo da intransigência política: sempre com os nossos amigos na defesa dos altos interesses partidários comuns”. O jornal assumia a defesa do grupo do PSD, mas procurava, mesmo usando de retórica, reafirmar a relação de fidelidade com o seu público: “não nos movem conveniências de Secretarias de Prefeituras, porque a manutenção do *Éco* não se faz por aí, mas pelos 10 anos de labor comercial que representam a vida de nossa casa”.

Para certificar ao leitor de que não se tratava de retórica política, Aprígio Araújo afirmava que colocara à disposição o cargo como secretário municipal e, em defesa do jornal, afirmava: “a política da nossa casa e de nossa gente é essa, e nunca a sordícia de um escravagismo partidário, hungido ao subalterno interesse de 10 mil reis diário de uma Secretaria!”.

Trata-se de um discurso construído no momento de embate político, mas que demonstra que *O Éco* tinha uma imagem pública a zelar. O jornal era instrumento para validar as opiniões do proprietário e dialogar com o público interessado nas disputas políticas regionais. Segundo João Fernandes Cunha (1978), o jornalista batalhava pelas “necessidades da população e da cidade que se desenvolvia e reclamava eficiência na condução dos seus direitos políticos”.

Apesar das relações políticas de Aprígio Araújo com poderes locais, o jornal sofreu perseguição política durante a Revolução de 1930. No início do confronto, que opôs as forças políticas comandadas pelo coronelismo baiano e os tenentes, Juazeiro apoiou as forças legalistas. A cidade se dividiu entre os aliancistas favoráveis à Revolução de 1930 e os resistentes ao movimento. Após a consolidação da vitória do movimento tenentista, os aliancistas assumiram o poder local, com a nomeação de Rodolfo Araújo como prefeito.

Aprígio Araújo apoiou o grupo do deputado federal João Cordeiro Miranda e o general Santa Cruz, que chefiaram a força armada de 800 homens dispostos a sustentar a legalidade do governo de Washington Luís. Não houve ataque à cidade. Contudo, em 24 de outubro de 1930, Washington Luís é deposto, Getúlio Vargas assumiu a presidência do país e o comandante das tropas vitoriosas assumiu o poder local como interventor. Uma das primeiras medidas foi enviar uma intimação para Aprígio Araújo para saber sobre o apoio dado ao governo de Washington Luís. Aprígio apresentou as edições de *O Éco* para comprovar que mantinha uma opinião com autonomia e foi liberado de qualquer sanção (SANTOS; SANTOS & SÁ, 2005).

Aprígio Araújo não estava sozinho na defesa do governo de Washington Luís. A elite baiana representada pelos coronéis e pelo governador recém eleito, Pedro Lago, também manteve

o apoio. Posição seguida pelos jornais *A Tarde*, de Ernesto Simões Filho, e *Diário de Notícias*. Na capital, somente o *Diário da Bahia* apoiou o movimento tenentista, influenciado pelas posições políticas assumidas pelo ex-governador J. J. Seabra (SANTOS, 1985, p 113-114).

Percebemos que a dimensão do esquecimento esteve presente em narrativas produzidas pelos memorialistas com o apagamento de rastros sobre a trajetória de alguns jornalistas juazeirenses. Paul Ricoeur (2007, p. 455) afirma que, como uma narração exaustiva é perfeitamente impossível, opera-se uma seleção. Pode-se narrar suprimindo, deslocando ênfases, reconfigurando os personagens da ação com os seus contornos, entre outras estratégias, algumas de natureza ideológica outras da própria trama narrativa.

Ao ler obras como a do memorialista João Fernandes da Cunha (1978), verificamos lacunas sobre a caracterização da linguagem jornalística e do conteúdo dos periódicos. Mas os fragmentos desse passado trazidos pelo autor nos indicam que os jornais participaram da construção de redes de sociabilidade.

Ao verificar a redução da circulação de jornais, na década de 1950, o autor procurava explicações para o desaparecimento de alguns periódicos, sem encontrar uma razão. Ele lamentava que tivessem se extinguido impressos na cidade, uma vez que já “havia existido e prosperado, simultaneamente, três bons jornais” (CUNHA, 1978, p 143). Lamentava que a cidade tivesse “atravessado um longo período sem imprensa”.

Por meio de suas lembranças pessoais, procuramos encontrar indícios também das dificuldades dos jornalistas em garantir a manutenção dos jornais, pois, embora a memória tenha uma dimensão individual, os quadros de referência são sociais e são eles que permitem que “tenhamos também uma memória intersubjetiva, uma memória compartilhada, uma memória coletiva”, como afirma Maurice Halbwachs (2004, p. 53).

A partir desses indícios, verificamos que alguns jornais enfrentavam dificuldades econômicas. Ao se referir ao desaparecimento do *Arauto*, publicado em 1939, João Fernandes da Cunha narrou: “exclusivamente literário não encontrou o respaldo financeiro que lhe permitisse vida longa” (1978, p.143). Um dos motivos era a falta de público leitor, como chegou a afirmar.

No conjunto dessas lembranças compartilhadas, verificamos que houve um silenciamento sobre a trajetória de alguns jornais na década de 1950 e 1960, que não são incluídos na construção memorável produzida por João Fernandes da Cunha. Em pesquisa no acervo da

Fundação Museu Regional do São Francisco, constam as edições de *Tribuna do Povo*, editado em 1957 por José Assis e Jorge Gomes.

Ainda não sabemos as origens do silêncio a respeito de alguns personagens da imprensa. A narrativa sobre o passado não abarcaria todos os acontecimentos, pois as lembranças são moventes, complexas, dependem dos vários quadros de referência e das comunidades afetivas que o autor compartilhou.

Walter de Castro Dourado (1978) também escreveu artigos que narram parte da história da imprensa em Juazeiro⁴². Ele esclareceu que, até os anos 1950, circularam cerca de 50 jornais, que proliferaram na cidade como pequenos folhetos, semelhantes aos pasquins que circularam no século XIX e foram instrumentos de luta política. Os títulos dos jornais, inclusive, demonstravam a verve satírica como *O furação*, *A Trombeta*, *Esbodega*, entre outros. Ele destaca a existência de jornais políticos, satíricos e uma imprensa estudantil como *O Gury*⁴³, publicado pela Organização das Escolas Isoladas Reunidas e *O Cacto*, feito por jovens estudantes da Faculdade Agrônômica do Médio São Francisco (Famesf), entre 1964 e 1965.

Na trajetória da imprensa juazeirense, deve-se destacar ainda a existência de periódicos operários⁴⁴. Em 1932, circulou *O Trabalho* editado pela Associação Beneficente dos Artífices Juazeirenses⁴⁵, em defesa dos interesses dos trabalhadores do transporte fluvial, ferroviário e das artes dos ofícios, alfaiates, marceneiros, sapateiros. Sob a direção do professor Agostinho José Muniz e do marceneiro Saul Rosas, que foi filiado ao Partido Comunista do Brasil (PCB), o jornal colocou-se em oposição ao governador Juracy Magalhães e foi empastelado, acusado de promover a organização dos operários.

42 Dourado foi cronista e redator de programas radiofônicos na *Rádio Juazeiro* e membro fundador da Associação da Imprensa Juazeirense, na década de 1970.

43 Não foi encontrada edição desse jornal, mas consta a informação em Wilson Dias (1982, p. 45).

44 O termo imprensa operária está sendo utilizado, neste trabalho, no sentido atribuído por Maria Nazareth Ferreira (1980). A autora afirma que a imprensa operária-sindical, que circulou nos anos de 1930 a 1964, foi instrumento de mobilização e conscientização dos trabalhadores organizados em associações e sindicatos para organizar greves, divulgar as reivindicações do segmento e denunciar a precariedade das condições de trabalho.

45 Existem estudos que demonstram que as associações de auxílio-mútuo, no início do século XX, foram extremamente diversificadas na sua composição, motivação, temporalidade e objetivos, algumas ofereciam proteção na ausência de mecanismos previdenciários, outras tiveram um caráter reivindicativo (VISCONDI; JESUS, 1997). Em Juazeiro, a Associação, criada em 1928, mantinha escola para os filhos dos associados, e um jornal, que funcionava na rua 15 de Novembro, prédio nº 33.

A linha editorial do jornal era combativa: defesa da implantação de uma Constituição Nacional, que garantisse a nacionalização da riqueza nacional; pregava a extinção do latifúndio e o acesso à terra ou à pequena propriedade, e ressaltava a necessidade de haver uma previdência social que garantisse os direitos do trabalhador (CASTRO, 2011). Embora tivessem linguagem acessível, as colunas e os editoriais apresentavam um discurso persuasivo e convocavam os leitores para buscar soluções para os problemas da classe, como era comum no discurso jornalístico da imprensa operária. Mas existiam notícias locais que afetavam a população, como os textos que denunciavam a exploração dos comerciantes que revendiam a preços elevados os gêneros alimentícios em períodos de longa estiagem, o que tornava a vida no centro urbano e distritos mais difícil.

Também são encontradas notícias que abordam a importância do trabalho manual e dos operários das ferrovias e a organização dos interesses de classe, o que levou ao empastelamento em 1933. Saul Rosas, que também assinava a redação do jornal, foi preso pelo governo do Estado Novo. Em *O Trabalho* também se encontram indícios da formação cultural e política destes trabalhadores, com convite para palestras como “As diversas escolas do Socialismo”, ministrada por José Lino de Andrade, o que demonstra que havia um círculo de leitores sobre literatura socialista.

Experiência pioneira no sertão baiano, *O Trabalho* foi um modelo de imprensa operária nas condições em que os trabalhadores das artes dos ofícios buscavam adquirir consciência de classe. Como afirma Edward P. Thompson, a noção de classe deve ser analisada em uma perspectiva histórica, pois o reconhecimento como classe acontece quando homens a partir das “experiências comuns (herdadas ou compartilhadas) sentem e articulam entre si, e contra outros homens, cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus” (THOMPSON, 1987, p. 10).

Assim, para Thompson, a experiência de classe é determinada pelas relações de produção. Já a consciência de classe é a forma como as experiências são tratadas em termos culturais, tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Uma não se opõe a outra e devem ser analisadas em contextos específicos. Por isso, podemos dizer que os mestres de ofícios vivenciaram no sertão baiano condições análogas a de outros trabalhadores brasileiros que se reconheceram como classe e lutavam para garantir os seus direitos sociais.

Ao publicar um jornal destinado à classe trabalhadora, os membros da Sociedade Beneficente dos Artífices Juazeirenses reconheciam a importância dos processos de mediação para a conquista do acesso à educação, à cultura, ao lazer e às melhorias das condições de vida. Existia, no início da década de 1930, um público leitor que se interessava por um meio de comunicação que atendesse às demandas culturais e organizativas em construção e pelos movimentos operários que ocorriam no país.

Existem poucos dados sobre o número de trabalhadores na região. Um dos raros registros foi relatado pelo geógrafo Aroldo Azevedo (1952), em visita às cidades de Juazeiro e Petrolina, na década de 1940, para registrar aspectos da paisagem do sertão. Ele reproduz dados do jornal *Observatório Econômico e Financeiro*, publicado no ano de 1939, que identifica 350 pessoas sindicalizadas e mais 300 que pertenciam a outras agremiações sociais.

A cidade apresentava crescimento populacional progressivo: em 1912, 14.153 habitantes; em 1920, o município tinha 24.425; e em 1950, 35.188, segundo o Anuário Estatístico do IBGE⁴⁶. Esse registro nos faz inferir que havia público leitor a que se destinava o jornal. Infelizmente, pela falta de acervo público, as edições do jornal não foram conservadas, sendo encontrada apenas uma edição na Fundação Museu Regional do São Francisco.

2.2 Redes de Sociabilidade

A circulação de impressos provenientes de outras regiões era comum na cidade de Juazeiro, sendo comercializados nas gráficas, que funcionavam como banca de revista, onde eram vendidas *Cinearte*, *O Malho*, *Noite Ilustrada* e outros periódicos editados na capital da República. Jornalistas tinham acesso às notícias produzidas por outros veículos, reproduziam artigos e faziam coleta de informação pelo telégrafo. Também eram nas gráficas, como a de José Assis, que aconteciam encontros entre jornalistas e debates com os leitores.

A partir dos fragmentos presentes nos textos jornalísticos, procuramos perceber quais as afinidades eletivas e experiências foram compartilhadas pelos jornalistas. Em quais momentos divergiram e o que os uniram? Os poucos indícios que encontramos se referem às relações de

46 Os dados foram coletados no Anuário Estatístico do IBGE referente às informações preliminares de 1950. Segundo o IBGE, o país passava por um momento de migração interna, com crescimento de 25% da população em dez municípios. Cf: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1950.pdf.

amizade como uma comunidade que se apoiava e se respeitava como profissionais do campo jornalístico em construção.

É o que podemos perceber em anedotas encontradas no jornal *A Marrêta*. Na edição de 16 de junho de 1935, José Assis fez referência ao amigo Agostinho Muniz, que retornava da cidade de Barreiras, no centro oeste da Bahia. A nota faz referência a *O Trabalho*, que estaria, por ora, em uma greve pacífica. A nota é uma alusão ao trabalho de organização do Sindicato em Construção Civil e Anexos e o Sindicato dos Metalúrgicos e dos Trabalhadores em Transporte Fluvial.

Agostinho Muniz costumava realizar visitas às cidades da região norte da Bahia, como Senhor do Bonfim e Jacobina. Lá, promovia reuniões de trabalhadores para a organização dos sindicatos. Agostinho Muniz, no ano de 1934, foi preso, em Salvador, acusado de levar documentação sindical à Delegacia do Trabalho. Policiais vasculharam a sua mala, mas não encontraram nada, pois a documentação tinha sido encaminhada por outro representante sindical (RIBEIRO, 2005, p. 255). A referência da estada de Agostinho Muniz em Barreiras, cidade bem mais distante, nos faz inferir ao período de afastamento prolongado, provavelmente por razões políticas. A sátira no jornal *A Marrêta* pode ser interpretada como um símbolo de boas-vindas ao companheiro de lida jornalística.

José Assis também fez referência nos seus jornais ao proprietário de *O Pharol*, José Ferreira Gomes, felicitando-o pela passagem do aniversário; a Aprígio de Araújo em visita a Curaçá; ao cartunista Zinza, que assinava caricaturas em *A Marrêta* e era responsável pela criação da *logo* de *O Pharol*, e a Antônio Fialho, fotógrafo lambe-lambe que morava na cidade.

Os jornalistas locais procuravam noticiar a região nordeste. O xilografista Zinza viajou ao Crato, no Ceará, para inspecionar as obras do Departamento de Obras contra a Seca (DNOCs). Em setembro de 1935, o jornalista João José da Graça, do jornal carioca *A Noite*, visitou a cidade para fazer uma reportagem. Em 1947, o redator Helio Miranda, da *Revista Social Trabalhista*, editada em Belo Horizonte, esteve na cidade para fazer uma reportagem especial. Através de notícia publicada em *O Sertão*, José Assis relatava que tinha tido uma animada conversa com o seu confrade e ressaltava as qualidades do colega como um homem de espírito culto, sendo um “jornalista de escola”.

É possível que, nessas conversas com os colegas jornalistas, houvesse um compartilhar de experiências e referências da imprensa como instituição, com práticas que eram reconhecidas profissionalmente e realizadas em outras regiões.

Em um dos artigos publicados em *O Juazeiro*, de 1947, o jornalista Dermeval Lima reproduziu notícias de articulistas cariocas sobre alfabetização de adultos. No artigo, Rubens Falcão, chefe da inspetoria de Educação de Jovens e Adultos, do Ministério da Educação, ressaltava como a imprensa pode colaborar para erradicar o analfabetismo. Caberia à imprensa, como um órgão de opinião, clamar incessantemente pela educação, pois um povo inculto não poderia “aspirar as vantagens da civilização. Não tem nem pode ter compreensão dos seus direitos, deveres e obrigações. Será explorado em boa fé pela demagogia dos falsos profetas”. Assim, a imprensa passava a ser considerada um veículo que possibilitava o acesso à educação e tinha um valor de instituição, capaz de fomentar práticas que elevaria o espírito.

Na década de 1940, as tipografias onde eram impressos os jornais se tornavam empreendimentos empresariais. As redações eram visitadas por empresários que investiam na região. José Assis recebeu, em outubro de 1947, a visita de Almeida Costa, representante do Instituto Central de Fomento Econômico da Bahia. Na conversa que tiveram na redação, eles destacaram a importância de manter os princípios de uma imprensa livre, da liberdade comercial e da vocação para os negócios e o empreendedorismo. Almeida Costa ressaltou como significativa a existência dos pequenos jornais no interior que deveriam atuar como imprensa livre, reconhecendo-se o esforço de “homens de boa vontade” que se dedicavam a produzir os periódicos.

Embora com pequenos anúncios, ainda era uma tarefa difícil manter a sustentabilidade da pequena empresa jornalística. Constantemente, José Assis escrevia editoriais em que narrava ao leitor as dificuldades de manter o jornal, reclamava do pouco número de assinantes. Mas, apesar do desinteresse local, como ele afirmava, “estamos decididos a enfrentar todas as vicissitudes que o trabalho de confecção acarreta para a casa, roubando-lhe o melhor tempo destinado às encomendas particulares”.

Walter de Castro Dourado (1978) se referiu ao tipógrafo como um homem com “tenacidade, inteligência” e “interessado em dotar a cidade de órgãos noticiosos”, produzidos a partir de sua pequena tipografia. José Assis foi um mestre que procurava repassar o ofício a quem

quisesse. Era comum encontrar anúncios nos seus jornais, convidando jovens para aprender o serviço. Bastava ter interesse em conhecer as artes gráficas.

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas por José Assis, as quais relataremos em outros capítulos, é possível refletir sobre a identidade do profissional como alguém que desejava estabelecer processos de mediação para a disseminação de fluxos de informação e expansão de uma cultura letrada. Na concepção de Gilberto Velho (2001), existem indivíduos capazes de executar projetos de mediação, nos quais procuram criar relações sociais com públicos distintos, viabilizar fluxos de comunicação para estabelecer o diálogo em uma sociedade heterogênea.

Em uma sociedade que passa por processos de modernização, existe a possibilidade de se lidar com diferentes códigos sociais e viver diversos papéis sociais. Escolher se identificar como jornalista era uma decisão pessoal que os relacionava com o público leitor, mesmo que pequeno, e as expectativas inerentes à prática, seja na oferta de um bom produto, nos conflitos de interesse que existiam, nas possibilidades de se adquirir ascensão e prestígio social em decorrência da função que ocupavam.

Para muitos donos de tipografias, ter um jornal em uma cidade do interior os fazia adquirir um capital simbólico que distinguia da coletividade, mesmo que não houvesse, a princípio, ganhos financeiros substanciais. A atividade jornalística fazia com que esses profissionais pudessem estabelecer redes de sociabilidade com outros jornalistas e serem instrumentos de reivindicações da coletividade.

Gilberto Velho considera que muitos dos mediadores buscam realizar projetos individuais como coletivos, a fim de garantir o atendimento às necessidades de todos os tipos, ascensão social ou aspirações de bem-estar e qualidade de vida para um maior número de pessoas. O jornalista transita entre o poder público e os demais poderes e sua ação, muitas vezes, ocorre em redes sociais, seja para atender demais populares do público ou de determinados grupos de interesse. Por isso, percebemos na imprensa juazeirense veículos com diversas propostas editoriais: políticas, operárias, literárias, informativas e satíricas.

Karina Kuschnir (2001) também se referiu a alguns mediadores, principalmente os que lidam com o fazer artístico e intelectual, como possuidores de uma ação criativa, gerando novos valores e condutas, estabelecendo elos e viabilizando fluxos de comunicação no universo que transitam. Para a antropóloga, a ação do mediador pode ser entendida como projeto pessoal consciente, que põe em evidência a capacidade do indivíduo de planejar o seu futuro e dar sentido

à sua experiência fragmentária de existência. Essa experiência pode se manifestar por meio de uma sátira, no encontro com a cultura popular e na observação da realidade externa, o que poderemos perceber nos jornais que analisaremos nos próximos capítulos.

Podemos identificar na trajetória de José Assis aspectos da constituição de uma mediação estabelecida a partir da travessia que percorreu entre o universo de uma cultura popular para uma cultura jornalística. Como veremos nos capítulos seguintes, a trajetória do tipógrafo iniciou com a imprensa satírica, na qual dialogou com práticas da cultura popular entremeadas com as novidades tecnológicas para disponibilizar ao leitor um produto jornalístico humorístico. Essa foi uma mediação exercida pelo tipógrafo para buscar se diferenciar e ascender no conjunto dos profissionais que já atuavam na cidade.

Procuramos demonstrar, nesse capítulo, que havia práticas jornalísticas que se assemelhavam a de outras regiões do país. Existia uma imprensa que se constituiu a partir da proliferação de ideias sobre modernização e acesso à cultura letrada. Essa imprensa passou a se aliar com grupos de interesse, seja grupos político-partidários ou de trabalhadores. Trata-se de uma pequena imprensa que enfrenta dificuldades, mas que procurava compartilhar com os leitores as experiências fragmentárias que dão sentido à existência.

3. A imprensa satírica de *A Marrêta*

Dois de junho de 1935. O quinzenário crítico e humorístico, *A Marrêta*, saía as ruas de Juazeiro para ser lido pelos “amigos que gostam dos bancos da praça da Matriz, em noite de escuro, das fofas cadeiras do cinema com a sua garota, pedindo a Deus que o filme tenha 75 partes e meia...”. Proclamava-se um “órgão tão sério, mas tão sério que não tem programa nem expediente. Somos uma espécie de espantalho da ‘pirantagem’”, como declarou na primeira edição.

O quinzenário, uma alusão à marreta, instrumento para quebrar, destruir, demolir, tinha uma linguagem humorística corrosiva sobre hábitos e costumes da população. O jornal também fazia ecoar a sonoridade proveniente das ruas estreitas e dos vestígios da cultura oral que circulava nos espaços sociais. Tanta irreverência talvez não fosse bem acolhida na cidade e o periódico antevia possíveis perseguições e denúncias à polícia pelo suposto “teor amoral” das mensagens publicadas.

Já na primeira edição, o diretor Juan Polido, pseudônimo de José Assis, alertava: “tenham, pois, paciência com A MARRETA e vão aguentando firme as ‘marretadas’, do contrário será tempo perdido”. O jornal foi acusado de ser apócrifo, o que fez o redator firmar um compromisso, perante o juiz da comarca, de registrar formalmente a publicação jornalística em cartório⁴⁷.

O que há de relevante neste jornal satírico? Que intenção tinha José Assis ao publicar este impresso? Publicada nos anos de 1935 e 1936, *A Marrêta* narrava acontecimentos locais e internacionais para o público leitor. Muitas vezes, as sátiras transformavam o leitor em personagens principais das notícias. Com *A Marrêta*, o tipógrafo exercitou um projeto de mediação como um profissional do campo jornalístico para conquistar leitores e se distinguir dos demais profissionais que produziam impressos com direcionamento político. A intenção era usar o humor⁴⁸ como estratégia de enunciação jornalística para reportar a realidade.

⁴⁷ Após a solicitação do juiz da comarca, José Assis registrou a Gráfica Assis que recebeu a numeração 70.

⁴⁸ Na Bahia, existe uma tradição de jornais humorísticos, com alguns cartunistas e chargistas como H.Odilon e J.Cardoso no periódico *Bahia Ilustrada*, e Fortunato Soares dos Santos, responsável pelas charges políticas de *O*

Analisando os fragmentos que compõem a narrativa do impresso, a sátira, a anedota, a paródia e a piada podem evidenciar processos de circularidade da cultura oral que permanecem como rastros na imprensa satírica da primeira metade do século XX. As “marretadas” também podem evidenciar outros conteúdos simbólicos associados ao controle social na comunidade, que passa por processos de modernização excludentes, principalmente o controle social sobre os espaços públicos.

Os fatos cotidianos que receberam a sátira do “marreteiro” quase sempre ocorreram em situações de domínio público e associados aos espaços públicos, determinada rua e bairro. Como signo ambivalente, a rua pode ser o lugar da liberdade, dos imprevistos, paixões, perigo, engano, malandragem, decepção em oposição à segurança do espaço privado. A rua, como explica Roberto Da Matta (1997), pode simbolizar o público em oposição à casa, no qual códigos de conduta regulam as relações de convivência, ordenam, sujeitam o indivíduo ao controle do Estado ou a população fica refém de forças impessoais. As sátiras expostas no periódico, mais do que eventos casuais, dão visibilidade a essas formas de controle social.

Os fragmentos evidenciam também modos de apropriação dos novos dispositivos técnicos - o telégrafo, a fotografia, o rádio, o cinema - que influenciavam as experiências e os hábitos de consumo cultural da comunidade. O redator narrava o fato cotidiano usando alegorias satíricas com o telegrama, transmissões de radiotelegrafia e clichês fotográficos. O “disse-me-disse” se transformava em uma sessão de cinema. Existe um hibridismo entre a cultura oral – o boato, as conversas entre as pessoas, as fofocas – e os novos dispositivos tecnológicos que permitiam ao narrador coletar acontecimentos nacionais e internacionais e transmitir como se eles ocorressem na própria cidade. Tudo isso mediado pelas tessituras do humor, do riso, da sátira.

A cultura material, a escrita, a oralidade, os artefatos da vida cotidiana, o riso se constituem em fragmentos que documentam a ação do homem e evidenciam os processos socioculturais. A história cultural sugere analisar esses vestígios e processos humanos como uma tradução cultural da linguagem do passado para o presente, com a intenção de torná-lo visível e inteligível (BURKE, 2006, p. 245). Dessa forma, podemos interpretar os significados do humor pelas teias de significados que configuram a existência do homem em sociedade (GEERTZ, 1989), o que exige do pesquisador uma análise interpretativa do fenômeno.

Assim, a imprensa satírica se constitui um lugar de formação de identidades e de representações, moldando e conformando valores culturais em uma dada sociedade, construindo significados sobre o ser e estar no mundo. O historiador da cultura e jornalista Robert Darnton (2001) analisou os significados que uma brincadeira - uma matança de gatos - teve para um grupo de oficiais gráficos em Paris, por volta de 1730. As narrativas, constituídas na sua maioria por piadas e brincadeiras feitas pelos trabalhadores gráficos a respeito dos patrões, demonstravam significados culturais, sociais e processos mais complexos sobre as experiências vividas pelos homens em um determinado contexto.

Para o pesquisador, uma piada como um símbolo pode ser interpretada de diferentes maneiras, pois não são equivalentes, mas analogias contextualmente compreensíveis. Podemos ler um texto satírico para ver o que o acontecimento significou para as pessoas, assim como delimitar a dimensão social que possa ter tido para o leitor (DARNTON, 2001, p. 294).

No estudo clássico sobre a *Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de Rabelais*, Mikhail Bakhtin (2010) caracterizou o riso como um signo ambivalente da cultura popular. O riso se opunha à cultura oficial, ao tom sério, religioso e feudal da época. Os ritos demonstrados na obra de Rabelais ofereciam uma percepção de mundo, do homem e das relações humanas, constituindo uma segunda visão, daí a ambivalência e polifonia do discurso.

Podemos pensar o método do dialogismo de Bakhtin em busca das teias de significados que constituem a cultura popular. Como Bakhtin diz, embora a obra de Rabelais possa comportar alusões históricas, “não se deve procurar uma chave precisa e única para cada um dos fatos” (2010, p. 98-99). O simbólico contido nas imagens, na descrição dos rituais, nas narrativas jornalísticas poderá ser sempre mais amplo do que apenas uma descrição e interpretação do método histórico. A partir da obra de Rabelais, entendemos a cultura popular como repleta de significados e de valores. Como exemplo, o lugar da praça pública é o ponto de convergência de tudo que não é oficial, direto. O povo se apropriava do espaço como um mundo da “exterioridade” em relação à ordem e à ideologia (BAKHTIN, 2010, p. 132). Na praça pública, o sagrado e o profano adquirem direitos iguais. A praça com os ruídos, o som, o barulho, o lugar da festa é destituída de uma finalidade utilitária.

Mesmo em contextos diferentes, a obra de Rabelais nos traz considerações importantes para pensar a cultura popular na cidade de Juazeiro, no século XX. José Assis se utilizou da sátira e do cômico para evidenciar aspectos das relações sociais e culturais vivenciadas pela população,

principalmente sobre os sentidos atribuídos à praça, aos costumes, aos boatos e ao festejo do carnaval, que ocupava uma centralidade nas redes de sociabilidade local.

A decisão de explorar o periódico satírico deve ser compreendida no contexto de produtos jornalísticos diferenciados. Desde o século XIX, as revistas semanais já se constituíam como estratégias de comunicação que brincam com a polissemia entre palavras impressas e imagens, como as caricaturas, para promover o riso e informar (VELOSO, 2010, p. 95). O leitor que tinha acesso às revistas lê com os olhos, observando os gestos, a fisionomia e posturas das pessoas retratadas nas caricaturas. As ilustrações simulam movimentos, os personagens retratados fazem muxoxo, viram o rosto, olham para o lado, fingem indiferença. E isso não é ignorado pelo leitor, convidado a interagir com esse universo de palavras e imagens. As revistas instruíam e familiarizavam o público com as novas coordenadas espaço-temporais, as práticas de escrita e de acesso à leitura, que valorizavam o que era externo, as vivências, o mundo da rua, com a complexidade e tensão social vivenciadas no ambiente urbano.

Nas primeiras décadas do século XX, o satírico *A Marrêta* traz os vestígios dessas revistas semanais, principalmente as influências das marcas das sonoridades, visualidade e da cultura oral que circulavam pelos circuitos urbanos. São as novas práticas do jornalismo de sensações para atrair o público, como se refere Marialva Barbosa (2013), caracterizado tanto na forma como no conteúdo pela aproximação com o mundo do leitor, ao divulgar notícias sobre os crimes, violência e sensações que podem provocar o horror, a piedade, a raiva. Esse novo mundo criado pelo texto do jornalista é uma forma de distender as fronteiras entre o público e o privado, o que acontecia nas ruas estava nas páginas do jornal, com o relato das tragédias, com os reclames, os conselhos, os concursos, os ditos populares (BARBOSA, 2007a, p.50). José Assis usou o humor para narrar e reportar a cidade no contexto de mudança, que se processava como uma modernização dos sentidos e de como os leitores interagiam com os novos dispositivos técnicos.

3.1 Um encontro possível: Aparício Aporelly e José Assis

Dois homens distintos, com personalidades e trajetórias diferentes. Contudo, compartilharam de um mesmo código cultural: as tessituras da linguagem do humor. Aparício Aporelly nasceu em 1895, no Rio Grande do Sul, trabalhou em impressos como *A Manhã*, de Mário Rodrigues, no qual escreveu a coluna *Amanhã tem mais*. Ficou conhecido pelo codinome

de Barão de Itararé e foi o proprietário de uma das folhas humorísticas de maior sucesso, *A Manha*, que circulou de 1926 a 1933.

José Assis não conheceu Aparício Aporelly, mas foram contemporâneos. Por processos de circularidade da leitura, José Assis possivelmente foi um leitor de *A Manha*. As primeiras edições de *A Marrêta*, no ano de 1935, trazem alguns vestígios semelhantes às edições do jornal de Aparício Aporelly, lançado em 1926, a exemplo da linguagem jocosa ao se referir ao impresso como uma imprensa que não precisa de expediente, sátiras com leitores e a realização de concursos para promover a venda do jornal.

Aporelly introduziu características da linguagem humorística e satírica que se propagaram ao longo dos anos, como o uso da paródia, o hibridismo linguístico com utilização da linguagem popular ou a reprodução de dialetos, de falas de imigrantes com as marcas da oralidade facilmente compreensíveis, o soneto-piada e as estratégias de promoção do próprio periódico (SALIBA, 2002, p. 231). O recurso de parodiar o próprio veículo já era comum entre os impressos do final do século, mas Aporelly fez isso ao extremo.

Tais influências se fazem presentes na produção de José Assis. Essa circularidade das práticas culturais entre a imprensa satírica pode nos levar a compreender como esses códigos foram socialmente compartilhados e de que forma a cultura oral e letrada esteve em trânsito, influenciando e construindo novas práticas de leitura e reapropriação dos códigos.

Na trajetória do Aporelly, como na de José Assis, houve influências de práticas jornalísticas que valorizam a observação do cotidiano, o testemunho e o universo de sensações: a alegria, a tristeza, a festa, o riso, a tragédia. Aparício Aporelly e José Assis escolheram o riso. A prática jornalística de *A Manha* era produzida por meio do fantástico e pelo jocoso e se diferenciava dos demais jornais por “não apenas motivar seus textos a partir de acontecimentos, mas principalmente de enxergar ou criar o cômico a partir destes. Logo, o mundo todo era visto como passível de ridicularização” (CASTRO, 2010, p. 49).

Elias Saliba (2002) considera que Aporelly era hábil em filtrar ditos populares e por meio de deslocamentos e inversões produzir novos significados, como provérbios absurdos como: “de onde menos se espera, daí é que não sai nada”. Essa imprensa satírica produziu outras mediações com o público e demonstrou os circuitos de circulação da notícia a partir da oralidade e do hibridismo de linguagens.

Foi atraído pelo texto humorístico que José Diamantino de Assis se iniciou como jornalista. Ainda jovem, editou *O Riso*, em 1926, relatando os mexericos que aconteciam na cidade de Juazeiro. Pedro Diamantino (1959) narrou que foi colaborador do jornal, publicando crônicas com o pseudônimo de Heitor de Homero. O pseudônimo era uma forma de evitar as sanções públicas pelas anedotas e mexericos publicados.

José de Assis retornou a publicar anedotas em *O Astro*, com relatos sobre acontecimentos do cotidiano, e recebia colaborações de poesias e textos literários. *A Marrêta* pode ter sido o primeiro periódico na cidade a explorar a sátira, o soneto-piada, paródias, cordel, ilustrações e caricaturas⁴⁹. Desde o primeiro número, que circulou em 2 de junho de 1935, apresentou as seções fixas “Durante a semana”, com comentários jocosos sobre o que acontecia nas ruas; “Anúncios Populares”, com sátiras sobre produtos e o comércio local; “Consultório Médico”, que trazia dicas sentimentais. A partir do segundo número, criou-se a seção “Comentando”, publicada na quarta página, com a reprodução de um diálogo entre dois personagens populares que conversam sobre acontecimentos locais. Eles exercem a função de “repórteres” que contam causos e boatos. O leitor poderia acompanhar as seções “Telegrama”, com pequenas anedotas sobre populares; “Cartomancia”, com o personagem Madame Xadu, e “Perfis Femininos”. O jornal era vendido por 200 reis, mesmo preço de *A Manha*, no ano de 1935.

Essa imprensa satírica surgiu com moldes de uma imprensa artesanal, produzida por um homem só. Geralmente o próprio José Diamantino de Assis era o diretor, redator, o tipógrafo, mas havia colaboradores que auxiliavam na redação do impresso. Do primeiro número ao sexto, foi redator Urbano Mendonça, que assinava como Conde Mitizi; depois Leo Lasko. Em outras edições, houve colaborações do cartunista Zinza⁵⁰. Como o jornal foi denunciado como panfleto ofensivo à moral e aos bons costumes, o redator Urbano Mendonça anunciou que não faria mais parte da redação do jornal, pois estava impedido de publicar anedotas e sátiras.

Em *A Marrêta* a visibilidade às notícias e os acontecimentos tidos como sensacionais foram uma estratégia para atrair o leitor e favorecer um diálogo com esse público. As notícias abordavam os concursos, recurso utilizado pela imprensa popular do século XX, para aumentar a

49 No *Correio do São Francisco*, edições de 1904, foram encontrados alguns sonetos-piadas, utilizados para fazer a crítica a desafetos políticos.

50 Não conseguimos identificar quem é o cartunista Zinza, que fazia ilustrações e caricaturas para *A Marrêta* e foi responsável também pela ilustração da logomarca de *O Pharol*. Não há referência no jornal ao seu nome. Também encontramos algumas ilustrações sem assinatura, e outras com o nome José Assis.

tiragem e se constituíam em uma forma de autopromoção. Em *A Marrêta*, o redator propunha eleger o moço mais feio da cidade. Não havia publicidade no jornal, mas o periódico publicava uma sessão de anúncios populares com anedotas e sátiras amorosas.

O recurso de promover notícias sobre o próprio veículo foi utilizado pelo diretor de *A Marrêta*. No primeiro número, anunciava que, por ora, estava localizado na rua Barão de Cotegipe, pois havia cedido para os Correios e Telégrafos o seu imponente prédio localizado na Praça da Matriz. Informava, ainda, ao leitor que a sede seria transferida para o arranha-céu recém-construído pelo fotógrafo Fialho, cedido muito gentilmente à redação. A sátira foi publicada na edição de 2 de Julho de 1935 (Cf. figura 8).

ANO I — JUAZEIRO, (Bahia) 2 DE JULHO DE 1935. — NUMERO 4



DOIS DE JULHO!

As Grandes Festas d' A MARRÊTA -- A Inauguração Do Nosso "Arranha-céu" -- Parada -- Box -- O "Clube Dos Celibatarios" -- O Nosso Formidavel Baile A Traje Miscelanea -- Outras Notas.



O nosso luxuoso arranha-céu construído pela Empr. Alberto Veiss & Cia. pela bagatela de 450 contos, na praça da Matriz, cuja inauguração será hoje. (Foto Filho)

«A Marrêta», órgão sério e de grande circulação, não podia deixar passar por despercebida a grande data bahiana que é o 2 de Julho.

Assim é, que circulamos hoje em edição especial em tricômia (branco, preto e vermelho) em homenagem à bandeira hindú e aproveitamos o ensejo para inaugurarmos o nosso luxuoso arranha-céu na Praça da Matriz, cujo clichê estampamos, seguindo-se outras grandiosas festas que passamos a descrever-las:

As 5 Horas

Pelas 5 horas da manhã o formidável encouraçado "Saldanha Marinho" dará a salva de 21 tiros pelas suas bocas de fogo tocando nessa hora o hino chinês a banda do Corpo de Bombeiros do Estado de Goiás, desde ontem estacionada nesta cidade.

Prestará as honras militares o 1º Regimento da Guarda Nacional, sob o comando do Tte. Cel. João Vitor Jacobina.

As 10 Horas

As 10 horas, solene inauguração do nosso arranha-céu, dando a bênção, o revêmo, Pe. Jorge Ribeiro e fazendo o discurso de abertura o brilhante demagogo Eurípedes Ferreira, que será respondido pelo poeta e escritor prof. Aristoteles Pires, falando em seguida outros oradores. Nessa ocasião serão transmitidos pelos nossos microfones instalados no mesmo prédio sob a direção do cel. Israel Carvalho, todos os discursos.

A champagne será servida no salão de honra «Virgulino Ferreira». Após serão inauguradas as nossas linotipos e a rotativa "marinoni", oferecidas gentilmente

pe a "Megeothaler Linotype Company".

Em seguida serão recebidas as visitas das grandes personalidades da cidade, tais como: Dr. Raul de Queiroz, representante da Fabrica Claudeonor Carneiro; Sr. Agostinho Muniz, delegado geral da «Liga de Proteção aos Barbeiros»; prof. Diogenes Lima, diretor perpetuo do «Regimem das Flores» e outros.

4 Horas da Tarde

Grande parada oficial, desfilando todo o corpo redacional e tipográfico d' A MARRÊTA, Corpo de Bombeiros, Guarda Nacional, Batalhão dos Telegrafistas sob o comando do Cap. Firmino Ramos, o «C. C. Cavalheiros do Amor» sob a chefia do granadeiro Deraldo Simões, a Guarda Noturna, sob o comando do Capitão de Fragata Mariano Braga e a guarnição do encouraçado "Saldanha Marinho", sob o comando do Almirante José Antonio de Souza.

A' noite

As 19 horas, fundação solene do "Clube dos Celibatarios", sendo eleito o sr. Angel Perez como seu presi-



Sr. ANGEL PEREZ, candidato a presidencia do Clube dos Celibatarios, fazendo seus exercicios diarios. (Foto por ele mesmo).

dente; Jorge Tanure, Martiniano Rodrigues, Ceiso Roriz, Ruy Jacobina, José Oliveira e outros, cujos cargos serão escolhidos na ocasião. A MARRÊTA será o órgão oficial dessa poderosa agremiação.

As 21 horas, luta de box no Cine-ideal entre os campeões de peso pluma Dunga Viana e peso pena Dun-

(Cont. na 4ª pagina)

Figura 8. A Marrêta, 2 de Julho de 1935. Fonte: Fundação Museu Regional do São Francisco, Juazeiro-BA.

Na referida edição, a sátira é uma alegoria aos processos de modernização da imprensa, pois se refere ao moderno prédio e à rotativa. O texto apresentou a mesma estrutura de uma notícia, mas a sátira subverte os sentidos para a autopromoção do jornal. Embora se referisse a um acontecimento factual, a inauguração da sede dos Correios e Telégrafos, o texto satírico fez uma ironia com os eventos que acompanhavam a inauguração de prédios públicos, como a recepção aos convidados nas sociedades filarmônicas 28 de Setembro e Apolo. Já em *A Marrêta*, a celebração reuniu os participantes do Clube dos Celibatários para assistir a uma luta de boxe no cinema.

A autorreferência com a imprensa que procurava modernizar os seus equipamentos gráficos foi recorrente em vários momentos numa alusão à modernização dos impressos brasileiros. O redator anunciou que o jornal tinha adquirido uma Mergenthaler Linotipo Company, a mais moderna rotativa Marinoni, e contratado os serviços de Israel Carvalho como telegrafista, para ser o chefe das instalações.

Na notícia que anunciou a compra da rotativa, o redator recomendava que os colaboradores deveriam conquistar 2.500 assinaturas para ampliar o círculo de leitores, e comunicava que Getúlio Vargas, Mussolini, Hitler tinham enviado telegramas para dar as boas-vindas ao quinzenário. Apesar da propaganda, o redator avisava que só tinha 14 assinantes, adquiridos a “prestações”. A ironia com o número de assinantes foi recorrente. Em várias edições, os redatores relatavam viagens de correspondentes às cidades de Senhor do Bonfim ou a Salvador para vender o jornal. Usando do humor, eles contavam que foram impressos 55 mil exemplares, mas conquistaram apenas 250 assinaturas.

Essa imprensa satírica se utilizou da linguagem oral e se apropriava de outros recursos tecnológicos que facilitavam o processo de coleta de notícias, como o sistema de radiotelegrafia e o sistema radiofônico. Numa das notícias publicadas, o redator conta que o telegrafista Israel Carvalho estava na Guarda Noturna quando capturou o sinal de uma conversa de um senhor com um velho barqueiro. Logo, fez uma notícia e enviou para *A Marrêta*, segundo relato do jornal.

Na conversa, o senhor pedia para levá-lo de pacote às margens da cidade de Petrolina: “senhor, transporte-me daquele polo aquela esfera...”. O velho barqueiro não entendia aquele linguajar refinado. Então, o senhor explicou que “polo se tratava de um animal anti-diluviano que residiu na Ilha do Fogo e que se alimentava de larvas. Esse animal morreu e foi encontrado com ele uma grande esfera contendo livros com declarações amorosas das meninas da cidade”. O

barqueiro achou graça naquela explicação e explodira em gargalhadas que foram transmitidas pela PRA-3 - *Rádio Clube do Brasil*. Naquela noite solitária, a gargalhada tinha sido capturada no sistema de radiotelegrafia. Israel Carvalho procuraria saber mais sobre esse estranho acontecimento transmitido no “rádio cabuloso” para contar, com exclusividade, aos leitores de *A Marrêta*.

Mas qual o sentido desse monstro anti-diluviano, exemplar do dilúvio universal? Em fevereiro de 1935, circulou em *A Manhã*⁵¹ a notícia de que no sertão pernambucano, de Cabrobó, haviam sido encontradas as ossadas de um estranho animal, que seria doado ao Museu Nacional no Rio de Janeiro. O redator informa que o Ministério da Educação e Saúde Pública indicou o professor e o engenheiro Ruy de Lima e Silva para avaliar a ossada. Caso fosse rara, o professor pediria ajuda para o poeta Olegário Mariano reconhecer a tão estranha criatura, pois, quando criança, no sertão pernambucano, brincava com o estranho animal e ele era o único sobrevivente da arca de Noé. O texto de *A Manhã* é jocoso, mas também crítico da forma de se expressar do poeta.

O texto de *A Marrêta* ironiza com modos formais de se expressar de pessoas da cidade e com o imaginário popular relacionado ao universo ribeirinho. Em Juazeiro, as lendas populares foram transmitidas oralmente e, ainda hoje, é muito presente a do Nego D'Água, que protege os barqueiros do perigo do rio. Nessa notícia percebemos como as marcas da cultura oral estavam imbricadas com o texto satírico, com a finalidade de divertir e entreter os leitores.

Outra característica presente nos textos se refere às caricaturas de personagens locais como Ângelo Perez, Alberto Tanure, o fotógrafo Fialho, o telegrafista Israel Carvalho, citados como leitores do jornal.

3. 2 Humor e controle social

Na imprensa brasileira do século XIX, a sátira esteve associada à crítica política, como na obra de Ângelo Agostini, considerado um libertário, defensor da Abolição e da República. A vocação para a caricatura seria combater o autoritarismo (NERY, 2011, p. 174). Porém existem experiências como a de Henrique Fleuis, da *Semana Ilustrada*, que utilizava a linguagem satírica

⁵¹ *A Manhã*, 12 de janeiro de 1935. Ano VII. Acervo da Hemeroteca Digital, da Fundação Biblioteca Nacional.

para propor um riso considerado, às vezes, conservador. O artista retratou a cidade do Rio de Janeiro como “insalubre, mestiça e atrasada”, fez a crítica aos costumes e às novas formas de sociabilidade (NERY, 2011, p.175).

Assim, o humor ganhou sentidos ambíguos que não podem ser classificados nem como uma transgressão da ordem estabelecida nem como conservador. A sátira pode suscitar no leitor um julgamento moral, de distinguir o bom e o mau, o certo e o errado no palco do cotidiano (NERY, 2011). Assim, ao analisar a sátira, é preciso ficar atento às contradições e ambivalências dos símbolos.

Em *A Marrêta*, esse novo universo ganhou sentidos ambíguos, com sátiras depreciativas às mulheres. Uma das estratégias para vender o jornal se referia à seção destinada ao consultório amoroso, com anedotas de relatos de mulheres que desejavam casar, e o perfil de jovens que gostavam de ir ao cinema, de se exhibir ao piano e dançar nas festas. Algumas delas foram mostradas como aventureiras, dada a namoros com rapazes no cinema e/ou suspeitas de estarem com “barricão”, termo associado a mulheres que não se casaram e ficaram solteiras. Outras mulheres foram retratadas à procura de um marido e tentando chamar atenção dos viajantes que visitam a cidade. Elas procuram o personagem cartomante Madame Xandu em busca de feitiços para conquistar rapazes, para se curar do “barricão” (considerado “à beira do abismo”) ou para encomendar uma “vida curta” para o marido.

A mulher é representada como interesseira e calculista. O redator, na seção gramática feminina, publicou a seguinte anedota: “quantas vezes um homem é impedido de casar porque disso impede um complemento transitivo: o automóvel de luxo”. As referências depreciativas ao universo feminino denunciam aspectos simbólicos conservadores sobre a questão de gênero. Na década de 1930, a mulher conquistou o direito ao voto⁵² e ao mercado de trabalho, porém em cidades pequenas talvez existisse o desejo de que elas continuassem reclusas ao ambiente privado e às prendas domésticas.

Em raríssimas situações, a mulher foi retratada como profissional, geralmente professora. Em uma edição, o redator fez referência a uma jovem que visitou a cidade para participar da reunião do grupo integralista, com quem o redator discutiu sobre a situação política do país⁵³. Como um símbolo ambivalente, a sátira representa uma ironia com as novas práticas culturais,

52 O voto feminino foi aprovado pelo Código Provisório Eleitoral de 1932.

53 Nas correspondências do acervo privado de Juracy Magalhães foi encontrado um panfleto com divulgação das propostas da Ação Integralista Brasileira (AIB), núcleo Juazeiro-BA.

pois as mulheres ocupavam os lugares públicos, as festas e o mercado de trabalho. Essas mudanças, no circuito de uma cidade pequena, não eram consideradas uma conquista de gênero.

A representação do universo masculino é diferente: os homens ocupam a esfera pública, participam dos festejos e de espaços públicos. O redator anunciou a criação do “Club dos Celibatários”, jovens que se reuniam no clube nudista, viviam sempre em dissabores amorosos, apaixonados por mulheres (caracterizadas como uma *zinha*) que não lhes davam o devido reconhecimento.

Os membros do “Club dos Celibatários” se divertiam e comemoravam nos blocos Cavaleiros do Amor, Maria Rosa, Cordões dos Inocentes e Mercado Ambulante. Eles usavam diversas fantasias: de índio; de almirante espanhol, reis, rainhas, mulatas gordas; mosquito espanhol, árabes, italiano nudista e dançarina mexicana, entre outros. Um deles foi retratado em uma caricatura, montado em um cavalo-marinho. Durante o festejo, o folião foi devorado pelo animal. Sem perder a oportunidade, *A Marrêta* registrou a façanha em uma caricatura, após registro fotográfico do colaborador Angel Perez. (Cf: imagem 9).

Segunda Fase
—
Avulsos
300 réis.

A Marrêta

Ano I | Juazeiro, 23 de Fevereiro de 1936. | Numero 28

O CARNAVAL

Em plena Folia! Os Clubes, Blocos e Cordões! — Varias Novidades!..



O Carnaval juazeirense este ano terá um brilho excepcional, com a saída de varios blocos, cordões, e para fechar a «fuzarca» o formidável «C. C. Cavalleiros do Amor».

A MARRÊTA, como órgão genuinamente popular, não podia deixar de entrar na «dança», por isso, tem o prazer, hoje, o primeiro dia da «festa», de destacar as principais novidades e em la mão estampar os clichés dos foliões, tirados exclusivamente para este jornal pelo nosso fotografo Filho.

C. C. Cavalleiros do Amor

Sairá hoje a tarde o seu grande prestito de 3 enormes carros alegoricos, tendo a frente como arauto o principal o grandeiro Derivaldo Simões, vestido ricamente de indio, montado num grande cavallo marinho que mede 25 metros de comprimento. Os demais arautos são: o prof. Aristoteles, vestido de Historia do Brazil; Trindade, todo ricamente fantasiado de abyssinico-bamfinese; Tito Meladinho com a indumentaria de D. João VI. O Pedro Cachêta, este será o porta-estandarte, vestido pomposamente de Pae Xangô, dando conselhos, recitando versos puramente em africano. O efeito de tudo isso será mesmo gozado!



O nosso incorregivel Perez, fantasiado de Momo.

A Nossa Reforma!

Conforme declaramos no nosso ultimo numero, somente agora, com a chegada, pelo encouraçado da Light, «Saldanha Marinho», vindas dos E. Unidos, das nossas linotipos e impressoras «Duplex - Tubular», com capacidade para imprimir 1 milhão de exemplares por minuto, A MARRÊTA reaparece hoje, completamente reformada, com um serviço moderno de esteriopia e rotogravura, ainda mais aperfeiçoado que os das oficinas d' A NOITE, pois as nossas maquinas foram fabricadas especialmente para uma perfeição inedita.

Sentimos, as pessoas que estão desapontadas com esse grande acontecimento, ficarem com as «caras de parvos» e terem de aguentar firmes o dimdam estridentes das marretadas na bigorna!



O SALDANHA MARINHO, em cujo bordo veio o nosso novo material.



Pedro Cacheta, na vestimenta celebrada de Pae Xangô.

Bloco MARIA ROSA

Sairá este formidável bloco, composto do pessoal do Telegrafo, com as seguintes personagens:— Cel. Firmino (porta-estandarte) de Caçador de Pombas; Israel, de Explorador Americano (com chuteira numero 44 e resaca da 1870); Curvelo, de Mouro da Costa — Getu de Mulata Gorda — Tidinho, de poste telegrafico — Wilson, de Garrafa Vasia — Curvelo Filho, de Camelo Arabe — Helio se fantasiará de Mosquito Hespanhol e Domingos de Almirante Africano.

Perez

Este incorregivel celibatario sairá a rua todo vestido de Momo, pregando o celibato e oferecendo picotés as embarricadas.

Talvez seja esta a grande «nota» do dia...

(CONCLUE NA 4a. PAGINA)

Figura 9: A Marrêta e a cobertura de uma festa carnavalesca. Fonte: Fundação Regional do São Francisco, Juazeiro-BA.

Nesta edição em que se comemorava mais um festejo de Momo na cidade, verificamos um cuidado estético na composição da página, principalmente a capa, e melhoria na qualidade gráfica. O jornal foi dividido em duas colunas com disposição equilibrada das ilustrações e caricaturas. O próprio impresso anunciou que tinha iniciado a reforma gráfica, com a compra de modernos equipamentos para valorizar a ilustração. Todas as edições de *A Marreta* têm ilustração, algumas simples, reprodução de retratos, outras mais elaboradas com volume, forma e movimento.

Como signo ambíguo, a sátira evidenciava as contradições da própria sociedade e o conservadorismo de tradições locais, relacionado às práticas cultural-religiosas como o candomblé e os penitentes⁵⁴. Reproduzindo um diálogo entre dois compadres (associação com o hábito de conversar na praça), o jornal narrou a visita de amigos a um terreiro de candomblé, no bairro Piranga.

- Era só o que faltava!
- O que compadre?
- Aqueles homens tão chic, ninguém haveria de dizer que dessem pra' aquilo.
- Mas compadre, por Nossa Senhora, diga o que é...
- Ora homem! Você já deve saber mais do que eu. É o tal negócio da "macumba"...(...)
- Agora compadre é que eu peguei o "negócio"... desconfio quem são...
- Eu já lhe digo homem de Deus, eu nunca vi nada igual...Seu Koping pulava feito um doido dizendo que era "Oxalá"...Joel todo empenado dizendo que falava africano..o outro era Leni que estava com "Ogum"..Não sei porque quando vi o Oxalá querer arrancar os bigodes de Ogum corri tanto que vim esbarrar em cima de Juca Moraes que todo compenetrado iria fazer umas concentrações numa sessão espírita da Rua Boa Vista. Com mais medo ainda deste camarada ("bom irmão") fui dormir. E quem diria que aqueles camaradas davam para isso. É mas com *pai de santo* não se brinca⁵⁵

A partir da leitura desse texto, qual o valor social e cultural que o redator atribui ao candomblé e como os leitores poderiam receber esse tipo de sátira? É importante observar que a

54 Tradição existente no município desde 1901, os penitentes são formados por cordões de "alimentadores da alma" (senhoras) e os "disciplinadores" (homens que cumprem o ritual do autoflagelo). A manifestação acontece todos os anos durante a quaresma, com procissão pela rua da cidade e visitas noturnas ao cemitério, onde fazem orações (FRANÇA, 1993).

55 *A Marrêta*, n 2, 16 de junho de 1935.

cerimônia, embora seja narrada como uma pilhéria, pode ser familiar ao leitor pelo uso do nome dos orixás, o que pode demonstrar que era um código socialmente compartilhado.

A outra menção na conversa entre “compadres” é entender o lugar social atribuído ao bairro Piranga, situado distante do centro da cidade e onde se localizava a primeira parada dos trens da Estrada de Ferro Leste Brasileira, que conduziam pessoas da capital, passando pela cidade baiana de Alagoinhas, a Juazeiro. Como afirma Robert Park (1979), a cidade é um corpo de costumes, tradição, sentimentos e atitudes organizadas; os bairros, lugares socialmente compartilhados, podem traduzir zonas morais, códigos e comportamentos.

O bairro Piranga é associado ao lugar onde se poderia ir ao terreiro de candomblé, distante do centro e da praça matriz com a Catedral da Igreja Católica, os casarões e residências das pessoas mais abastadas. O bairro também foi ocupado por ferroviários que passaram a residir na cidade após 1896.

A outra associação simbólica é com o nome “camarada”. Esse não é um termo comum. Camarada na literatura política está associado a como se tratam os militantes do Partido Comunista do Brasil (PCB). Desde 1928 na cidade, havia a Associação Beneficente dos Artífices Juazeirenses que tinha como sócios alfaiates, marceneiros e membros do PCB. Na década de 1930, alguns desses membros apoiaram a greve dos trabalhadores da ferrovia Leste Brasileira.

Para entender as implicações simbólicas do uso do termo camaradas, no texto há a oposição entre camarada (“bom irmão”) associado ao espiritismo, e aos outros camaradas, adeptos do candomblé, que não seriam bons irmãos. Além disso, eles eram homens “tão chic” e adeptos a uma “fuzarca”. Podemos questionar: estaríamos inferindo significados políticos a uma brincadeira feita aos devotos de candomblé? Mas quais os indícios nos levam a crer que se trata de uma representação associada à uma perseguição religiosa e política?

Na mesma edição, o redator afirmou que deixara de anunciar com minúcias um fato produzido por “Inimigos de Deus” e prestava solidariedade ao vigário da Igreja Católica. Ele afirma também que rogava a “Deus que não consentissem que nós, os joazeirenses católicos, venhamos presenciar ato de tal natureza”.

Na edição seguinte do jornal, o redator contou ao leitor que Joel Koping procurou a redação para que houvesse uma retratação. Ele não era devoto de orixás. Para comprovar que não frequentava terreiro de candomblé, trazia uma fotografia em que ele estava vestido com uma túnica de penitente e sendo perseguido pela polícia.

Em uma situação aparentemente trivial, temos a representação de cultos religiosos referentes ao candomblé, ao espiritismo e ao grupo de penitentes, tradição secular que, durante a quaresma, faz orações e rituais para os irmãos mortos. Associado a isso, temos a perseguição da polícia aos penitentes.

Assim, podemos inferir que os terreiros de candomblé poderiam ser lugares socialmente perigosos, por instituir práticas sociais não aceitas pelo poder público, e que os devotos sofriam perseguição. Provavelmente, entre os seus adeptos estavam os excluídos da sociedade, envolvidos em atividades organizativas que poderiam ir além do culto religioso, pois o acusado de pertencer ao terreiro preferia se identificar como penitente, mesmo sendo uma prática perseguida pela polícia, a ser identificado como um devoto dos orixás. Na mesma edição, o leitor também lia a notícia sobre a sede do grupo integralista, localizado no centro, próximo à prefeitura, que era frequentado por várias pessoas da sociedade.

Dessa forma no texto temos referência ao candomblé, polícia, “inimigos de Deus” e integralismo. Mesmo em uma cidade pequena, podemos verificar que há processos de diferenciação social, heterogeneidade cultural e uma imprensa que reproduzia representações sobre práticas religiosas e políticas que sofriam restrição do poder público. Essas representações veiculadas no jornal não foram muito diferentes das que circulavam em outras regiões do país. Após a proclamação da República e as transformações na sociedade brasileira, as cidades assumiram um *locus* privilegiado onde diversos atores sociais buscavam estratégias para reafirmar sentimentos de identidade e pertencimento com o lugar em que viviam. Mas isso originou tensões e contradições relacionadas à participação do cidadão como um ator com direitos civis.

Se por um lado os ideais republicanos poderiam significar o desenvolvimento de concepções liberais e a defesa das liberdades civis, por outro a “república que não foi” resultou no controle do Estado e dos segmentos sociais mais abastados para limitar a circulação da cultura popular, principalmente a compartilhada por pessoas pobres e negras. Cabia à população, desalojada das áreas centrais das cidades, se reorganizar por meio de rituais simbólicos, como o carnaval e as festas populares nos bairros mais afastados, para se reconhecerem como cidadãos nos espaços públicos (CARVALHO, 1987).

Dessa forma, utilizando-se do humor, essa imprensa não ocultava o que estava ocorrendo na cidade de Juazeiro. Mesmo sem termos certeza sobre todos os significados veiculados pelo

periódico e a sua recepção pelo leitor, os vestígios desse passado nos chegam ao presente, demonstrando que manifestações populares poderiam sofrer restrições pelas esferas de poder constituídas – o poder público, a igreja católica, a imprensa.

Os rituais penitentes, ainda hoje praticados, não foram reconhecidos como patrimônio cultural imaterial por causa da encenação do autoflagelo. Contudo, esse é o traço da cultura popular que sobrevive ao tempo, é repassado de geração a geração pela tradição oral e, em períodos de quaresma, ganha visibilidade nos meios de comunicação. Já o candomblé tem sua história ainda no esquecimento, pois não existem relatos na historiografia local de manifestação da cultura de matriz africana⁵⁶. Ao ler no jornal de humor sobre esses fenômenos culturais, podemos inferir processos de resistência que procuravam manter as tradições culturais ao longo dos anos.

Outro aspecto muito evidenciado no jornal foi a menção aos espaços físicos da cidade que foram transformados em acontecimentos jornalísticos. O leitor tinha conhecimento a respeito da Liga do Fuxico, na rua Antônio Pedro; das brigas no Bairro do Alagadiço; das conversas na Rua da Alegria, com os festejos carnavalescos e bailes, e também lugar de determinadas “patifarias”; do significado do lúdico na rua Visconde do Rio Branco, local de visitação noturna dos habitantes e onde se localizava o cinema.

O espaço se confunde com a própria ordem social e com as relações sociais construídas entre seus moradores (DA MATTA, 1991, p.32). No jornal, as ruas foram tratadas como locais de encontros furtivos, fofocas e de brincadeiras entre namorados. Mas há evidências do maior controle social, pois o redator denunciou que a guarda municipal estava atenta para atos libidinosos e a falta de higiene próxima ao mercado popular, local de intensa circulação de pessoas e de mercadorias. A ideia da cidade livre da promiscuidade social, que fundamentou processos de exclusão social nos grandes centros, esteve presente em pequenas comunidades.

Mesmo com a estratégia de usar a sátira para levar ao riso, o jornal explicitamente defendia uma espécie de disciplinarização do espaço público. A brincadeira, portanto, representava sentidos de ordenamento. Esse controle social demonstrava uma cidade regida por códigos sociais complexos, pois as sátiras feitas no jornal foram tidas como calúnia e difamação.

56 Com a instalação das universidades públicas e privadas nas cidades de Juazeiro e Petrolina, têm sido realizado estudos a partir de fontes orais, que podem trazer novas abordagens sobre esses aspectos da cultura popular.

Nas 29 edições do jornal, dois redatores desistiram em colaborar com o periódico sob a alegação de que sofriam algum tipo de sanção ou restrição à sua atuação. Na edição de 14 de Julho de 1935, o diretor José Assis publicou que o periódico “está sendo alvo das mais torpes e injustas acusações” por publicar críticas indiretas ao feminismo que “vive ao leão, sem freio, a mercê dos namoricos”. No editorial, José Assis afirmava que procurava não proferir ofensas nem publicar fatos inverídicos, usando apenas um “humorismo mais do que sadio”. Ele questiona: “quem prova se já atacamos a moral de alguém?”. E concluiu: “que se mordam todos esses adutores e adutoras que desejam a derrocada d’*A Marrêta*”.

Mas nem todos os colaboradores mantinham essa disposição de manter o jornal. O redator Urbano Paraíso Mendonça declarava que tinha abandonado o trabalho porque não podia falar tudo que desejava sobre “as moças e mexericos” que ocorriam na cidade. Ironizando a debandada do redator, o jornal publicou que ele sofreu uma ameaça de sequestro e, para protegê-lo, a redação o tinha enviado à Ilha do Fogo, pequena ilha entre as duas cidades, Juazeiro e Petrolina.

Nas últimas edições do ano de 1935, o redator convidava jovens para auxiliar na produção do jornal, fazer críticas, narrar anedotas, contar histórias. Apesar de alguns redatores não desejarem fazer parte da redação do jornal, há evidências de que o diretor desejava fazer investimentos na gráfica, como adquirir prensa moderna e fazer serviços de rotogravura. Na primeira edição de março de 1936, já encontramos a impressão de fotografias.

3.3 Mediações culturais

A Marrêta anunciava as transformações que ocorriam em ambientes urbanos e as inovações tecnológicas. É recorrente no texto satírico a experimentação de processos comunicativos, que estabeleceriam regimes de visualidade e sonoridades proporcionados por dispositivos técnicos, que transformaram o modo como o público e o espectador interagem com os meios de comunicação (BARBOSA, 2013).

Em uma notícia, o redator convidava o leitor a ir a uma sessão do cinema, a comprar e ler a revista *Cinearte*⁵⁷ ou a receber um instantâneo fotográfico exclusivo feito por Perez ou Fialho⁵⁸. O redator, didaticamente e de forma humorística, explica para o leitor as novas tecnologias e o

57 Revista publicada entre 1926 e 1942 no Rio de Janeiro sobre cinema.

58 Presume-se que se refira a Antônio Fialho, um dos primeiros fotógrafos lambe-lambe da cidade.

processo de captura das imagens fotográficas. Não se usaria o magnésio. Agora, com a invenção da televisão, que ainda não chegou na cidade, o fotógrafo lambe-lambe Fialho utilizava um aparelho para “capturar imagens e exibir fotografias”.

O redator divulgou as notícias sobre viajantes que chegavam pela ferrovia vindos de distantes cidades; em outra, se referiu a Zinza como repórter que viajaria para o Crato para retratar a seca. O leitor também tinha acesso às notícias radiofônicas e às mensagens telegráficas enviadas da capital federal para publicação no periódico. Entre essas e outras sátiras jornalísticas, existe um ambiente marcado por inovações tecnológicas que são utilizadas como uma metalinguagem de processos comunicativos com os quais o tipógrafo e os habitantes poderiam ter acesso ou se apropriavam. O periódico se tornava, portanto, o lugar da novidade e da transmissão de acontecimentos.

Foi o que fez *A Marrêta* ao retratar notícias da declaração de guerra do primeiro-ministro italiano Benito Mussolini ao presidente Haile Sallassié, da Abyssinia (atual Etiópia), com a consequente invasão do país em outubro de 1935. Esse acontecimento foi pauta do jornal por diversas edições⁵⁹. Sátiras relatavam o apoio de juazeirenses aos “negus” da Abyssinia, com ilustração de Mussolini e de Haile Sallassié. O jornal informou aos leitores que enviou correspondentes para retratar a guerra e eles transmitiram as notícias por meio de telegramas e do rádio. A população local ajudaria a defender a nação “negus” contra as tropas do “Duce” Mussolini, por meio do batalhão dos Congos, grupo de descendentes de negros escravizados que realizava festejos em reverência à Nossa Senhora do Rosário.

Como impresso que expandira as suas fronteiras do espaço público da cidade para cobrir os eventos internacionais, o jornal informava que instalou o posto radiográfico na fronteira do país Ethiope com correspondentes juazeirenses relatando o conflito no front, as baixas e as mortes. Como retribuição por cobrir evento tão relevante, os profissionais do periódico teriam recebido um telegrama do povo africano agradecendo pelo apoio de *A Marrêta*. Claro, tudo isso transmitido com a verve do humor e da sátira.

Essas referências à guerra demonstram como a imprensa se tornava um local de centralidade para a vida social e para o conhecimento de fatos ocorridos nacional e internacionalmente. O redator usava o acontecimento internacional para falar das mudanças

⁵⁹ Encontramos notícias sobre esse acontecimento também no jornal *A Manhã*, do ano de 1935.

tecnológicas na transmissão das notícias ao se referir ao rádio e ao telégrafo. A narrativa satírica evidencia manifestações da cultura popular em uma inter-relação com a prática jornalística, pois o conflito passava a ser narrado como um acontecimento transmitido por atores locais.

A sátira com os habitantes locais que cobriam os conflitos como repórteres demonstra o lugar da mediação jornalística. É relevante esclarecer que esses acontecimentos antecederiam episódios relacionados aos conflitos internacionais, como a Segunda Guerra Mundial, e esse era um assunto discutido nos jornais locais, regionais e nacionais⁶⁰. A imprensa foi o espaço de referência social, produzindo circularidade de informações que serão interpretadas pelo leitor.

Em uma das notícias publicadas, o telegrafista Assis Curvelo descreveu o cenário da guerra, como correspondente exclusivo de *A Marrêta* no front:

ADIS-ADEBA, 10: O calor aqui é um caso sério. Só quem agüenta são os negros. Ando nu no meio deles apreendendo macarrão nas mochilas dos italianos e prisioneiros. Quem mais me ajuda nesse serviço é um irmão de Jacob, cabo de polícia egipiciano, que está adido a 1 batalhão negro. O Duce anda se roendo com o imperador Salassié, pois ele me disse que os seus soldados só matam italiano de...susto. Mas é o diabo, essa zoadada de bomba. Silêncio. Lá vem uma metralhadora voando dois negros com três romanos enfiados nas lanças para o churrasco dos jornalistas. Começo a sentir saudades dos amigos. Todo italiano vive na fronteira completamente de tanga. O bombardeio começa sempre depois da bola. A coisa aqui é engraçada: cada soldado tem um ventilador nos fuás e uma caixa de picolés nas costas. O Perez pode até fazer negócio no front. Ruge um canhão etíope. Ando quase surdo. Hontem um italiano caiu nas garras dos negros. Fui até o alojamento dos presos vê-lo. Suave como uma tampa de panela. Perguntei-lhe: sente frio? Ele olhou-me silencioso e depois irritado vociferou:
- Per bacco! Il La l' Italia frio como uma ova seo filho de...
Retirei-me e no caminho, um negro de Guarda Real me interpelou:
- Você é do Brasil?
- Sim, enviado de *A Marreta*.
- E como tem suportado essa quentura toda?
- Ora, lá para as nossas bandas o sol é tão quente e faz tanto calor que as mulheres fazem beijus nas calçadas de cimento ao meio dia. O abissínio deu uma volta cuspiu e disse:
- Você conhece o Deraldo, o João Luna, o Guedes, o Josué?
- Conhece-os muito.
- Então, acredito.
E saiu assobiando "Laurinha"⁶¹.

⁶⁰ Esse acontecimento também foi narrado pela *A Manha*, de Aparício Aporelly.

⁶¹ *A Marrêta*, 13/10/1935.

O texto retratava o conflito entre a Abissínia-Itália como um acontecimento significativamente presente e próximo à realidade dos juazeirenses. Mas *A Marrêta* não apenas reproduziu os acontecimentos, o jornal promovia uma interação com os leitores a partir de informações socialmente compartilhadas. Os moradores locais foram transformados em protagonistas do conflito, principalmente migrantes árabes que moravam na cidade.

Os leitores também se transformavam em redatores do jornal. Era comum o jornal informar que enviava correspondentes aos conflitos para reportar os acontecimentos, a exemplo do telegrafista Assis Curvelo e o fotógrafo Fialho. Em outras edições, as caricaturas faziam referência às embarcações como Saldanha Marinho e aos populares que participariam do conflito junto as tropas abissínicas. Em 20 de outubro de 1935, o periódico publicou uma edição ilustrada com caricaturas na capa e com um texto integrado às imagens relatando o confronto. A edição demonstra ainda a importância da caricatura como informação visual para atrair e envolver o leitor (Cf. figura 10).

O Conflito Italo-Etiope Ameaça A Paz Mundial!...

Essa estúpida bagunça que Mussolini vem fazendo com os pretos da Abyssinia, querendo "abitar" o seu território sem pedir licença, está afrontando a sensatez das nações civilizadas do mundo inteiro.

Esse Duce barbaro, que fica em Roma devorando todo o macarrão da Europa, manda a mocidade as lanças africanas, sem se preocupar com as dôres ajeitas, das viúvas, dos irmãos, dos filhos, das noivas, etc.
 (Sacia-te de tanto sangue o panteira, e deixasé ha de vir triunfante pedir-te conta dos danos causados!)

A Marieta

CRITICO E HUMORISTICO

ANO I | JUAZEIRO, 20 DE OUTUBRO DE 1935 | N. 20



O Duce, dançando de rai-va porque o Filho lhe bateu a fotografia, na Italia:

Diante do inicio das hostilidades, destacamos logo o nosso enviado especial Assis Curvelo para Addis Abeba, no intuito de colher todos os pormenores da luta, assim como o nosso fotografo Filho, que desertou do «front» depois de ter sentado praça no exercito italiano, após um grande carreirão que levou de um negro senegalez.



O Filho, em bruta disparada, com medo da lança senegalez.

A luta por lá tem sido sangrenta. O clichê ao lado mostra um RAS etiope com um italiano atravessado por uma espada, nas ruas de Adua, seguindo ru no á cozinha do acampamento das tropas do ras Seymoun.

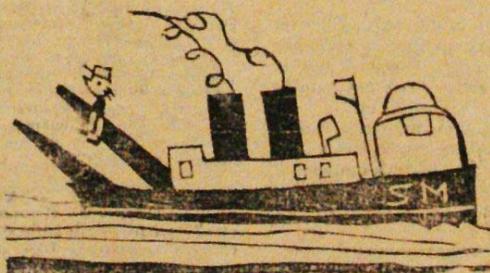
O nosso enviado especial, junto ao Negus solicitou a ida do encouraçado «Saldanha Marinho» para o Mediterraneo, que, completamente equipado com varias bocas de fogo, zarpará do nosso porto amanhã, sob o comando do almirante Zé Antonio de Souza, levando no seu bojo varios reservistas abissinios, que são: Leopoldo Pereira, Romeu Crusóe, Luizinho, Arthur, Matielto e Caedral, sendo estes dois ultimos aproveitados para o serviço de observações a grandes distancias.

O batalhão congol, partirá no dia 24 pelo «dreadnought JANSEN MELO, transformado em poderosa maquina de guerra, sob o comando do capitão de fragata Jacó Amitay, que já recebeu ordens do Negus para atacar Roma.

Essa carnificina vai acabar de arrazar com toda corja de italianos sobidos! A Inglaterra está para explodir, e juntamente com ela, outros paizes!
 É o tal Papa tambem tocará a GAITA, porque DISSE QUE ESTA GURRA É SANTA!



Um general abissinio, em plena rua de Adua, com um soldado do Duce atravessado na lamina da sua espada, o qual servirá para o churrasco da soldadesca senegalez.
 (Foto vinda de avião)



O encouraçado SALDANHA MARINHO, transformado em navio de Guerra, no nosso porto, pronto para seguir amanhã para o Mediterraneo, levando os reservistas abissinios. (Vê-se o Zé Antonio trepado no canhão)

Figura 10: Caricaturas sobre o conflito Ethiope-Italino. Fonte: Fundação Regional do São Francisco, Juazeiro-BA.

O conflito internacional demonstrava como as informações sobre a guerra poderiam ser compartilhadas via telégrafo. Os dispositivos técnicos que facilitavam a transmissão da informação faziam com que as pessoas se apropriassem e recriassem suas próprias narrativas sobre o conflito. *A Marrêta* ocupou um lugar singular porque se apropriou de elementos da cultura popular, dos hábitos, dos costumes locais, para se referenciar aos códigos sociais, evidenciando representações por meio das anedotas.

Procuramos demonstrar que a sátira utilizada pelo tipógrafo José Assis foi uma das estratégias de mediação para compartilhar um conjunto de símbolos que se referem aos espaços sociais da cidade e às vivências culturais. A partir de uma simples piada sobre as mulheres que frequentavam o cinema, podemos entender mudanças no padrão de comportamento. É possível inferir ainda sobre as representações associadas às culturas religiosas que não eram aceitas socialmente, e evidenciando possíveis conflitos de classe. Compreendemos também como a cultura jornalística se configurava na região e como as informações sobre acontecimentos internacionais eram interpretadas localmente.

O nosso interesse não foi chegar a uma interpretação definitiva sobre a relação entre indivíduo, sociedade e cultura, pois compartilhamos da ideia de Robert Darnton de que as pessoas comuns percorrem uma floresta de símbolos, geralmente polissêmicos, fluidos e complexos (DARNTON, 2001, p 288).

Consideramos, contudo, que a análise do produto cultural traz indícios para pensar a trajetória de José Assis. O humor na sua produção contém muitos significados, para além de uma simples piada, brincadeira, pois a sátira pode representar aspectos da assimilação da cultura jornalística em uma cidade do interior do país, em um contexto de modernização da sociedade brasileira e expansão de uma cultura letrada.

4. Abre-alas para *O Banjo*: entre uma cultura popular e novas sonoridades

Carnaval de 1935. A cidade de Juazeiro se preparava para mais um festejo carnavalesco com bloco de amigos fantasiados e as tradicionais festas das sociedades recreativas Filarmônica 28 de Setembro e a Apollo Juazeirense. O carnaval daquele ano trazia uma novidade, um folheto musical com as marchinhas de cantores do Rio de Janeiro e da cidade ribeirinha, às margens do rio São Francisco.

“...Eu sou O Banjo.

Estou às vossas ordens com a afinação pronta, toda super harmoniosa para dar-vos a melodia estonteante e deliciosa das músicas populares que são a vida, a alma, o ornamento dos folguedos que S. M. Rei Momo dirige com uma soberania soberbamente carnavalesca!

Selecionando as mais novas e lindas composições cariocas em conjunto com algumas nossas, onde o professor Dario Ferreira se faz apresentar com um talento fora do comum, formando com as composições de J. Assis um duo esplêndido, vos ofereço nesta 1ª edição do mês o que há de melhor no ‘mercado’ (...).”

No folheto produzido na tipografia de José de Assis em prelo de madeira, o leitor acompanhava o sucesso das composições dos cariocas Custódio Mesquita, Heitor dos Prazeres, Ataulfo Alves e dos juazeirenses Zeca Viana, Dário Ferreira e José Assis. O folheto traz indícios da existência do circuito de jornais e revistas dedicadas à música que se espalhavam pelo país. Na década de 1930, a cidade ainda não tinha estação radiofônica, mas essas novas sonoridades chegavam por meio do cinema e caíam no gosto popular. O impresso documentou parte dessa expansão do circuito musical na cidade, desde as mudanças na imprensa carnavalesca, nos modos do festejo e o acesso aos dispositivos tecnológicos que permitiram a circulação das sonoridades.

Todas essas mudanças refletem uma série de instrumentos técnicos que transformou o modo como o público e o espectador interagiam com os meios de comunicação. Como afirma Marialva Barbosa (2013), novos regimes de visualidade e de sonoridades estabeleceram relações de interação do leitor com a escrita, a voz e o modo de ver o mundo. Jornais estavam repletos de ilustrações, charges, caricaturas, informação e diversão. Publicavam marchinhas e músicas de carnaval, notícia de cordões e dos blocos. As cidades ainda tinham um grande número de pessoas analfabetas e surgiam “modos de comunicação letrados para o olhar e para ouvidos que ainda ouviam dizer as palavras lidas que ecoavam pelos gestos da oralidade” (BARBOSA, 2013, p.195).

Os vestígios da cultura oral nas festas de carnaval ganhavam forma por meio da expansão da cultura letrada. Não se desejava apenas ouvir as músicas na vitrola, cantarolar nos festejos, era preciso o ato de permanência da escrita e, de preferência, com composições próprias. De 1935 a 1943, *O Banjo* divulgou o circuito musical de composições de marchinhas e sambas da cena musical carioca, associado à festa de momo, junto com as experiências de compositores locais.

O folheto só circulava no período de carnaval, o que explica a intrínseca relação entre a expansão da música popular urbana com o espírito carnavalesco. No processo de modernização das cidades, parte considerável das gravações de sambas e marchinhas se destinava ao festejo de Momo, reunindo no mesmo calesdoscópio social ricos, pobres e remediados, como afirma Winisk (2009, p. 67).

José Assis se inseriu nesses novos circuitos de comunicação, produzindo o jornal que se destinava a celebrar essa intrínseca relação entre música e carnaval. Ele também não foi apenas o editor dos jornais, mas compositor de alguma das canções. A trajetória traz algumas semelhanças com a de outros empreendedores da comunicação no país, como Irineu Marinho, que fundou *A Noite* e foi pioneiro ao implantar um modelo de imprensa popular, nos primeiros vinte anos do século XX. O jornal trazia notícias e entretenimento, buscando atrair um público diversificado, um leitor que consumia o produto jornalístico pela variedade de informações e acontecimentos espetaculares sobre o cotidiano da cidade. Como empreendedor, que se distinguiu dos demais proprietários de veículos, ele percebeu que a atividade jornalística o permitia se aproximar de uma cena cultural da cidade carioca, formada por músicos populares, vinculados ao samba, artistas e promotores de empresas cinematográficas⁶² (CARVALHO, 2012).

Irineu Marinho é um exemplo de alguns homens públicos que apostaram na empresa jornalística com maior autonomia em relação ao poder político, na divulgação de *fait divers* e assuntos do cotidiano transformados em acontecimentos jornalísticos. Um jornal vibrante, como *A Noite*, com ilustração e caricaturas para o leitor de variados públicos, um periódico que divulgava a cena cultural, espetáculos musicais, teatro, cinema, folhetim.

Em tempo e espaços distintos, José Assis buscou incorporar esse modelo de imprensa popular e valorizou uma cena cultural que o permitiu dialogar com o público na cidade juazeirense. A experiência de lançar o folheto destinado às modinhas e músicas demonstra o

⁶² Irineu Marinho foi sócio-proprietário da Veritas Film, em 1917, produtora cinematográfica que produzia filmes sobre crimes e outros acontecimentos espetaculares. Os filmes eram anunciados no jornal e isso permitiu ampliar o público leitor.

incentivo à formação de um público de bens culturais, já que não existe registro de outro folheto semelhante na cidade na década de 1930.

Com quatro páginas, *O Banjo* divulgava músicas e os novos ritmos como samba, marcha, fox. Geralmente, circulava em duas edições, somente com a letra das composições. Alguns impressos trazem ilustrações, com caricaturas de foliões, algumas delas utilizadas anteriormente em *A Marrêta*.

José Assis também escreveu crônicas carnavalescas para *A Marrêta* e *A Tribuna do Povo*. Em *A Marrêta*, o carnaval ocupava um lugar de irreverência, a festa burlesca, a vida festiva na praça, os encontros nos blocos e caricaturas dos foliões para divertir o leitor, como vimos. Em *A Tribuna do Povo*, na década de 1960, José Diamantino foi contratado para ser o repórter especializado em cobertura de festa carnavalesca, como o jornal classificou. A linguagem utilizada é a de um jornalismo informativo, relata o festejo, a organização da festa e o encontro dos blocos. Nos anos 60, o humor cedeu espaço à informação.

Eduardo Granja Coutinho (2006) considera que, desde o final do século XIX, a imprensa promoveu um tipo de literatura, a crônica carnavalesca, que moldou a percepção do leitor para um festejo mais organizado, seja nos clubes, nas agremiações, e deixando a irreverência das ruas com os rituais de “festa molhada”. Paralelamente a essas mudanças sociais no modo de conceber a festa, a imprensa realizou transformações significativas, pois ela promovia, junto com os clubes, concursos e popularizava canções. Com a expansão da indústria cultural, que explorou a associação do carnaval com o setor fonográfico, as músicas de carnaval foram difundidas no rádio.

Contudo, o sistema radiofônico demorou a ser instalado em todo o país. Lia Calabre (2002) documentou que o preço médio do aparelho radiofônico era alto para a média da população brasileira, e o rádio só se tornou veículo acessível a partir dos anos 1940. Em cidades do interior, os impressos eram usados como meio para popularizar algumas canções.

José Ramos Tinhorão (2000) defende que, desde os anos 1930, a imprensa carnavalesca caracterizada pela linguagem cômica e satírica foi substituída pelas publicações promovidas pelos clubes e agremiações que se destinavam à divulgação de músicas. Esse era um sinal de que o espírito comunitário associado com a cultura local de cada cidade poderia perder referência para indústria cultural e a universalização de modelos culturais oferecidos pelos grandes centros, movimento intensificado a partir dos anos 1950 (TINHORÃO, 2000, p. 164-165).

Nos anos 1930, *O Banjo* se inseriu nesses novos circuitos de comunicação da produção musical associada ao festejo. A trajetória de *O Banjo* demonstra aspectos interessantes sobre a cultura popular local. Ao mesmo tempo que evidencia a influência do circuito de músicas produzidas na cena carioca, também revela processos de apropriação dessa cultura com especificidades próprias. Não se trata de assimilação, mas de possibilidades criativas da produção musical de caráter popular. Ao ler os fragmentos que restaram dessa produção, pois alguns jornais estão bastante danificados, com rasuras, percebemos elementos satíricos, caricaturas, composições musicais de autores locais destinadas ao festejo de Momo. *O Banjo* se constitui em um artefato memorável, pois documentou a circulação dessas músicas e composições locais, que não existem em outros registros como livros ou áudio.

É relevante perceber como o tipógrafo José Assis se apropriou de elementos da cultura híbrida para divulgar essas novas sonoridades. Ele também utilizou o impresso como materialidade para o registro da cultura popular que tem suas origens na oralidade.

4.1 Viva Momo: carnaval e imprensa

A primeira edição de *O Banjo*, de 1935, trouxe a ilustração de uma mulher com trajes de colombina, demonstrando elegância e boas maneiras nos festejos localizados nos bailes de carnaval das associações (Cf figura 11). É um folheto em formato pequeno, mas com tipologia e riqueza de detalhes gráficos no título, alusão a um instrumento musical, e um cuidado no alinhamento do texto. Na capa, a caricatura da colombina foi assinada por Assis. Na página dois, texto de apresentação do folheto e uma coluna com a letra das composições.

Pesquisadores analisam as mudanças na festa popular como sinônimo de uma modernidade civilizadora. O carnaval civiliza-se, o entrudo caracterizado pelo improvisado deixa de existir, para ser organizado em clubes e ganhar ornamentos (COUTINHO, 2006). A primeira edição de *O Banjo* demonstra esse ideal, pela harmonização da forma, a alegoria da colombina, uma remissão às festas nos clubes.

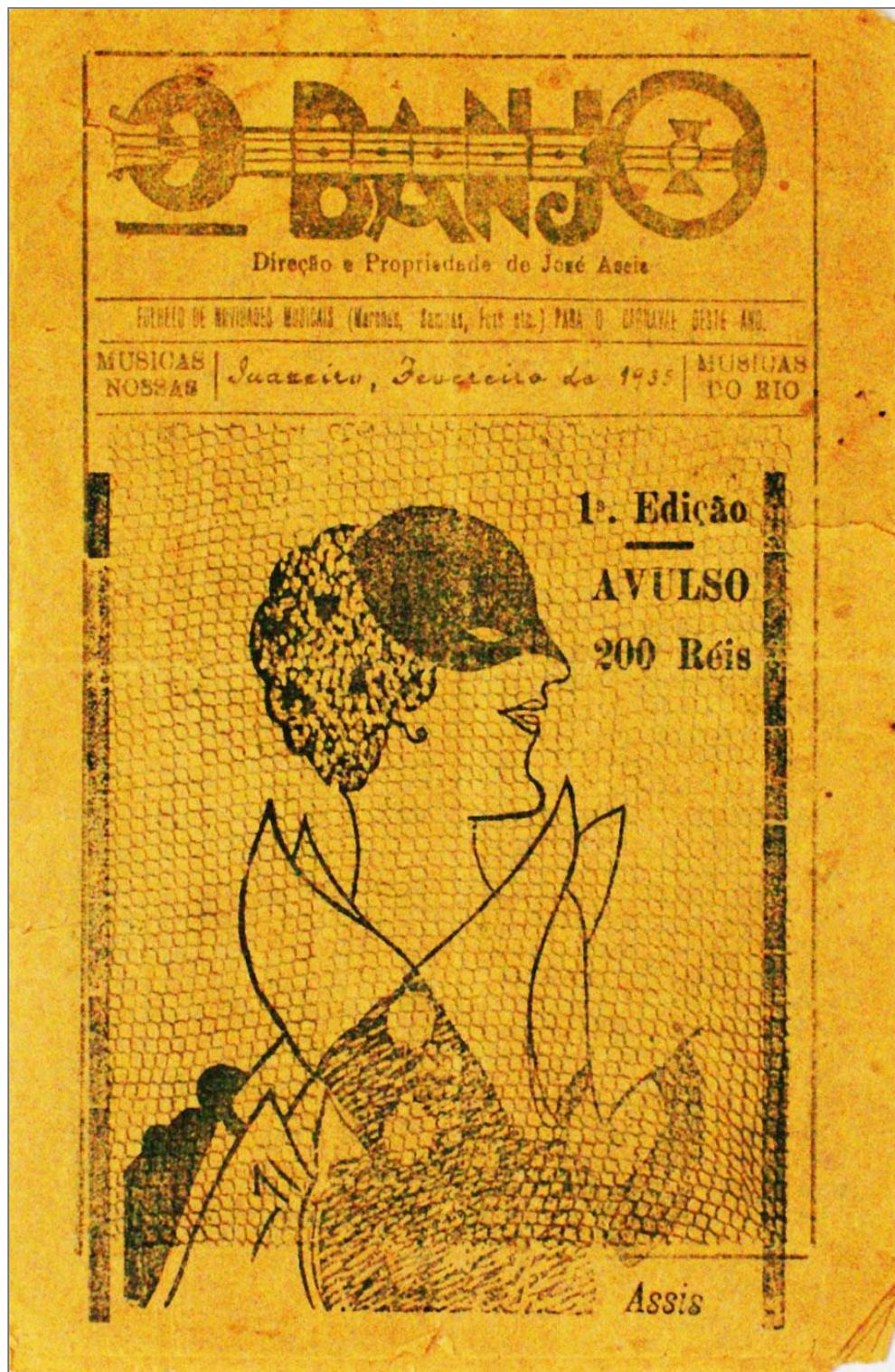


Figura 11: Capa da primeira edição de *O Banjo*. Fonte: Fundação Museu Regional do São Francisco, Juazeiro-BA

Na década de 1930, o carnaval era uma festa comemorada por pessoas com posses econômicas e populares em lugares distintos na cidade de Juazeiro. Essa diferenciação de classe se materializava nos lugares do festejo, nos desfiles de carros alegóricos e nas composições de marchinhas, destinadas às disputas carnavalescas das tradicionais Sociedades Filarmônica 28 de Setembro e Apollo Juazeirense, onde as senhorias e senhorios mais abastados brincavam o carnaval. Para a 28 de Setembro, o tipógrafo e músico José Assis compôs, no ano de 1936, a marcha:

A velha 28 sempre em cena
Morena
Morena
A nossa turma que não tem rival
É bamba em carnaval...

A marcha foi publicada na primeira página do impresso. Ao folhear a segunda página, o leitor lê a nota *Em Tempo*: "a pedido da 28 de Setembro, fazemos aqui uma modificação na sua marcha que é a seguinte: O nosso bloco que não tem rival / É invencível pelo Carnaval".

Criada em 1897 por segmentos sociais abastados, como a família do coronel Evangelista de Melo, a 28 de Setembro não gostou da expressão "turma", termo mais comum, substituindo-a por "bloco"; já a expressão malandra "bamba" foi excluída. Afinal, ser "bamba" não combinaria talvez com o glamour dos bailes da 28 de Setembro, associação frequentada por uma elite local e que proibia a presença de trabalhadores. O compositor submeteu a marcha à aprovação da diretoria da Sociedade. A letra foi modificada, mas ficou o registro da versão original na primeira página.

Já para embalar os bailes da Sociedade Apollo Juazeirense, de quem o tipógrafo recebeu um convite para comemorar os festejos, como publicou no jornal, a marchinha anunciava:

Moreninha formosa
Deixa de ser tão teimosa
Vem para turma cor de rosa
Sê graciosa
Neste cordão
Deixa de ser tão teimosa
Vem me dar teu coração

As duas marchas foram entoadas pelos foliões de uma elite cultural e econômica da cidade. Mas há diferenças evidentes na composição. A marcha da Apollo traz maior identificação com marcadores discursivos da oralidade: Moreninha formosa/ vem para turma cor de rosa/ Sê graciosa. A canção é mais simples, com uma sonoridade bem popular em relação aos versos dedicados à 28 de Setembro, “a velha associação sempre em cena, que é invencível no carnaval”.

A existência dos clubes carnavalescos associados ao segmentos econômicos mais abastados foi muito comum na capital Salvador, nos primeiros anos do século XX até a década de 1940. Os clubes mantinham bailes, eventos e realizavam desfiles alegóricos. Contudo, os impactos financeiros da crise econômica no estado na década de 1930 e os efeitos da Segunda Guerra Mundial não mais permitiam festas em grande escala, inclusive os clubes deixaram de importar ornamentos para a alegoria dos carros.

Nesse processo de diminuição das festas nos clubes, surgiram as batucadas com origens africanas, produzidas por grupos de percussão e estimuladas pelas escolas de samba cariocas, segundo Scott Ickes (2013). A popularização de instrumentos como tambores, que facilitou a mobilidade dos ritmistas, e a produção cultural de compositores locais ajudaram no fortalecimento das batucadas como novos processos de mediação da cultura popular. As políticas de nacionalismo cultural no país e o interesse pelos gêneros musicais regionais e compositores de todos os matizes influenciaram o crescimento dos grupos, cordões e as batucadas.

Scott Ickes também assinala a importância dos jornais soteropolitanos e cronistas como Silvio Valente, conhecido como Pepino Longo, para difusão das batucadas, através de poemas como *Evoé*, publicado em *A Tarde*, no final de 1940. Os versos *A Batucada gostosa/ Faz uma morena tão prosa / Cair no santo e sambar* fazem associação com a cultura africana.

Já no interior, as classes populares representadas por artistas, artífices e mestres de obras estimularam as festas nos salões da Sociedade Beneficente dos Artífices Juazeirenses, ao som da banda 1º de Maio. Cordões, blocos e escolas de samba foram criados por populares na cidade, como o Zero e os Turunas. Músicos locais compunham sambas e celebravam os festejos de Momo, com alegorias a temas como malandro e mulatas. Os artistas exploravam os samba e marchinhas. Os festejos ganharam, progressivamente, as ruas. Um exemplo do espírito da irreverência carnavalesca é a marchinha *Sou da Fuzarca*, dos músicos Edson Lima e Zeca Viana.

Sou da Fuzarca

Sou da Fuzarca
 Sou igualzinho a mulata
 Sou da Fuzarca, meu bem
 E da mulata também
 Não tem igual a mim
 Eu sou um bicho malvado
 Na escola de samba matriculado
 Ninguém acha ruim

4.2 Compositores e artistas pedem passagem

José Assis ajudou a difundir sambas e marchinhas de compositores cariocas como Assis Valente, Custódio Mesquita, Ary Barroso, Roberto Martins e cantoras como Dircinha Batista e Marilu. No carnaval de 1935, *O Banjo* anunciava o sucesso *Marcolina*, de Assis Valente. *Marcolina, Marcolina / Deixa que eu seja o teu vestido / Teu vestidinho / De seda fina.*

O leitor juazeirense poderia adquirir partituras de marchinhas dos músicos ribeirinhos, como Dario Ferreira e o próprio José Assis. Se a marchinha de Assis Valente faz uma alegoria à moça francesa nos salões cariocas, os músicos do São Francisco procuravam enaltecer a beleza da moçoila em *Teu prestígio volta!*:

Morena,
 Morena,
 Vou te proclamar rainha
 Vou te colocar na linha

Você
 que foi tão desprezada
 E ficou mal arranjada
 Cá no meio do cordão

Agora
 Você vai ter prestígio
 E na bolsa da folia
 Terás muita cotação...

O Banjo

Teu prestigio volta!
 Marcha—Dario—J. Assis

Morena
 Morena
 Vou te proclamar Rainha
 Morena, Morena
 Vou te colocar na linha. (Bis)

Você
 Que foi tão desprezada
 E ficou mal arranjada
 Ca no seio do cordão,
 Agora
 Você-va ter prestigio
 E na bolsa da Folia
 Feras muita cotação.

Depois
 Com toda a posição
 Não vá cair nas garras
 D'um astuto gavião,
 Porque
 A vida é diferente
 E tudo de repente
 Irá tudo pelo chão!

Vou ver se Posso
 SAMBA DE HEITOR DOS PRAZERES

Eu vou ver se posso
 Conseguir a trabalhar
 Não é negocio
 Ser malandro e dar azar
 Eu vou deixar
 Esta vida de vadio
 Ser malandro hoje

É malhar em ferro frio,
 Vou arranjar
 Uma vida melhor
 Para eu viver mais descansado
 Eu vou trabalhar
 E no trabalho
 Terei outro resultado.

Vou enfrentar
 O que aparecer
 Não posso viver assim, tão triste
 É bem doloroso
 É vergonhoso
 Não é bonito para mim.

Vou mandar buscar!
 SAMBA

Vou mandar buscar
 Uma sandalia cheia de fita
 Vou mandar buscar
 Uma bahiana bonita.

Quando ela vier
 Eu vou fazer minha oração
 Que os malandros lá do Rio
 Querem roubar seu coração.

A bahiana é de encomenda
 E a sandalia é por medida
 Quero ver ela de perto
 Sacudindo as cadeiras na Ave.
 (nida.)

Comprem O Banjo

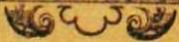


Figura 12. Edição de *O Banjo*, 1935. Fonte: Fundação Museu Regional do São Francisco, Juazeiro-BA.

O jornal era vendido por 200 réis. Caso o leitor quisesse adquirir a partitura da música feita por Dario Ferreira, o redator informava que custava 1,00 réis. No período de 1935 a 1943, identificamos a existência de composições de marchas e sambas produzidas pelos artistas locais. As temáticas se referem a assuntos carnavalescos e discursos amorosos. Só foram encontradas em *O Banjo*, o que evidencia que o jornal preservou uma memória da cultura popular, que está relegada ao esquecimento na cidade, pois não existe referência bibliográfica dos músicos locais nem de suas trajetórias individuais. Fizemos um pequeno levantamento das composições que aparecem no jornal e os respectivos gêneros musicais, para que possam ser estimulados outros estudos específicos. Cf. Tabela.

Quadro 2: identificação de compositores locais e músicas publicadas em *O Banjo*.

Artistas	Título da Composição	Gênero musical	Ano de Publicação
Carlos Café	Viva o Brasil A Dança do Xeréré	sem identificação	1943
Dirceu Ferreira	Vai e Vem	Samba	1943
José Assis	O V da Vitória	sem identificação	1943
José Assis	Má Conduta	Samba-batuque	1943
José Assis Dário Ferreira	Teu Prestígio Volta	Marcha	1935
José Assis Zeca Viana	Eu Sou de Circo	Samba	1935
José Assis Zeca Viana	Ba, Be, Bi,Bo, Bu	Marcha	1935
José Assis Zeca Viana	Marcha do Zero Vira Ressacada	Marcha	1936
José Assis Zeca Viana	Incerteza	Fox	1936
José Custódio Filho	A Preta Coroada Olha a Roda	Marcha	1936
Zeca Viana	Cordão Encrocado	sem identificação	1940
Zeca Viana	Vou Deixar	Marcha	1940

No ano de 1943, *O Banjo* anunciava novidades para o leitor. As marchinhas, os sambas-batuques teriam audições transmitidas pelo alto-falante da Amplificadora Juazeirense. O programa musical seria veiculado à noite, com audições em estúdio. As músicas cantaroladas nas ruas e divulgadas pela imprensa se massificavam em meio ao fascínio dos sons transmitidos pelo alto-falante, com caixas de som espalhadas em lugares centrais da cidade.

A imprensa foi instrumento de popularização de músicas e composições que se propagavam nos grandes centros urbanos, particularmente no Rio de Janeiro. A circulação dessas composições musicais evidencia também a existência de circuitos comunicativos entre a imprensa e o sistema radiofônico, que começava a se popularizar no país.

Nas edições de 1943, verificamos maior divulgação de compositores nacionais, provavelmente em decorrência da expansão da indústria fonográfica, com acesso aos discos e lançamentos musicais, e dos aparelhos receptores que captavam programas musicais da capital Salvador e da Rádio Nacional. Um exemplo é a edição que trouxe o samba *Nós da América*, cantado por Ataulfo Alves, e distribuído pela Odeon, como deixou registrado o redator. Também observamos a marcha *Primavera*, de Darci Oliveira, na voz da cantora Marilu.

Num
1

O BANJO

ANO
XII

PRIMAVERA
Marcha de Dircel Oliveira
Canta MANILU'

Está chegando a hora, a hora
de derradura
De todo mundo ver seu Fritz na
geladeira
E desta vez ele perde o cestaz
A primavera que passou
Não, não volta mais, não, não
volta mais.

Vae ser comida pra urso e cambalo
Toda ssisicha que seu Fritz
Pez no gelo, depois que o irver-
no acabar

Quero ver que desculpa
Seu Fritz vae dar!

RENUNCIA
Fox de Roberto Martins
e Mario Rossi

Heje não existe nada mais entre
nós
Somos duas almas que se devem
separar
O meu coração vive chorando
em minha voz
a sofreremos tanto... é melhor
renunciar

A minha renuncia
Enche-me a alma e o coração
de todo

A tua renuncia
Da-me um desgosto que não tem
remedio

Amar é viver
É um doce prazer embriagador
É vulgar, difícil no amor
—É saber renunciar.

Final de Vae e vem

Oil chegue pra lá
Oil chegue pra cá
Chegue mais um bocadinho
Não se emporte com ninguém,
Pois o samba é bem gostoso
Porque tem o vae e vem.

Nós das Americas!
Samba—Canta Ataulfo
Alvas—Disco Odeon

Nós não queremos
nada dos outros
mas no que é nosso
ninguem põe a mão
nós democratas
no's das Americas
somos unidos
e salve nossa união
Ha um gigante
neste Continente
que tem um chefe
que mora no co-
ração
do seu povo,
Ha-de ser novo
que saber
sabe ser Gigante e
cumprir seu dever.

BOM MULATO
Samba de Benedito La-
cerda e C. de Aleucar

Vejam só o bom mulato
Agora como é que está
Sapato de crocodilo
E terno de caracá,
Não quer saber mais
do morro
Sô mora agora e pensão
Torce pelo Botafogo
E é fan de Bidú Sayão
Palavra que nunca vi
Um mulato tão folgado
Sô frequenta galeria
Que tem ar refrigerado
Arranjou uma lourinha

MULATO BONITO
Samba de Benedito La-
cerda e G. Viana

Mulato bonito não me assauha
Se meu pequeno sabe você apa-
nha (Bis)

O meu pequeno é um grande a-
tleta
E tem um braço que é um caso
verio
Ele pegou um lutador de box
E mandou direitament' lá pro
armiterio

E se você continuar assim
Tenho certeza vae ser um espeto
Porque se um dia ele descobrir
Então voce terá que numerar
seu esqueleto

Não acredito na sua gordura
E nem no seu tamanho de gi-
gante
O meu pequeno só da branca-
deira
Já lutou luta romana com um
elefante.

La pras bandas do Ca-
tato,
Mas dinhsiro mo bolao
dele
E' manga de oolste-Bis



Figura 12: *O Banjo*, Ano XII, 1943. Fonte: Fundação Regional Museu do São Francisco, Juazeiro-BA.

Como já nos referimos, a cidade ainda não tinha emissora radiofônica local. A Rádio ZYN-1 foi criada no início de 1950, por iniciativa dos comerciantes Joaquim Borges e Camerino Muniz, e transmitia programas musicais e notícias. A transmissão regular como concessão pública ocorreu nos anos 1970, após registro no Ministério das Comunicações⁶³. Petrolina explorou o sistema radiofônico a partir da criação da Emissora Rural do São Francisco, inaugurada em 1962, e foi utilizada pelo Movimento de Educação de Base para ensino de educação à distância. Mas mesmo sem a radiofonia, o sistema de alto-falante cumpria a função de entreter e informar a população com apresentações de shows e audições de músicas.

Como dissemos nenhuma fonte memorialística se referiu às composições de José Assis, Zeca Viana e Carlos Caffé. Os discursos memoráveis foram construídos em torno de outros músicos como Walter Santos, que construiu carreira musical no Rio de Janeiro, e, claro, o artista de maior expressividade, João Gilberto. O músico que criou a batida do violão a partir do canto das lavadeiras do rio São Francisco, como se refere Ruy Castro (1990), e das sonoridades modernizadoras dos anos 1950.

O Banjo é um testemunho de uma experiência da cultura popular, do encontro entre o carnaval e o samba, como símbolos de um país que construía uma identidade nacional nos anos 1930, mas que, posteriormente, foi atravessado por outros processos de modernização, como a influência do rádio e da indústria fonográfica. Com o folheto musical e o satírico *A Marrêta*, José Assis iniciou sua trajetória como proprietário de jornais, o que permitiu explorar novos empreendimentos. Em 1937, ele buscou novas experiências, como veremos no próximo capítulo.

⁶³A estação teve vários administradores que exploravam o serviço, mas Oswaldo Benevides foi quem obteve a autorização da concessão da rádio nos anos 1970 e se tornou proprietário do primeira emissora de radiodifusão (DIAS, 1982).

5. *O Itiubense*: entre a informação e a opinião

Em meados de outubro de 1936, *O Éco* anunciou aos leitores juazeirenses que José Assis fora difundir o conhecimento da lida jornalística em terras sertanejas de Itiúba, município circunvizinho localizado a 156 km de Juazeiro. A pequena nota no jornal não é um mero acaso. Itiúba tinha se emancipado do distrito de Queimadas em janeiro de 1935 e contava com recente estrutura política, com prefeitura e câmara municipal.

Em 1933, comerciantes, fazendeiros, farmacêutico, médico, trabalhadores dos ofícios manuais, chamados de artistas, encaminharam ao governador Juracy Magalhães solicitação para a emancipação da vila⁶⁴. De um antigo arraial, a vila cresceu às margens da estação da Ferrovia Leste Brasileira, que interligava o município à capital, Salvador, e às principais estações de Alagoinhas, Senhor do Bonfim e Juazeiro.

Com três mil habitantes na zona urbana e 14 mil nos distritos rurais, Itiúba tinha uma boa arrecadação de impostos provenientes do comércio e das fazendas agrícolas, que exportavam gêneros alimentícios para a capital e outras cidades. O centro urbano reunia um agrupamento de 400 casas, dois sobrados, armazéns, depósitos de gêneros alimentícios, farmácias e uma escola com 150 alunos. Para o lazer, os moradores aproveitavam o centro filarmônico e o Cine Ideal. Energia elétrica não tinha chegado aos lares, mas existia uma usina termoelétrica que abastecia comércio, prédios públicos e algumas casas.

Na recente estrutura do novo município, faltavam, contudo, tipografia e jornal. A prensa foi trazida por José Assis, que realizava os serviços de impressão de boletos, folhetos e editou o semanário *O Itiubense*, cuja primeira edição circulou em novembro de 1936⁶⁵. A tipografia também vendia jornais e revistas como *Fon Fon*, *Cinearte* e *O Malho*, editadas no Rio de Janeiro. Também eram comercializadas revistas de moda.

Quais narrativas *O Itiubense* constrói para o público local, quais processos e interações sociais se estabelecem a partir da sua circulação? Fragmentos de narrativas memorialísticas nos fazem inferir que o semanário pode ter sido um bem cultural para o município, que passava por

64 Dados populacionais e a caracterização social de Itiúba foram encontrados em um documento-memorial entregue ao governador Juracy Magalhães, em 1933, para requerer a emancipação do município. Acervo Pessoal de Juracy Magalhães disponível no Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas.

65 Não conseguimos localizar a última edição do jornal. Foram encontradas 13 edições que circularam no ano de 1937.

transformação social, econômica e cultural da ordem de uma modernização de sentidos. A aventura de produzir um jornal está envolta com certos artefatos culturais, que chegaram, mesmo que tardiamente, ao sertão baiano, produzindo mudanças no modo de viver da população. O poeta Egnaldo Paixão descreveu essas transformações no poema *O cinema e o jornal*: “como era assistir a um filme numa vila confinada, que só tinha um jornal um cinema e uma praça acanhada? Como era o jornal da vila dando notícias locais quando todas elas não passavam na semana de cinco, três e não mais?⁶⁶”.

Esse poema nos coloca um problema relacionado ao circuito comunicativo a respeito da produção do jornal em uma pequena cidade. Mesmo sem muitos acontecimentos locais, apenas cinco ou três novidades que seriam publicadas como notícias, como diz o poema, o periódico possibilitou a circulação de informações no lugarejo, interligando o local, tido como periférico, a outras cidades. Esse circuito também não se restringiu apenas ao impresso, mas as variadas formas de linguagem como o cinema, a música, o teatro e, até mesmo, o futebol nas tardes de domingo. Como diz o poeta: “Como era no teatro ver dramas de forte enredo com artistas do lugar representando sem medo? Como era ir ao campo todo domingo ver jogo entre times inimigos tirando lascas de fogo?”.

A população com poder aquisitivo tinha acesso aos bens culturais. Artistas ensaiavam drama no teatro, populares faziam festas, admiravam as danças dos ternos de reis, entoavam cantos e ritmos no carnaval e bandas filarmônicas disputavam a atenção da comunidade. O jornal trazia informações sobre o que acontecia na localidade e no próprio país, com as notícias sobre política e cultura.

Na memória do poeta, algumas pessoas visionárias promoveram esse sertão interligado à nação. A partir das memórias de sua infância e do que se preservou ao longo do tempo, Egnaldo Paixão diz: “como o povo dessa vila aprendeu o tom de tantas linhagens / futebol teatro e festas

66 Transcrição do poema: Como era assistir a um filme numa Vila confinada que só tinha um jornal um cinema e uma praça acanhada / como era o jornal a Vila dando notícias locais quanto todas elas não passavam na semana de cinco, três e nada mais? / Como era ver na Vila bandas de músicas rivais fossem nas procissões fossem nos carnavais? Como era desfilar na mansidão de uma Vila ternos de reis que encantavam de tantas moças bonitas? / Como era no teatro ver dramas de forte enredo com artistas do lugar representando sem medo? / Como era ir ao campo todo domingo ver jogo entre times inimigos tirando lascas de fogo? / Como o povo dessa Vila aprendeu o tom de tantas linhagens / futebol teatro e festas de diferentes linguagens? Pois foi mesmo Manoel Pinto com o jornalista Assis que trouxeram à Itiúba os tons de vários Brasis. Ver poema no site: <https://sites.google.com/site/poetasitiubenses/o-cinema-e-o-jornal---eginaldo-paixao>. Acesso em 2 de Agosto de 2015.

de diferentes linguagens? / Pois foi mesmo Manoel Pinto e o jornalista Assis que trouxeram à Itiúba os tons de vários brasis”.

Manoel Pinto foi um rico comerciante que construiu um prédio considerado moderno, no qual estava instalado o cinematógrafo. Os primeiros filmes mudos foram exibidos em 1936. Um ano depois, os expectadores já podiam assistir aos filmes sonoros distribuídos pela Paramount Pictures e a Universum Film AF (UFA), de origem alemã. Manuel Pinto também construiu usina termoelétrica para fornecer energia ao município. José de Assis já tinha editado o periódico *A Marrêta*, em Juazeiro, mas foi difundir a cultura letrada na cidade de Itiúba. Promoveu também eventos populares como o carnaval e o acesso aos bens de consumo cultural, a exemplo do cinema. Manuel Pinto e José Assis tiveram trajetórias distintas, mas que foram atravessadas por visões de um projeto civilizatório para influenciar a vida da comunidade.

Esse percurso na trajetória de José Assis nos interessa porque está relacionado com a identidade jornalística que ele buscou construir para si, no contexto de mudanças na imprensa brasileira. Estão em jogo modos de enunciação para consolidar a imagem do tipógrafo como homem de imprensa, com prestígio e respeitabilidade social.

A travessia pessoal com a publicação de *O Itiubense* nos assinala a expansão de empreendimentos tipográficos no interior do país, relacionados com o processo de modernização da imprensa, especificamente com a conquista de um público popular, mudanças no formato e linguagem jornalística. O jornal se popularizou e não se destinava apenas ao público letrado localizado nos grandes centros. José Assis procurou torna-lo acessível para camadas populares no interior do país, mesmo que existissem algumas contradições e ambiguidades na difusão desse projeto civilizatório, como descreveremos nesse capítulo.

No início do século XX, o sertão nordestino era caracterizado pela literatura brasileira como lugar do atraso, de região inóspita, sujeita à estiagem prolongada e à miséria. Questões sociais, como conflitos rurais e a prática do coronelismo, ocupavam o debate público relacionado ao que se convencionou chamar de território Norte do país, e posteriormente Nordeste. Essa representação tem relação com o desenho geográfico e cultural que se desejou construir da nação. Foi, na década de 1930, que esse debate de uma nacionalidade começou a interferir para o redesenho geográfico e territorial do país, com a consolidação e a formação dos estados do Nordeste, nos anos 1940. O historiador Durval Albuquerque Júnior (2001) problematiza o discurso encontrado na oposição estados do Norte - como um território associado ao exótico, ao

atraso social e econômico, às calamidades públicas provocadas pelos períodos de estiagem - aos estados do Sul, caracterizados pela pujança da modernidade econômica e cultural.

Para o autor, criou-se uma tradição de tomar o espaço de onde se fala como ponto de referência, de assimilar os seus costumes como nacionais e os das outras áreas como regionais. Nos anos 1930, uma corrente de literatos como Gilberto Freyre, José Lins do Rego, Rachel de Queiroz, a partir do Movimento Regionalista, construiu outros significados simbólicos sobre o sertão, no sentido de valorizar as origens de uma cultura popular nordestina, embora também propagassem essa imagem de território de miséria, fome e seca em algumas obras.

Jesus Martín-Barbero (2013) se referiu à construção da cultura nacional, na América Latina nos anos 1930, como estratégia política para evitar a fragmentação, que teria ocasionado as lutas regionais no século XIX, por meio da valorização das diferenças regionais. Nesse processo que procura construir uma unidade, uma nação, rede de comunicações - o telégrafo, rodovias, estradas de ferro e meios massivos como o rádio - ajudou a superar a diversidade regional e a facilitar a comunicação entre as diversas regiões. São consequências dos processos de modernização que conformaram as experiências das pessoas. Não é à toa que o poema de Egnaldo Paixão se referiu às diversas linguagens – música, cinema, jornal - que deram origem aos variados tons de “brasis”. Periferia e centro, de certa forma, se encontram no conjunto de artefatos culturais que se disseminam pelo país.

Apesar da caracterização discursiva relacionada ao atraso, o sertão baiano não está isolado, como se convencionou pensar sobre a região. Práticas sociais e culturais que circulavam nesse espaço geográfico foram difundidas pela imprensa, tanto a localizada em grandes centros, que chegou a essa região trazida pelas pessoas que transitavam pela malha ferroviária, pelos informes do telégrafo e pelo correios, como a produzida por tipógrafos e redatores de jornais nessas comunidades.

Desde o final do século XIX, ocorreu processo de expansão de pequenas empresas jornalísticas no interior da Bahia, especificamente no sertão baiano, distante da capital, Salvador. Em 1897, o tipógrafo, professor e jornalista João Antônio dos Santos Gumes lançou *A Penna*, na cidade de Caetité, região do alto sertão baiano. Alguns autores consideram João Gumes como um pioneiro da imprensa na região. Intelectual, um *homme de lettres*, acreditava que a imprensa levaria o progresso às regiões inóspitas do país, como relatou a historiadora Maria de Fátima Pires (2015).

João Gumes foi escritor, publicou livros e o periódico *A Penna*, que circulou durante 30 anos. Na sua tipografia, recebia edições de jornais do Rio de Janeiro, Salvador e de outros municípios como *Cidade de Joazeiro*. A tipografia funcionava como biblioteca com acesso a variadas edições de livros.

Quarenta anos depois, o pensamento de João Gumes ainda era compartilhado por outros tipógrafos e jornalistas como José Assis. Com apropriações diferentes, usos e especificidades da cultura letrada, esses homens da imprensa são fomentadores de ideais republicanos e de modernização, associados ao progresso e civilização que foram difundidos nas grandes cidades do país no início do século (SEVCENKO, 1983). Mesmo que tardiamente, a difusão dessas ideias constituíram o imaginário de comunidades situadas em lugares mais afastados do centro do país.

O discurso de modernização, em oposição ao atraso, promoveu a criação de instituições sociais que buscavam fomentar uma estrutura de sentidos para a crença na racionalidade e nos valores da liberdade, mesmo em comunidades e regiões marcadamente dominadas por forças políticas conservadoras, como o coronelismo no sertão. Novas referências de espaço e temporalidade passaram a fazer parte do cotidiano. Para Hans Ulrich Gumbrecht (1998), essas mudanças foram sendo operacionalizadas pelos sujeitos a partir de sentidos, o que ele chamou de cascatas de modernidade. O deslocamento do sujeito rumo à modernidade possibilitou o homem ver a si ocupando o papel do sujeito da produção do saber, de quem observa o mundo exterior, mediante o qual lê e interpreta o mundo dos objetos.

A construção de uma subjetividade moderna se relaciona com as transformações dos modos comunicativos que afetaram consideravelmente outros subsistemas sociais. A substituição do manuscrito pelo processo de impressão produziu deslocamento pertencente ao que se denominou como transcrição da vida cotidiana. Analisando as mudanças produzidas pelo livro impresso, Gumbrecht afirma que todo “meio de comunicação novo em si mesmo transforma a mentalidade coletiva, imprimindo-se na relação que as pessoas mantêm com seus corpos, com sua consciência e suas ações” (1998, p. 71).

A expansão da imprensa permitiu a constituição de uma subjetividade que se tornaria uma das estruturas mentais da modernidade, o que envolveu a produção, recepção dos textos e a construção do autor moderno. As práticas de modernização foram se inserindo na vida cotidiana das cidades, provocando mudanças na subjetividade, percepções e sentidos das pessoas social e culturalmente.

Como já nos referimos anteriormente, a modernidade se insere em um conjunto de experiências que possibilitou a construção de um ambiente que prometia a transformação dos indivíduos (BERMAN, 1986). Mesmo marcado por contradições e ambiguidades, os variados processos de modernização fizeram surgir a ideia de construção de um indivíduo com disposição para recriar os espaços sociais e os modos de representação do mundo e as estruturas da vida social.

A cidade se tornou um *locus* privilegiado no qual se processavam as transformações e no qual os sujeitos passavam a usufruir de uma cultura moderna. É esse o pensamento que mobilizava pessoas como José Assis nessa travessia com *O Itiubense*.

5.1 O jornal e os leitores d’*O Itiubense*

Com quatro páginas, *O Itiubense* trazia a epígrafe “semanário independente, noticioso e literário”. Tinha formato de uma folha de ofício e trazia as principais notícias na capa e contracapa. Na segunda, notas sociais e a coluna Ecran, uma alusão à projeção da tela de cinema. Na terceira página, anúncios do comércio varejista, companhias de seguro, consultório médico e medicamentos. Publicavam-se alguns poemas, geralmente na terceira página também.

A organização do jornal era feita, geralmente, em duas ou três colunas. Havia uma preocupação em delimitar o texto com fios para separar o conteúdo de algumas seções. O leitor poderia ler notícias internacionais, regionais e locais, fornecidas por agências como a Meridional, serviço de informação da cadeia dos *Diários Associados*, e dos jornais cariocas *A Noite* e *Diário da Noite*⁶⁷.

A fotografia foi explorada no jornal, mas não aparecia em todas edições, provavelmente pelo custo elevado na produção do clichê fotográfico. Recorria-se, quase sempre, à ilustração. Na edição de abril de 1937, poderemos ver uma das capas do jornal, na qual aparece a imagem do prefeito da cidade, o comerciante e coronel Bellarmino Pinto⁶⁸.

67 Não verificamos nos jornais produzidos por José Assis nenhuma fonte de notícia proveniente de jornais baianos. Em *O Itiubense*, houve menção ao jornalista Simões Filho, mas no contexto de disputas políticas e não como diretor-proprietário do vespertino baiano.

68 O comerciante foi um dos articuladores do manifesto para emancipação do município encaminhado ao governador Juracy Magalhães.

BAHIA, SÃO PAULO E RIO GRANDE FIRMAM UM PACTO EM DEFEZA DA AUTONOMIA DOS ESTADOS

O ITIUBENSE

ANNO I,

NUM. 18

SEMANARIO INDEPENDENTE, NOTICIOSO E LITRARIO

Diretor: Phoo.
Augusto Cerqueira

Itiuba, 4 De Abril De 1937.

PROPRIEDADE DE
JOSE ASSIS

O Pacto Bahia-S. Paulo-Rio Grande

Os governadores da Bahia, S. Paulo e Rio Grande do Sul acabam de firmar um pacto em defesa da autonomia dos Estados, garantida pela nossa Constituição, nos seguintes termos:

"Os Estados signatarios estão convencidos que só com a pratica fiel do regimen federativo, com o respeito devido à autonomia estadual, se pode assegurar ao País a necessaria tranquillidade, evitando o desasoscego, a descrença e a reacção, que resultam necessariamente de quaesquer attentados contra a autonomia dos Estados da Federação.

Por estarem assim accordes, pactuam, quaesquer que sejam os meios politicos que venham a adoptar no problema da successão presidencial, a solidariedade entre si na ameaça contra outra unidade federativa, acreditando que esse nobre compromisso que foi livremente assumido, lealmente observado, assegurará ao Brasil, na renovação de seus órgãos electivos, uma solução normal que preservará a ordem publica e restabelecerá a confiança do povo nas instituições democraticas vigentes."

A SAUDAÇÃO DE D. HUGO

A imprensa é ottima aliada do verdadeiro progresso. Quando orientada para o bem, logo surgem os frutos sazonados da virtude.

Quando serve de vehiculo a falsas ideologias e a doutrinas deleterias então reina a confusão nas almas e o desprestigio das boas acções de que é consequencia o campar dos vicios.

Deixo minha benção ao «O Itiubense» e peço a N. S. que o órgão desta catholica Villa seja sempre guiado pelas sacrosantas doutrinas da Igreja de Deus.

É meu desejo ardente que floresça nesta Paroquia a Conferencia de S. Vicente de Paulo, para protecção aos pobres, tão queridos de Jesus, e de meu programma episcopal uma campanha sem treguas ao jogo, que é a ruina de tantas familias e de tantas consciencias.

Todos esses meus ideaes cristãos hão de achar guarida carinhosa (espero em Deus) nas columnas deste jornal.

12-IV-37.

† Hugo, Bispo Diocesano.

Itiuba Progride



Col. BOLLARMINO PINTO, oporoso Prefeito desta Villa.

Felizmente os nossos apellidos não ficaram em vão, a respeito do inicio da construcção do prédio da Prefeitura e tambem, de ser retomado o serviço de reconstrucção da Igreja.

Já vimos na Praça 7 de Setembro o inicio da construcção do mesmo prédio, já estando na escavação e feitura dos seus alicerces.

Sabemos tambem, por sciencia da comissão das obras da Igreja, que os referidos serviços, paralisados ha tempos, serão iniciados na semana vindoura, sob a direcção de competente tecnico.

Apellamos para as pessoas em boas condições financeiras, de tomarem a peito o problema das construcções novas ou mesmo de reconstrucções, dentro da esthetica moderna, pois a Itiuba de hoje necessita estar em condições de equiparar-se com as villas e

cidades adiantadas, acabando com o seu antigo "feito de arcaizal, com telhados de "cachorro" chamados vulgarmente.

Fomos informados que no Código de Posturas em elaboração, haverá dispositivos que determinarão no municipio de construcção nesta Villa, e portanto é dever dos municipes conscienciosos ajudarem o poder publico no plano urbanistico.

Cinema Ideal — A Directoria da Philharmonica «União 2 de Julho» com o

nobre intuito de proporcionar diversões a esta terra, e tambem augmentar os meios para poder financiar a construcção do seu bello edificio, em estado de quasi conclusão, resolveu arrendar este cinema, prometendo aos nossos fansboa programmação, ordem e horario certo das suas funcções, que serao 20 1/2 horas em ponto.

Hontem foi levado «Desafiando o perigo», com Ken Maynard e hoje vamos ver George O'Brien, num colossal film.

A Directoria da Philharmonica 2 de Julho, pede-nos para avisar que ficam rigorosamente suspensas as entradas de favor.

Figura 13: *O Itiubense*, 4/04/1937. Fonte: Fundação Museu Regional do São Francisco-Juazeiro-BA

José Assis assinava como proprietário e Augusto Cerqueira como diretor. Farmacêutico, Cerqueira ocupava a função de tesoureiro da prefeitura municipal e assessorava o grupo da situação na Câmara Municipal, com questões técnicas sobre legislação do município. Também era agente financeiro de um dos principais anunciantes do jornal, a Empresa Construtora Universal Ltda, responsável por comercializar apólice destinada à compra da casa própria. Assinava artigos com iniciais AC ou Aupecer. Esses indícios comprovam que o jornal foi pensando por uma classe dirigente e com poder aquisitivo.

O semanário tinha assinantes na comunidade e nas cidades de Queimadas, Senhor do Bonfim e Santa Luzia⁶⁹. Distribuído pelos Correios, o serviço era considerado deficitário, pois os assinantes reclamavam da entrega irregular. Já os moradores compravam o jornal na gráfica. Alguns frequentadores liam o jornal na oficina, ainda durante a finalização do trabalho gráfico. O costume fez com que o proprietário publicasse a nota: proibido a leitura do jornal na oficina.

É preciso destacar que as linotipos se tornavam predominantes nas redações dos grandes centros, produzindo jornais no formato standard, com boa qualidade de impressão, fotografias, sessões destinadas a públicos específicos e um bom número de páginas que atraíam, cada vez mais, a atenção do leitor. Enquanto isso, em Itiúba, o tipógrafo usava o prelo de madeira e o componedor onde alinhava os tipos. O trabalho exigia tempo e dedicação e o proprietário anunciava que precisava de jovens para trabalhar como aprendiz na tipografia.

O semanário não apresentava riqueza da mancha gráfica, não usava cor, e o espaçamento entre as linhas era curto, o que poderia dificultar a leitura. Mas o tipógrafo conhecia o ofício da arte gráfica e dispunha de uma tecnologia, naquele momento, acessível às suas condições financeiras de pequeno empreendedor do ramo. Ele também era leitor de jornais, o que permitiu acompanhar as mudanças que se processavam no discurso jornalístico na década de 1930 e ir aperfeiçoando o ofício.

Os principais jornais brasileiros apostavam na diversificação do público, investindo nas notícias tidas como sensacionais, *os faits divers*, sobre acontecimentos cotidianos e não apenas o noticiário político. Além de explorar fatos do dia a dia, mesmo que não fossem variados e abundantes, *O Itiubense* também dava espaço para notícias sobre crimes, como os ataques às fazendas pelos bandos do cangaço. Geralmente, trazia manchetes com letras grandes para chamar atenção do leitor.

⁶⁹ Atualmente, município Santaluz, cujo topônimo foi alterado em 1943.

Embora houvesse o envolvimento político de Augusto Cerqueira como diretor, a cobertura do semanário não explorava de forma efusiva o proselitismo político, nem era predominante o comentário político. O jornal valorizava a informação e notícias sobre o cotidiano, questões de organização do espaço urbano, hábitos e costumes citadinos, como veremos ao longo do capítulo. Embora os vestígios evidenciem o interesse em produzir um jornal mais informativo do que partidário, não podemos ignorar o envolvimento com os grupos políticos locais. Foi assim com Aprígio Araújo, com *O Éco*, na cidade de Juazeiro e a relação com grupo situacionistas de apoio ao governo de Juracy Magalhães.

No periódico, o leitor tinha acesso às notícias que reportavam as articulações do governador para a sucessão de Getúlio Vargas em 1938, isso antes de ser implantado o Estado Novo⁷⁰. O noticiário refletiu as circunstâncias do sistema político estadual. Quando Juracy Magalhães foi escolhido, em 1930, como interventor para o governo da Bahia pelo presidente Getúlio Vargas, grupos da política baiana não aceitaram facilmente a sua presença. Ele era cearense e considerado muito jovem para cuidar dos destinos do estado. A Revolução de 1930 já tinha encontrado a resistência de oligarquias baianas, principalmente a da região norte, nas cidades de Juazeiro, Sento Sé, Remanso e Pilão Arcado, sob o comando do coronel Franklin Lins de Albuquerque⁷¹.

No poder, Juracy Magalhães se aliou com as forças coronelistas tanto do norte como do sul da Bahia para se manter no poder, formando a Coligação Sertaneja. O deputado Manoel Novais, que conhecia bastante o norte da Bahia, foi quem costurou a aliança dos representantes coronelistas do norte, liderados por Franklin Lins de Albuquerque com o governador. O centro dessa articulação política foi a cidade de Juazeiro. Extensa correspondência com políticos locais demonstra a rede de apadrinhamento, alianças e conluíus, que envolviam tanto prefeitos, representantes das câmaras municipais, de empresas como Viação Baiana do São Francisco e proprietários de jornais na defesa do chefe político do PSD⁷².

70 Implantado em 10 de novembro de 1937, regime político durou até 29 de outubro de 1945, marcado pelo centralismo político e autoritarismo. Com o golpe de Estado, as eleições de janeiro de 1938 foram suspensas.

71 O governo de Juracy Magalhães foi analisado por Aruã Silva de Lima, na dissertação “Uma democracia contra o Povo: Juracy Magalhães, Otávio Mangabeira e a UDN na Bahia (1927-1946)”, defendida no Programa de Pós-Graduação em História, na Universidade Estadual de Feira de Santana, 2009. Já aliança que criou a Coligação Sertaneja, ver artigo “Reações à Concentração Autonomista no interior da Bahia” (1931-1937), de Eliana Evangelista Batista (2013) em que aborda como os grupos autonomistas se contrapunham ao interventor.

72 Cartas e documentos manuscritos se referem às articulações políticas, apoio aos grupos locais e disputas ocasionais e solicitações diversas para empregos na administração estadual, entre outros assuntos. Encontramos correspondências de Aprígio Araújo, de *O Éco*, relatando balanços de controle do voto da base eleitoral e acontecimentos a respeito da administração pública, já que também atuava como secretário do governo municipal.

A própria emancipação de Itiúba foi possível a partir dessa rede de poder com o apoio do governador baiano até a sua renúncia ao cargo, no final de 1937, por divergência com Vargas. Se no início da posse como interventor federal Juracy Magalhães encontrou resistência, ao final do seu mandato ele tinha uma legião de seguidores pelo interior do estado, embora tivesse também uma forte oposição tendo à frente a corrente autonomista liderada por Otávio Mangabeira.

Nesse contexto de aliança política, os artigos em *O Itiubense* procuravam esclarecer as controvérsias do poder político nacional e apostavam no cenário de reorganização do poder a partir das eleições de 1938. A década de 1930, na Bahia, foi um momento em que diversos agentes políticos procuravam se organizar, se rearticulando com as forças coronelistas locais e os novos grupos. Comunistas, integralistas, partidários de Juracy Magalhães e a oposição liderada por Otávio Mangabeira disputavam a cena política.

A crença de que o país pudesse se organizar politicamente para discutir a sucessão presidencial fez com que o redator Augusto Cerqueira apostasse na eleição do novo presidente para substituir Vargas. Demonstrou apreço pela candidatura do ex-governador de São Paulo, Armando Sales, a quem considerava um estadista, administrador competente. Chegou a questionar se não poderia haver uma aliança dos estados do Rio Grande do Sul, Bahia e São Paulo para apresentar um candidato e fez conjecturas para a Bahia indicar um nome para concorrer à presidência. O governador baiano procurava costurar uma candidatura única ao governo e tentou dissuadir Armando Sales. Mas não foi possível costurar a aliança e o governador baiano apoiou o candidato José Américo de Almeida, que defendia um discurso político favorável aos estados do Norte, como era chamada, até então, a região.

Várias notícias publicadas no ano de 1937 demonstravam a articulação das forças políticas para manter a continuidade de Getúlio Vargas no poder. Mas a sucessão à presidência foi perdendo fôlego. Notícias de intervenção política chegavam ao conhecimento da população. Os jornais não ofereciam o mesmo espaço ao debate político, como noticiou *O Itiubense*. Gradativamente, ocorria um esvaziamento da discussão política.

Mas José Assis não pensava na interrupção do processo eleitoral. Na edição de 2 de julho de 1937, saudou o que chamou de campanha cívica e democrática à sucessão presidencial. José Américo é apresentado como um homem de nobreza de caráter, com bons serviços prestados ao país; Armando Sales, um defensor da “verdadeira democracia” e um administrador reconhecido. À população, recomendava que não se deveria dar muita atenção às campanhas da propaganda

política que criavam um clima de animosidade, desavença e de caça aos candidatos, com críticas pessoais. Afirmava: “Todos os dois achamos bons e dignos. Cada qual aja com sua consciência e suffrague qualquer um dos dois nomes. Nada de cambalachos e urdiduras estratégicas”.

Além de comemorar as duas candidaturas, ele afirmava ao leitor que Plínio Salgado também seria um bom candidato, caso não fosse partidário do Integralismo, o que o fazia ficar com a “pulga de trás da orelha”. Nessa coluna, torna-se evidente que a sua ação como jornalista não era de ater-se a um proselitismo político. Pode-se encontrar os vestígios de uma certa formação liberal, crença na pluralidade de pensamento político e defendia processos de abertura política, e não fechamento, como ocorreu com a implantação do Estado Novo.

Assim, por mais que o jornal, em alguns momentos, ocupasse o espaço de tribuna política, o discurso jornalístico deixava entrever diversidade de pensamento, mesmo levando-se em consideração que reproduzia pensamento de classe dirigentes locais. Porém, verifica-se a circularidade de informações advindas de outros periódicos, aos quais os redatores tinham acesso e formavam a sua visão de mundo.

Os redatores reproduzem informes de agências internacionais sobre a disputa da geopolítica entre os países europeus e notícias de *A Noite*, *Diário da Noite* e *A Tarde*. Mas essa reprodução não é feita de forma passiva. As notícias sobre a disputa internacional e a influência do comunismo se tornavam pauta do comentário do redator.

Na crônica que comemorava o início do ano de 1937, José Assis denunciou a disseminação de ideias comunistas no país. Afirmava que tinha sido um ano marcado por guerras, doenças (pestes), ódios, desavenças e ambições que jogavam “irmãos contra irmãos”. Considerava Josef Stalin um “micróbio” que tentara, com perversidade, contaminar o solo brasileiro e implantar um “comunismo indecente”, em alusão à intentona comunista de 1935 e os desdobramentos posteriores⁷³. Mistura-se no argumento do redator o pensamento anticomunista sem aprofundamento do contexto social e político.

Esses indícios da formação ideológica estiveram presente na crítica que fez aos bandos sertanejos que invadiam fazendas locais. Os bandos eram tratados como “feras”, bandidos, representações sociais alusivas ao medo e ao terror que provocavam na população e que se disseminavam na imprensa regional⁷⁴ (Cf. figura 14).

⁷³ *O Itiubense*, 8/01/1937.

⁷⁴ As representações do cangaço como “bandos, feras” podem ser encontradas em vários jornais. *O Pharol*, editado em Petrolina, também divulgou notícias semelhantes ocorridas no sertão pernambucano.



Figura 14: *O Itiubense*, 14/03/1937. Fonte: Fundação Museu Regional do São Francisco, Juazeiro-BA.

As tocaias e mortes dos bandos sertanejos, que ficaram conhecidos como banditismo social e conflitos rurais, se tornavam notícias com a descrição das mortes em confrontos com fazendeiros da região. O conflito social no mundo rural é retratado como caso de polícia. O jornal, inclusive, saudou a iniciativa dos fazendeiros de combater os bandos por meio das milícias dos coronéis.

O redator apurou as informações com fontes que testemunharam o confronto e afirmou: “actos como estes merecem divulgação e servirão de incentivos aos sertanejos que, da mesma forma, deverão proceder como este bravo e digno fazendeiro que merece prêmio do Governo do Estado e os votos de felicidade do povo nordestino por ter liquidado três bestiais feras⁷⁵”.

Assim como podia se ler as notícias de crimes no sertão, a população recebia os informes de legislação aprovada na Câmara Municipal. O jornal também explorava as discussões políticas relacionadas à gestão municipal e ao debate no legislativo. Para os agentes políticos, era importante ter um jornal para expor o debate na Câmara.

Mas o jornal não é, exclusivamente, tribuna para interesses políticos locais. A opinião não é uma linguagem monolítica, do único redator, ao categorizar o gênero opinativo predominante nos jornais partidários do dezenove. Percebe-se, na trama do discurso jornalístico, vozes dialógicas do redator-proprietário do jornal, do diretor, Augusto Cerqueira, e de outros redatores e colaboradores. Outra característica é que as notícias locais se sobrepõem ao noticiário político. Crônicas do cotidiano ocupavam as páginas do periódico. Os textos opinativos possuem linguagem simples, acessível aos variados leitores. Não se lê artigos de fundo com a linguagem rebuscada. Essa imprensa também não é construída por redatores letrados, bacharéis, são homens comuns construindo mediações por meio do impresso.

A linguagem jornalística apresentava novidades. Podemos encontrar gêneros como crônicas, notícias, poemas, literatura de cordel e coluna com colaboradores locais e da imprensa nacional, como Austregésilo de Athayde, jornalista, articulista e um dos diretores de *Diário da Noite*, editado na capital federal. Notas da coluna social divulgavam efemérides (datas comemorativas, eventos familiares, felicitações de aniversário e núpcias). Alguns textos com crônicas e sátiras locais são assinados por AZ Preto.

Uma análise da materialidade do jornal, formato, linguagem e a especificidade do acontecimento jornalístico em *O Itiubense* evidencia características do hibridismo da cultura

75 *O Itiubense*, 14/03/1937.

letrada e de práticas de oralidade. O jornal assumia características formais de um impresso informativo, mas explorava aspectos da cultura popular, o humor, a reprodução de anedotas e dialetos locais. Isso poderia ser uma estratégia para atrair leitores de diversos segmentos, alguns que sabiam ler e outros que tinham acesso ao periódico pela cultura oral e contada por outrem.

A referencialidade da cultura popular nos permite perceber vestígios dos possíveis leitores do semanário. Em uma de suas crônicas, José Assis narrou a surpresa de um dos “pés de serra”, referindo-se às pessoas que viviam na zona rural, ao visitar a oficina gráfica para conhecer o trabalho tipográfico. Ele conta que o “caipira” entrou na oficina, “admirado, sorrindo entre os dentes, remexeu e olhou os papéis, a máquina e chegando na caixeta de tipos, perguntou ao tipógrafo: ‘*O senhô a cuma compra a grosa dessa miusaia toda?*’”⁷⁶. Como seria possível compor o jornal a partir de pequenos artefatos, tipos de metal, que resultariam na composição da folha, parece ser esse o espanto do visitante da oficina? De onde surgiu esse equipamento?

O tipógrafo conta que “explodiu em risos” pelo espanto do caipira com a prensa tipográfica. Para demonstrar como “aquela miusaia” funcionava, voltou ao “volante” para fazer a impressão da última folha. José Assis narrou: “O caipira arregalou os olhos miúdos e, a cada movimento meu, ele fazia uma careta e sorria satisfeito, sem dúvida gozando aquela vitória de ter visto o moço ‘trabaiando na foia’ para contar depois aos seus camaradas lá na fazenda, como o Coronel que foi ao Rio e viu o Catete, o Pão de Açúcar, o mar”. Por fim, depois de verificar a arte gráfica, o morador afirma: “*Mecê me discurpe e que Deus me perdoe, mas trabaia assim só pur pauta!* E saiu quase assombrado, narrou José Diamantino de Assis.

Além de ser uma alegoria dos dialetos de determinadas pessoas da população rural, a crônica assinala alguns aspectos relacionados ao leitor e ao lugar social que ocupava a tipografia. A gráfica é o lugar da novidade, a marca do moderno na cidade. É o local também de encontros, de construção de redes de sociabilidade, as pessoas conversavam com o redator, encontravam amigos, contavam causos, anedotas e liam o jornal.

Mesmo que o redator demonstrasse certo desprezo pelo espanto do “caipira” que visitava a gráfica, o trabalhador da fazenda, que não domina formalmente a cultura letrada, não é ignorado como interlocutor nem como possível leitor. O jornal poderia ser lido por letrados e compartilhado oralmente – por ouvir dizer e/ou lido em voz alta – para outros não letrados, como o trabalhador rural, o caipira. A linguagem popular tinha uma riqueza de expressões que eram

⁷⁶ *O Itiubense*, 17/01/1937.

compartilhadas no circuito comunicativo da cidade por letrados e os que não dominavam o código escrito.

A crônica traz indícios de práticas de leituras que circulavam na comunidade. José Assis conta que costumava recolher muitas anedotas e histórias dos moradores. A linguagem popular do cordel, com versos simples e dialetos locais, convivia harmoniosamente no espaço dedicado a formatos mais formais, como a notícia. Um dos exemplos da referência à linguagem popular, encontramos na publicação do poema “Brasil caboco”, do poeta Severino de Andrade Silva, conhecido como Zé da Luz. Nascido na Paraíba, mudou-se para o Rio de Janeiro e lançou livros com poemas populares que trazem a marca de uma identidade sertaneja.

Brasil Caboco

O qui é Brasi Caboco?
É um Brasi diferente
do Brasi das capitá.
É um Brasi brasilêro,
sem mistura de instrangero,
um Brasi nacioná!

É o Brasi qui não veste
líforme de gazimira,
camisa de peito duro,
com butuadura de ouro...
Brasi caboco só veste,
camisa grossa de lista,
carça de brim da “polista”
gibão e chapéu de coro!

Brasi caboco num come
assentado nos banquete,
misturado cum os home
de casaca e anelão...
Brasi caboco só come
o bode seco, o feijão,
e as veiz uma panelada,
um pirão de carne verde,
nos dias da inleição
quando vai servi de iscada
prus home de posição!⁷⁷

77 O poema foi editado em livros e foi reproduzido no site Jornal de Poesia. Disponível em: <http://www.jornaldepoesia.jor.br/zedaluz.html#brasi>. Acesso em 15 de Agosto de 2015.

O poema já evidencia a construção de uma identidade cultural na oposição entre os Estados do Norte, a referência ao sertão, à linguagem simples, e os Estados do Sul, tido como desenvolvidos, que nos fala Durval Albuquerque Junior (2001). O poeta estava preocupado em valorizar a linguagem e o dialeto originários de uma cultura popular. É a literatura do cordel sendo atravessada por meios massivos, sendo impressa nos jornais, narrada no rádio. Tradicionalmente presentes nas feiras locais, com os cantadores, ocorre agora uma hibridização com códigos escritos.

Jesus Matin-Barbero (2013) também se referiu à linguagem do cordel como expressão do folclore que se transforma em popular. O cordel é uma linguagem destinada a ser escrita para ser lida, geralmente em voz alta. É expressão de uma linguagem para leitores que não têm domínio da escrita, mas ouvem e têm acesso à leitura.

A publicação de uma linguagem mais próxima da oralidade e de versos populares em *O Itiubense* tinha preocupações estilísticas e de fruição dos seus leitores. Era comum o jornal fazer anúncio da publicação de livros de autores populares e notícias de folcloristas preocupados em registrar a cultura popular. Em uma de suas edições, o jornal publicou uma crônica do folclorista pernambucano Humberto Santiago, pesquisador dos costumes populares nordestinos. Durante a visita à cidade, fez apresentação de trovas populares no Cine Ideal para o público. Colaborou para o impresso e escreveu uma crônica, com o título “Da Carteira dum Repórter”, sobre cantadores que entoavam trovas e versos livres em um dos povoados da região.

O “repórter” se encantou com a riqueza das cantorias, as danças, sonoridades e os costumes do povo da roça: “forma-se a roda de curibocas e tabareos, e pela boca sonora das sanfonas a alma da roça principia a cantar. N’um deboche ingênuo, as mulatas bambolem as ancas redondas na cadência do samba”⁷⁸. E a alegria se prolongava noite adentro até o raiar do sol, como descreveu o folclorista.

78 *O Itiubense*, 21/03/1937.

O ITIUBENSE

SEMANARIO INDEPENDENTE, NOTICIOSO E LITTERARIO

ANNO I

NUM. 13

Diretor: Phco. Augusto Cerqueira

Itiuba, 21 De Fevereiro De 1937.

PROPRIEDADE DE JOSE ASSIS

Da carteira dum Reporter

Um flagrant Nardesista
(Para «O Itiubense»)

O povoado é bonito como um presépio.
A noite meteu-se no seu vestido azul todo enfeitado de babadinhos de nuvens transparentes e passeia pela terra enfiada como uma menina vaidosa. A lua parece uma enorme boina branca que o vento arrancou da cabeça verde das palmeiras. As árvores vaporizam no ar o perfume suave dos seus corpos cheirosos.
Gemem as violas.
E' a toada dolente que a illusão sacode no espaço, na poesia doirada de um poema:

"Se Deus não me deu o ouro de moeda como esmola deu-me um enorme tezouro dando a mim o teu amor dando a mim uma viola me fazendo cantadô..."

E' a canção ingenua que a alma canta para acalantar um desengano:

"Viola querida feliz quem na vida uma magua dorida transformou em canção."

É o coação enxotando de dentro dele uma saudade:

"Pru piedade nunca mais me fales nela deixa eu me esquecê dela cala a boca que é mió oia sodade quando tu pega a falá eu pego a me aperrá e o meu soltrê é maiô".

De repente um cantador joga no ar a luva do desafío:

"Colega pñique a poldra se quizê me acompanhá que essa minha egra vêia quanto eu mais pucho mais dá."

O outro cantador defende-se com um sorriso nos labios, conscie do seu valor.

COM A PREFEITURA

Chamemos a atenção do illustre Prefeito para o abuso verificado em dias de feira em que se vê animaes atropelando as pessoas que estão a fazer compras na «feira», e muitos donos das cargas na maior displicencia atravacando a rua e deixando os animaes juncos, impossibilitando assim o transito publico.
Não existe o curral do Município.
Esperamos que este abuso seja cohibido.

ENFERMO

Acha-se ha dias acamado, não inspirando gravidade, felizmente, o sr. Manoel Pinto, proprietario do Cinema Ideal.
Auguramos melhora no seu estado de saúde.

Errata

No artigo CLARINDO DE CARVALHO, na 4ª pagina, onde tem: «inesquecíveis», leiam: incognoscível, e onde tem «passassa», leiam pairasse.

"Sujeito que nem mecê assim cheio desse luxo, eu boto o pé na barriga arranco o pirão do bucho..."

Depois de alguns minutos um tumulto dá por finda a peleja.
Forma-se a roda de curibocas e tabareos e pela boca sonora das sanfonas a alma da roça principia a cantar.
Num deboche ingenuo, as mulatas bamboleciam as ancas redondas na cadencia do samba.
E aquella alegria prolonga-se pela noite a dentro até que o sol como um tição enorme começa a tingir de purpuras as bandas do nascente.

Umberlo de SANTIAGO
Itiuba, 19/2/1937.

O Governo allemão agracia o Cap. Juracy



Cap. JGRACY MAGALHÃES

Por telegrammas vindos nos jornaes, vimos que Hitler, chefe do governo allemão, conferiu ao Cap. Juracy Magalhães, illustre Governador deste Estado, a "medalha de hora de 1ª classe olympica".
Aos drs. Gileno Amado, Secretario da Fazenda, e Correia de Menezes, Presidente da Assembléa Legislativa, foram tambem conferidas «medalhas de 2ª classe olympica».

HOJE — Um espectáculo optimo com DOIS bons FILMS! Uma NOITADA Como Poucas Em Itiuba. —Hoje—

Processo irregular

Baseados em diversas queixas que têm sido trazidas ao nosso conhecimento contra o serviço telegraphico desta localidade, resolvemos apurar o que havia de verdade a respeito, e no fiel cumprimento de nossos deveres de homens de imprensa, que devem estar a serviço da colectividade, damos hoje a observação colhida.
O que vem determinando essa irregularidade no serviço telegraphico desta villa, é o abuso das conversas de chefes com guardas nas horas determinadas para a expedição de telegrammas, por intermedio do telephone desta villa para Bomfim, como presenciamos um dia destes.
Imaginem os leitores, que a estação de Bahía só dispõe a receber o serviço de Bomfim uma vez no dia, e quando desta cidade o telephone se communica para Itiuba, nos 4 horarios determinados, surge sempre um chefe que quer falar com um guarda ou vice-versa, com prejuizo do serviço e aborrecimento dos encarregados do mesmo.
A culpa pertence a estes «prosadores», que deviam escolher horas diferentes para as suas determinações. Ahí fica o nosso protesto.

...Completa amanhã o nosso amigo Sinhosiinho Muricy.
Parabens.

Figura 15: O Itiubense, 21/02/1937. Fonte: Fundação Museu Regional do São Francisco, Juazeiro-BA

Podemos questionar: como produzir jornal para um público acostumado, no seu cotidiano, com a linguagem oral livre de possíveis enquadramentos formais associados à cultura escrita? Essa talvez tenha sido uma das preocupações dos redatores. A partir da leitura do jornal, podemos inferir que José Assis explorou textos que tratavam de diversos assuntos com a intenção de divertir o leitor.

Era preciso difundir novidades e criar hábitos de consumo para a leitura, a partir da difusão de notícias interessantes para a população. Existia também a intenção de formar um novo cidadão para aceitar algumas práticas sociais consideradas modernas. Dois anos após conquistada a emancipação, a cidade queria deixar de ser comparada a um arraial. A população presenciava as obras do novo prédio da prefeitura, a remodelação da igreja e a construção de uma nova sede para a escola da comunidade. Notícias no jornal anunciavam a criação de um novo código de postura para tornar o ambiente disciplinado, apropriado ao espírito citadino. Nesse ambiente, práticas letradas e o universo oral se misturam, se mesclam. E, gradativamente, a circulação do escrito passa a ser predominante ou procura se impor nesse circuito urbano.

Poucos são os relatos que narram a circulação de jornais em pequenas cidades do país no início do século XX. Mas os impressos foram produzidos em todo o território como parte do circuito de expansão da cultura escrita, ou das “cidades das letras”, como denomina Ángel Rama (2015). O ensaísta considera que, nos países latino-americanos, as cidades se organizaram a partir de códigos que privilegiaram a escrita em oposição à cultura oral, à língua falada. Herança da colonização ibérica, as cidades se organizam por meio das modalidades do escrito para dar ordem ao convívio citadino. Aos escrivães, reservava-se a missão de redigir “a escritura, a dar fé, que só podia se realizar pela palavra escrita em oposição à palavra falada, pertencente ao reino do inseguro” (RAMA, 2015, p.27).

Foram os homens de letras, administradores, professores, escritores, intelectuais, servidores do Estado que inseriram as cidades em signos e códigos que procuravam difundir ideais civilizatórios. Com o processo de modernização das cidades e a expansão da imprensa, eram instaladas tipografias, publicados livros, panfletos e jornais. O domínio das letras surgia como possibilidade de “ascensão social, respeitabilidade e incorporação aos centros de poder”, como se refere Rama. Escritores poderiam ser repórteres, vender artigos para jornais, compor músicas. No corpo dessa cidade moderna, surgiram “mitos” que associavam a figura do jornalista

como alguém que pode “denunciar as injustiças e as arbitrariedades dos poderosos” (RAMA, 2015, p 73).

Nesse ambiente de uma “cidade modernizada” o jornalista é alguém que procura formar a opinião e influenciar comportamentos. É o que podemos perceber na travessia de José Assis, que vai se apropriar do código escrito para difundir um conjunto de ideias associadas ao moderno, desde reforma urbanística a um padrão de comportamento social com regras de convivência nos espaços públicos. José Assis se colocava como esse agente capaz de projetar a expectativa de um sujeito moderno no ambiente urbano, mas também não podia se dissociar de uma cultura oral e popular do universo rural, que também estava inserido.

5.2 O colunista e o espírito moderno

Os novos hábitos culturais difundidos no sertão coincidiam com a interação com meios de comunicação como o impresso, o cinema e o rádio. Itiúba teve acesso a tipografia no mesmo período em que se instalara o Cine Ideal, onde eram exibidos filmes para a população local. Para divertimento, havia o clube da filarmônica e a banda, além de companhias de circo que difundiam a arte teatral pelo sertões⁷⁹.

O rádio ainda não era um veículo acessível economicamente. Apenas o prefeito Berlamino Azevedo Pinto, Augusto Cerqueira e Manoel Pinto tinham o aparelho radiofônico que era colocado em um local aberto, geralmente em frente às casas ou no espaço do cinema, para os que desejavam ouvir a programação, como noticiou o redator de *O Itiubense*. E, assim, o rádio atraía a atenção da população que se reunia para acompanhar a *Hora do Brasil*⁸⁰, os pronunciamentos de Getúlio Vargas e audições de programas musicais transmitidos por emissoras do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraíba.

Tudo isso significava modos de apropriação de acesso à cultura de massa – ainda incipiente - e a presença de mediadores que usaram de certo poder simbólico para influenciar

79 Tese de Reginaldo Carvalho da Silva (2014) demonstra o circuito de arte promovido pelas companhias de circo no início do século XX em regiões do interior do país, como a Bahia. Demonstra-se trânsito entre a arte teatral circense francesa que se expande pelo país a partir das companhias de circo. Fazia-se teatro, arte no circo.

80 Criado em 1935, recebeu o nome Programa Nacional, mas o redator do jornal fez referência ao programa radiofônico como *Hora do Brasil*. Contudo, esse nome só se tornou oficial no ano de 1938, quando passou a ser produzido pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

comportamentos, como verificamos na coluna Ecran, redigida por José Assis, que assinava como JODIAS.

Qual a especificidade de escrever uma coluna, em que se destacava a sua opinião, como a linguagem preferencial? José Assis vinha de uma experiência de escrever o jornal satírico na cidade de Juazeiro, com o qual disputava simbolicamente um lugar social entre outros colegas jornalistas que produziam jornais na cidade. A sátira o permitiu tornar público as visões de grupos sociais populares que, até então, não tinham um veículo que fornecesse entretenimento. A sátira também o protegia para não se expor publicamente, embora, por diversas situações, tenha sido acusado de produzir um jornal imoral. Se a sátira poderia passar a imagem do jornalista irreverente, crítico, com *O Itiubense* uma outra imagem pública estava em processo: um ideal de “jornalismo como missão”, para esclarecer e educar a população. Ele também ocupava um lugar de distinção social, uma vez que era responsável por publicar o único impresso da cidade. Por isso, privilegiou o caráter informativo, com predomínio da análise e da opinião. Foi um momento de transição entre esses gêneros.

Ao escrever a coluna, o redator estava marcando uma ação comunicativa que visava demonstrar a sua subjetividade e influenciar os seus leitores na compreensão de fenômenos sociais da realidade. Ele mobilizou um capital simbólico para levar as ideias de progresso e civilidade ao sertão. Como essas ideias foram moldando o pensamento do tipógrafo e jornalista?

Essa questão nos remete às categorias de campo de experiência e horizonte de expectativa, a que se refere Reinhart Koselleck (2006) para pensar a temporalidade histórica e as ações dos homens. Ambas as categorias se relacionam mutuamente e permitem relacionar passado e futuro. Uma não pode existir sem a outra. Diante disso, recorreremos a essas categorias para entender como a concepção do moderno foi moldando a estrutura de pensamento do tipógrafo e jornalista e como isso influenciou o seu ofício.

José Assis tinha vivido em uma cidade com maior fluxo de interações sociais comparado a Itiúba. Em Juazeiro, circulava um conjunto de práticas sociais que associava o moderno ao ambiente urbano, marcado por reformas dos espaços públicos, imprensa atuante e implantação de códigos de postura para normatizar as relações sociais. Instituições sociais e culturais procuravam associar o moderno ao belo e fomentavam a criação dos espaços culturais para o lazer e o divertimento. Essa experiência já vinha de outro tempo passado, que reflete também reformas urbanísticas em capitais como Rio de Janeiro e São Paulo, ocorridas no início do século.

Dessa forma, no município de Itiúba, tudo parecia estar em processo de construção de uma outra referencialidade de tempo e espaço, em oposição às antigas experiências da vila rural, que crescia ao redor da estação ferroviária. Essa nova referencialidade passava a ser o horizonte de expectativa associado ao progresso, à civilidade, à modernidade, que movia o tipógrafo. A concepção de progresso, como afirma Koselleck, se construiu a partir da ideia de melhoramento dos indivíduos, das condições terrenas e a existência de um futuro aberto. As antigas experiências e o que elas poderiam oferecer para os sujeitos em um tempo marcado pela percepção das mudanças e aceleração pareciam não servir mais como referência. A própria ideia de progresso como desenvolvimento do indivíduo contrastava com as antigas experiências comunitárias e rurais vividas.

Como o jornal consegue expressar essa nova relação do tempo e do espaço? Os vestígios mais visíveis se relacionam à organização do espaço físico da cidade. Constantemente, os redatores escreviam sobre a falta do planejamento urbano. Em nota publicada, que se assemelha à estrutura de um editorial, o redator escreve que a prefeitura municipal precisava instituir normas para acabar com o “aspecto desolador de casas em completa ruína e outras dignas de reparo”. As residências deveriam ter uma estética urbana “condizentes com o grau de progresso que deseja ostentar a cidade⁸¹”.

A aparência de residências “sujas, esburacadas” causaria uma impressão desagradável a quem visitasse o município, argumentava o redator. Faltavam-lhe adereços como platibandas e o correto alinhamento nas ruas. Sob pena de multas, a prefeitura deveria induzir os moradores a construir novas casas e a modificar a aparência, dando-lhes uma estética moderna, pois, segundo o redator, a “tendência de nossos tempos é progredir e não ficarmos como éramos há anos”.

Nesse texto, o pensamento de progresso está relacionado a mudanças nos hábitos e costumes locais para se adequar a uma cidade considerada moderna. E isso significava mudar os costumes, adotar outros parâmetros estéticos relacionados ao belo. Podemos questionar, mas o que pensava a população? Não sabemos como essas ideias foram assimiladas. Em um outro texto, o redator retomou a preocupação com o padrão estético e convocava os cidadãos a adotar um novo padrão de construção das casas:

81 *O Itiubense*, 10/01/1937

“Apelamos para as pessoas em boas condições financeiras de tomarem a perto o problema das construções novas ou mesmo reconstruções dentro da esthetica moderna, pois a Itiúba de hoje necessita estar em condições de emparelhar-se com as vilas e cidades adiantadas, acabando com o seu antigo feito de arraial”⁸².

O jornal chamava a atenção para que todos adotassem o novo código de postura, que deveria ter a participação dos “municipes conscienciosos”. O poder público deveria normatizar desde o projeto arquitetônico às regras de convivência como a circulação de animais nas ruas. Podemos imaginar a população com as suas pequenas casas, de aparência simples, sendo incentivada a seguir o padrão de construção associado a determinado poder econômico. Não devemos ignorar que havia anúncios de uma construtora que vendia apólice para a construção de casa própria. O jornal é um empreendimento comercial, publica opinião e faz publicidade. Essa defesa de um padrão arquitetônico faz parte de uma modernidade conservadora, difundida por grupos de elite econômica.

A apologia aos hábitos modernos foi constante em quase todas as edições do jornal. Segundo José Assis, tornava-se necessário hábitos de cidade moderna, disposta ao lazer, ao divertimento. No período de carnaval, incentivou os jovens foliões a promover a formação de blocos para comemorar os festejos, realizar bailes e comemorar a festa de momo. “É preciso que se deixe este aspecto de marasmo que se nota aqui [na cidade]. Tomem à frente os foliões e formem o seu bloco”, defendia Assis.

A inexistência de lugares de sociabilidade também o incomodava. Reclamava que, exceto o cinema, faltavam espaços para romper a monotonia das noites e acalantar o espírito fatigado da lida cotidiana. Então, resolveu convocar os moradores para construir um grêmio recreativo, clube literário e esportivo. Mas os jovens pareciam não ter interesse, o que poderia ocasionar problemas em termos de “cultura, progresso e civilização⁸³” para a cidade, afirmava José Assis.

O tipógrafo defendeu a normatização do ambiente urbano, como a implantação do Código de Postura. Pediu providências ao poder municipal para coibir o trânsito de animais no local reservado à feira municipal, o que poderia causar atropelamento e transtornos para os moradores. Afirma ainda que os donos dos animais deveriam conduzi-los ao curral, construído para esse fim. Condenou também costumes inconvenientes de moradores locais, geralmente jovens, que costumavam ir à estação ferroviária no momento da parada do trem, para fazer gracejos e

82 *O Itiubense*, 4/4/1937.

83 *O Itiubense*, 18/04/1937.

incomodar os passageiros e visitantes. Para ele, isso era contraditório com os hábitos civilizados de uma cidade.

A maior parte dos textos produzidos pelo tipógrafo tem relação com a expectativa de construir um ambiente urbano mais propenso a experiências estéticas e de consumo de bens culturais modernos. O tempo em que viveu na cidade foi mobilizado para incentivar a construção de novas referências de espaço e de uso social do tempo livre. Como já citamos, ele insistia que a cidade carecia de locais para divertimento público. O cinema seria uma das atrações mais interessantes para a população.

Mas, mesmo o cinema encontrou certa resistência da comunidade. Pensado como um negócio que poderia dar lucro e também para o lazer, o comerciante Manoel Pinto construiu um sobrado para a exibição das obras cinematográficas. Tinha palco para teatro, sala para máquinas cinematográficas, lanchonete e galeria suspensa, na qual as pessoas poderiam assistir em pé os filmes. No salão principal, havia também algumas cadeiras⁸⁴.

O cinema foi uma das novidades que poucos municípios conseguiram à época⁸⁵. A energia para operar o cinematógrafo era fornecida pela usina iniciativa criada pelo empresário. No local, eram exibidas semanalmente obras como *A Imperatriz Galante*, com Marlene Dietrich. Lançado em 1934, pela Paramount, o filme conta a história da jovem princesa da Alemanha enviada à Rússia para se casar com o ambicioso duque, e faz analogia à ascensão de Catharina no império russo do século XVIII. Também foi exibido *o Rei dos Mendigos*, com Lionil Atwill, entre outros.

Não sabemos como era a receptividade do público às obras cinematográficas. O periódico divulgava as sessões semanais com chamadas para os atores principais. Mas o empreendimento não parece ter sido bem sucedido. José Assis relatou as dificuldades do empresário Manoel Pinto em manter a casa com a pequena presença de público. Para o colunista, era incompreensível que o único cinema da cidade ficasse alguns dias sem funcionar. Ele narra:

“há dias que o cinema local (vejam só: é a única diversão da terra) está sem funcionar por falta de frequência. Esta semana, ainda alimentando uma esperança de vê-lo com as suas funções, fui procurar o seu encarregado, o Sr. Antônio Motta, e este afirmou-me que, positivamente, não mais haveria espectadores. Desiludido, cumpre-me agora culpar o povo desta villa pelo descaso pelas cousas tendentes ao seu progresso.”⁸⁶

84 Relato memorialístico de Fernando Pinto de Carvalho no site <http://itiubense.itiuba.info/crn02.htm>.

85 A implantação do cinema foi relatado por Enock Pinto em texto memorialístico publicado. Disponível no site: <http://itiubense.itiuba.info/crn213.htm>.

86 *O Itiubense*, 14/03/37.

Para ele, o proprietário do cinema tinha tido um “espírito empreendedor e boa vontade para servir a sua terra”. Contudo, as pessoas pareciam não reconhecer os esforços abnegados para fomentar o ambiente de cultura e prosperidade, das “coisas tendentes ao seu progresso”. E questionou: “Então prefere mesmo esse povo que a sua terra fique como um deserto de Sahara?”.

Ele defendia que a comunidade deveria valorizar o compartilhamento de experiências estéticas, pois o “espírito precisa de divertir-se, de expandir-se pelo menos uma vez por semana, não ficando somente a vegetar num canto ou com a imaginação repleta de cálculos comerciais”.

Como solução para não haver a interrupção da exibição cinematográfica, ele sugeriu que fosse arrendado o cinematógrafo para quem quisesse investir no empreendimento. O apelo do tipógrafo deu certo. O clube filarmônico da cidade ficou responsável pela administração do cinema e voltaria a exhibir sessões. O novo proprietário solicitava que todos deveriam adquirir o ingresso. Com as rendas obtidas pelo cinema, o clube pretendia construir prédio próprio para a filarmônica. Não seria permitido o acesso gratuito. Podemos inferir, então, que nem todos tinham dinheiro e o pequeno negócio no segmento de entretenimento poderia não trazer bons lucros.

Além da questão financeira, o espaço público do cinema exigia novos hábitos e costumes, que alguns não seguiam. As pessoas costumavam levar pequenos animais, geralmente cachorros, para o cinema. José Assis publicou críticas ao hábito provinciano, inapropriado para a sala de exibição. Em uma crônica escrita na década de 1920, Graciliano Ramos narrou comportamento similar dos moradores de Palmeira dos Índios, em Alagoas, que exibiam atitudes não condizentes com a imagem de modernidade que a cidade desejava ostentar. Ele conta que, mal a sala ficava escura, a “plateia emitia ruídos estrondosos, ria, gargalhava, urrava, dava patadas nos bancos” (SALLA, 2015). Um comportamento nada “civilizado”, como se referiu Graciliano Ramos.

Assim como aconteceu com o cinema, ao levar a sua tipografia para se instalar na cidade de Itiúba, José Assis imaginava que o empreendimento se constituiria em um consumo cultural aceitável no cotidiano. Ele vai relatar, contudo, que lidava com problemas estruturantes da pequena empresa jornalística, como conquistar assinantes e garantir a sobrevivência econômica. Alguns moradores pediam emprestado o jornal para ler e as rendas da gráfica não aumentavam. Esse seria um hábito, na visão do tipógrafo, muito comum, mas que era necessário mudar.

Para falar das desventuras de fazer jornalismo no sertão, ele escreveu que ninguém podia saber o dissabor de confeccionar um semanário ao gosto do público. Afirmava que, para imprimir um jornal, lutava-se contra todos os infortúnios, desde a cobrança de uma assinatura que

porventura fosse errada, pois o leitor se sentia ofendido por cobrarem duas vezes e não aceitava as desculpas pelo engano, como nos referimos anteriormente. Se o redator publicasse uma sessão destinada ao público feminino com perfil e elogio às senhoritas da cidade, recebia recriminações. “Mas que há de fazer?”, interrogava ao leitor. Como ainda mantinha o desejo de publicar o jornal, restava-lhe uma esperança: “(...) há de se esperar mais dessas mentalidades. Todos os cidadãos deveriam procurar ajudar a engradecer a terra que tem lhes servido de mãe carinhosa⁸⁷.”

As dificuldades variavam da falta de recursos técnicos para melhoramento do maquinário, compra do papel e a falta de subvenções financeiras. O redator defendeu que a Câmara e a Prefeitura Municipal deveriam aprovar uma subvenção para publicações oficiais, “a fim de que possa se manter em sua circulação tanto que tem pugnado pelo interesses da communa”. Ele relatou a complicação de obter um rendimento estável com a venda e declarou: “ (...) ninguém ignora que as rendas de um jornal do interior sem o amparo da boa vontade municipal é ‘café pequeno’ para a sua manutenção”. Ele afirmava que o município deveria designar recurso financeiro para dar publicidade aos atos oficiais. Mesmo sem conseguir a subvenção, José Diamantino de Assis continuou produzindo o jornal no ano de 1937.

As narrativas jornalísticas de *O Itiubense* apresentam características relevantes do fazer jornalístico do tipógrafo-jornalista no interior do país. Como já estivera presente no jornal satírico, verificamos a existência de marcas da oralidade e da cultura popular em sua composição, seja na escolha do que seria notícia, na cultura do povo manifestada nos causos e anedotas populares. No mesmo folheto, pode-se ler gêneros jornalísticos informativos como notas, notícias e textos opinativos, mas também cordel, anedotas, fragmentos de versos populares. A linguagem é simples, acessível, vestígios de técnica que ainda não adotou a normatização do *lead*, como na década de 1950, mas que privilegia o texto síntese, com as principais informações. A escolha por explorar um tipo de jornalismo opinativo em uma coluna já demonstra aspectos de uma diferenciação na linguagem, pois o redator tem consciência da separação entre opinião e o fato jornalístico.

Quem escreve não é um intelectual, o profissional com linguagem rebuscada, mas o sujeito comum que tem conhecimento da língua portuguesa, da estrutura de um texto jornalístico e para quem se destina a mensagem. Ele também faz uso e apropriações da linguagem jornalística, conforme a cultura letrada a que teve acesso, como leitor de jornais e espectador do cinema.

87 *O Itiubense*, 6 de Junho de 1937.

Esse era um momento de transição da sociedade brasileira. As cidades ainda estavam marcadas profundamente pelo universo rural, mas também seguiam em processo de urbanização. Cidadãos de pensamento liberal difundiram ideias de modernidade e projetavam expectativas futuras para as comunidades, desafiando experiências comuns e construindo novas referencialidades.

É nesse contexto que José Assis se utilizou do saber técnico das artes para ocupar um lugar social de distinção em uma sociedade marcada por diferenciações de classe. Negociantes, fazendeiros, coronéis, médicos que detinham capital econômico, e, por outro lado, trabalhadores liberais que desejam construir outras condições materiais de existência e de fonte de renda. A prensa tipográfica fez nascer, junto com o circuito comunicativo de redatores e leitores de jornais, o homem de imprensa, que desejava imprimir periódicos.

Agnes Heller (2008) nos faz refletir sobre as condições pelas quais os homens fazem a sua própria história. Retomando a célebre frase de Marx de que os homens aspiram a certos fins mas estes estão determinados pelas circunstâncias, Heller defende que não se deve jamais entender a circunstância como totalidade de objetos mortos nem mesmo meios de produção. A circunstância é resultante da unidade de forças produtivas, estrutura social e formas de pensamento. Nesse processo, o homem, ou a essência humana, é “a realização gradual e contínua das *possibilidades* imanentes a humanidade, ao gênero humano” (HELLER, 2008, p.15). É, na construção da vida cotidiana e nas possibilidades que se permite viver, que o homem constrói uma identidade para si. É na vida cotidiana, como diz a autora, que os sujeitos se permitem explorar as possibilidades para colocar em funcionamento todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, seus sentimentos, paixões, ideias e ideologias.

Assim, essa travessia de José Assis pode evidenciar um percurso identitário como homem de imprensa, marcado por contradições e ambiguidades na difusão de ideais civilizatórios. Mas tudo isso é parte da subjetividade deste tipógrafo e jornalista para construir outras “possibilidades” de existência e do desejo de tornar a imprensa uma instituição de referência para a comunidade. Essa travessia se tornou mais presente nos jornais que editou como *Esporte, O Sertão e A Tribuna do Povo*, como veremos nos próximos capítulos.



Figura 15: José Diamantino de Assis. s/data. Arquivo familiar.

6. Tudo pelo *Esporte*: o jornalismo segmentado

Um cronista apaixonado por futebol e jornalismo. Por quase quatro décadas, José Assis conciliou essas duas paixões e divulgou os campeonatos de futebol amador e profissional de Juazeiro. A afinidade o levou a apostar no segmento do jornalismo esportivo e lançou *O Esporte*, em 1946. Do jogo de bola praticado por segmentos sociais que compunham uma elite econômica no início do século XX, o futebol foi incorporado ao cotidiano de diversas classes sociais, trabalhadores, populares, após a década de 1930. Foi considerado um símbolo da nacionalidade, aproximava pessoas de diferentes camadas e serviu como instrumento de mediação dos conflitos sociais, principalmente durante o Estado Novo (PEREIRA, 1998).

O presidente Getúlio Vargas ficava impressionado com o sentimento de nacionalidade despertado pelo futebol, principalmente diante da consternação e tristeza que acometiam a população nos momentos de derrotas de equipes brasileiras para seleções estrangeiras (PEREIRA, 1998). O jogo se tornava símbolo de identidade nacional construído com e pela participação da imprensa.

José Assis foi pioneiro na implantação de um periódico segmentado, tanto em Juazeiro como Petrolina, embora *O Éco* reproduzisse uma coluna esportiva⁸⁸. Na década de 1960, outros jornalistas como A.Viana, Herbert Mouze⁸⁹ assinaram colunas de esporte. *O Esporte* teve duas fases: entre os anos de 1946 a 1949; e 1967 a 1969. Assis também publicou uma página esportiva em *O Sertão*, na década de 1940, como relatado anteriormente.

Contudo, é preciso entender o que motivou o tipógrafo a produzir um jornal segmentado e quais interações estabeleceu com o público. É possível investigar vestígios de processos de modernização da imprensa local em uma relação de tensão e acomodação com práticas relacionadas à linguagem jornalística, das quais o tipógrafo-jornalista se apropriava. Os rastros de uma cultura oral e a linguagem cômica foram substituídos por um discurso jornalístico com predominância do gênero informativo, como notas, notícias e reportagens.

88 Encontramos notícias de esporte publicadas em uma edição do ano de 1935, contudo não está assinada. Nessa época, José Assis colaborava com o jornal.

89 Na década de 1960, Herbert Mouze assumiu uma coluna de esporte na *Tribuna do Povo* e é considerado o cronista esportivo mais antigo em atuação na imprensa da cidade. A coluna que assinava tinha patrocínio de uma loja do comércio.

Na segunda fase de *O Esporte*, José Assis anunciou ao leitor que o jornal voltava à circulação após 20 anos da primeira edição. O motivo que o levou a imprimir o periódico se devia a uma fase de renovação no esporte local, com “evidente progresso”. Com linguagem simples, ou sem retórica, como escreveu na nota, rememorava que, no passado, o jornal tinha ajudado a projetar jogadores⁹⁰ como Bartolomeu Brito Monteiro, o Caboclinho:

Nossa reapresentação: Não iremos chatear os leitores com história comprida cheia de retórica, para dizer que estamos circulando pela 2ª vez, porém achamos que devemos uma explicação ao público desportista do porque do nosso reaparecimento. É que com o agigantamento do futebol juazeirense, o seu evidente progresso não poderia ficar sem um porta-voz legítimo para divulgar os seus grandes feitos, defender as suas aspirações junto aos poderes competentes e também projetá-los além fronteira. Há 20 anos passados já o fizemos com êxito. O futebol juazeirense era conhecido e respeitado por aí a fora... Hoje, estamos pedindo que nos ajude a sobreviver. E a bem do nosso querido futebol, o futebol de Bozinho, de Artur, de Caboclinho, que tantas glórias nos deram e continuam nos proporcionando tardes imperecíveis. Queremos apenas a vossa compreensão. Nada mais. TUDO PELO ESPORTE DE NOSSA TERRA. (ESPORTE, Edição nº 02, de 06 de Agosto de 1967).

O jornal chegou a circular nas ruas juazeirenses, mas foi interrompido. Se há 20 anos o projeto fora bem-sucedido, no final da década de 1960 parecia não se concretizar como almejava o tipógrafo. Já relatamos anteriormente que o redator teve dificuldades para produzir o impresso, pois o leitor o considerava caro, comparado a um jornal de circulação estadual, como *A Tarde*⁹¹.

Procuramos investigar quais processos comunicacionais ocorreram na primeira fase do jornal, tida com uma experiência bem-sucedida. Quais aspectos despertavam o interesse do leitor para a leitura do periódico? Quais foram as práticas de jornalismo esportivo? A partir dos poucos jornais encontrados, fragmentos que restaram, podemos oferecer pistas para analisar essa experiência de jornalismo segmentado na região, que revela práticas de modernização na imprensa e o crescimento do esporte em todo o país.

No início do século, os jornais divulgavam notas pequenas sobre o esporte, dando prioridade ao *turf*. Aos poucos, o futebol passou a ocupar o noticiário e a fazer parte do cotidiano da população. No ano de 1907, havia mais de 40 clubes com sócios que desejavam praticar o futebol, participar ou assistir aos jogos (PEREIRA, 1998, p.70).

90 O jornal traz apenas o prenome de alguns jogadores, que ainda serão identificados ao longo da pesquisa.

91A *Tarde* era vendido por NCr\$ 0,25 (Cruzeiro Novo), enquanto o *Esporte*, NCr\$ 0,20.

A metáfora da pátria de chuteira começava a ser construída socialmente por meio da imprensa, sendo um código social compartilhado por diversas regiões e cidades do país. Em Juazeiro, foi criada a Liga Desportiva Juazeirense, em 1923⁹² como parte da criação de instituições sociais, culturais e da própria imprensa no contexto da modernização conservadora, que já nos referimos anteriormente.

O futebol foi considerado um instrumento de disciplinarização para a juventude para evitar que se envolvesse em outras formas de esporte consideradas violentas (PEREIRA, 1998). A prática esportiva foi se espalhando pelas capitais, como em São Paulo, por Charles Miller, o inglês Cox, no Rio de Janeiro e José Ferreira (Zuza), em Salvador. Em 1913, o Grêmio Literário da Rua Chile, junto com demais clubes baianos, se afiliaram à Liga Brasileira de Desportos. Já em Juazeiro, as primeiras práticas desportivas começaram no ano de 1917, com o grupo que chegou da capital do Estado. Eles realizaram os primeiros jogos no Prado Brasil, estádio destinado à corrida de animais. O espaço não tinha muro, sendo apenas cercado com arame, mas trazia arquibancada. O *turf* era a prática mais comum de esporte (DOURADO, 1978).

O futebol se popularizou de forma rápida. Surgiram clubes como Veneza, Castro Alves, Juazeiro, Vitória e Pirajá, vinculados à Liga Desportiva Juazeirense. Famílias abastadas como Evangelista e Miguel Sequeira construíram o estádio Coliseu Juazeirense, para explorar as corridas de cavalo e o futebol. Situado no antigo Prado Brasil, o estádio recebeu muro de alvenaria, arquibancada e foi completamente coberto com telhas. As chuvas constantes na cidade, que provocavam alagamento, faziam com que houvesse interrupção de campeonatos locais e intermunicipais.

O esporte se consolidava como espaço de sociabilidade na cidade, pois os clubes constantemente aperfeiçoavam a infraestrutura, construíam campos de futebol – o Veneza Futebol Clube tinha campo próprio - e os participantes da liga desportiva exerciam certo poder, como representantes do esporte popular que mobilizava vários segmentos, principalmente trabalhadores da Viação Baiana do São Francisco e artífices. Homens públicos participavam da vida cotidiana e buscavam na organização do futebol uma distinção social em uma sociedade tradicionalmente atrelada ao poder econômico de poucas famílias e aos comerciantes. A Liga Desportiva Juazeirense foi um dos poucos espaços de participação democrática, em que se

92 Adotamos esta data para nos referir à Liga Desportiva Juazeirense, como consta no site da Federação Baiana de Futebol, criada em 14 de setembro de 1913. Ver <http://www.fbfweb.org/index.php?menu=quemsomos>. Seção Aniversário de ligas. Em alguns relatos de memorialistas aparece a menção ao ano de 1922 como o da fundação.

estabeleceram regras para apaziguar possíveis conflitos sociais e disputas desiguais – basta lembrarmos que o primeiro estádio foi construído pela família Evangelista - e mobilizar todas as camadas sociais.

Parece significativo que representantes da Liga tenham conservado arquivo com parte da história do futebol desde a década de 1920 até 1970⁹³, no qual demonstra toda a organização formal da entidade e a preocupação em guardar a documentação. No arquivo, encontramos as atas das reuniões dos associados, documentos que se referem à contabilidade da liga, pagamento dos clubes e a súmula dos jogos com a identificação dos jogadores. Também estão preservados recibos de pagamento da publicação dos programas dos jogos e da confecção de cartazes feitos nas tipografias. Um rico material que comprova os serviços gráficos de divulgação. As gráficas de *O Juazeiro*, *O Eco* e a gráfica Assis faziam parte desse circuito de divulgação, com anúncios dos jogos e o programa dos clubes, no caso, a escalação dos jogadores (Cf. figuras 16 e 17).

⁹³ Só para exemplificar a importância de se manter um arquivo acessível a todos, a Associação Beneficente dos Artífices Juazeirenses, que reuniu trabalhadores e artesãos, conserva materialmente o prédio histórico, mas o arquivo nunca se tornou público, nem temos a confirmação de que ele exista. Simplesmente, é tratado como uma casa/depósito sem que historiadores e pesquisadores tenham acesso.

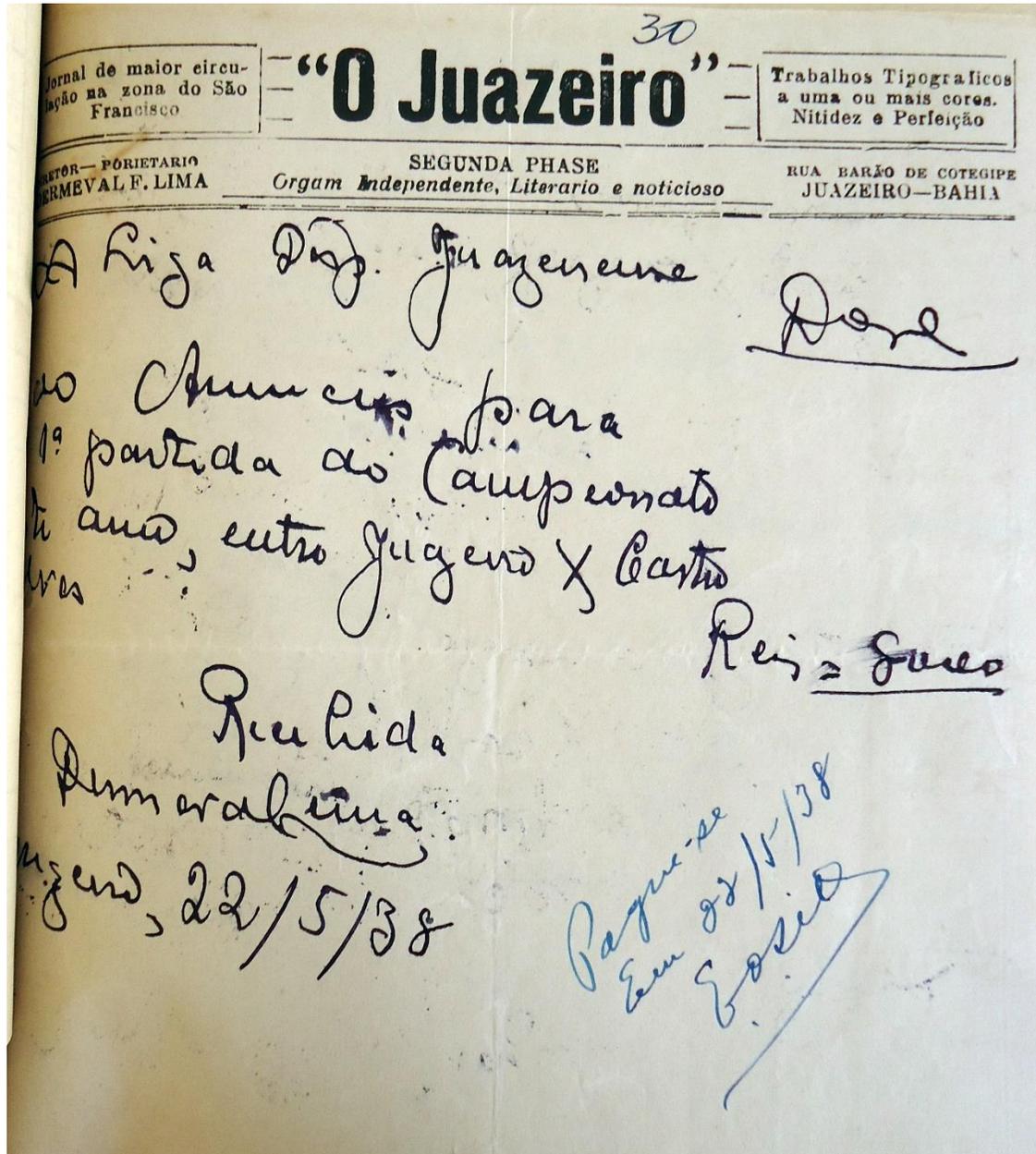


Figura 16: Recibo pago a Gráfica de O Juazeiro. Fonte: Acervo Liga Desportiva Juazeirense, Fundação Museu Regional do São Francisco, Juazeiro-BA.

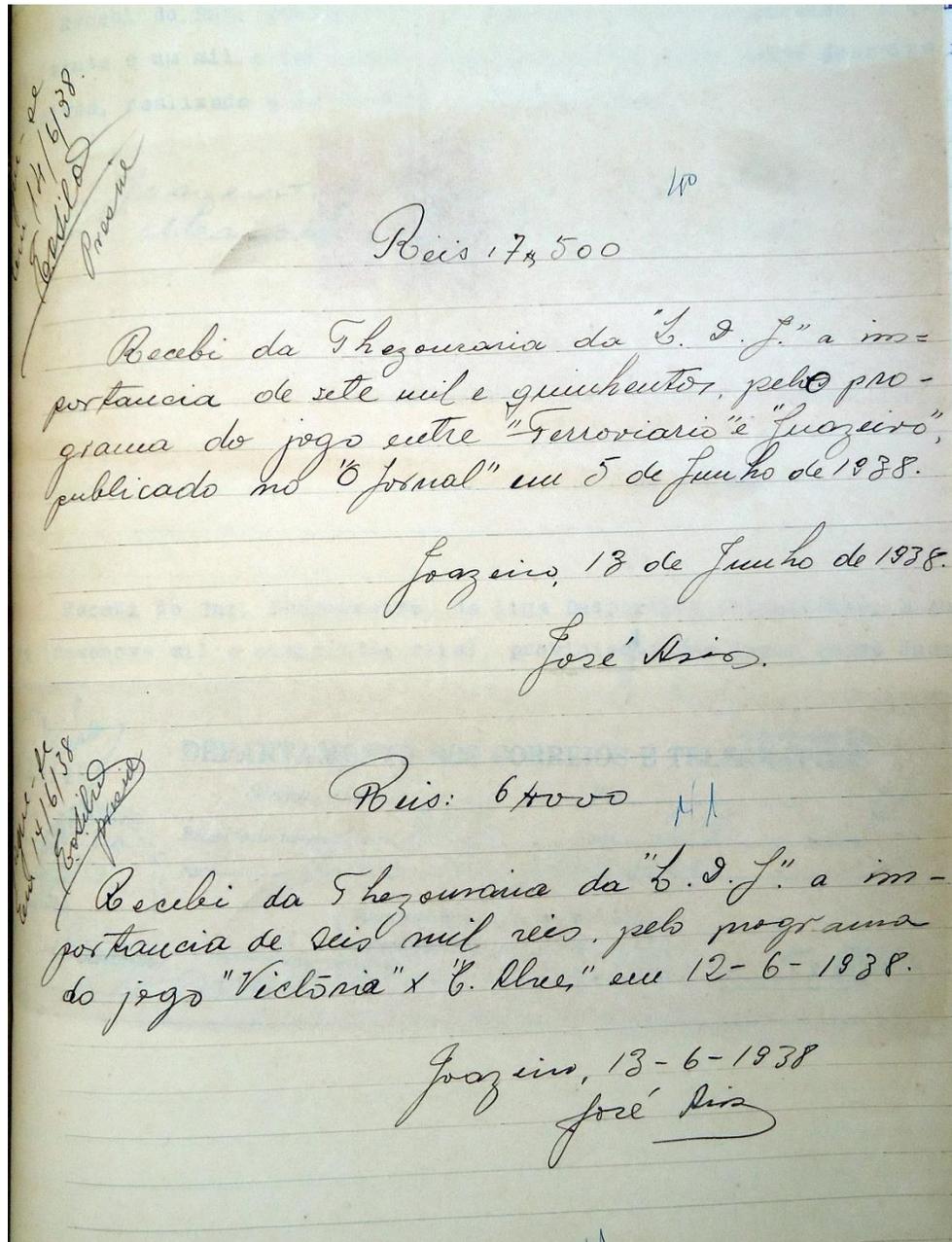


Figura 17: Recibo pago a Gráfica Assis. Fonte: Acervo Liga Desportiva Juazeirense, Fundação Museu Regional do São Francisco, Juazeiro-BA.

Foram nas atas que encontramos vestígios da relação da família Assis com o futebol. Olegário de Assis foi secretário da Liga Desportiva Juazeirense na década de 1920. José Assis foi tesoureiro durante quase toda a década de 1930, excetuando os anos de 1936, 1937 e 1938. Nesse período, foi substituído pelo irmão e tipógrafo, Olegário de Assis Filho. O irmão Waldemar Assis também foi jogador de futebol e dirigente da liga na década de 1960. Os irmãos Assis idealizaram a criação do clube Castro Alves, embora os times de maior prestígio na cidade fossem o Veneza e O Juazeiro. Os jornais publicados por José Assis demonstram que a divulgação esportiva⁹⁴ esteve relacionada com a sua participação como agente público, tesoureiro e cronista esportivo.

Era comum na imprensa brasileira a existência de cronistas que tinham vínculos com os clubes. Isso influenciava na cobertura esportiva, já que eles se comportariam mais como torcedores do que profissionais. A cobertura jornalística esportiva era menosprezada em relação à de política, não atraía profissionais especializados. Muitas vezes, o jornalista nem recebia salários. Alguns colaboravam sem receber remuneração, queriam apenas escrever para o jornal e, principalmente, “defender o seu clube, porque, naquele tempo, tal como hoje, o ‘cronista’ tinha seu clube preferido”, relata o cronista Adriano Neiva (STYCER, 2012, p.3).

A profissionalização da crítica esportiva ocorreu com a *Gazeta Esportiva*, de Thomaz Mazzoni em 1930, que criticava a imprensa por práticas sensacionalistas como estímulo ao acirramento da competição entre públicos rivais; publicação de entrevistas e reportagens inventadas com jogadores, desrespeitando princípios da objetividade e apuração de informações com as fontes. Os cronistas eram considerados “despreparados, mal remunerados e alheios a padrões éticos que já eram valorizados, em particular a fidelidade à verdade factual e a sobriedade na forma de descrever os fatos” (2012, p. 6).

O jornalista Mário Filho é considerado como um dos fundadores do jornalismo esportivo moderno, adotando uma linguagem menos rebuscada e mais informativa. Com a influência do *Jornal dos Spots*, a cobertura jornalística passou a ser mais rigorosa na apuração da informação e publicar relato o quanto mais veraz possível (COUTO, 2012). Essas mudanças na crônica esportiva também foram assimiladas pela imprensa local e, embora *O Esporte* se identificasse como pertencente da Liga, a linguagem do jornal atende aos critérios de uma imprensa moderna, como destacaremos neste capítulo.

⁹⁴ No acervo da liga, verificamos a referência a publicação do impresso *O Jornal*, como consta na figura 17. Como não encontramos edições do jornal/folheto não sabemos se José Diamantino de Assis foi editor do periódico.

6.1 A cobertura jornalística de *O Esporte*

Conversas sobre futebol eram compartilhadas nas ruas da cidade e nos encontros dos moradores. Anedotas, estórias e “causos” da cultura oral ganhavam visibilidade nas páginas dos jornais, publicados para entreter o leitor. Em 1932, José Assis publicou no satírico *O Astro* a nota “De Esporte”. Utilizando-se do humor, a prática esportiva é retratada como “grandiosa” devido ao profissionalismo dos clubes, o “ótimo e confortável campo do Veneza”, as “manhas de craques como José Custódio”, a “inteligência de Zezé” e a fatídica lata de rapé (tabaco) de Aduino Moraes, dirigente do Juazeiro Futebol Clube.

O redator alertava o leitor “para o mau tempo” destinado ao futebol, alusão às chuvas que assolaram a cidade e evidenciavam os problemas de infraestrutura do campo do Veneza Futebol Clube, que não tinha condições de sediar jogos. A nota de *O Astro* evidencia, ainda, as marcas de uma cultura oral que se propõe a estabelecer interação com o leitor, provocando o riso. Utilizando a linguagem cômica, o redator faz uma anedota com hábitos de Aduino Moraes. Ele pergunta: “Aduino, é mais importante um campeonato ou a latinha de rapé”. A resposta é imediata: “a latinha”. Então, pergunta o redator: “e se o Cochila viesse jogar no Juazeiro, você abandonaria o hábito?” Aduino, prontamente, respondeu: “vá-se a latinha, venha o Cochila”.

A mensagem do jornal satírico se propunha a fazer uma brincadeira, mas evidencia um circuito de leitores, pois a mensagem tem um destinatário: os admiradores do futebol. O periódico apresentava também aspectos de metalinguagem ao usar expressões como “rodas pebolísticas” ao se referir a uma rodada de conversa entre jogadores e torcedores. Anedotas sobre Aduino Francisco Moraes são comuns em romances feitos por memorialistas locais. No texto “O exorcista do Placar”, o escritor Heráclio França (1993) narra que Aduino tinha três paixões: a família, a música e o futebol. Não jogava futebol, mas era apaixonado pelo bailado dos jogadores, a evolução das jogadas e pelo Juazeiro.

No campeonato de 1949, deu-se um triste encontro entre o Juazeiro e o melhor time da temporada, O Veneza. “Tinha tudo para fazer medo: organização, conjunto, valentia e, sobretudo, valores individuais, Tinha também o técnico: Nezim Martim”, narra França (1993, p. 86). Enquanto isso, o Juazeiro tinha somente o coração de Aduino. Pois bem, o coração não foi suficiente.

No primeiro tempo, o Veneza fechou o placar com 7x0. O goleiro foi substituído por causa de cinco gols claramente defensáveis. A meninada correu para o estádio para ver a lavagem do Veneza no Juazeiro. A dauto se mantinha calado na tribuna de honra. A gozação dos adversários corria por todo o estádio. No final do jogo, alguém gritou: silêncio. E todos olharam para a tribuna de honra. Lá, estava A dauto, molhado de suor e de lágrimas. Após um minuto, ele falou: “meus amigos! O competidor que obscurece o triunfo do adversário não é digno do esporte. Ninguém vence sem mérito. Venho de público em nome do Juazeiro abraçar a equipe do Veneza, que venceu por mérito e bonito” (FRANÇA,1993, p. 88). Palmas soaram para reverenciar a atitude de A dauto que reconhecia a goleada de 12x0. Depois do discurso, a festa do Veneza acabou. Ninguém conseguia comemorar a goleada. Ex-presidente do Veneza, o bicampeão Nena Gato sentenciou: “desse jeito, é mesmo que comer e não jantar”.

Esse texto memorialístico nos faz inferir sobre a importância do futebol para despertar os sentimentos de pertencimento e identidade na sociedade juazeirense. Até hoje, a cidade reverencia uma memória sobre jogadores como Adroaldo Muniz e Melo (Dozinho) e Caboclinho. Esse sentimento foi construído pela imprensa local ao relatar o cotidiano dos jogos, a disputa entre os times, o talento dos jogadores.

Na pesquisa com jornais locais, encontramos duas edições no ano de 1946 de *O Esporte*. Na edição número 10, editada em 1 de setembro de 1946, verifica-se uma mudança na linguagem do jornal, em relação a periódicos como o *Astro* (1932) e a *Marrêta* (1935). O discurso, com traço pessoal, seja com as marcas do humor e/ou do texto opinativo, cede espaço para um texto mais informativo com notícias sobre os times, informação sobre jogadores, desempenho da rodada, visita de time de cidades mineiras como Pirapora, comentário sobre atuação do árbitro e informes da liga. O cronista também descrevia o jogo para os leitores, trazendo características de emoção, mas havia uma preocupação de produzir relatos mais verazes possíveis para informar o público.

Buscando os indícios sobre essas práticas jornalísticas, encontramos, na edição de 20 de outubro de 1946, a nota “Estará ocorrendo mesmo Bicho?”. O redator contou que estava na redação do jornal quando dois amigos conversavam sobre os times locais e um afirmou que o Clube Veneza teria tentado comprar o jogador Inácio, por 500 cruzeiros. Afirmava: “para nós foi uma surpresa, e também uma reportagem sem mesmo sairmos de casa”. Ele concluiu a nota: “discutiram muito, mas não acreditamos em nenhum dos dois”.

A nota foi publicada no canto do jornal, ao lado da cobertura do treino do Veneza e Bonfinense. Ela nos traz pistas de que o repórter fazia questão de divulgar o fato interessante, o que traz repercussão, gera boato, mas tem consciência de que é apenas conversa de dois adversários, uma pilhéria. Ele demonstra que compreendia a notícia como trabalho de coleta do repórter que sai às ruas. O humor como traço pessoal de uma escrita de José Assis estava presente, mas com outros significados relacionados ao valor da prática jornalística associada a paradigmas de veracidade e a um texto jornalístico resultado de apuração e verificação dos fatos com fontes e/ou documentos.

O redator não deixou de retratar a conversa, mas assumia que não acreditava e não confiava no que ouviu dizer. A nota traz esses vestígios dos processos de referenciação jornalística baseada no conjunto de valores como o predomínio de uma linguagem informativa em relação à opinião, processos técnicos de apuração e maior autonomia do campo jornalístico (RIBEIRO, 2007).

Isso se torna mais evidente quando percebemos que foram priorizados noticiários informativos, como a cobertura do treino dos principais clubes, a inserção de fotografias dos jogadores e o uso de charges e ilustrações de times. Existiam ainda colaboradores, como cronistas e repórteres. Também encontramos notas sobre o placar dos artilheiros para que o leitor acompanhasse o desempenho dos jogadores. O periódico, de certa forma, criava uma fidelização com o leitor, por meio de notícias e notas para que acompanhasse o jornal e se informasse de tudo, dos bastidores às notícias, como vemos na imagem da próxima página (Cf. figura 18).

2 Esporte

BOLAS DE OFF-SID



Treina com êxito o escrêto
Para o inter-municipal.
Mas os COVEIROS afirmam
Que tudo irá sair mal !
Este mundo é mesmo assim,
Ninguém pode duvidar.
Se der trêta a esse gente
Verão a bola se acabar.

Há muita gente na rua
Apostando o que não tem,
Sempre em jôgo o cão se mete
E deixa o bolso sem vintem.
Nem Veneza ou Olaria
São palpites para mim,
Ficarei de fora olhando,
Quem vencer «está pra mim».

MISTER GRAIG

Ganhar ou Perder

Situação decisiva dos Clubes

(Reportagem de Antonio C. R. Ribeiro
(Tatú), especial para ESPORTE)

Chegou o momento de maior sensação e entusiasmo do Campeonato local. Com a reabilitação, ou melhor, com a «virada» no retorno do Paquetaião Azulino, campeão de 45, cujo quadro, embora sofrendo nada menos de cinco reveses consecutivos no início do certame, sobe brilhante e golhardamente, conduzir-se com um notável grau de educação esportiva, merecendo desta maneira não só o título de Bi-campeão, como também, Campeão de Disciplina. Para o Olaria no cotejo de hoje com a Veneza, a vitória virá no melhor momento possível, pois, caso isso aconteça, «sirão da «cancha» como os legítimos campeões de 1946. Havendo um empate porém, ficará o mesmo aguardando o prêmio Amarelo x Juazeiro, que sendo vencido pelo primeiro, ficarão em iguais condições (ambos com 13 pontos ganhos), disputando o título em pejejas extras; entretanto a derrota para o mesmo será fatal, afastando-o da possibilidade de conquistar o título preferido, ficando porém credenciado para um VICE, ou na pior das hipóteses à 3ª colocação, estando portanto «livre» da ENGEITADA LANTERNA. O America está em idênticas condições de Veneza. Caso o azulino vença o Olaria no FLA-FLU de hoje, e o Juazeiro caia frente ao tricolor, ficarão Veneza e America com 13 pontos ganhos, candidatos reais portanto para disputar «palmo a palmo» o difícil campeonato da I.D.J., de 46. O Juazeiro, não obstante ter apresentado em diversos preliminares no decorrer deste campeonato, verdadeiros «times scratches», não foi lá muito feliz,

Dedezinho - Abala Mara na artilharia

Com a realização do Jogo VENEZA x AMÉRICA, o qual terminou com o placar assinalando 2x0 pró VENEZA, são os seguintes os artilheiros locais:

Mara	8
Dedszinho	7
Tamiza	5
Malaquias	5
João Pinto	4
Ademir	4
Zé Walter	4

Curiosidade-

- É interessante ressaltar que o VENEZA em suas cinco vitórias no presente campeonato, só «aplicou» score A ZERO.

Um Palpite

Chiquinho

Alberto - Januário
Nenem - Inácio - Antonio - Tamisa - Joãozinho - Mara - Nazinho
Zé Walter

sendo traído pela «chance» em diversos matches de verdadeiro domínio periquito; ocupa atualmente o último lugar, estando porém capacitado para ser vice-campeão, na hipótese dos tricolores e azulinos serem derrotados nos dois últimos preliminares.

Estão portanto praticamente definidos os destinos dos times locais, os quais com a exceção do Juazeiro, poderão levantar o TÍTULO do certame atual, que embora faltando apenas 2 jogos, ninguém sabe qual será o FELIZARDO.

Quanto a LANTERNA, apenas o Olaria está fora de cogitações, ficando pois a ser disputada pelos restantes.

Figura 18: O Esporte, 20/10/1946. Fundação Museu Regional do São Francisco, Juazeiro-BA.

Na edição de 20 de outubro de 1946, encontramos um texto classificado como reportagem. “Ganhar ou Perder: situação decisiva dos Clubes” é assinado como “reportagem de Antônio Carlos Ribeiro, especial para o Esporte”. Os critérios de edição do texto vão privilegiar uma linguagem informativa, objetiva e análise do desempenho dos times da Liga Desportiva de Juazeiro, sem se utilizar de elementos opinativos. O texto já apresenta aspectos relacionados à modernização da linguagem jornalística: o repórter é o narrador em terceira pessoa, aquele que testemunha. Também ainda não é utilizado discurso direto da fonte/entrevistado. Mas existiam técnicas de narração descritiva.

No semanário *O Sertão*, publicado em 1947, também encontramos notícias de esporte⁹⁵. Uma página era dedicada à cobertura esportiva, com a divulgação da rodada, descrição dos jogos, dos momentos mais importantes e o desempenho dos jogadores. Apesar de ainda não utilizar a técnica do *lead*, o redator produz um texto narrativo-descritivo em que se permite obter as informações principais e envolver o leitor com um texto que permite visualizar a partida de futebol.

Em uma cobertura sobre a decisão do final do campeonato da Liga Desportiva Juazeirense, entre América versus Juventus, publicada em 17 de agosto de 1947, o redator considerou o jogo fraco, pois teve ausência de jogadores do Juventus, e houve incidentes com indisciplina no campo. Era comum se destacar a participação do árbitro como representante oficial para demonstrar, talvez, o rigor com o qual era necessário conduzir as partidas.

Ao ler as matérias, verificou-se, ainda, que o redator procurou trazer a participação do público, não como fonte, pois ninguém é entrevistado, mas demonstrando se reagiu favoravelmente ao jogo ou com revolta/tristeza. Essa relação com o público-leitor é demonstrada na edição de 23 de novembro de 1947, quando o redator informava que a população local – decepcionada -, teria um domingo sem futebol. O único jogo a se realizar era na cidade baiana de Senhor do Bonfim. O redator também criticava a Liga Desportiva Juazeirense e a Federação Baiana de Desporto por terem adiado o campeonato há um mês, em virtude de chuvas que ocorreram. Havia também a suspeita de que algum time pressionara a interrupção do campeonato para preparar melhor a equipe, segundo o relato da notícia. Pelo discurso jornalístico, percebe-se

95 Não sabemos o período exato que circulou o jornal, mas as edições encontradas foram de 1946 e 1947.

que havia muita competição entre os times. O torcedor ficava refém do calendário proposto pelos times e ficaria um domingo sem assistir à partida de futebol.

Ao analisar a produção jornalística de *Esporte e Sertão*, verifica-se que o futebol era a principal prática desportiva da cidade e que conseguia atrair um público cativo para o estádio. Embora não possamos mensurar a quantidade de pessoas que iam ao estádio, nos impressos é divulgada a renda dos jogos e não existe menção de que o público fosse pequeno.

6.2 Um quase epílogo

No conjunto de impressos produzidos por José Diamantino Assis, vamos reencontrar o *Esporte* sendo editado em 16 de agosto de 1967, como Órgão Oficial do Desporto Juazeirense. Na primeira matéria de capa, o redator afirmava que a prática esportiva começava a se reerguer depois de um período de ostracismo. As entidades estavam mais organizadas, com sede, o estádio apresentava boa infraestrutura e tudo isso levava a crer que havia condições de incentivar o futebol. Segundo o diretor José Assis, tudo isso o tinha animado a reeditar o jornal, agora em sua segunda fase. Mas a circulação no ano de 1967 é pequena. O jornal foi suspenso.

Dois anos depois, em 1969, José Diamantino de Assis retoma a produção do jornal como um órgão vinculado à Liga Desportiva Juazeirense (LDJ). Lendo o periódico, percebemos que houve eleições para a liga, mas não houve candidatos. O futebol parecia não atrair pessoas interessadas na organização da prática.

José Assis não fazia menção quanto ao destino da Liga, mas o fato de publicar um jornal demonstra que havia interesses em manter o esporte como atividade que integrava os clubes. Na edição seguinte, de 11 de fevereiro de 1969, o periódico anunciava a posse de Álvaro dos Santos Lisboa como presidente, que à época era representante da Cia Brahma na cidade, e Olicio Barreto, como vice-presidente. O texto demonstrou que empresários do ramo de bebidas já começavam a se interessar pela organização do esporte.

Nessa segunda fase, algumas novidades no periódico: publicidade de lojas comerciais, óticas, sorveterias, supermercados. Apresentava a colaboração de redatores como Pires de Carvalho, Aloísio Viana e João Adaiz Souza. A cobertura da temporada de futebol foi ampliada com notícias sobre jogos na cidade vizinha de Petrolina. Em uma das edições, a ideologia do homem de imprensa, crítico, combativo também se faz presente. Ao trazer a notícia na última

página de que recebera denúncias de que jogadores de Petrolina jogaram de forma irregular, o redator declara: “Nosso jornal estará a serviço de um esporte sério, sadio, nunca de esporte de brincadeira”. Também procurava denunciar a saída de jogadores dos clubes locais, pois entendia que isso poderia significar que as agremiações entrariam em declínio.

Esses elementos indicam que havia interesse em reunir colaboradores e mesmo garantir a manutenção do periódico como pequena empresa jornalística, mas parecia não haver mudanças significativas no número de leitores nem vendagem do jornal. *O Esporte* tinha o mesmo logotipo, formato e composição gráfica dos jornais da década de 1940. Com a ressalva de que não havia fotografias, como as edições anteriores.

Apesar do jornal ser dedicado ao esporte, encontramos notícias sobre o carnaval. O editor José Assis usou, na edição de 11 de fevereiro de 1969, ilustração e xilogravura⁹⁶ que ele usava em *A Marrêta*, na década de 1930. Os periódicos trazem ilustrações do cartunista Zinza, e outras, sem assinatura. Porém, uma delas é uma autoimagem caricatural de José Assis (Cf figura 19). É importante observar que, apesar dos novos dispositivos tecnológicos, a modernização dos jornais em curso no país, José Assis usava a cultura material disponível e acessível economicamente a ele. Mas o jornal também publicou instantâneos fotográficos.

⁹⁶A família não soube nos informar qual foi o destino dado aos tipos e as peças de xilogravuras.

Esporte 2

EXPEDIENTE

ESPORTE

Registrado sob n. 10
Orgão Esportivo e Noticioso
Diretor e Fundador: JOSÉ ASSIS

Redatores: Pires de Carvalho
Aloisio Viana
João Adalberto Souza

Não nos responsabilizamos por
conceitos emitidos assinados por
colaboradores. Este órgão é
oficial da L. D. J.

O CARNAVAL Contagiante!

Reina grande animação na cidade para os festejos carnavalescos, apesar da crise de dinheiro que nos assola, porém nas horas de alegrias, tristezas não pagam dívidas. É a turma de jovens já deu o alarma geral: AI VEM OS MACABROS, OS CORSARIOS, OS BRUCUTUS, OS PAQUERAS e outros bichos cavernosos, que pretendem, a partir de sábado, sacudir a cidade de ponta a ponta.

E as batucadas, com seu ritmo alucinante, fazendo vibrar velhos e moços. Chegou a hora da onça beber água. Se ficar o bicho pega; se correr pior ainda. Mas não vamos esquecer a

tradicional arrancada dos clubes noturnos: APOLO, sob a batuta do mestro Umberto e com o dinamismo do trio de ouro da sua oiretoria Dalter, Jesus e Cafézinho, promete aos foliões

locais e aos turistas, com suas novas instalações, 4 magnificentes noitadas. E a velha '28' sempre em cena, o Clube dos Sargentos, Caçadores, Artífices, nem é bom falar, pois, S. M. Rei Memo perá fogo nestaz foguetras que vai ser um INCENDIÃO! Esperamos que a Prefeitura coopere, enfeitando, iluminando as ruas para o povo ver o TRIO ELÉTRICO passar. E boa ressaca pra vocês.





DE PETROLINA

America 5 x Salgueiro 1

Internacional 2 x America 0

(Por João Adalberto)

Domingo 2 o selecionado de Salgueiro, em partida amistosa, enfrentou o America FC, cujo resultado foi favorável ao quadro local pela contagem de 5x1. Os visitantes, sem nenhum preparo, não demonstraram algo de positivo, nem no ataque, nem na defesa, tornando-se presa fácil para o America. Somente o n. 10 apareceu com destaque, não só pela mobilidade como pelo poder de penetração. Rende de 700.00.

A preliminar foi jogada pelo Internacional, da AA BB de Juazeiro contra os aspirantes de America, sendo-se vencedor pelo score de 2x0, tentos marcados por Adalberto e Becard.

O Internacional, firme formado por bancários e sem nenhuma chance para treinamentos intensos, vem fazendo brilhante figura nos campos suburbanos e obtendo êxito em coteios no Estádio principal da cidade, vizinha.

o-o

Domingo 9 o Cruzeiro de Petrolina (Juvenil) goleou o Internacional da cidade de Senhor do Bonfim pela contagem de 6x0. Jogando em Juazeiro, perdeu para o Vitorinha por 4x2 em jogo pela vizinha no EAM.

Depois do desastroso Intermunicipal o desastre das chuvas.

Ninguém ignora, neste momento, o quanto foi desastroso o malfadado Torneio Intermunicipal da F. B. F., por o futebol juazeirense.

Com o nosso campeonato em franca ascensão, arrecadando o máximo e suficiente para a manutenção dos clubes filiados, apesar das advertências de pessoas com larga experiência no assunto, deixou-se a LDJ levar pelas «cantadas» macias do Presidente C. Alberto de Andrade, caindo naquele logro estúpido, que, além de consumir as economias da Entidade, deixou por terra o esporte cidadão e ao retornar às atividades tudo estava perdido. Emergindo aos poucos do caos, quando as coisas iam se ajustando e as torcidas se interessando novamente pelos seus clubes favoritos, eis que caem as chuvas alagando nossa praça de esporte, onde a cancha não dava condições de logo para duas rodadas, e no último domingo o encontro America x Juazeiro, foi suspenso, motivado por simples chuvisco.

A CEADAM, única e resposável direta por esse estado de coisas, não tomou as necessárias medidas, pelo menos mandando desentupir os drenos para escoar águas que invadem todas as dependências do campo.

Depois de tantas vezes revolvido, nunca aquele órgão se lembrou de enchê-lo com areia grossa, igual àquela que a Suvalle fez o aterro do lado de fora.

Vamos aguardar as providências prometidas pelo Sr. Prefeito, para que no plano, tais coisas não aconteçam.

Se Não Lêr, Quem Perde é Você!

Livros Escolares? Cadernos?

Visitando DIRETI

DISCOS-REVISTAS-LIVROS

Rua D'Apolo, 3 - Fone 2399 - Juazeiro-Bahia

O Artilheiro Continua Sendo VOCÊ!

Presidente Maia

Regressou de Irará ao nosso meio, acompanhado de sua família, onde se encontrava em gozo de férias, o dinâmico Presidente do Veneza, sr. Antonio Maia.

Figura 19: O Esporte, 11/02/1969. Fundação Museu Regional do São Francisco, Juazeiro-BA.

O redator percebia as dificuldades de produzir um jornal de qualidade, que pudesse atrair leitores. Parecia compreender a impossibilidade de continuar mantendo uma imprensa com característica de empreendimento familiar, com pequena tipografia, quando se deparava com um periódico de maior circulação no estado, com padrão técnico e impressão de melhor qualidade e com preço quase similar ao que ele cobrava, ao publicar apenas quatro páginas. No editorial *Conversa com os Leitores*, fica explícita essa tensão entre uma pequena imprensa, pensada de forma artesanal, diante da empresa jornalística.

Este é o terceiro número de *O Esporte*, de uma segunda fase, porque no ano passado tentei editá-lo não passando do 1º número, sofrendo até críticas radiofônicas pouco desairosas (sic) à minha pessoa. Vocês, que não entendem patavina de artes gráficas, não imaginam o trabalho que dá para se fazer um jornalzinho deste, composto sempre de noite, tirando-me o lazer semanal de um cinema ou um bate papo na Rua da Apollo. Mas acham-no caro por 200 mil reis – o preço de uma cachaça- alegando disparidades pueris entre *A Tarde* por 0,25 e o *Esporte* por 0,20, e cegos de burrice cidadina não enxergam que nossa oficina é 100 mil vezes inferior em relação ao periódico baiano. Mas durante anos inteiros só se ouvem lamentos como estes: não temos um jornal, isto é uma miséria! Tanta coisa errada, falta um jornal, cadê um jornal para combatê-las e assim por diante. Tenho uma ideia, lanço um jornal semanal esportivo somente para coisa mais séria no futuro e o que acontece de 500 exemplares das duas edições, vendeu-se 95. Continuo tentando. Teremos hoje 150. Esperarei o resultado para por a pedra de cal em cima dessa coisa porque tanto clamavam e agora que tem, embora modesta, abomina-a, despreza-a, ultrajam-na (...).

Esse texto é simbolicamente uma despedida, “pedra de cal” de um modelo de imprensa. É um texto melancólico, triste, que enseja muitas reflexões. Por ora, ficamos com a reflexão de que não era possível repetir a mesma experiência temporal em um contexto social diferente. Os tempos eram outros, os leitores também. A tentativa de reeditar *O Esporte* no final dos anos 1960 demonstrava que o leitor desejava um outro tipo de imprensa, porque esse público teve acesso a outros modelos de periódico e de prática jornalística. Como veremos nos capítulos seguintes, *O Sertão* e *A Tribuna do Povo* já tinham experimentado linguagens e formatos diferentes.

7 O Sertão e a prática de um jornalismo informativo

Juazeiro, 1942. José Assis assumiu a redação de *O Éco* a convite do novo proprietário, o farmacêutico João Araújo⁹⁷. O antigo dono, Aprígio Araújo, se mudou para Salvador e estabeleceu um novo empreendimento gráfico. José Assis se referiu a este período na direção de *O Éco* como experiência bem-sucedida na sua trajetória, pelo prestígio que o jornal adquirira durante 15 anos de circulação. Havia também um sentimento fraterno em retornar à redação, pois foi na oficina que começou como aprendiz de tipógrafo e redator.

O novo empreendimento, contudo, não foi muito longe. O jornal foi vendido ao jornalista Wilson Lins, diretor de *O Imparcial*, de Salvador. O coronel Franklin de Lins Albuquerque, de Remanso, cidade do norte da Bahia, tinha comprado o matutino da capital, em 1941, para ser um veículo de combate e fazer oposição ao interventor Landulpho Alves, com quem tinha se aliado no final da década de 1930. Wilson Lins e o irmão Franklin Lins de Albuquerque abandonaram a antiga linha editorial de defesa da Ação Integralista Brasileira⁹⁸ e dos interesses de grupos alemães na Bahia para aderir ao movimento favorável à entrada do Brasil na Segunda Guerra. Wilson Lins moveu uma campanha contra o que considerava a ameaça do nazi-fascismo e estimulou a mobilização da sociedade baiana em repúdio às ideologias totalitárias ao lado dos países aliados. No período de 1943 a 1946, trabalharam na redação militantes intelectuais, como o jornalista João Falcão e o escritor Jorge Amado. No último ano em que circulou, em 1947, o jornal assumiu um posicionamento anticomunista (FEREIRA, 2006).

Apesar da influência do coronel Franklin Lins de Albuquerque na política da região norte da Bahia, a compra de *O Éco*, provavelmente no ano de 1944, não foi bem sucedida. A redação era de responsabilidade do professor Agostinho José Muniz e o periódico impresso nas oficinas de *O Imparcial*. Foram publicadas algumas edições no ano de 1944 e o jornal interrompeu as atividades em data ignorada⁹⁹, como relatou Walter de Castro Dourado (1978).

⁹⁷ Utilizamos a referência do ano de 1942 como o da venda do periódico a João Araújo, conforme relato de Walter de Castro Dourado (1978). Não encontramos ainda edição do jornal da década de 1940. José Assis relatou o período em que foi diretor de *O Éco*, em *O Sertão* de 1947.

⁹⁸ Com a chegada à direção de *O Imparcial* do jornalista Victor Hugo Aranha, em 1935, o jornal do industrial Álvaro Martins Catarino assumiu a postura de defesa do integralismo. Sobre a participação da imprensa baiana e a defesa dos interesses da ação integralista, conferir estudo de Laís Reis Ferreira (2006), sobre *O Imparcial*.

⁹⁹ Não sabemos as causas da extinção do jornal, mas um aspecto que não se pode ignorar é que o coronel Franklin Lins de Albuquerque morreu em 1944. *O Imparcial* enfrentou perdas financeiras e foi extinto em 1947.

Parece contraditória a extinção de jornais como *O Éco* em um período de transformações sociais, culturais e econômicas nos contextos nacional e local, momento também de afirmação de uma identidade regional e de novos posicionamentos dos agentes sociais. Havia uma expectativa pela redemocratização do país, com o processo de transição para a realização de eleições federais e municipais e com o cenário de liberdades democráticas, após o Estado Novo.

Além disso, práticas discursivas influenciaram para a reconfiguração do espaço geográfico da bacia do São Francisco¹⁰⁰, na qual estavam incluídas as cidades de Juazeiro e Petrolina, dentre outras. Já no final da década de 1930, geógrafos e engenheiros topógrafos mapearam a Bacia Hidrográfica do São Francisco como “rio da integração nacional” e buscaram inserir a região no planejamento da cultura histórica nacional aos moldes do Estado Novo. Segundo o historiador Elson Rabelo (2014), esses estudos construíram “versões especializadas da nacionalidade, daquilo que seria tipicamente brasileiro, nas feições geológicas, nas variantes climáticas, nas bacias hidrográficas como a do São Francisco e nos chamados tipos sociais” (p.66).

No contexto dessa cultura histórica nacional, os estudos consolidaram visões acerca dos problemas sociais e a concepção de isolamento a que estava destinada as cidades localizadas na bacia, sujeitas à precariedade econômica, à fome e à miséria. A população foi representada na figura tradicional do barqueiro, beradeiro, singrando o curso do rio para levar mercadorias em períodos de cheia das águas fluviais; a do vaqueiro, no cuidado dos domínios rurais dos proprietários de terras e na cultura do couro; e a dos coronéis comandando a política local. As cidades apresentavam lento desenvolvimento regional, apesar de algumas, como Juazeiro e Petrolina, apresentarem fluxo intenso de mercadorias por estarem na rota de navegabilidade dos vapores.

Apesar da caracterização como região inóspita, quase reprodução estática da natureza, os estudiosos ressaltavam a potencialidade da bacia hidrográfica, caso houvesse uma política de desenvolvimento para integrar os afluentes do rio e a bacia, com a finalidade de aproveitamento das águas para geração de energia.

O geógrafo Aroldo de Azevedo (1952) percorreu o curso do rio e visitou várias cidades localizadas às suas margens, no período entre janeiro e fevereiro de 1944. Seguindo o trajeto do

¹⁰⁰ A Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco abrange uma extensão de 639,219 km², o que correspondente a uma área de 7,5% do país. A Bacia possui sete unidades e estão localizados 507 municípios. É dividida em quatro bacias: Alto São Francisco, Médio, Submédio e Baixo São Francisco.

rio desde Pirapora até Juazeiro, documentou as pequenas cidades e o fluxo precário da economia regional. Já o porto juazeirense se destacava como entreposto de mercadorias do norte para o centro do país. Observou também o crescimento de Petrolina, com uma boa organização espacial, a recém-construída catedral no estilo gótico, o planejamento das ruas e as praças urbanizadas. A cidade apresentava boa infraestrutura econômica, principalmente com a construção de uma pista de pouso aéreo para viabilizar mais uma via de transporte e comunicações na região, como destacou Azevedo no relato de viagem.

Essa produção discursiva foi operacionalizada por agentes políticos como o deputado federal baiano Manoel Novais, para consolidar novos arranjos eleitorais nas configurações territoriais implantadas em 1941. O estado da Bahia abrangia a região leste junto com os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo. A grande parte do seu território estava situada na zona semiárida e recebia recursos federais para combater as estiagens e seca prolongada. Somente em 1959 a Bahia integrou, oficialmente, a região Nordeste junto com os estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte e Maranhão.

Por iniciativa dos parlamentares baianos e pernambucanos, foi criada a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), em 1948, para estimular a produção agrícola, a regularização do fluxo do rio para escoamento da produção, melhorar as condições de navegabilidade e aproveitamento hidrelétrico. A intenção seria superar os entraves econômicos da região. No final dos anos 50, a Comissão teve maior atuação e foi transformada na Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE), responsável pela implantação dos perímetros irrigados na região e melhor aproveitamento da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf)¹⁰¹ em Paulo Afonso, nas décadas seguintes (RABELO, 2014, p 102). A recente configuração desses espaços atraiu os meios de comunicação para reportar a nova realidade da região, que, nos anos 1970, ficou denominada como a Califórnia brasileira, por causa da expansão da agricultura irrigada.

Antes que essa prática discursiva se propagasse na região, havia muitos entraves econômicos e sociais a resolver. A cidade de Juazeiro tinha problemas de abastecimento de energia elétrica, pois ainda funcionava a usina a motor, com horário de término do fornecimento

¹⁰¹ A Chesf foi criada em 1944, com projeto piloto de implantação concluído em 1949. A Usina Paulo Afonso 1 foi inaugurada em 1954, com duas usinas geradoras de 60 mil KW cada uma. Nos anos seguintes, houve uma ampliação, que se concretizou nos anos 70, com a construção da Barragem de Sobradinho. Durante todo esse tempo, havia demanda por energia elétrica para impulsionar o desenvolvimento regional.

de energia às 23 horas. Ainda se usava madeira na geração de energia e, somente no final da década de 1940, passou a se usar óleo diesel.

Com uma população de 25.523 habitantes em 1947, Juazeiro tinha um déficit de escolas públicas. À época, a gestão municipal criou 32 novas escolas e matriculou cerca de 900 alunos. Esse investimento procurava garantir a escolarização da população. Dados do Anuário Estatístico Brasileiro de 1940 indicavam que 10 milhões de pessoas não sabiam ler nem escrever, para uma população estimada em 41 milhões de habitantes em todo o país. Em 1949, a porcentagem de brasileiros sem saber ler nem escrever era de 27 milhões de habitantes, enquanto apenas 13 milhões compreendiam os códigos de escrita e leitura.

As dificuldades de acesso à educação ocorriam em todo o estado baiano. Somente em 1947, foi implantado o Ginásio de Juazeiro, iniciativa privada destinada aos estudantes secundários. Até então, jovens que desejavam prosseguir os estudos precisavam se deslocar para a capital ou para Petrolina, onde funcionava o Colégio Maria Auxiliadora.

Já a primeira instituição pública de ensino secundário só foi implantada na década de 1950, com o Ginásio Ruy Barbosa. A escola secundária resultou em uma luta política de professores que batalhavam pelo estabelecimento gratuito para as camadas pobres, como conta o pesquisador da história da educação, José Roberto Gomes Rodrigues (2009). As pessoas mais pobres não podiam arcar com o custo de uma educação privada, apesar do Ginásio de Juazeiro ter recebido subsídio desde a sua criação e a cessão de uma das praças da cidade para a construção da sede. A dificuldade do acesso às escolas públicas refletia um baixo consumo cultural.

A Bahia tinha a maior parte da sua população vivendo na zona rural e a maioria dos bens culturais, como universidades, museus, estabelecimentos de ensino e jornais, se concentrava na capital. Em 1949, circulavam 119 periódicos entre jornais, gazetas, revistas, dos quais 54 circulavam no interior do estado. Todos os seis jornais diários eram impressos na capital. No interior, funcionavam 75 tipografias de um total de 139 em todo o estado, que realizavam serviços gráficos e publicavam jornais¹⁰².

Uma dessas tipografias foi a de José Assis que se aventurou a publicar *O Sertão*, em 1946, com a proposta editorial de ser um órgão noticioso para divulgar acontecimentos locais e nacionais. Nesse período, não havia mais jornais com periodicidade regular na cidade. Demerval

¹⁰² Dados obtidos no Anuário Estatístico Brasileiro de 1949. Cf. Biblioteca digital do Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico (IBGE)

Ferreira Lima faleceu em 1946 e a direção de *O Juazeiro* passou a ser de Jorge Duarte e Walter Dourado de Castro, que publicaram o jornal com periodicidade irregular (CASTRO, 1978). A população voltava as suas atenções para o sistema do alto-falante, um amplificador com caixas de som colocadas nas principais ruas da cidade, propagando entretenimento, programas de auditório e shows musicais.

Por dois anos, o tipógrafo e jornalista investiu recursos no empreendimento jornalístico, resistindo, inclusive, a toda desventura de imprimir um “pequeno jornalzinho”, como classificou Walter Dourado. Foi o único a circular na cidade semanalmente. Na gráfica, recebeu profissionais que viajavam para conhecer a cidade e reportar acontecimentos. Em uma dessas visitas, o repórter Délio Miranda, da Revista Social Trabalhista, editada em Belo Horizonte, e José Assis conversaram sobre os acontecimentos políticos. José Assis demonstrou admiração pelo companheiro de lida jornalística e destacou que se tratava de um “jornalista de escola”.

A menção à expressão “jornalista de escola” nos traz um indício para pensar as transformações em desenvolvimento no jornalismo brasileiro e como essas mudanças foram apropriadas pelos profissionais que faziam imprensa na região. Quais mudanças são essas que se processam na experiência deste tipógrafo no campo do jornalismo? A que ele se referia quando afirmou que o colega praticava um jornalismo de escola?

É possível que ele estivesse assimilando processos de modernização da imprensa em curso no país, que se refletiam na concepção gráfica do produto e nos procedimentos técnicos para retratar os acontecimentos. Existe uma prática jornalística que procura se aproximar de uma “imprensa moderna” e de um modelo de jornalismo norte-americano, que destacaremos ao longo do capítulo.

Lançado no ano de 1946, o semanário de quatro páginas apresentava, na capa, notícias de agências internacionais e acontecimentos locais e nacionais. A segunda página, coluna social, efemérides, notas de falecimento e aniversários. Na terceira, uma página inteira dedicada às notícias de esporte. Na contracapa, uma novidade: a coluna Notas Esparsas reportava acontecimentos locais, discutia o noticiário político e assuntos do cotidiano da cidade.

Algumas mudanças na concepção gráfica do jornal podem ser percebidas, quando comparamos com as experiências anteriores de *A Marreta* e o *Itiubense*. O semanário explorou títulos grandes na manchete, que geralmente era disposta acima do logotipo. A página de esporte tinha uma manchete com letras/tipos maiores, comparados às demais notícias. O conteúdo era

distribuído em quatro colunas com separação de fios, o que ajudava a organizar o texto. Em algumas edições, percebe-se uma tentativa de deixar espaços em branco para facilitar a leitura, embora o espaçamento entre linhas fosse pequeno. Existia uma preocupação de produzir um jornal com certa leveza na forma, explorando, da melhor forma possível, os recursos da prensa de tipo móvel.

Uma das principais mudanças do jornal é a inserção de fotografias. Enquanto *A Marreta* e *O Itiubense* traziam ilustrações, *O Sertão* oferece ao leitor imagens de instantâneos fotográficos, embora alguns ainda fossem retratos. A página de esporte era muito valorizada no jornal, como constatamos pela inclusão de imagens. Das oito edições encontradas do jornal, três têm instantâneos fotográficos com legendas.

O semanário trouxe imagens de jogadores locais e um instantâneo da cidade do Recife (cf. figura 20). Apesar de haver imagem com tamanho muito pequeno, um retrato em formato 3x4, percebe-se o interesse em ilustrar a matéria esportiva para atrair o leitor. José Assis sabia da importância da imagem para os jornais, pois confessara, quando produziu *O Itiubense*, que as pessoas solicitavam a inclusão de fotografias. Quando produziu *A Marreta*, também noticiou que compraria novos equipamentos gráficos para publicar rotogravura. Havia a intenção ou desejo do tipógrafo de produzir um jornal com formato moderno, boa disposição do texto, inserção de fotografias e valorização dos título na manchete.

Entre nós, desde ontem, a disciplinada turma da A. D. **GUARANI**

Está na cidade o campeão baiano, o famoso clube alvinegro — o GUARANI — de Rosário conhecido de outros tempos. A lúida embaixada, sob a presidência do sr. Rodrigues e também sob a orientação técnica de Setor Menezes, saltou na gare da Leste ante a manifestação de jubilo de uma compacta multidão, que a aplaudia e ovacionava, enquanto o sr. Prefeito apresentava-lhe os cumprimentos de boas vindas, seguido das demais autoridades e desportistas, imprensa, etc. No hotel os dignos visitantes foram saudados pelo Dr. Lauro Lustoso, num imprevisto e inesperado e um dos mais felizes que s. s. já fez. Agradeceu o presidente da Embaixada

ficcionados momentos de sensação e de perfeição futebolística a classe dos índios da Bahia. Pena é que Tota não esteja no quadro para melhor êxito da temporada, entretanto teremos muito que aprender com Elisie, Aurelio e outros elementos de fama no futebol baiano.

Chiquinho do OLARIA

O Sertão
ORÇÃO NOTICIOSO

ANO II — Janeiro, 30-10-1947 — N.º XVII

Ainda o rompimento das relações

UMA VISTA DA CAPITAL PERNAMBUCANA

Quando se deu o rompimento das relações diplomáticas do Brasil com a Rússia, a Câmara e o Senado aprovaram uma moção de solidariedade ao Presidente da República, votando, porém, contra a mesma, os parlamentares comunistas. Os adeptos vermelhos agitaram-se em todo o País e pela palavra, manifestaram o seu descontentamento pelo êxito oportuno rompimento. Em Recife foi onde o ambiente esteve mais carregado, cujos oradores se faziam ouvir de 15 em 15 minutos. (Foto e texto da INI).

A Luta de hoje: Olaria Guarani

Será um magnífico espetáculo pebelístico, já grandiosa porfia entre campeões. Luta que proporcionará aos a-

WALTER — meia azulino

Os times para hoje

GUARANI—Menezes, Bacamarte e Bolívar; Mand. Berto e Sabino; Aurelio, P. Elisie ? e Camarino.
OLARIA — Chiquinho, Luna e Padairo; Reposa, Zeca e Nonen; Zuquiba, Tamisa, Jonas, Joãozinho e Prejuízo.



Figura 20: *O Sertão*, 30/10/1947. Fonte: Fundação Museu Regional do São Francisco

Nas duas imagens, destaca-se a criatividade do tipógrafo para dispor a fotografia e aproveitar espaços entre o texto. Na figura 21, o responsável pela composição do texto fez um corte/edição da imagem – provavelmente a imagem é um instantâneo de todo o time do Juventus no momento anterior da partida - para destacar apenas os três jogadores citados na matéria. Percebe-se que os recursos poderiam ser limitados para investir na contratação de repórteres fotográficos e o proprietário deveria adquirir imagens produzidas por fotógrafos da região, ou extemporaneamente, por agências de notícias, como a fotografia da cidade do Recife. É visível, contudo, o desejo de explorar as imagens para dar dinamismo ao texto, mesmo que recorresse a um retrato no formato 3x4, como na imagem do jogador do Olaria.

Esporte

Justa Vitoria do JUAZEIRO pela contagem de 3x2!

Foi por terra a invencibilidade do JUVENTUS-
Panorama técnico -- Juiz, Renda. Etc.

Por certo que o celebra torneio inter-municipal não conseguia "matar" de todo o nosso futebol, após quasi dois meses de paralisação, que causou grandes prejuizos á Liga aos clubes.

Efativamente, por que o encontro de domingo ultimo, em prosseguimento ao campeonato, deixou bem impressionado o pequeno público que acorreu ao "Estadio".

Apezar do favoritismo pró Juazeiro, logo de inicio os tricolores atuando com vários elementos do 2º quadro, fizeram bonita e coordenada pressão no redesta periquito deixando muitos torcedores cepticos quanto ao desfecho da luta, porém desou uns 15 minutos apenas essa impressio.

Os juazeirenses refazendo-se do choque inicial, ajustaram-se na cancha sem impraticavel, não pela chuva mas pelos "brouótós", e abriram a contagem com um belo lance, seguindo-se o 2º gol a guisa de mamon 10 minutos depois. Os



Dedezinho, Banú e Pereira, da antiga linha tricolor

tricolores agora completos decrescem de produção, mas o jogo desenrola-se movimentadissimo e cheio de lances tecnicos.

Penalti de Carlito, aliás visível. Era o 1º tento juventino. Prossegue a luta renhida. Peracia em boa forma torna-se perigoso na Area, enquanto Iôô estraga os seus belos passes.

Penalti, novamente do Juazeiro, justamente conseguido pelo juiz Walter Cliveire, mas estava empatada a pugna.

Recomeça a luta com ataques de parte e a parte. Atua com destaque, no Juazeiro: Pinta Surubá na zaga; Juvenal e Nova na linha média e Peracio e Gallego no ataque. Juventus: Fioba, Ba-

Abandonado o Estadio!

Chamamos a atenção dos directores do Estadio local para o abandono em que se acha o mesmo: caído os pedaços, sem assento, sem miclorio, etc. Aquilo ali está clamando por uma providencia séria!

no, Dêo e Carlota, enquanto Baga e Família nada produzem.

A torcida quer a queda do Juventus e os periquitos animados com esse incentivo, desenvolvem uma incrível actividade para ganharem a vitória.

Peracio está cti no eerre varias vezes a 10 ó, que não sabe aproveitar os passes do famoso atacante petrolinense. Ntra d'esse infestidas, aos 88 minutos de luta Clari sol a o corro e após uma esquivagem em seu arco Margareida consigna o tento da vitoria

Os juventinos, sem razão plausivel, ou por acharem que perder era uma deshonra, deixaram o gramado, faltando 9 minutos para o término da partida, quebrando os periquitos a sua invencibilidade pelo score 3x2.

Na preliminar venceu o Juventus por 3x2 havendo um erro entre Tutó e Viterinho, entrando Adauto em campo para brigar também. Achei-me feia a atitude do "ditador" alvi-verde. Os três foram expulsos de campo.

JUIZ

O sr. Walter Oliveira foi franco, tendo marcado um penalti injusto contra o Juazeiro. Procurava sempre acertar, no entanto sempre falhou deixando passar vários periquitos, de ambos os lados.

SAPATARIA **BRASIL**

A. Lisboa & Filhos

Completo e luxuoso sortimento de calçados de todos os tipos para homens, senhoras e crianças.

Fabrica de resistentes chuteiras
Rua Goiás Calmon, 40 - Juazeiro-Ba.

Figura 21: O Sertão, 21/12/1947. Fonte: Fundação Museu Regional do São Francisco

É na coluna “Notas Esparsas” que identificamos vestígios de processos em transformação na produção jornalística comparando com os jornais *O Éco* e *A Luta* dos anos 1930. O leitor tinha acesso às notícias sobre o cotidiano, desde uma nota sobre o trânsito local, novas formas de conduta no espaço público ou sobre o processo eleitoral.

José Assis já demonstrava conhecimento de algumas práticas jornalísticas e apropriação de critérios como apuração da informação. A linguagem ainda não incorporou as normas de padronização de um texto sintético, conciso e preciso, como característico de um jornalismo informativo norte-americano, que segue as técnicas da pirâmide invertida e do *lead*. Mas os textos já apresentam características de síntese, observação e descrição dos acontecimentos. A experiência com *O Sertão* pode ser um momento de transição para um fazer mais próximo de uma linguagem técnica e do modelo de jornalismo informativo.

Foram práticas em gestação em todo o país no quadro de expansão do público leitor e a transformação dos jornais em empresas. As mudanças mais significativas se consolidaram a partir dos anos 1950, no processo de modernização da imprensa brasileira, como analisado por Ana Paula Goulart Ribeiro (2007). Nesse processo, os gêneros opinativos como a crônica e o artigo polêmico começavam a ceder espaço para um jornalismo que privilegiava a informação objetiva. Os jornalistas deixavam o tom da polêmica e da linguagem agressiva para adotar procedimentos de “neutralidade” e “independência”. Trata-se de um processo de autonomização do campo jornalístico frente ao literário e ao político, assim como a consolidação de uma comunidade jornalística com discurso próprio (RIBEIRO, 2007).

Essas mudanças foram reflexos da modernização em curso no país. Nas capitais, processos de escolarização se expandiam e criavam novos leitores. A industrialização buscava expandir a economia brasileira para não ficar totalmente dependente da produção agrícola. Inovações tecnológicas, o sistema de radiodifusão e outros bens culturais começavam a se expandir e criar novas interações com o público. Os empreendimentos jornalísticos estavam deixando de ser uma aventura, iniciativas individuais, e passavam a ser empresas. Os jornalistas se profissionalizavam, começavam a ser valorizados pelo capital cultural e como profissionais, com melhores salários e dedicação exclusiva às empresas (RIBEIRO, 2007).

Mas os impressos baianos estavam muito distante de um padrão de modernização, semelhante aos impressos cariocas. E isso não era uma realidade apenas dos empreendimentos localizados no interior do estado. Não seria errado presumir que José Assis tivesse planos de

produzir um jornal bem mais condizente aos novos padrões de modernização do que os vespertinos de Salvador, alguns deles empresas constituídas com capital aberto como *A Tarde*, de Ernesto Simões Filho.

Desde o século XIX, o jornalismo baiano se caracterizava pela verve política, o artigo polêmico. Criado em 1912, *A Tarde* foi um dos primeiros a desejar romper com essa tradição. Simões Filho tinha a intenção de criar um jornal semelhante ao *A Noite*, de Irineu Marinho. Pretendia fazer um jornalismo que trouxesse os reclames populares e com diversidade de informações para distintos públicos. Existia até uma página com assuntos femininos, assinada pela esposa, Helena Simões. À época ainda era incomum mulheres assinarem textos em periódicos e usavam pseudônimos masculinos. A empresa se constituiu com capital aberto, recebeu investimentos do sistema financeiro e do setor comercial.

A pretensão de ser um impresso “moderno” e desvinculado das intenções políticas pereceu tão logo surgiu no cenário baiano. O vespertino se insurgiu contra o governo de José Joaquim Seabra, apoiou a candidatura de opositores e envolveu-se em campanhas políticas. Simões Filho foi eleito deputado federal em 1924 e, por causa do apoio ao movimento constitucionalista de 1932, se exilou na Europa. O jornal ficou nove dias sem circular em 1934 sob censura do interventor Juracy Magalhães.

Após o retorno do exílio, o proprietário de *A Tarde* continuou envolvido com a política e ocupou cargo de ministro da Educação e Saúde no governo de Getúlio Vargas entre 1951 e 1953. Em 1954, foi candidato ao Senado Federal e perdeu as eleições. Fez do seu jornal uma tribuna para embates políticos quando convinhavam aos seus interesses, como nos relata Ana Cristina Spannenberg (2009) a respeito da trajetória do jornal em três momentos decisivos de campanhas eleitorais nos anos 1919, 1954 e 1990.

Mas, como nos referimos, *A Tarde* não era uma exceção. A maioria dos jornais foi instrumento para os grupos baianos, em um Estado que passou grande parte da primeira metade do século XX no ostracismo político e cultural, salvo com a descoberta de poços de petróleo no final dos anos 1940. Não havia um público leitor capaz de consumir jornais massivos porque era grande o número de analfabetos¹⁰³ Quem sabia dominar os códigos de leitura, escrita e possuía formação cultural pertencia a uma elite dominante. Isso refletia no perfil dos profissionais da

¹⁰³ Para se ter uma ideia da taxa de analfabetismo em Salvador, em 1920 havia 124.937 pessoas sem saber ler e escrever, uma taxa de 441 habitantes em cada mil (SPANNENBERG, 2009). Procuramos dados similares no Censo e Anuário Brasileiro Estatístico referente ao município de Juazeiro e não foram encontrados.

imprensa, geralmente bacharéis, com linguagem rebuscada, livresca, e não popular. É Ana Cristina Spannenberg (2009) que nos apresenta um quadro social desses profissionais, formados na sua maioria em Direito:

“Essa tendência atingia também a linguagem empregada nos periódicos, nos quais a “cultura retórica” predominava em textos que exibiam a manifestação de uma elite intelectual local, composta de magistrados, burocratas, parlamentares, administradores públicos, professores e homens de letras deixando transparecer suas visões de estratificação social. Assim, os textos recebiam tratamentos diferenciados, a depender da classe social dos atores envolvidos no fato. ‘Um sepultamento, se for de gente importante, era ‘sepultamento de fulano de tal’, se fosse de classe média, era ‘féretro’, se fosse de gente pobre era ‘enterro’, recorda Castro¹⁰⁴. Os textos, repletos de expressões cerimoniosas de tratamento, carregados de adjetivação e fortemente marcados pelas paixões políticas, continuam fazendo dos jornais espécies de tribunas, espaços nos quais os herdeiros dessa elite deram os primeiros passos em direção à vida pública (SPANNENBERG, 2009, p.107).

A autora ainda nos relata que era comum os profissionais usarem o jornal como trampolim para a vida pública, tal como aconteceu no final do século XIX nos jornais cariocas. Simões Filho costumava dizer que não pagava o suficiente ao profissionais, porque o prêmio que eles adquiririam posteriormente seria um cargo público em alguma repartição federal. Esse era o cenário da imprensa na São Salvador até pelo menos a década de 1960.

Se esse era o padrão seguido na capital do Estado, é significativo perceber como um tipógrafo no interior buscou trilhar um caminho distinto. Sem formação bacharelesca, com raízes na cultura popular, José Assis desejava fazer um periódico com relativa independência. Os jornais da capital baiana pareciam não ser modelos para a sua prática profissional, pois são poucas as referências aos impressos baianos nos seus jornais. As notícias de acontecimentos nacionais e internacionais eram provenientes dos periódicos da capital da República.

Os jornais cariocas começavam a adotar o modelo norte-americano de jornalismo informativo, que privilegiava a informação em relação ao modelo francês, de características mais literárias. Os jornalistas procuravam afirmar uma deontologia na crença em paradigmas como “objetividade” e “neutralidade”. Manuais de estilo jornalístico passavam a ser adotadas por jornais como *Diário Carioca*, entre outros no país (RIBEIRO, 2007).

¹⁰⁴ O testemunho é de José Augusto Berbert de Castro, jornalista que concedeu depoimento a Ana Cristina Spannenberg (2009).

Mas não podemos negar que os impressos baianos da capital passavam por mudanças e sofreriam transformações. Proprietários como Simões Filho e Wilson Lins foram convidados para visitar redações nos Estados Unidos na década de 1940¹⁰⁵ e perceberam modelos distintos de produção jornalística. A *Tarde* implantou uma reforma gráfica significativa em 1956. Apesar de ritmo mais lento, mudanças estavam em processo nas redações baianas, pois seria inevitável a implantação de novas práticas diante do contexto social de transformações no estado.

O modelo de um jornalismo informativo se aproxima de um leitor que necessita de notícias breves que proporcionem experiências estéticas e de consumo da informação jornalística enquanto usa o transporte público, locomove-se na cidade, observa o fluxo de interações na urbe. Um leitor que também ouve notícias do rádio, cada vez mais incorporado ao cotidiano dos ouvintes, por transmitir informações e entretenimento.

A brevidade da informação é importante para acompanhar esse momento de fragmentação da vida cotidiana, de novidades que surgem e que interferem no cotidiano, que pode ser desvelado nas páginas do jornal. O novo modelo de jornalismo se popularizou no ambiente social de crescimento de camadas médias, leitores diversificados e com diferenciados interesses como esporte, cultura, política, moda feminina, crimes, entre outros temas.

Esse cenário de mudanças no jornalismo parece projetar o horizonte de expectativa de José Assis no que ele denominava “jornalismo de escola”. Autodidata, o tipógrafo, que era leitor de jornais, revistas e ouvinte do rádio, buscava produzir um periódico que fornecesse informação à população, com autonomia e com uma função de vigilância do poder público.

7.1 O Sertão e os padrões de vigilância

A possibilidade de produzir uma prática jornalística mais próxima das questões do cotidiano foi uma das estratégias do tipógrafo José Assis para editar o periódico. No artigo “Incompreensão irritante”, José Assis relatou que uma cidade voltada a um intenso comércio de mercadorias pelo rio São Francisco não poderia ficar sem um órgão de imprensa, ao qual ele denominava de publicidade. Por quê publicidade? Parece-me que a noção é de tornar público os

¹⁰⁵ Ernesto Simões Filho, de *A Tarde*, e Wilson Lins, de *O imparcial*, retornaram dos Estados Unidos influenciados pelo modelo de democracia liberal. Também visitaram redações de jornais e ficaram impressionados com as técnicas adotadas nas redações (SILVA, 2015).

acontecimentos, mas também pode significar novos negócios para o seu empreendimento com a propaganda do comércio.

José Assis quis associar a produção do jornal a uma possível rentabilidade financeira, uma extensão também dos serviços gráficos. Ele era pragmático, queria expandir os negócios da oficina gráfica e usar o capital cultural para investir em jornalismo. A cidade atraía instituições bancárias como a instalação da Agência de Fomento Econômico do Estado da Bahia, com a finalidade de investir na diversificação da produção baiana. A Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Juazeiro tinha sido criada em 1944, para estimular a criação de pequenas indústrias.

Imaginando-se um cenário de desenvolvimento local, ele afirmava que, quando resolveu publicar um jornal, estava decidido “a enfrentar todas as vicissitudes que o trabalho nos acarreta para a casa, roubando-lhe o melhor tempo destinado às encomendas particulares”. Investia parte do tempo livre e capital na gráfica, que tinha dois prelos de tipo móvel: um pequeno para serviços de impressão de cartões, e outro maior para os serviços tipográficos com os jornais¹⁰⁶. Pretendia ignorar o “notório desinteresse local em adquirir o órgão”, seja avulso ou por assinatura. No segundo ano de circulação, havia apenas 20 assinantes. Não era um negócio rentável, há de se constatar.

Mesmo com o diminuto número de assinantes, o tipógrafo continuaria com a intenção de manter o periódico, a fim de que não se propagasse pela região que Juazeiro não tinha um “órgão de publicidade”. Considerava-se um homem empreendedor e que muito já havia feito para o “progresso da cidade¹⁰⁷”, como fundador de times de futebol e diretor de *O Éco*. Retomamos aqui a noção de projeto individual, defendida por Gilberto Velho, como estratégia de tentativa do tipógrafo de conquistar um lugar em uma sociedade marcada por processos heterogêneos e diferenciação social. José Assis desejava ser um jornalista e proprietário de jornal.

Apesar do modesto empreendimento que não lhe trazia rendas suficientes para garantir a sua sustentabilidade financeira a longo prazo, afirmava: “que não assinem, que não comprem o jornal, não nos incomoda tanto quanto ‘ouvido de mercador’ que as autoridades dão as nossas

¹⁰⁶ Não consegui encontrar registro cartorial sobre o capital da gráfica. Os vestígios encontrados nos jornais indicam que José Assis trabalhou com um prelo de madeira. Nos anos 50, ele adquiriu prelo manual, mas com dispositivo elétrico para acionar a máquina. No entanto, ainda usava o componedor e o alinhamento dos tipos móveis era feito manualmente, como foi relatado pelo filho Joston Assis.

¹⁰⁷ Em artigo publicado em *O Sertão*, José Assis se referiu aos projetos que empreendeu como dono de gráfica, dirigente esportivo e participante de associações e clubes.

denúncias, as queixas que por vezes vem do povo e os transmitimos a quem de direito para solucioná-los¹⁰⁸”.

Neste fragmento textual, os vestígios associam a prática jornalística a uma postura de vigilância do poder público, mesmo que atuasse às margens, a considerar a expressão “ouvido de mercador”. Nelson Traquina (2004) considera que a imprensa moderna, que se consolidou após a Segunda Guerra Mundial, procurou difundir valores deontológicos que associam o jornalismo à vigilância dos poderes constituídos, com sua postura de “cão de guarda” da sociedade.

Ana Paula Goulart Ribeiro (2007) considera que os jornais brasileiros não conseguiram cumprir na sua integralidade esse ideal de independência e de autonomia, devido às relações patrimonialistas mantidas com o poder político e o Estado. Ana Cristina Spannenberg (2009) afirma que os princípios de uma democracia representativa não foram incorporados aos jornais baianos, que, não obstante os processos de modernização, mantinham vínculos político-partidários, atuando como tribunas políticas, pois tinham como princípio orientar e instruir.

Embora os impressos não tenham conseguido construir uma autonomia discursiva, os valores decorrentes da crença da democracia liberal influenciaram na consolidação da deontologia profissional. Esses valores não surgiram extemporaneamente, eles foram se consolidando, paulatinamente, como paradigmas da profissão ao longo do século XX. Essas práticas sociais influenciavam modos de analisar a realidade e de reportar acontecimentos, colocando os jornalistas como mediadores junto aos leitores. Essa mediação tinha a intenção de fiscalizar serviços públicos e de denunciar acontecimentos que rompessem com uma ordem estabelecida. Quais acontecimentos, portanto, foram denunciados pelo *O Sertão*?

O periódico denunciou o aspecto e as condições insalubres do ambiente urbano, principalmente o cais de Juazeiro. O fluxo intenso de mercadorias e embarcações, desde os paquetes (pequenos barcos) aos vapores que navegavam por todo o curso do rio até Pirapora, em Minas Gerais, acontecia em condições precárias. Perto do cais, localizava-se o mercado público, que comercializa gêneros alimentícios e mercadorias diversas. Para melhorar as condições sanitárias e precaver de problemas de saúde, o redator solicitava soluções para uma organização das áreas públicas da comunidade.

O pensamento de José Assis foi sendo construído por uma visão de modernidade, em que o espaço público deveria ser limpo, organizado, numa lógica de purificação. O ordenamento e a

¹⁰⁸ *O Sertão*, 31/08/1947.

disciplinarização do espaço resultariam, supostamente, em progresso e na configuração de uma cidade moderna. Tratava-se de criar expectativas sobre um futuro, um devir. Para isso, adotava posicionamento crítico em relação à administração e ordenamento do ambiente urbano. O cenário das margens do rio na parte central da cidade, na descrição de José Assis, era de uma urbe abandonada, sem o zelo da administração municipal.

“A margem do Rio – De há muito que vimos presenciando o panorama esquisito que apresenta aos olhos do visitante a margem do Rio no porto desta cidade. Presenciamos o quadro e, ficamos a imaginar qual a impressão que leva daquilo tudo o viajante, se, principalmente, chega por via fluvial. Aquelas barracas de esteiras velhas, um amontoado de cousas, carvão, lenha, capim e pobres estacionários daquela área, cobertos de andrajos a cozinhareem algo para a refeição diária, “afeiam” demasiadamente o local, e só temos a impressão que campeia ali miséria e fome¹⁰⁹”.

Seria essa a imagem que o viajante, após percorrer o curso do rio nas embarcações da Viação Baiana do São Francisco, presenciaria ao chegar ao município. A ambientação urbana era de completo descompasso com os projetos de uma cidade que tinha rico comércio, mas que já demonstrava vestígios do declínio que sofreria posteriormente, com a falta de um planejamento urbano. A presença de barracas velhas, carvão, lenha não seria apenas uma prova da falta de urbanização, mas demonstrava um aspecto decadente e com consequências futuras relacionadas às condições sanitárias e a danos à saúde da população. José Assis descreveu:

“todos aqueles resíduos, palhas e bagaço, coisas podres são atirados à margem que, estagnados, infestam a água que bebemos. Por isso seria justo que a fiscalização municipal, ou quem de direito, localizasse para outra área aquele mercado marginal, precavendo-se em favor da Saúde do povo e, dando mais um passo com o seu brilhante programa de asseio local”.

A coluna “Notas Esparsas” demonstra alguns aspectos importantes da prática jornalística. A escrita apresenta um olhar do observador que percorre a cidade e que busca verificar o que ocorre externamente à oficina gráfica. Embora ele tenha usado expressões verbais na primeira pessoa do plural, a lógica que organiza o texto introduz aspectos de referencialidade ao relato, buscando produzir “efeitos de realidade” e “objetividade”. Descreve cenário e procura retratar os problemas cotidianos (Cf figura 22).

¹⁰⁹ O SERTAO, 27/07/1947.

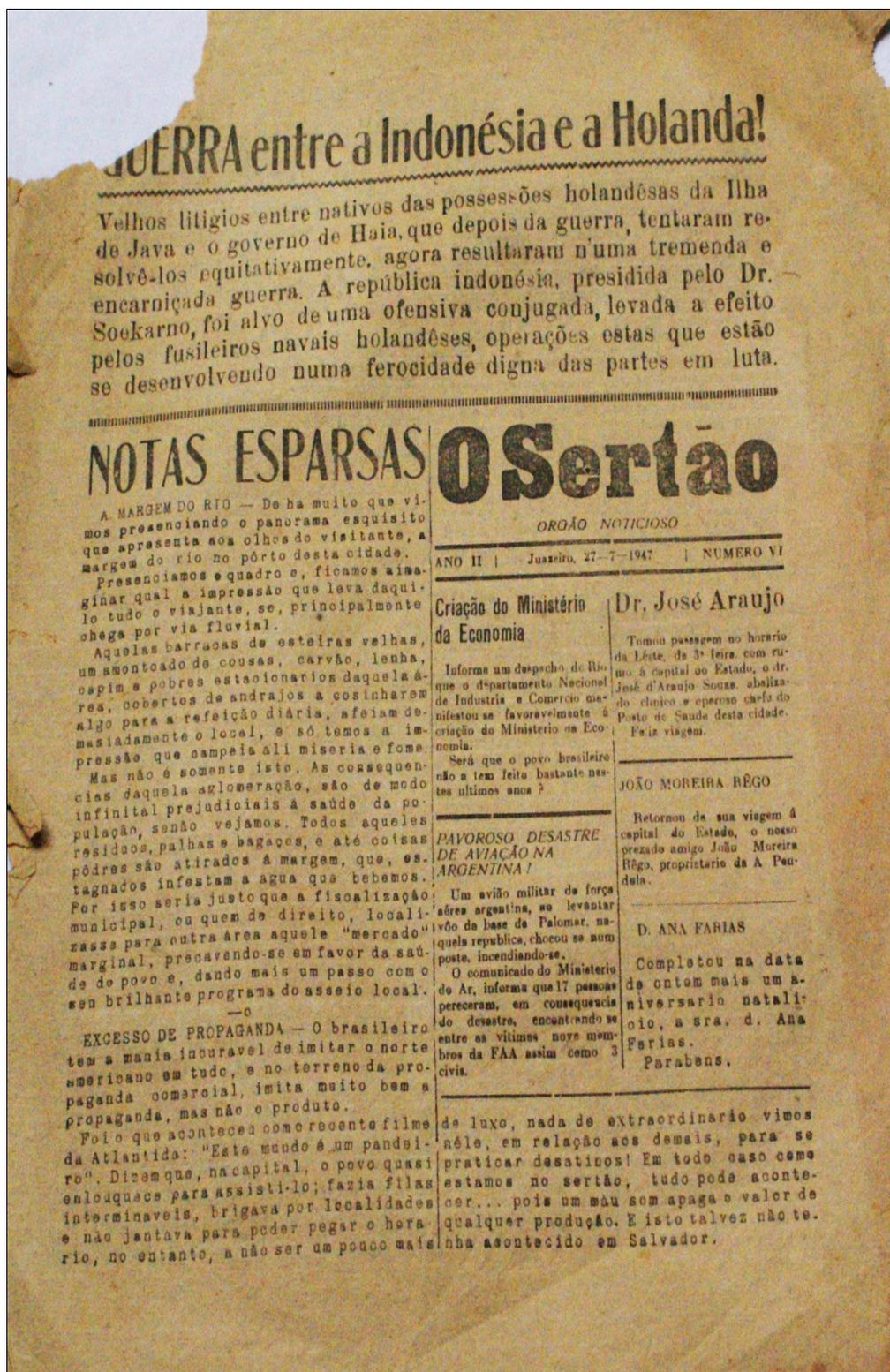


Figura 22: O Sertão, 27/07/1947. Fonte: Acervo da Fundação Museu Regional do São Francisco, Juazeiro-BA.

José Assis descreveu uma cidade que talvez ninguém desejasse ver: insalubre, com homens e mulheres com suas barracas no cais, os restos de mercadorias jogados, animais às margens do rio. Como se refere Ítalo Calvino (1990), na cidade de outrora, a dos cartões-postais, nada permanece igual na nossa lembrança, pois se cultivava a nostalgia do que nunca foi visto realmente. Na alegoria de Calvino, “em presença da Maurília provinciana não se via absolutamente nada de gracioso, e ver-se-ia menos hoje em dia, se Maurília tivesse permanecido como antes” (1990, p.30).

As marcas de personalidade do texto denunciam a visão do repórter que buscava retratar a cidade, coletava informação, observava, descrevia o ambiente urbano para o leitor. Ao passear por Juazeiro como um *flâneur*, documentou a degradação dos prédios públicos.

“Prédios públicos abandonados

Quem passa pelo prédio onde funcionam as Escolas Reunidas e o Ginásio de Juazeiro e vê o estado de abandono em que o mesmo se acha, fica logo a pensar no alheamento das administrações passadas no tocante a sua conservação

Efetivamente e infelizmente é uma verdade o que afirmamos. Lá está o seu portão principal ‘fora dos eixos’, caído para um lado como se fora uma cancela velha de curral, exigindo um conserto, pelo menos. Além disso, a parte externa faz pena de suja e deteriorada não parecendo que ali é uma casa de instrução, a qual deveria merecer maior cuidado, pois que, de qualquer forma, é ela a melhor que possuímos¹¹⁰”.

Não era apenas a escola, outros prédios públicos estavam abandonados como o quartel de Companhia do 3º Batalhão de Caçadores, o mercado, que necessitava de reparos, pintura e conforto para os que utilizavam o espaço público. O redator solicitava medidas da prefeitura e da Câmara Municipal para que houvesse um projeto de melhoramento dos imóveis públicos, considerados “patrimônios dignos de zelo para o bem de sua conservação e como partes integrantes que são da beleza urbanística da cidade”.

Critica-se a falta de um planejamento urbanístico e a precária conservação de praças e jardins públicos, que estariam abandonados. Podemos compreender a divulgação de notícias semelhantes como uma expectativa do tipógrafo de estimular práticas sociais que resultassem em melhorias no padrão de organização do espaço urbano. Da mesma forma, ele descreveu processos de mudança na cena urbana, como a colisão de um automóvel particular e um carro da prefeitura no centro da cidade, demonstrando que seria necessário organizar o trânsito municipal.

¹¹⁰ O SERTÃO, 21/12/1947.

O redator também fez críticas aos preços abusivos cobrados pelos comerciantes, que afetavam diretamente as pessoas com menor renda. Na coluna “Notas Esparsas”, ele reclamava que as lojas de tecido sobretaxavam o preço das mercadorias, comparando com as de outras cidades:

“Já estamos fartos de ouvir pelo rádio e ler nos jornais o aluvião de anúncios oferecendo sedas e mais sedas, linhos tropicais, etc, por processos acessíveis as bolsas menos recheadas e prova disso temos as pessoas que veem não só de São Paulo, Rio, como também de Recife , trazendo de lá essas pechinchas.
Porém, aqui, em Juazeiro, só se pode adquirir tecidos pela hora da morte! E no duro! Nem ao menos fazem uma redução para tapear o freguês, imperando somente a usura de cem por cento em cada metro.
Entretanto, as perceptivas de baixa são acentuadas em todo o país neste ramo e, apesar disso, teimam os negociantes em manterem a dura lei da carestia. Mas, quando a bomba esquentar será tarde para pôr freio a semelhante estado de coisas¹¹¹”.

A cidade de Juazeiro tinha um comércio bem diversificado, com lojas de produtos variados e artigos de luxo. Os preços abusivos poderiam ser uma preocupação de parte da população que ficava sujeita a comprar apenas no comércio local, apesar do elevado custo. Ressalte-se ainda que quase não havia anunciantes do comércio, os únicos que existiam eram do setor de farmácia, serralha e sapataria.

O jornal era uma pequena empresa, mantida pelo seu proprietário e principal redator. Foram raros artigos assinados por outros colaboradores¹¹². Quase sempre as notícias publicadas são derivadas da observação dos acontecimentos locais e permitem entrever a visão do tipógrafo-jornalista sobre a cidade e os vestígios das ambiguidades e contradições dos processos de modernização.

É o que verificamos na coluna de 31 de agosto de 1947. José Assis utilizou o espaço para denunciar o crescimento do que chamou de “malandragem juvenil” e pedia a atenção da polícia para coibir desmandos. Os jovens foram considerados “arruaceiros”, pois não saberiam se comportar em ambientes ditos civilizados, principalmente durante visitas de presidentes como Eurico Gaspar Dutra e outras figuras públicas. Segundo o redator, era comum os jovens interromperem as cerimônias de celebração, geralmente com assovios e outros reclames, no momento em que as bandas filarmônicas entoavam cânticos¹¹³.

¹¹¹ *O SERTÃO*, 29/06/1947.

¹¹² Encontramos apenas um artigo assinado por Walter de Castro Dourado sobre o patrimônio da cidade.

¹¹³ *O SERTÃO*, 31/08/1947.

As reclamações do redator precisam ser compreendidas na ordem da disciplinarização do espaço público. Esse pensamento reproduzia as visões de controle sobre os jovens na cidade que, sem atividade laboral ou ocupação, ficavam nas ruas. Foi nesta época que se procurou instituir uma guarda municipal, diante da necessidade de coibir violência e furtos ocasionais. Outro exemplo foram as reclamações contra o uso dos animais para transportar material de carga. Populares procuravam a gráfica para reclamar dos donos de carroças que, algumas vezes, “açoitavam os burros, bárbara e ininterruptamente, ao ponto de os fazerem gemer, causando pena semelhante atrocidade”. Ele narrou que um dia presenciou “um negro corpulento e feroz, açoitando com um cabo do chicote, querendo obrigá-lo a subir uma ladeira íngreme¹¹⁴”. E, afirma, enquanto houvesse esse “hábito bárbaro” não sobreviveria nenhum animal no futuro.

A partir de relatos como o de José Assis, verifica-se visões dessa cidade que se pretendia moderna e com hábitos civilizados. Ele descreveu uma localidade com degradação dos prédios públicos, dos jardins, dos animais utilizados como transporte de carga e dos trabalhadores populares, negros na sua maioria, que usavam animais para as atividades do cotidiano. Os trabalhadores populares foram retratados nos jornais, mas se referindo às práticas sociais que deveriam ser superadas, consideradas como entraves justamente à modernização no quadro dessa cidade desejada como moderna

Nesse sentido, os textos de José Assis nos trazem indícios de um cotidiano eivado de contradições, de uma concepção de modernidade excludente, uma cidade cujo horizonte de expectativa se pretendia moderna, urbanizada, purificada na visão do tipógrafo¹¹⁵.

7.2 Mediações e fontes jornalísticas

De forma embrionária já aparecem em *O Sertão* os vestígios de uma prática jornalística que começou a adotar alguns procedimentos técnicos, como critérios de seleção, apuração da informação e autonomia, para publicar diversos acontecimentos, inclusive um noticiário político com aparente independência. É possível que José Assis tivesse as suas preferências políticas, mas

¹¹⁴ *O SERTÃO*, 17/08/47.

¹¹⁵ Ressalte-se que as obras memorialísticas consultadas não se referem aos trabalhadores manuais nem às condições precárias de Juazeiro. Assim, os textos de *O Sertão* são importantes para uma escrita sobre a cidade e para comparar as escritas memoráveis produzidas por outros agentes políticos.

o jornal não se manifestava como periódico criado para defender interesses partidários. Não usava de proselitismo político, nem defendeu interesses de grupos locais.

Essa forma de atuação do periódico demonstrava a defesa de um modelo de imprensa que defendia paradigmas liberais. Mesmo que refletissem em alguns dos textos traços dessa modernização excludente, o tipógrafo procurava romper com uma tradição de alinhamento político local. José Assis, em conversa com o gerente do Instituto Central de Fomento Econômico da Bahia, Ernesto Almeida Costa, ressaltou a importância de uma “imprensa livre, especialmente no interior, carente de esforços e dedicação e de homens de boa vontade¹¹⁶”.

Não deve ter sido fácil romper com padrões estabelecidos pela política juazeirense. Havia a herança do coronelismo político, com chefes provenientes de famílias que se alternavam no poder a partir da “manutenção de um patriarcalismo por interesses comuns e casamentos interfamiliares desde o final do período imperial”, segundo análise de Ronald Chilcote (1990, p 68). Nas eleições de 1903, de uma lista com 911 pessoas aptas a votar, cerca de 39% pertenciam a dez famílias mais importantes e com poder aquisitivo¹¹⁷. Essa tendência também se manteve durante a Primeira República, com processos de fusão entre correntes políticas que se revezavam no poder. Além disso, era comum haver manipulação do processo eleitoral, com denúncias de fraude.

Correspondências do arquivo pessoal de Juracy Magalhães, entre os anos de 1933 e 1936, demonstram como o poder local mantinha relação de subserviência entre os intendentess municipais e os superintendentes da Viação Baiana do São Francisco. Famílias disputavam para saber quem se alinhavam com um ou outro candidato e quase sempre havia controle dos votantes. A imprensa também refletia esses jogos de interesse da política. *O Correio do São Francisco*, nos primeiros anos do século XX, esteve a serviço da família de José Inácio da Silva. Na década de 1930, Aprígio Araújo colocou o periódico *O Éco* a serviço dos amigos e correligionários, como destacava em editorial do jornal. O domínio das famílias tradicionais na cidade só começou a diminuir a partir de 1960, com a ascensão de políticos populistas, eleitos pelo Partido Trabalhista Brasileiro, conforme análise de Ronald Chilcote (1990).

No final da década de 1940, defender o processo de redemocratização e eleições para a escolha dos representantes dos municípios baianos significava propagar ideias de liberdade

¹¹⁶ *O SERTÃO*, 19/10/1947.

¹¹⁷ Entre os grupos familiares mais importantes estiveram os Silva, Souza, Oliveira, Pereira e Melo, Ferreira, Duarte e Viana, que também detinham posses econômicas e eram os maiores contribuintes de impostos (CHILCOTE, 1990).

política, principalmente após o final do Estado Novo. Esse ideal tem relação com o tipo de imprensa liberal que procurava produzir.

No artigo sobre o processo eleitoral para prefeito de Senhor do Bonfim, José Assis se referiu à escolha democrática sem se levar pelo “fanatismo”, o disse-me-disse das intrigas partidárias. Defendia a formação da coligação com as principais forças políticas para indicar os candidatos que pudessem resolver os problemas comuns. Era preciso administradores competentes para governar o município, mesmo que, para isso, fosse necessário união de grupos políticos rivais. Para defender seu ponto de vista, ele afirmava:

“Em Santo Antônio de Jesus, Itabuna e Ilhéus idêntica decisão já tomaram as duas forças políticas de maior evidência, congregando-se para elevar ao poder nomes capazes de resolver os problemas comunais.

Muita gente é de opinião que essa nova política eleitoral não tem graça, não gera o mexido tão sabor dos desocupados que matam o tempo discutindo e remexendo a vida particular dos candidatos em luta, levados pelo fanatismo, etc, etc, mas na nossa opinião é este o único meio de se obter frutos da administração em sentido essencialmente democrático, sabendo-se aliás escolher um cidadão a altura da missão que o povo lhe confiou.

É o exemplo destes municípios que os demais devem seguir, pois somente assim poderão obter a paz política – todos sem distinção de partidos, unidos pelo engrandecimento e progresso da terra a que pertencerem”¹¹⁸.

Considerando que as disputas entre as principais famílias resultavam em cisões e, algumas vezes, no não reconhecimento do grupo vencedor, a proposta do tipógrafo e jornalista de que os agrupamentos políticos se reunissem, procurassem debater temas de interesse coletivo e buscassem o consenso poderia ser alternativa para evitar interrupção de mandatos, disputas judiciais e, até mesmo, fraude nas urnas. A expectativa era a de que o eleitor pudesse escolher o candidato com competência administrativa, para promover progresso e prosperidade. O discurso jornalístico também evidencia que era desejo do tipógrafo que o leitor fizesse uma escolha racional a partir das propostas dos candidatos.

Para isso, o redator procurou fornecer informações sobre o cenário político local, sem apelar para o proselitismo partidário. Como nos referíamos anteriormente, muitos dos colaboradores e redatores de jornais baianos tinham origem no campo literário ou buscavam no jornalismo se promover e adquirir algum tipo de visibilidade pública. José Assis não tinha uma

¹¹⁸ *O SERTÃO*, 31/08/1947.

escrita literária. O texto jornalístico quase sempre apresentava problemas de ortografia e vícios de linguagem. Às vezes, títulos com regras de ortografia equivocadas, erros de concordância.

Mas isso é reflexo do autodidatismo com o qual aprendeu a ter domínio da leitura e da escrita, que estava presente no texto jornalístico. Interessa-nos perceber as influências de outros meios de comunicação com os quais teve acesso e das técnicas que foi assimilando ao longo da sua trajetória. Muitas vezes, ele se colocava como mediador entre os acontecimentos reportados externamente em outros meios e o leitor.

Assim, ele comentava notícias que eram transmitidas pela agência, pelos jornais a que tinha acesso e pelo rádio. Do noticiário internacional, fazia comentários sobre o cenário geopolítico pós-Segunda Guerra, apoiando sempre as determinações de países como Estados Unidos e Inglaterra. Já em relação ao noticiário político regional, distribuído pelas emissoras de rádio, procurava apurar informação e contestar o que chamava de “balão de ensaio” e boatos.

O sistema radiofônico se tornou fonte regular de informação sobre acontecimentos regionais. Se no período entre os anos 1940 a 1960 a circulação de periódicos na Bahia se manteve estável, o rádio conquistou público e audiência, atraídos pela linguagem acessível e simples dos radialistas e variedade de programação, da informação à diversão com os programas musicais.

Como assinalou Ana Cristina Spannenberg, na década de 1950 a imprensa baiana ainda era “um veículo da elite, que se desdobrava em discursos de uma cultura bacharelesca”. Em 1947, havia apenas duas estações de radiodifusão, instaladas na capital, a pioneira *Rádio Sociedade*, dos *Diários Associados*, e a Rádio Cultura. Já em 1950, eram sete emissoras e o setor empregava 260 pessoas, segundo dados do Anuário Estatístico Brasileiro, de 1952. Como a Bahia ainda tinha um percentual grande de população morando no interior, o rádio facilitava o acesso à informação.

José Assis foi ouvinte do rádio atento às notícias e comentários. Contudo, em várias edições de *O Sertão*, o redator contestou informações veiculadas pelo meio radiofônico. Um dos exemplos foi acerca da veracidade de um comentário do locutor Gabriel Castilho, da *Rádio Sociedade*, a respeito da campanha política municipal.

O comentarista divulgou que o Coronel Aprígio Duarte Filho e o Dr. Edson Ribeiro seriam apresentados como candidatos às próximas eleições municipais, respectivamente pelo PSD e pela UDN, acrescentando que a política local estava em efervescência. Segundo José Assis, tratava-se de um “balão de ensaio” pelo conteúdo inverídico, e afirmava: “foi um anúncio bem precipitado

este, como a fonte de informação, pois tais setores continuam calmos até agora no pleito municipal e...nada de efervescência há por aqui, até agora! A coisa ao que parece anda pelo domínio das sondagens, das opiniões, das consultas e...dos interesses políticos”.

Para comprovar que se tratava de um “balão de ensaio”, o redator afirmava que apurou a informação com integrantes de ambos os partidos e não se confirmava a veracidade. Nessa nota se torna evidente que o tipógrafo conseguiu verificar a importância de conferir as fontes de informação, como um procedimento para garantir a confiabilidade do relato jornalístico. Ele estava assimilando processos em curso na imprensa nacional, principalmente a adoção de um modelo informativo.

O redator chegou a ironizar com os boatos divulgados por Castilho que circulavam sobre a candidatura da UDN. Para contestar essa rede de rumores, ele afirmava que chegou a obter informação com o partidário da UDN, que negou articulação para definir o candidato.

“Boatos! Boatos!

Quinta-feira à tarde estourou uma bomba cheia de boatos. A UDN teria se reunido para lançar a candidatura de conhecido chefe político ao posto de prefeito nas próximas eleições municipais.

A nossa reportagem pôs-se em campo, encontrando-se a noite com um influente prócer udenista local, que o abordou sobre o assunto.

S.S interpelado, confirmou apenas ter havido a reunião, porém nada relativo aos boatos foi tratado. Apenas providencias de ordem interna foram tomadas, embora de caráter político, mesmo porque um partido verdadeiramente democrata como é a UDN não tomará uma providencia desta natureza em sessão secreta!

Terminando, disse S.S., “está muito cedo ainda para estas coisas¹¹⁹”.

Essa nota evidencia alguns vestígios e mudanças no processo de apuração e redação do texto. Para contestar a versão de acordos políticos divulgada pela *Rádio Sociedade*, o redator buscou apurar localmente a informação a partir do que chamou de “reportagem”. Ele entrevistou em *off* um partidário udenista, que não confirmou integralmente a versão de Castilho. O texto traz uma declaração entre aspas, o que significa um ritual de objetividade para comprovar que ouvira o interlocutor Mas o tom do discurso ainda é próximo de um comentário.

O texto demonstra formas embrionárias do fazer jornalístico de José Assis nesse processo de transição para um modelo de jornalismo informativo. Mesmo de forma primária, se

¹¹⁹ *O SERTÃO*, 17.08.1947.

compararmos com o desenvolvimento da técnica jornalística nos anos posteriores, o texto jornalístico apresentava versão mais próxima do factual, e não uma informação inverídica.

Essa interpretação a partir dos vestígios encontrados no jornais não pretende mitificar o modelo norte-americano de jornalismo informativo como um ideal para a imprensa, mas busca demonstrar que José Assis foi assimilando, gradualmente, técnicas e linguagens que estavam em desenvolvimento na imprensa brasileira, praticadas por empresas jornalísticas que adotavam instrumentos e métodos de profissionalização do campo.

A redação dos textos jornalísticos apresentam alguns problemas, inclusive de organização textual e domínio da língua portuguesa. Mas isso também ocorria com outros profissionais da imprensa nacional. Alguns jornalistas tinham domínio da escrita, sabiam escrever muito bem, outros tinham uma redação sofrível, como apontam relatos memorialísticos de antigos profissionais da imprensa. A adoção da técnica do *lead* norte-americana, com a consequente hierarquização das informações ajudou a uniformizar o texto. A profissionalização do campo jornalístico e a inserção de profissionais graduados na área também influenciaram para melhorar a qualidade da imprensa (RIBEIRO, 1997). Gradativamente, José Assis se apropriou dessas técnicas, como veremos na experiência de colunista de *A Tribuna do Povo*, na década de 1960.

Consideramos que a experiência de editar *O Sertão* foi um momento de travessia na sua trajetória ao apostar em um periódico noticioso, rompendo com práticas anteriormente experimentadas, como a imprensa satírica. É importante também demarcar a disposição de investir em um modelo com relativo grau de autonomia política, já que o periódico não se alinhou, explicitamente, com correntes partidárias.

A experiência com *O Sertão* pode ter representado um anseio por uma imprensa independente, talvez motivado pela crença de que o processo de redemocratização pós-Estado Novo fosse romper com práticas autoritárias de controle político. A respeito das eleições municipais de 1947, torna-se relevante ler um trecho de uma coluna publicada por José Assis:

Governadores e legisladores estaduais

As eleições que se estão (...) hoje em todo o Estado são pois os últimos frutos a serem colhidos da grande árvore que cresceu e floresceu com as características da nova vida para o Brasil, representando o símbolo augusto da democracia e do Direito.

Juazeiro, neste momento, sente-se exultante pelo auspicioso evento histórico de transição como a perceber que o Estado autoritário absoluto, ditatorial, vai cedendo terreno aos poucos ao estado maravilhoso da liberdade democrática garantido pela Carta magna da Nação.

O novo cenário político com o retorno à normalidade democrática, inclusive com o funcionamento da Câmara Municipal, após um período de interdição, trouxe também mudanças para a imprensa local. Os vereadores perceberam a importância da imprensa na defesa dos seus interesses e aprovaram subsídios públicos para jornais e o sistema de alto-falante que operava em Juazeiro, conforme revelam as Atas da Câmara Municipal, dos anos de 1950 a 1970.

Embora não existam dados do número de alto-falantes que se espalharam pelas cidades do interior do país e participavam do circuito comunicativo de difusão de música, informação e publicidade, vestígios encontrados em documentação memorialística demonstram o seu crescimento. Em Juazeiro, tornou-se famoso o caixeiro-viajante Emícles Paes Barreto, que instalou o sistema de amplificadora *Alto-falante Cultural de Juazeiro*. Sistema simples, composto por quatro caixas de som instaladas em postes estratégicos no centro da cidade, a amplificadora difundia os sucessos musicais da indústria cultural brasileira. Canções e sucesso de Orlando Silva, Dalva de Oliveira se tornaram conhecidos e influenciaram músicos locais. O juazeirense João Gilberto e os colegas de sua banda se apresentaram para a população em um dos shows musicais transmitidos pela amplificadora. Ruy Castro (1990) relata que foi, por meio do sistema de alto-falante, instalado na Rua Apolo, que João Gilberto teve acesso aos ritmos e sonoridades de cantores como Dick Farney.

Os alto-falantes trouxeram mudanças significativas para Juazeiro e inseriram novos atores sociais no circuito da comunidade jornalística. De fácil implantação, o sistema só precisava de dispositivos internos de difusão e a instalação de caixas de som ao longo da rua onde estava localizado. Embora tivesse alcance restrito, o que potencializava sua difusão eram as caixas de som espalhadas pelas principais ruas da cidade.

Pela facilidade da transmissão, o alto-falante se tornou um veículo importante de propaganda para o comércio e para os interesses dos representantes políticos, vereadores e prefeitos. De 1948 a 1955, a Câmara Municipal autorizou a concessão de subsídios aos alto-falantes, como documentam as atas legislativas.

Na sessão de 16 de fevereiro de 1948, o vereador Américo Tanuri apresentou aos colegas a proposta de convidar radialistas e jornalistas da imprensa local para assistir, cotidianamente, aos trabalhos da Câmara. Dois dias depois, o redator de *O Sertão*, José Assis, enviou um ofício aos vereadores, informando que não poderia comparecer às sessões, pois não havia apoio do poder

público para esse tipo de divulgação. O ofício escancarava o possível jogo de trocas entre a imprensa local e os vereadores, demonstrando que era preciso ter regras claras para a concessão, ou a percepção de que não acreditava que a divulgação seria jornalisticamente isenta. O fato é que os vereadores não fizeram nenhum comentário sobre o comunicado do tipógrafo.

Mas, na sessão do dia 20, foi apresentada a proposta de subsídio para o alto-falante *Cultural* e *O Juazeiro*, com valores de 12 mil cruzeiros e seis mil cruzeiros respectivamente. Nada é decidido sobre o assunto. Na sessão seguinte, o vereador Durval Barbosa apresenta uma proposta de apoio financeiro de 3.000 cruzeiros para a gráfica Assis. Os vereadores decidiram encaminhar a solicitação para a Comissão de Finanças.

Como as atas são sínteses, não ficou registrado o motivo do envio para aprovação da Comissão de Finanças. A documentação evidencia que, além do valor menor do auxílio financeiro, os vereadores colocaram impedimentos à subvenção. Provavelmente, a petulância, ou a atitude sincera do tipógrafo de explicitar os possíveis interesses em jogo, influenciou para a recusa da apreciação e aprovação imediata. O valor já demonstra certa desvalorização do jornal, sendo que ele era o único semanário a circular. O certo é que o subsídio nunca foi concedido. O jornal deixou de circular entre 1948 e 1949.

Mas os interesses em oferecer subvenções permaneceram. Na sessão de 4 de março, foram apresentadas novas propostas: seis mil cruzeiros para *Rádio Cultural*; e seis mil cruzeiros para *O Juazeiro*. A antiga proposta de auxílio de 12 mil cruzeiros ao alto-falante *Cultural* desapareceu. Os vereadores fizeram um acordo de cavalheiros e dividiram o bolo da verba municipal para os dois veículos. Com que intenção e quais laços mantinham com os meios não sabemos determinar, pois não foi encontrado o acervo do jornal com as edições do ano de 1948.

A cada início de semestre parlamentar, foram recorrentes os subsídios dados aos sistemas de alto-falante *Cultural*, *Paraíso* e *Vila de Itamotinga*. A partir da década de 1950, surgiram também o *Comercial*, *Guarani* e *Marabá*, dirigida pelo radialista Gil Brás¹²⁰ e implantado pelo deputado federal Aziz Maron. Gil Brás se tornou um importante produtor cultural e trouxe cantores famosos para realizar shows na região, como Ângela Maria e outros músicos de sucesso.

Nos anos de 1951 e 1955, a política de subsídio beneficiou a primeira estação radiofônica, a *Rádio Juazeiro* - RYN-1. Mesmo sem registro legal, a Câmara aprovou um auxílio de 15 mil

¹²⁰ Gil Brás já atuava em Alagoinhas e se mudou para Juazeiro para ser gerente do alto-falante. Atualmente, a família ainda mantém o sistema, com serviços de propaganda e carro de som.

cruzeiros para desapropriação de um terreno localizado no bairro da Piranga, onde foi instalada uma antena.

Para conhecer a política dos subsídios concedidos, consultamos as Atas da Câmara Municipal no período de 1948 a 1970, sendo que o período de oferta ocorreu entre os anos de 1948 a 1955. Não temos como saber quem foram os proprietários dos meios de comunicação no referido período por causa da escassez de documentação. Conferir quadro 3:

Quadro 3: Subsídios concedidos pela Câmara Municipal de Juazeiro-BA.

Meio de Comunicação	Ano	Valor (CR\$)	Status Projeto de Lei
<i>Radio Cultural</i>	1948	6 mil	Aprovado
<i>Alto falante Cultural</i>	1951	12 mil	Aprovado
<i>Alto falante Cultural</i>	1952	10 mil	Aprovado
<i>Alto-falante Cultural</i>	1955	30 mil	Aprovado
<i>O Sertão</i>	1948	3 mil	Encaminhado à Comissão de Finança.
<i>O Juazeiro</i>	1948	6 mil	Aprovado
<i>O Juazeiro</i>	1949	4 mil	Aprovado
<i>O Juazeiro</i>	1951	10 mil	Aprovado
<i>O Juazeiro</i>	1952	10 mil	Aprovado ¹²¹
<i>Radio Juazeiro</i>	1951	15 mil	Aprovado
<i>Rádio Juazeiro</i>	1952	10 mil	Aprovado
<i>Radio Juazeiro</i>	1955	30 mil	Aprovado
<i>Voz do São Francisco</i>	1952	10 mil	Aprovado
<i>Alto-falante Paraíso</i>	1955	10 mil	Aprovado
<i>Alto-falante Vila de Itamotinga</i>	1955	10 mil	Aprovado
<i>Serviço de Rádio da Polícia Militar</i>	1955	10 mil	Aprovado
<i>O Democrata</i> ¹²²	1959	Sem valor	Não foi concedido

Fonte: Arquivo de Atas da Câmara Municipal – Juazeiro-BA.

¹²¹ O projeto recebeu o veto do prefeito Edson Ribeiro. Mas os vereadores votaram novamente e aprovaram o subsídio para o jornal *O Juazeiro* e para *A Voz do São Francisco*.

¹²² O jornal era de propriedade de Alberto Mariano. O vereador Jorge Gomes solicitou o auxílio, mas foi negado pelos vereadores. Não há descriminação do valor.

A intenção foi demonstrar, com a tabela da página anterior, o progressivo crescimento dos subsídios aos veículos e a interferência do poder público para a manutenção de jornais, como *O Juazeiro* e *A Voz do São Francisco*, que pertencia ao deputado federal Aziz Maron, pelo PTB, na década de 1950. Como discutiremos em capítulo posterior, a interferência do campo político foi um aspecto central para a manutenção e/ou extinção de alguns jornais.

Paralelo ao crescimento do sistema de alto-falante, ocorreu a extinção do jornal *O Sertão*, em 1948. Não é muito difícil entender os motivos que levaram José Assis a interromper o semanário. O jornal como empreendimento individual não tinha mais espaço no quadro da imprensa moderna, pois ela precisava sobreviver com recursos financeiros advindos da venda, e não com recursos subsidiados. Produção pequena, poucos assinantes e a elevação do preço do papel dificultava a manutenção do jornal. José Assis informava aos leitores que o semanário poderia sofrer interrupções, devido aos preços elevados da matéria-prima para composição e o papel. O jornal sobrevivia financeiramente dos investimentos da pequena gráfica e não encontramos dados que a gráfica tenha recebido subsídios.

Além dessas questões estruturais da pequena imprensa, possivelmente José Assis migrou para participar dos novos circuitos comunicativos que se instalaram na cidade. Foi cronista e comentarista de esporte na *Rádio Juazeiro*. Considerado um bom comentarista, os colegas o consultavam para compartilhar conhecimentos. Na coluna *Tribuna Esportiva*¹²³, A. Vianna se referiu a José Assis como experiente jornalista e a quem recorria para compartilhar conhecimentos na área esportiva.

A experiência breve de *O Sertão* pode ter significado um momento de tentativa de adotar procedimentos e modelos de um jornalismo informativo. Embora o proprietário do jornal demonstrasse desejo pela autonomia financeira e política, o impresso foi assediado com uma proposta de subsídio. Não sabemos se a trajetória do jornal teria sido diferente, caso houvesse o auxílio financeiro municipal. Os vestígios nos comprovam o posicionamento independente de José Assis neste final da década de 1940. Produziu um jornal para retratar queixas e reclames da população. Contudo, outros agentes políticos desejavam ter controle sobre o que se produzia jornalisticamente, seja nos impressos ou no sistema sonoro. São campos em disputa que perceberemos com mais nitidez no próximo capítulo. A saber.

¹²³ A *TRIBUNA DO POVO*, 20/08/1961.

8: A Tribuna do Povo: entre a política e o projeto de um “jornal moderno”

Anos 1950. As empresas jornalísticas desenvolveram mecanismos de racionalização dos processos produtivos, promoveram inovações gráficas, aumentaram a tiragem e se expandiram em busca de leitores e novos mercados. É um período em que o próprio campo do jornalismo buscou consolidar a sua autorreferencialidade com autonomia discursiva. Em Juazeiro, houve maior concentração de periódicos como propriedade de agentes políticos. Contudo, isso não pode ser considerado como uma contradição no processo de modernização da imprensa brasileira iniciado na década de 1950.

Ao analisar os jornais cariocas tidos como protagonistas dessa nova fase da imprensa brasileira, Ana Paula Goulart Ribeiro (2007) demonstra que a modernização das empresas jornalísticas no aspecto gráfico, composição, padronização da linguagem e estruturação administrativa-financeira não se dissociou da interferência do campo político. Os jornais davam apoio a determinados partidos que estivessem no poder ou realizavam campanhas a depender do contexto, se oposição ou situação. Créditos públicos auxiliaram as empresas a modernizarem o parque gráfico, com empréstimos a juros subsidiados para compra de equipamentos e rotativas. Incentivos públicos, subvenções e a publicidade oficial ajudavam a aumentar o patrimônio líquido das empresas (RIBEIRO, 2007, p.40-41).

Embora procurassem se constituir como empresas jornalísticas que adotavam práticas e processo de racionalização, contraditoriamente se estruturaram a partir da manutenção de relações arcaicas, patrimonialistas, compadrio e interesses imediatos. Lógica completamente distinta da dinâmica da indústria cultural dos países desenvolvidos, na qual a publicidade foi responsável pela expansão da imprensa de massa, com jornais com grande tiragem a preço acessível, como ocorreu nos Estados Unidos (RIBEIRO, 2007).

Os jornais dos anos 1950 não foram um instrumento de ação política tal como os pasquins do século XIX, pois as dinâmicas sociais e a concepção de imprensa é completamente distinta. Porém, é impossível ignorar as intrínsecas relações entre poder e a imprensa. A autonomia em relação à interferência política depende das dinâmicas internas da empresa. Jornais como *Última Hora*, *Tribuna da Imprensa*, *Jornal do Brasil* desempenhavam padrões de organização interna e de autonomia administrativa-financeira diferentes de uma imprensa periférica e distante dos

centros de poder. Mas esses processos de interdependência do político foram apropriados pelos proprietários de pequenas empresas jornalísticas no interior do país.

Ressalvando as particularidades inerentes às dinâmicas internas e o contexto social no qual estavam inseridas, a imprensa do interior buscava seguir padrões de modernização, mesmo que esse processo fosse marcado por contradições e ambiguidades da própria constituição do campo jornalístico, as quais trataremos neste capítulo. Os jornais se inseriram em uma dinâmica que ultrapassava as fronteiras da imprensa local, pois o acesso às tecnologias, a difusão de uma cultura de massa e a centralidade dos meios de comunicação na vida pública impediam que os periódicos estivessem isolados. As disputas nacionais se faziam presente na esfera local com uma intensidade bem maior do que na primeira metade do século. Possuir um jornal ainda era uma boa estratégia para consolidar interesses políticos.

Foi o que fez o deputado federal Aziz Maron, que, apesar de ter vida política em Ilhéus, construiu bases na cidade de Juazeiro. Em 1952, ele lançou *A Voz do São Francisco*, sob a direção de Onias Oliveira. O deputado importou todo o material da oficina gráfica. A rotativa Marinoni foi considerada um símbolo de modernização técnica, já que era um bom equipamento, com boa qualidade comparada com o prelo manual das gráficas locais, como a de José Assis.

O presidente Getúlio Vargas inaugurou a gráfica no dia 21 de junho de 1952. Jornais, como a *Folha da Manhã*, relataram a viagem do presidente ao sertão da Bahia e a inauguração do novo jornal. *A Voz do São Francisco* fazia parte da rede de comunicação criada pelo deputado federal Aziz Maron na Bahia, que incluía sistema de alto-falante, rádio e *A Voz de Itabuna*, na cidade homônima, para apoiar o grupo político do PTB e Getúlio Vargas.

Apesar dos recursos financeiros disponíveis e dos subsídios municipais, o semanário juazeirense interrompeu a circulação em 1958, com a justificativa de que o diretor de redação, Onias Oliveira, se mudara para Feira de Santana, cidade próxima a Salvador. No formato standard, com quatro páginas, o jornal trazia noticiário político, informes oficiais do judiciário e notícias do cotidiano e entretenimento.

A política nacional e regional foi um tema central no veículo que pretendia divulgar notícias da região da bacia do São Francisco e atuação do PTB no estado. Apresentava uma boa qualidade técnica, com manchetes em destaque e supressão dos fios entre as colunas, como demonstra a edição de 3 de Agosto de 1958.



VOZ DO SÃO FRANCISCO

ANO V | Fundador e Proprietario — AZEZ MARON | Cidade de Juazeiro — Estado da Bahia, 3 de Agosto de 1958 | Número 102

Sucessão Baiana:

José Pedreira de Freitas 203 votos
Tarcilo Vieira de Melo 102 votos
 Votos em branco 2
 Votos nulos 2

Este foi o resultado da convenção do PSD, proclamado às 20,5 horas do dia 30

Com a expressiva vitória do Eng.º José Farani Pedreira de Freitas, e, mais ainda, o apoio recebido dos Partidos Trabalhista Brasileiro e Republicano—duas forças políticas que unidas decidem um pleito—mostrou a concepção do Partido Social Democrático, agremiação majoritária, o caminho de tanto ouvir promessas altas ao vento, nas jornadas rivas de sucessão vultuosa, agora, decididamente, suas esperanças em busca de serena nave para uma Bahia melhor.

Recordando a fábula da cigarra e a formiga, sentiam convencionais e com eles a maioria dos baianos que a voz massiva e decisa de muitos de seus filhos tem preparada

o seu progresso.

E, por isso, voltaram-se para a mudança desta sociedade um jovem, inteligente técnico e conhecedor dos nossos problemas sem a fantasia das mistificações políticas.

Não se pode esquecer que a palavra cantada empolgou, talvez, mais, a técnica a suplantar eficientemente e com resultados práticos. Enquanto o demagogo vibra nas prelas públicas, repetindo os mesmos gongos ou homies técnicos e práticos debruça-se sobre os livros para solução de problemas reais.

Novas esperanças, portanto, apressam em torno de um nome que, além da tradição de família, tem o caráter tempo-

ROTARY LOCAL: VISITA DO GOVERNADOR BARACHISIO LISBOA

Estive na cidade, em dias da semana passada, em dia de Barachisio C. Lisboa, ilustre advogado em Salvador e rotariano distinto.

S. S. é o atual governador do 45.º Distrito do Rotary Internacional, cargo ao qual foi levado pela unanimidade de seus companheiros dos Estados de Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Teve lugar a apresentação de seu nome ao encontro-se a Coligação Distrital de Março de 1958, em Salvador, em qual o Rotary Club—Juazeiro—Pernambuco esteve representado pelo rotariano Dr. Romualdo Leal Vieira.

Perito na arte de dizer, ele, o Dr. Barachisio, o fez acompanhando os conselhos que levaram a sua companheireria de ideal à vida (como é o feito em vaga e vida do alto) que tanto colimam. Assim, o brilhante e gentil seminar do Rotary local, na sexta-feira, 23 transito, transmitiu aos

seus pares recomendações necessárias e respondeu com clareza e profundidade as consultas que lhe foram feitas, nos reuniões ordinárias e no sessão de encerramento.

Atenderam ao convite feito para o jantar vários autoridades, imperiais e penhas representativas desta e da cidade de Petrolina, assim como representantes e membros espaciais rotarianos, composição da "Casa da Amizade", tendo sido o governador saudado pelo rotariano Sr. Aristóbolo de Aguiar e o diretor convidado pelo Sr. José Coelho, também rotariano.

Tudo realizou-se em mais uma reunião rotariano das que tem realizado o Rotary Club—Juazeiro—Pernambuco, a cujo e o vit—Agradecida saqueia neste feita.

O serviço a cargo de gratia patriótica, esteve à altura da atenção do agasço e a cordialidade reuiu sua constrangimento, antes natural e equânime, mesmo porque o Governador Barachisio é homem de simpática convívio e palavra agradável.

Durante o jantar foi, à mesa alicha, vivo de expressões homagnas, o Dr. Jaime Coelho, ao receber das mãos do Dr. Carlos Oliveira, uma signifi-

(Continua no 4º página)

O Dia Entre Parênteses

O Dia do Professor

A 21 de julho os professores primários da Bahia, jubileus comemoraram o seu dia.

Como acontece todas os anos, em maior ou menor realce, os professores deste município, congregados através da Associação da S.U.P.P., foram de classe e da Delegacia Escolar, comemoraram religiosamente o DIA DO PROFESSOR.

Diversas comissões constituídas das comprinas religiosamente as suas atribuições.

Opiano de comemorações elaborado em sessão, consistiu do seguinte:

— Missa festiva a N. S. Santana, patrona da classe, oficiada pelo Rev.º Dom. Padre José Gilmore Luna, que falou ao Evangelho.

— Concerto musical com vários números interessantes.

— Homenagens foram prestadas ao professor primário e à Prof.ª Lídia Costa Siqueira.

— Falaram diversos oradores sendo a sessão encerrada ao som do Hino Nacional.

Na Sec. 4.ª de Juazeiro houve lugar animada festa dançante oferecida pelo professorado primário à sociedade local.

"CONSELHO DE SAÚDE DE JUAZEIRO"

Fundado e instalado nesta cidade sob os auspícios de honra realmente interessados pelo progresso da cidade, o Conselho de Saúde tem, entre outros objetivos, a melhoria da higiene das habitações.

Desde a sua instalação ocorrida em 30 de Maio de ano em curso, o Conselho já se reuniu cinco vezes ficando estabelecido que continuaria a se reunir, periodicamente, de quinze em quinze dias.

Entre as suas atividades já desenvolvidas até esta data podem citar as seguintes:

- 1 - Projeto de construção de um trecho de esgoto de extensão de 200 a 300 metros para a Rua Leão da Silva, para o que já promoveu o realce com os moradores daquela rua e conseguiu organizar uma Comissão encarregada.
- 2 - Estudo das precárias condições sanitárias da cidade no tocante ao problema geral de esgoto e coleta regular do lixo.
- 3 - Encaminhamento de Memorial—após ao Inqro Superintendente da Comissão do Vale do São Francisco pedindo projeto geral de esgoto para Juazeiro e Secretaria

"Enterrado" O Dep. Falcão

Revistas públicas no Ceará

FORTALEZA, 25 (A Tarde)

— Grande número de funcionários públicos ensaiou há dias sentido simbólico do defuncto Armando Falcão, denunciando em a situação da qual representante e de seus colegas da bancada estadual na votação pela aprovação de regime de urgência do projeto de reclassificação de cargos dos servidores da União. Em todo o Estado continua aumentando o número de descontentados com os deputados e senadores que se desinteressaram pelo assunto, sendo evidentes novas manifestações.

NÃO PODE VOTAR

A mulher, embora casada, tendo menos de 18 anos de idade, não pode alistarse eleitoral, segundo decisão do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal a uma consulta feita pelo Partido Trabalhista Nacional.

Sera que em nos a zona não existem vários casos óbvios?

Figura 23: A Voz do São Francisco, Julho/1931; Fonte: Acervo da Associação Baiana de Imprensa, Salvador-BA

José Assis não ficou imune aos novos tempos de atuação política da imprensa. Em 1957, foi lançado o quinzenário *A Tribuna do Povo*, de propriedade do radialista e vereador Jorge Gomes¹²⁴, e produzido na gráfica Assis, que assinava como diretor técnico do jornal. Na primeira fase de 1957 até 1959, o quinzenário publicava quatro a seis páginas e tinha publicidade do comércio. Havia um bom aproveitamento dos recursos gráficos, a composição era feita em um prelo móvel com dispositivo elétrico e já explorava algumas imagens fotográficas, embora não aparecessem em todas as edições. O texto jornalístico é composto por notas na primeira capa e publicação de notícias mais extensas nas páginas internas, como as de esporte.

Às vezes, uma coluna inteira discutia um único tema, porém buscando usar racionalmente o espaço, evitando que o texto fosse extenso e exigisse ser complementado em outra página. Buscava-se ter uma harmonia na organização dos textos e as colunas estavam separadas por fios. Até a oitava edição, explorou vários formatos do logotipo até definir um padrão para ser usado na primeira capa em todas as edições (cf. figura 24). A partir de 1961, na segunda fase, Jorge Gomes adquiriu equipamentos novos, linotipo, e a gráfica Gutemberg. O quinzenário adotou o formato standard, com título em destaque, notas e notícias na capa, clichês fotográficos e colaboradores que assinavam como colunistas, como veremos.

A primeira fase de *A Tribuna do Povo* atendeu, explicitamente, aos interesses do proprietário, Jorge Gomes. Pequena empresa, atuou como uma tribuna para denunciar a incompetência da gestão municipal. Até a sexta edição, trouxe a epígrafe “é pequeno no formato, mas informa e combate de fato” (cf. figura 25), demonstrando ao leitor a linha editorial que assumiu quando iniciou a publicação em 1957.

¹²⁴ Jorge Gomes foi vereador pela primeira vez em 1951, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) como suplente, mas assumiu a vaga no mesmo ano. Posteriormente, se filiou ao Partido Democrático Cristão (PDC) e participou do processo eleitoral na chapa do Partido Libertador (PL). Em 10 de novembro de 1957, o vereador renunciou à suplência e se desvinculou da chapa majoritária do PL. Conforme leitura das Atas da Câmara Municipal de Juazeiro, era comum o suplente ser convocado para assumir o mandato, sendo convocado para substituir os titulares.

JUAZEIRO, 11 de agosto de 1957.

A TRIBUNA DO POVO

Redator-Chefe — JORGE GOMES — Diretor Técnico: J. ASSIS

ANO 1
N.º 11
— em —
É pequeno
no formato
mas infor-
ma e com-
bate de fato.

Essa E' Nova!

Noticias que nos chegam da capital do Estado, informam que quatro médicos recém-nomeados para o I. A. P. C., a fim de servirem no interior, no ato da posse foram interpelados pelo delegado daquela autarquia, no sentido de jurarem fidelidade ao Deputado Alain Melo, Presidente do P.T.B. na Bahia, sem o qual não seriam empossados. Diz o nosso informante, que os médicos surpreendidos com essa nova formula se entreolharam e um deles disse: «Jurar fidelidade ao Alain por quatro mil cruzeiros, o Sr. não acha que é muito pouco?» Sem comentários...

Explicações do chefe do 4.º Distrito à «Tribuna do Povo»

Nosso Diretor foi procurado pelo Dr. Alôôr Siqueira, chefe do 4.º Distrito da Comissão do Vale do São Francisco, para nos esclarecer com referencia a uma nota publicada neste jornal no dia 28 de Julho sobre a indenização das raidecias entregadas pelas chuvas em Petrolina. Fez ver S. S. que em Juazeiro ainda não foi resolvido esse assunto devido a falta de cooperação quanto da aquisição do terreno destinado a construção da Vila, uma vez que só agora é que foi dado o terreno pela srta Mariêta Siqueira, enquanto isso em Petrolina o Sr. Bispo conseguiu ha muito o terreno, assim como a cooperação decidida do Sr. prefeito daquela cidade; em Juazeiro porem tudo está a cargo da Comissão do Vale, sem que nenhuma autoridade local tenha interesse no caso. Estes foram portanto os esclarecimentos prestados à «Tribuna do Povo.»

ULTIMA HORA

Esteve em nossa redação a fim de nos comunicar a chegada da bicicleta «Mornarck», o Sr. Sabino Araújo Presidente da LDJ. Por outro lado nos adiantou que a corrida será no p. dia 7 de setembro.

Situando Responsabilidades

O governo de um município se exerce através de dois poderes: o Executivo e o Legislativo. Ambos têm deveres na direção dos negócios públicos, pois que receberam mandato do povo para o exercício do poder. Se um deles entra em colapso, ao outro caberá tarefa urgente de suprir a falta e corrigir aquilo que se fez prejudicial ao interesse da coletividade.

Infelizmente, tal não sucede em Juazeiro; enquanto fracassa o Executivo, o outro poder em lugar de providenciar a extinção de tal, posta-se em uma atitude de quasi indiferença, não se portando à altura dos seus deveres e de suas responsabilidades.

Varias vezes a Câmara teve em suas mãos a sorte do atual Prefeito e não quiz desferir o golpe que seria o da salvação da nossa terra.

Porque? Por interesse de ordem politica? Por outro motivo que no momento não podemos saber qual seja? De qualquer sorte, perdura a situação de descalabro nos negócios municipais, cabendo a responsabilidade direta, por ação, ao Prefeito, e indireta à Câmara, por omissão.

Recapitulando recordamos a invasão das salas das sessões da Câmara, estando esta em pleno funcionamento, por parte do Prefeito. A frente de um grupo de indivíduos armados, não havendo uma chacinha, por inflagr; o centro-bolto dell berado as decedões legislativas, o não equipimento da Lei utizana, por dois

Peço a palavra...

Não adianta Sr. Prefeito Poder nos caluniar, pode nos xingar, pode nos ameaçar, porque diz o velho ditado «Só se tira pedras em arvore que dá bons frutos» O que nós desejamos é que o Sr. cumpra com seu dever que os dinheiros públicos sejam honestamente aplicados; que a cidade esteja asseada; que não falte luz electrica; que os funcionarios sejam pagos em dia, que a frente do Executivo esteja um homem de bem; e então teremos de silenciar, porque vimos vitoriosos a nossa luta. Porem enquanto perdurar tal estado de coisas, não! Porque as ameaças não nos amedrontam, principalmente quando a razão está do nosso lado.

X

Sr. Prefeito, os moradores da rua Carmela Dutra reclamam contra a falta de asseio existente naquela via publica, que está por demais abandonada. O mato já está cobrindo os passeios. Caso o sr. Prefeito não tome conhecimento, os moradores irão fazer uma coleta em dinheiro para efetuar o asseio daquela rua o que não irá repercutir muito bem nesta administração que tanto tem a desjar do sr. José Padilha.

X

O magestoso prédio construído pelo governo federal nesta cidade onde fôrem gastos milhões de cruzeiros, há quasi um ano que está concluído, e em condições de ser ali instalados os serviços para que fôra destinado. Fomos informados que o mesmo só será inaugurado com a presença do Sr. Presidente da República; se por acaso S. Excia. não puder vir nestes dois anos, ficará mesmo fechado esse tempo todo? E o que deseja saber o povo.

Estamos nos referindo ao prédio dos Correios na praça Barão do Rio Branco.

Leram A Tribuna

Jorge Gomes

Figura 24: A Tribuna do Povo, 11/10/1957. Fonte: Fundação Museu Regional do São Francisco.

As Vítimas da Enchente ainda não Foram Indenizadas!

Em mesa redonda realizada ante-onhem na Soc. dos Artífices, entre operários e demais representantes de varias classes sociais, além da energia de Paulo Afonso, foi debatido o caso da indenização as vítimas da enchente, que tiveram as suas casas destruídas, e cuja verba foi logo liberada pelo governo. Equanato Petrolina recebeu a sua parte, Juszeiro — a mais atípica — continua a ver navios, resultante de uma burocracia empedrada, que não arma e nem desarma para resolver esta situação de importancia para o povo menos favorecido da sorte.

A Tribuna

Juazeiro-Ba., 29-9-1957
Registrada no Cartório sob n. 71
ANO 1 — NUMERO 8

Redator-Chefe
JORGE GOMES
Diretor Técnico
JOSE ASSIS

do Povo

Coisas da Cidade...

No momento, é a ASIÁTICA da cidade, a visita da luz de Paulo Afonso. Resumidamente teremos um novo surto de progresso, que terá a salvaguarda das finanças abaladas dos barbaqueiros do S. Francisco.

Uma comissão levará consigo, um abito assinado dos moradores da Juazeiro e Petrolina, pedindo ao Excm. Sr. Presidente da Republica, a vinda da cobizada energia que acionará as suas industrias e dará margem a novos empreendimentos que enriquecerão os dois municípios.

Se atendidos, teremos realizado o maior de nossos sonhos e o Sr. Presidente ficará com o seu nome perpetuado em nossos corações.

X

A luz da ilha está a martirizar o nosso sistema nervoso com os seus constantes "pregos" ao vindo firmar-se depois das nove, por isso, é justificado o suspense publico pela vinda da energia de Paulo Afonso, para nos livrar de tamanha angustia.

De inicio, o sr. Prefeito não fornecia o combustível e não havia luz; e, agora, qual a causa de tantas interrupções?

X

A cidade continua sem asseio. Os "depósitos" de lixo, um deficiente do prédio dos Correios e Telegrafos, em plena praça dr. José Inácio, continuam abarrotados, sendo que no ultimo, até galinha podre estava lá para ajudar a propagação da sanidade.

X

O Alzira Zazur falou mais de uma vez pelo Radio Mundial que mandou socorros para as vítimas da ultima inundação.

Na cidade nada se falou a respeito. Vieram ou não a Juazeiro tais auxílios? Se vieram como foram aplicados?

X

Os ônibus de Petrolina a Juazeiro, foram pilhados sem freios e sem luzinas, expondo em perigo as vidas de seus inumeros passageiros inclusive muitos colegiais de Juazeiro.

O sr. inspetor do Trafego, Ten. Manoel Felinto, descobriu as infrações, e tomou as providencias para que os ônibus tornem a merecer confiança.

E' melhor evitar que remediar

Estando-se da ultima inundação nos lembramos que ja se aproximou o periodo da cheia do rio, sem que os poderes competentes tenham velado, até agora, o seu poder pra a barragem que foi cortada. Desta forma, ficaremos expostos a duas inundações: do rio e das chuvas.

Está certo?

O sr. Prefeito mandou cortar e velar, pelo o sr. Edorta Casaliha, a travessa.

Atitude lamentavel, porem não quiz as opiniões do povo, porque até a hora que escrevemos estas linhas não mandou desobstruir a Travessa Ferreira, que está intramontavel.

Dão Dormido

AEGUS-PRESS (Rte) — Declarou o líder Vieira de Melo, em discurso, que: "O Governo quer paz" Para eu pleitear as concessões?

Parada dos Cometas

Realizar-se-á amanhã na cidade de Jacobina, a tradicional Festa dos Cometas ou seja a sua 7a. Parada, cujo programa consiste de varias solenidades, coreografia da Rainha dos Viajantes, bailes e outras festas populares, contando com o apoio das autoridades e o alto meio social daquela localidade.

Chegou ontem a briosa turma da P. Militar

Desde ontem que a cidade hospeda a luzida Embaixada de Oficiais da Policia Militar do Estado, acompanhando-a tambem um Conjunto musical que veio abrilhantar a pomposa festa da «28 de Setembro» que comemorou o seu 60º aniversário, e ainda o famoso selecionado da Miteta, para enfrentar o conjunto do «Fluminense», logo mais no Estadio local.

Vem presidindo a Embaixada o nosso prezado patriota Major Edson Queiroz, acompanhado de varios outros oficiais, inclusive o Major Gutenberg, grande desportista baiano e amigo de Juazeiro.

Estojam a vontade; a cidade e a imprensa dão-lhes as boas vindas.

CONGRESSO ESTUDANTIL EM LAPA

Confirma nos comunicos a sr. José Demotenez Guimarães, agente de Estatística em Lapa, Juszeiro da Lapa e professor de Geografia local, será realizado na cidade entre 13 e 14 de Dezembro um importante Congresso Estudantil sob o patrocínio da União Estudantil de Bem Jesus da Lapa.

Para ali seguirão varias corações de estudantes desta cidade e de Petrolina, que tomarão parte nos debates.

Serviço Eleitoral

Comunicamos aos titulas do Cartorio Eleitoral nesta cidade, sr. Anibal Moequita, que o serviço de alistamento continua se processando com normalidade e sem embargo, já compareceram 2 mil eleitores.

S. s. não tem contado, entretanto, com o apoio de algumas repartições publicas desta cidade, no pedido de requisições de pessoal, material, etc.

VISITA

Estava em visita a esta redação o sr. Virgilio Ribeiro, operoso Prefeito de Curacá, para nos comunicar que acaba de inaugurar no interior do município, em Barro Vermelho e Pedra Branca, dois mercados populares.

Leia A TRIBUNA

Figura 25: Logotipo definitivo de A Tribuna do Povo, edição 29/09/1957. Fonte: Fundação Museu Regional do São Francisco.

Para entender o posicionamento do jornal, é preciso contextualizar a política local. Após a redemocratização do país, em 1948, grupos familiares perdiam espaços para novos agentes no processo de realinhamento das forças políticas. Por quase toda primeira metade do século XX, os arranjos políticos mantiveram no poder ora partidários das famílias Evangelista de Melo, ora os Viana, ora os Duarte. Agora, com eleições democráticas, a população tinha representantes de correntes políticas variadas, funcionários públicos e empresários que ocupavam a esfera política. Ronald Chilcote (1990) se referiu a esses novos agentes como correntes populistas que se tornaram hegemônicos nos anos 1960, pois romperam com antigos grupos familiares.

Representantes políticos como o empresário Américo Tanuri, a funcionária pública Ana Oliveira e José Rodrigues Lima, funcionário da Viação Baiana do São Francisco, se elegeram vereadores. O radialista e funcionário da coletoria estadual, Jorge Gomes, também se elegeu. Com o número maior e mais diversificado de agentes políticos com formação técnica, é possível inferir que poderia haver uma nova mentalidade no sentido de criar novas estratégias de mobilização popular e de disputa pelo eleitor, que não repetisse a prática coronelista de compra de votos, como o jornal enfatizava na sua linha editorial.

Além disso, dinâmicas da política local na década de 1950 criavam as condições para que o jornal fizesse uma campanha contra a gestão municipal. Após o término do mandato do professor e médico Edson Ribeiro, que enfrentou forte oposição¹²⁵, elegeu-se o comerciante José Padilha. Durante a sua administração, o município acumulou dívida pública, não houve investimento em educação nem pagamento de funcionários. Atividades simples, como limpeza das praças e ruas, foram negligenciadas. Vereadores da Câmara Municipal se pronunciavam nas sessões repudiando o descaso com o espaço público e com a limpeza da cidade.

A Tribuna do Povo divulgou notícias sobre o estado de abandono da cidade e dos distritos. Encontramos artigos assinados por Jorge Gomes, que era o redator-chefe, e radialista Adalberto Mariano assinava uma coluna com temas sobre a cidade. Impresso com quatro páginas, o quinzenário buscou adotar uma linguagem informativa, com predomínio dos gêneros como notícias e entrevista. Ainda não é adotado o formato ping-pong, mas o entrevistado se propunha a discutir determinados assuntos. O formato da entrevista era classificado como palestra. O noticiário político era acompanhado por notas e informações sobre o cotidiano.

¹²⁵ O período de gestão de Edson Ribeiro foi muito conturbado, com os vereadores se recusando a aprovar projetos de iniciativa da administração municipal, enquanto não fosse acatado pelo gestor projeto de lei que remunerasse os vereadores. As disputas políticas ficaram registradas nas Atas da Câmara Municipal.

Muito mais do que uma linha editorial de oposição à gestão municipal, o jornal se colocou como campo de disputas políticas, estratégia do proprietário para obter reconhecimento público. Compreendemos que existiam, nesse período, projetos em disputa e seriam necessárias estratégias para garantir o domínio da representação política. Conforme ressalta Pierre Bourdieu (1989), os agentes sociais disputam espaços, poder e representação no mundo social por meios de instrumentos de poder simbólico e de produção de conhecimento.

O jornal, como um sistema simbólico, tem o poder de construção da realidade, de estabelecer uma ordem e dar sentido, pode estabelecer o consenso ou evidenciar tomada de posição que possa gerar o conflito e o dissenso. Enquanto instrumento estruturante e estruturador de comunicação e de conhecimento de mundo, o sistema simbólico tanto ajuda a legitimar como a reproduzir relações de força e dominação. O jornal é utilizado como instrumento por Jorge Gomes para romper com processos de hegemonia política e para se projetar como uma nova força.

A maior parte do noticiário demonstra as estratégias para construir novos cenários de representação política e consolidar, inclusive, o posicionamento do proprietário e vereador. As primeiras edições do jornal surgiram cinco meses antes das eleições municipais de outubro de 1957¹²⁶. Como exemplo dessa disputa em jogo, no artigo “Situando Responsabilidade”, Jorge Gomes denuncia a omissão da Câmara dos Vereadores que não acatou o pedido de cassação do prefeito José Padilha, acusado de não cumprir com a lei orçamentária por dois exercícios consecutivos, tendo sido a prestação de contas rejeitada pelo legislativo.

As irregularidades eram muitas, como abertura de crédito suplementar e perdão de dívidas dos contribuintes sem anuência do Legislativo, diminuição do valor dos impostos sem regulamentação específica e o desrespeito a decisões judiciais que deliberava o aumento do funcionalismo municipal. Tudo isso justificaria a solicitação de impugnação do mandato do prefeito pelo descumprimento às normas da administração pública¹²⁷.

A crítica do autor do texto se estende também aos vereadores, classificados como omissos. É importante ressaltar que Jorge Gomes tinha renunciado ao cargo de suplente na Câmara dos Vereadores e o jornal se tornava uma arena para o debate, já que não exercia o mandato parlamentar. O jornal é o espaço para dar visibilidade aos interesses do proprietário e de um

¹²⁶ Não foi encontrado o primeiro número do quinzenário. Mas a edição número três é datada de 14 de julho de 1957.

¹²⁷ *A Tribuna do Povo*, 11/08/1957.

grupo político em formação, como verificamos nas notícias e entrevistas que fazem referência ao vereador Américo Tanuri.

Percebemos, portanto, homologias estruturais entre o campo jornalístico e o da política, uma relação de interdependência que se tornaria mais intensa nos anos posteriores, quando a linha editorial do jornal passou a representar o posicionamento de um grupo político. Nas edições de 1957 a 1958, o periódico foi utilizado como um meio para mobilizar o leitor e construir referências antagônicas em relação ao gestor público.

Na seção “Peço a palavra”, o redator apontava para a falta de liberdade de imprensa e os conflitos existentes entre a oposição e a administração municipal¹²⁸:

“Não adianta Sr Prefeito Pode nos caluniar, pode nos xingar, pode nos ameaçar, mas como diz o velho ditado, ‘só se atira pedras em árvores que dão bons frutos’. O que desejamos é o que o Sr cumpra com seu dever que os dinheiros públicos sejam honestamente aplicados, que não falte luz elétrica, que os funcionários sejam pagos em dia, que à frente do Executivo esteja um homem de bem, e então teremos de silenciar porque vimos vitoriosos a nossa luta. Porém, enquanto perdurar tal estado de coisas, não! Porque as ameaças não nos amedrontam, principalmente quando a razão está do nosso lado¹²⁹”.

A seção “Peço a palavra” trazia pequenas notas e reclamações diversas sobre a situação insalubre da cidade, com ruas sem saneamento básico, com retenção de água em locais públicos, atraindo animais e outros insetos, como muriçocas. A questão urbana e a precariedade dos serviços públicos, com as más condições das instalações das escolas públicas na zona urbana e nos distritos rurais, foi uma constante na cobertura jornalística.

A partir dos vestígios das edições desse jornal, podemos nos questionar se José Assis esteve envolvido em outros processos produtivos além da composição e produção como diretor técnico. José Assis assinou algumas matérias de esporte, nas quais relatam jogos dos campeonatos. Encontramos também textos sobre o noticiário político assinados por Jomorgo, provavelmente um pseudônimo.

¹²⁸ Nas Atas da Câmara Municipal, constam relatos das ameaças do prefeito José Padilha à aprovação das contas públicas pelo legislativo, o que demonstra a relação de conflito entre os grupos políticos. Por causa da escassez de documentação, não temos como mensurar outros aspectos políticos que possam ter gerado os dissensos.

¹²⁹ A *TRIBUNA DO POVO*, 11/08/1957.

No estudo sobre a imprensa do Piauí nos anos 1950 e 1960, as autoras Beatriz Marroco, Nilsangela Cardoso Lima e Karine Vieira (2014) afirmam que o uso do pseudônimo ainda era um recurso muito utilizado pelo *O Dia*, com a função de se proteger das contendas político-partidárias em que o impresso se envolvia. O proprietário Raimundo Leão Monteiro também fez uso do anonimato como uma estratégia para conquista do leitorado, pois o diretor publicou algumas enquetes para que o leitor pudesse participar e identificar a autoria oculta dos textos.

No quinzenário *A Tribuna do Povo*, o recurso do pseudônimo tinha a intenção de proteger o autor do texto de futuros conflitos. Mas quem poderia ser Jomorgo? Alguns vestígios e indícios nos textos jornalísticos nos levam a considerar José Assis como o autor dos textos. A escrita e o conteúdo evidenciavam algumas marcas de personalidade e subjetividade do tipógrafo¹³⁰.

O que escrevia Jomorgo? A maioria dos textos tratava da situação política, com críticas ao descaso da administração pública com a cidade e a população. Discutia a sucessão municipal e defendia que o eleitorado pudesse escolher livremente o candidato, sem se submeter ao mercado de compra do voto, como acontecia, no passado, com os “feudos familiares” que usavam da estratégia para se manter no poder. No texto “Quem vai lá”, o redator abordou o perfil do eleitor e saudou o fato de somente letrados poderem participar do processo eleitoral. Jomorgo escreveu:

“Agora que só votarão os eleitores que saibam ler, seremos mais bem compreendidos depois do expurgo dos analfabetos, ficando assim habilitados assim a escolher bem os cargos efetivos, homens que, pelo seu passado, possam cumprir depois de eleitos aquilo que prometeram quando eram candidatos para não termos o desprazer de passar quatro anos perdidos dentro do lixo que afeia as praças e ruas, sem dormir atacados pelas muriçocas, oriundas da fermentação do lixo e com a bolsa e a vida em perigo pela cooperação eficiente da constante falta de luz, com os amigos do alheio”.

A percepção a respeito da proibição do voto dos analfabetos demonstrava aspectos da formação e do pensamento dos homens de imprensa da época, que percebiam o analfabetismo como um entrave ao desenvolvimento do país e não reconheciam a essas pessoas o direito à cidadania política¹³¹. Tomamos como referência o conceito de *habitus* de Bourdieu (1989) para entender os processos constitutivos do pensamento desses homens de imprensa com formação

¹³⁰ Os textos da coluna fazem referência à década em que José Assis passou a morar em Juazeiro e a outros momentos da vida da cidade.

¹³¹ Alguns autores como Rosemary Done e Simone Ribeiro (2009) analisam o lento caminho para aprovação do voto dos analfabetos como um direito à cidadania política. Para as autoras, esta é uma questão ideológica e de exercício do poder que durou um século de 1889 a 1985 até ser restabelecido o princípio da participação política pela Constituição de 1988.

liberal. Embora fosse um produtor de cultura que lidasse com temas populares, como música e esporte, José Assis incorporava um conjunto de valores, percepções e modos de pensamento que se assemelhava a de uma elite.

Dono de uma gráfica, ele se posicionava como alguém que se distingue pela capacidade de dominar códigos da linguagem, pois nem toda a população tinha acesso à leitura e à escrita. O domínio técnico das artes do ofício gráfico lhe permitia ter o próprio negócio. Ele buscava utilizar esse haver, esse capital, como elemento de distinção, para influenciar a comunidade. A dinâmica social de cada campo se compõe de processos de luta nos quais os agentes procuram manter ou alterar relações de força. A decisão de se associar a Jorge Gomes evidenciou um posicionamento para influenciar a comunidade no momento de disputa eleitoral.

Como nos referimos anteriormente, ele foi presidente da Liga Desportiva Juazeirense, uma instituição de prestígio na cidade, e atuou como um agente político para discutir questões relevantes da comunidade. José Assis, Jorge Gomes e o médico Giuseppe Mucinni¹³² participaram do Movimento pró-Energia Elétrica. Eles defendiam a ampliação da usina hidrelétrica de Paulo Afonso para fornecer energia às cidades baianas de Juazeiro e Senhor do Bonfim e Petrolina, em Pernambuco. Juazeiro tinha problemas rotineiros de irregularidade na distribuição da energia, o que impedia o desenvolvimento econômico, pela falta de acesso à energia nos bairros e distritos rurais da cidade.

José Assis e Jorge Gomes participaram ativamente do movimento, com visitas às principais redações dos jornais da capital, como *A Tarde* e *O Momento*, para promover a campanha. Nessas visitas, ele se apresentava e era tratado como jornalista, título que dava tanto a ele como a Jorge Gomes uma noção de pertencimento à comunidade profissional dos homens de imprensa.

A trajetória de José Assis na primeira fase de *A Tribuna do Povo* foi um momento de retomada da atividade jornalística e afirmação de identidade. Em 1960, ele abandonou a função de diretor técnico e o quinzenário não foi mais produzido na gráfica Assis¹³³. Mas isso não significou o abandono da atividade jornalística. José Assis retomou a redação em 1961, com a coluna “Espelho da Cidade”. A década de 1960 é um novo tempo para o jornal.

¹³² Giuseppe Mucinni foi militante comunista bastante reconhecido na sociedade local e com amizades com segmentos sociais que se organizavam politicamente.

¹³³ Em meados de 1960, o jornal foi registrado com número 71, de propriedade de Jorge Gomes, e impresso na Gráfica Gutemberg.

8.1 O projeto de um jornal “moderno”

A *Tribuna do Povo*, que surgiu em 1960, procurou adotar procedimentos técnicos de uma imprensa moderna. O leitor tinha acesso a um jornal no formato standard, com pequenas notícias na capa e manchete em destaque. Algumas edições são cromáticas, valorizando a primeira página. A diversidade de notícias parecia acompanhar o ritmo de mudanças da cidade juazeirense e região, que agora assumia a identidade de Vale do São Francisco. A construção discursiva para demarcar a região surgiu no conjunto de políticas públicas federais, já referidas anteriormente com a implantação da Comissão do Vale do São Francisco no final de 1940, para promover a construção de rodovias, estradas vicinais, pontes, o projeto de eletrificação ao longo do curso do rio e os perímetros irrigados voltados à exportação de gêneros agrícolas.

A ponte presidente Eurico Gaspar Dutra, inaugurada nos anos 1950, foi um símbolo de práticas modernizadoras, relativo principalmente à expansão do transporte rodoviário. A ferrovia Leste Brasileira que, no passado, interligava o sertão nordestino aos centros como Salvador, foi, paulatinamente, abandonada diante do projeto desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek de ampliação da malha rodoviária.

Para se deslocar para a capital Salvador, tornava-se mais rápido utilizar o transporte rodoviário pela recém-inaugurada rodovia Lomanto Junior. Foram constantes as notícias do sucateamento da ferrovia Leste Brasileira sem que houvesse luta política para manter a estrada de ferro em bom funcionamento.



Figura 26: Vista da ponte Presidente Eurico Gaspar Dutra, tendo a cidade de Petrolina-PE em segundo plano.1957. Fonte: Acervo IBGE.

A ponte passou a ser símbolo de modernidade, mesmo que tenha sacrificado o patrimônio arquitetônico da estação da estrada de ferro¹³⁴. São quase inexistentes vestígios nos livros dos memorialistas a respeito do posicionamento da população diante da destruição de um patrimônio arquitetônico, cuja beleza foi reverenciada no início do século XX.

Buscando os rastros desse passado, encontramos o artigo do engenheiro Alípio Vieira, que descreveu o último trem a aportar na estação. A construção da ponte mudara a paisagem urbana da cidade, pois “deu-lhe um traço de progresso, suas arqueaduras emprestam-lhe ares de metrópole, mas sacrificou a nossa famosa estação”. O autor lamenta que “a existência de uma comprometesse a da outra, apreciaria a coexistência de ambas”, como relatou na edição de *A Tribuna do Povo*, de 3 de setembro de 1961.

¹³⁴ A demolição da Estação da Leste foi feita de forma progressiva e concluída em 1961, como demonstram relatos das Atas da Câmara dos Vereadores de Juazeiro-BA.



Figura: Vista parcial da ponte Presidente Dutra, tendo Juazeiro (BA) em segundo plano e os restos da antiga Estação da Leste, ao fundo. Foto sem identificação da data. Acervo Particular.

O autor narrou que ocorreram movimentos de resistência contra a demolição¹³⁵. Mas foram movimentos difusos, que não conseguiriam deter o que poderia ser chamado de “bons propósitos”, como denominou o autor, ou a marcha pelo progresso no sertão, representado pelo transporte individual e rodoviário. À época, revendedoras de carros se instalavam na região e as pessoas comprovam os bens automotivos.

Este cenário de duas cidades em processo de transformações e mudanças nas relações sociais e econômicas foi objeto de estudo do americano Ronald Chicote (1990). Chicote fez um mapeamento social e econômico das classes hegemônicas das cidades, demonstrando a presença de uma oligarquia proprietária de terras com fortes laços de coesão social e a ascensão de segmentos sociais ligados ao comércio. Comerciantes, pequenos industriais, médicos, funcionários liberais e padres são denominados pelo pesquisador como representantes das classes sociais que tinham poder e prestígio na cidade.

¹³⁵ Não há como saber exatamente se ocorreu algum movimento de resistência e impacto. Encontramos referência de uma ata municipal, do ano de 1961, informando que haveria a demolição, sem entrar no mérito do motivo. José Assis escreveu um texto que menciona a perda de referência das tradições na cidade e faz referência breve à estação como algo que havia desaparecido. A demolição da estação é um discurso interdito, envolto nas teias do silêncio e do esquecimento, o que poderia ser objeto de um estudo mais aprofundado.

Primeiro estudo científico sobre as duas cidades, produzido entre 1969 e 1970, o livro traz contribuições importantes para entender os hábitos de consumo de meios de comunicação de massa. Ao chegar à região em 1969, ele verificou que o acesso à informação se dava a partir da leitura de jornais regionais e de locais, como *O Pharol*, e emissoras de rádio. Transmissões televisivas de Salvador e Recife sequer chegavam à cidade, porque não havia sinais de antenas analógicas e receptores de televisão. Já os jornais das capitais chegavam habitualmente todo dia.

Chilcote entrevistou 118 pessoas influentes da cidade, classificadas como grupos dirigentes. Os questionários indicaram que 73% delas liam jornais regularmente e 24% de vez em quando; 79% ouviram rádio regularmente e 19% de vez em quando; 59% liam revistas regularmente e 35% de vez em quando. Apenas 7% nunca discutiam assuntos públicos, enquanto metade dos entrevistados o fazia regularmente (CHILCOTE, 1990, p 207).

Como analisou Chilcote, a partir dos anos 50 as cidades sofreram profundas transformações no ambiente urbano e isso influenciou na cobertura da imprensa, principalmente em relação à importância da publicidade. Como já conhecido pela bibliografia da área, a partir dos estudos de Ana Paula Goulart Ribeiro (2007) e Alzira Abreu (2002), verifica-se uma mudança no padrão de publicidade dos jornais brasileiros nos anos 1950. Os anúncios do pequeno comércio e os chamados classificados cederam espaço para a publicidade promovida por agências especializadas em promover as vendas de uma indústria nacional e de empresas estrangeiras. Anúncios de eletrodomésticos e automóveis passaram a ser predominantes nos jornais.

O processo de industrialização se tornou mais visível e mais intenso a partir do governo de Juscelino Kubitschek. A maior atividade do setor industrial exigiu especialização do setor de comunicação e das agências de publicidade. Os jornais passaram a receber maior quota de publicidade, mas precisavam priorizar também uma maior circulação. Preços eram negociados por tabela fixa. As agências passaram a priorizar os jornais que tinham uma grande circulação (ABREU, 2002, p 9). Se por um lado havia uma concentração de investimento publicitário em grandes veículos, os pequenos jornais do interior também recebiam os anúncios das agências publicitárias

A *Tribuna do Povo* divulgou peças publicitárias de casas comerciais de venda de eletrodomésticos e concessionárias de automóvel (cf. figura 27). As indústrias Coelho, as lojas da família Flávio Silva, Braga S.A e Irmão Khoury&Hedayoglu Ltda anunciavam ofertas dos

caminhões da Mercedes Benz e carros da Ford. A indústria Curtume Campelo anunciava as tecnologias recentes para o beneficiamento do couro, que era destinado à exportação.

Os anúncios já não eram de um comércio pequeno de varejo, mas fábricas de café, como a empresa Barranqueiro, e a Libório&Filhos, no comércio de tecidos nacionais e importados. Uma mesma empresa, como a dos Irmãos Khoury&Hedayoglu Ltda, possuía revendas do setor automotivo, posto de combustível e mantinha sociedade para administrar sala de cinema. A família Coelho concentrava investimento no setor de exportação, construção e concessionárias.

O Estado também foi um agente modernizador, pois estimulou o consumo de bens como automóveis e os investimentos no setor agrícola. Possuir um carro passava a ser um bem mais acessível. Para essa cidade em transformação, obviamente haveria reflexos no texto jornalístico e na composição gráfica do jornal.

Como nos referimos a respeito da modernização da imprensa brasileira, as mudanças no padrão gráfico e a padronização do texto jornalístico introduziram o *lead* no formato de estruturação das notícias. Um corpo de colaboradores, chamado *copy desk*, ficou responsável por uniformizar o texto. Os jornais adotaram uma diagramação que pudesse garantir legibilidade, harmonia na forma, inovações gráficas com valorização da imagem fotojornalística, entre outros aspectos.

A imprensa do interior queria acompanhar as transformações no campo jornalístico e promoveu encontros para discutir como aperfeiçoar e melhorar o padrão técnico de suas publicações, como ocorreu no II Congresso de Jornalistas do Interior, em Pesqueira, Pernambuco, em 1962, promovido pela Associação de Imprensa de Pernambuco.

Os profissionais aprovaram deliberações como a adoção de procedimentos técnicos na cobertura de assuntos locais, a exemplo das seguintes recomendações: manter discricção, prudência, espírito de comunidade no comentário e de rigorosa imparcialidade na exposição dos fatos. As empresas deveriam restringir o uso de pseudônimos, principalmente quando se tratasse de matéria crítica.

As empresas deveriam selecionar colaboradores que pudessem participar da produção de conteúdo do jornal e deveriam ser adotados os “livros de estilo”, respeitando características da linguagem peculiar de cada região. Também foi defendido o estímulo à concessão de linhas de crédito com o sistema bancário para subsidiar a modernização da imprensa e atrair recursos das agências de publicidade (BELTRÃO, 2013, p.41).

A *Tribuna do Povo* incorporou algumas dessas mudanças, principalmente uma melhor disposição do texto com alinhamento gráfico. Havia harmonia na disposição das notícias e utilização de instantâneos fotográficos fornecidos por agências de notícias. O leitor poderia ser surpreendido um dia com edição rica em imagens, em outro com quase nenhuma foto/ilustração.

Pleno êxito missão Ministro SANTIAGO DANTAS!



Ministro SANTIAGO DANTAS

O Presidente Jango, a fim de levar avante seu plano Lançamento, mandou aos Estados Unidos, seu Ministro da Fazenda, Sr. Santiago Dantas, que depois de diversos entendimentos junto aos dirigentes e banqueiros americanos, conseguiu êxito na sua missão, trazendo novos empréstimos e prorrogando o pagamento do outro. Por duas vezes o Ministro Santiago Dantas conferenciou com o Presidente Kennedy, e acertou com o dirigente Norte-Americano os problemas fundamentais em benefício do povo brasileiro. O Sr. Santiago Dantas deverá reentrar na próxima segunda-feira.

A Tribuna do Povo

REDATOR-CHEFE
VEREADOR
RAULINO QUEIROZ

DIRETOR SECRETÁRIO
JORGE GOMES

Ano VI - Registrado no Cartório sob n. 71 - Juazeiro, 23 de Março de 1963 - N. 84

Luta dentro da UDN Nacional pela sucessão presidencial



Governador CARLOS LA CERDA (Guanabara)



Governador MAGALHÃES PINTO (Minas Gerais)

A UDN é o elemento o partido que inicia dentro de suas fileiras a luta pela sucessão Presidencial para 1965. Dois candidatos oficialmente já estão no papel: Magalhães Pinto e Carlos Lacerda. O primeiro em entrevista a imprensa declarou-se candidato de Frente Nacionalista e do ex-Presidente Jânio Quadros, enquanto o Governador da Guanabara foi lançado pelo Diretório da UDN de Santa Catarina, e por o apoio da ala direita do seu Partido chefiada pelo Dep. Herbet Levy.

Opinião de Ninguém

Carlos Alberto Padilha

Acorda-me sempre, à época do carnaval, estranha sensação de tristeza interior. Paradoxo que jamais tentei explicar, nem dêle me dou conta, que a tar-fa incomoda. A alegria exterior, que domina a todos, veste máscara para mim e lembra, contrastando, um certo olhar amado perdido na multidão, ponho lágrimas em vão. Este olhar simbólico, vago, impreciso, encorregado, e está posto em mim, grudado à sensibilidade, num convulso irresistível ao tó-dio e à solidão.

Nem me isolo, porém, que há até prazer neste sofrimento, misturado ao grêto co-d-a máscaras, ao prosaico des "travestil", ao desabalo refreado deste palhaço ao lado, matando a rotina de sua vida mediocre neste "perre" que não devia acabar nunca mais.

Persego o olhar, tímido e indiferente, lá no meio da turba, aparecendo e desaparecendo, e o mo se estivesse a boiar em ondas invisíveis do radismo. Nem o possuo, nem o alcanço e entanto constato o móvel desta tristeza constante, intelectual, que me angustia tanto em fase de tanta alegria.

Haverá alguém que me entenda? e venha cultivar o caricato prazer de estar sozinho, magoado, em meio às alegrias da turba.

Um dia eu perderei de vista este olhar. De tudo o seu sadio calculado e provido, restará, certamente, a certeza do esgotamento do meu esforço para alcançá-lo, em todos os carnavais, apoiando-me a sua vida fôz, como o derradeiro recurso do sofrimento artístico.

"Ces Pays de Lá-Bas"

Paulino BAGNANFA

As ser publicada esta crônica, não sei em que pé ficará a chamada "crise da lagôta". Não posso imaginar se decorreu ou "guerra da lagôta", ou se o assunto, resolvendo-se satisfatoriamente, acabou por converter numa abençoada "Paz da lagôta".

O que sei é que o episódio valeu mais uma vez pôr à prova o pouco caso, o soberano desprezo que ostentam quando se oferece ocasião, a essas culturas super-civilizadas e super desenvolvidas da Europa, ou melhor, do hemisfério septentrional, por estas pobres gentes, subdesenvolvidas e semibarbaras, e o este tristíssimo humilhamento moral, que elas tratam por cima do ombro e espalhando um boico de desdém, quando dizem, enfiando nos a todos numa designação vaga e pejorativa:

"Ces pays de là-bas" ...

Antigamente, era o pau-brasil. Mas a rubra fibra pitanga do nosso irmão botocudo, o beicé, ou verzi dos feticulos, acabou: eles o devastaram. Tensos, porém, agora, coisa melhor: crucifexos e nas águas d'êstes, isto é, nas beiras das suas águas, a areia monástica, os materiais sanitários, de val e or vici para eles, e dos quais não outros, pobres lagôtas, não temos nenhuma necessidade. E como isto aqui são as fregues da Mãe Joana, eles vêm aqui buscar, sem nenhuma cerimônia ...

Tenho um amigo cuja união é radical: acha que o nosso Governo devia imediatamente romper relações com a França, ante a atitude hantística e imperitente que está



Presidente JOÃO GOULART

Prefeito eleito viaja

A fim de tratar de assuntos em favor do seu Governo que se instalará no próximo dia 7 de Abril, viaja para Salvador o Sr. Américo Tanury, que deverá conferenciar com o Governador Lomanto Junior e Dep. Manoel Novais.

VISITANTE

Jacelino Almeida

Esteve em visita a nossa redação, mantendo longa palestra com o diretor o Sr. Jacelino Almeida. Filho de Joozeiro, há 20 anos no sul do Estado, e ultimamente em regime mobilatório em Al. gubias. O visitante que foi hóspede do casal Te Almeida, veio acompanhado de esposa, filha e sobrinho.

ANIVERSÁRIO

Completo mais um ano, no dia 10 d'êste mês, a graciosa garotinha SANDRA MARCHI, filha do Sr. o Redator Chefe Vereador Raulino Queiroz e digna esposa, Sr. Waldequina de Lima Noronha Queiroz. A universidade envioumos nossos cumprimentos.

o governo de De Gaulle tomando para conserto.

Eu também acho. O pior, contudo, é que os americanos estão também de a robustida as "lagôtas" e nós não podemos romper com eles, uma vez que os americanos são os nossos aliados e tutores. Tudo res eu pobres, no mínimo.

Bispo Diocesano Foi ao Sul do País

A fim de manter contatos com as altas autoridades do país, seguiu a 12 de mês corrente para o Estado da Guanabara, Dom Tomás Murphy, Bispo Diocesano.

S. Ex.ª Rev.ªm. se fez acompanhar de seu Secretário, Padre Luiz Muller.

Para os seus depósitos prefira o

BANCO DA BAHIA S/A.

Agência nesta cidade:
Rua Ruy Barbosa, 3

Bilhete da Quinzena — VII

Aos Deputados de Juazeiro

Vossas Excelências Srs. Deputados Bolívar Santana, Durval Barbo da Cunha e Ama Oliveira, a partir de 7 de abril vindouro, estarão tomando posse do mandato que o povo lhes confiou. Sei, e toda Juazeiro tem conhecimento, que integram cada um agremiações partidárias diferentes e atuam em campos opostos perante o futuro Governador, Dr. Lomanto Junior.

A nossa terra, desta vez, nas últimas eleições conseguiu levar à Câmara Estadual três Deputados, embora, politicamente, avirjam em seu ponto de vista. Além, isto é, normal de regime democrático.

Agora, o que pretendo com este bilhete Srs. Deputados, é fazer-lhes um apêlo a uma atitude. Como tal, em este município esta carecendo de tudo. A excessão da assistência que presta a Comissão do Vale do São Francisco, a verdade é que do Governo Estadual nada recebi, a não ser o nomeação de Diégado e sublelegados de Polícia, Juiz de Paz, das escolas de professores, etc., etc., e muitas e muitas, que em nada significam para o desenvolvimento socio-econômico municipal.

O apêlo é no sentido de que Vossas Excelências, quando em jogo estiver qualquer interesse de Juazeiro, se unam e lutem, com um só pensamento, o de servir ao município, mesmo que para isto tenham de desgastar nas correntes partidárias a que pertencem. O povo não tem partido. Também sempre em mira que, unidos, os Srs. poderão arrancar tudo do Governo Estadual para este município. Lembrem-se, anteem, o item para conseguir mais um ou dois Prêdios Escolares, o assestamento da rodovia Juazeiro-Senhor do Solimão, a criação de uma Faculdade de Filosofia e o maior amparo à Indústria de Agricultura da Média São Francisco; a construção do Quartel do 3º Batalhão da Polícia Militar, já hoje um patrimônio Juazeirense; o previsto e etc. etc. vale do Rio Salto, mantendo ali um posto de Assistência da Secretaria de Agricultura; a nomeação de autoridades que sejam a altura do grau de civilização do povo existente; destarie, que exercam tais funções elementos incapazes e arbitrários; e, finalmente, tudo que possibilite um clima de bom estar e progresso para o povo o terra Juazeirense.

A advertência, Srs. Deputados, consiste em dizer-lhes que o povo está, dia a dia, mais politizado e em JACIÇES LITIAS e dar o seu voto a quem que tenham, efetivamente, correspondido à sua confiança.

Jacizeiro não pode mais continuar relegado ao abandono!

Recebam, por fim, Vossas Excelências os cumprimentos cordiais do confratâneo am-ço

BARRANQUEIRO

Ademar incisivo: "São Paulo em bancarrôta!"



Governador ADEMAR DE BARROS

Ex-Governador CARVALHO PINTO

Em mensagem enviada à Câmara Estadual de São Paulo quando na abertura da 2ª Legislatura, o Governador Ademar de Barros, revela que o superavit deixado pelo Sr. Carvalho Pinto, é um deficit superevito a 100 bilhões de cruzeiros, e que o Estado de São Paulo está em "bancarrôta".

N. R. — O que não dirá o Sr. Lomanto Junior quando tomar posse no Governo da Bahia ...

NA COSINHA DO BAHIANO NÃO FALTA O **OLEO CAIANO**

PURO, NUTRITIVO E SABOROSO

Um produto das **INDUSTRIAS COELHO S/A.**

Petrolina — Pernambuco

Figura 29: A Tribuna do Povo, 23/03/1963. Fonte: Fundação Museu Regional do São Francisco.

Evidentemente, a mudança mais significativa introduzida pela *A Tribuna do Povo* foi o fato de o jornal deixar de ser uma aventura solitária, como produto de uma pessoa, ou no máximo duas, como aconteciam com os impressos produzidos por José Assis e Demerval Lima. Jornalistas, profissionais do rádio e colaboradores como professores, militares e profissionais liberais participavam da redação do periódico¹³⁶. O jornal reproduzia colunas de jornalistas como Modesto de Abreu.

A Tribuna trazia diversidade de notícias, algumas colunas sobre esporte e técnicas agrícolas com incentivo à modernização do campo. À época, projetos de estímulo ao cultivo irrigado foram implantados e foi criada a Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco (Famesf). Era comum ler notícias sobre incentivo aos jovens para fazer engenharia agrônômica e, assim, prover a região de profissionais capacitados.

As transformações em curso na região pediam um texto ágil. O leitor tinha aprendido a consumir uma notícia mais rápida, transmitida pelo sistema de alto-falante e pela emissora de rádio ZYN-21 – *Rádio Juazeiro*. A mudança influenciou os profissionais, pois todos concorriam para fornecer informações e conquistar leitores e ouvintes. A emissora de rádio apresentava um quadro de programação fixo, com programas de auditório e notícias.

Não temos detalhes de como o jornal era administrado, qual o número de pessoas empregado na gráfica e na redação. Não temos acesso ao número de assinantes, à tiragem nem à renda obtida com assinaturas e/ou venda avulsa. Em uma edição de final de ano, o jornal anunciou que foram impressos 2.500 exemplares. O periódico tinha publicidade regular e anúncios constantes das empresas e indústrias da região. Apesar de haver um arquivo com as edições do jornal na Fundação Museu Regional do São Francisco, não existe referência à existência do periódico nos escritos sobre a história da cidade e da imprensa. As razões para esse esquecimento podem ter motivações políticas.

Os vínculos políticos do proprietário Jorge Gomes e do vereador Raulino Queiroz¹³⁷, como chefe de redação, interferiram na cobertura jornalística. Em 1961, quase todo o noticiário foi de

¹³⁶ Assinavam como redatores Carlos Alberto Padilha, que assinava a coluna Opinião de Petrolina; o professor Modesto de Abreu; engenheiro Alípio Vieira da Silva; oficial da Polícia Militar e vereador Raulino Queiroz; major Carvalho Melo; o radialista Alberto Mariano; José Pereira da Silva. O nome de José Assis não constava no Expediente, mas assinava a coluna “Espelho da Cidade”.

¹³⁷ Raulino Queiroz era oficial da Polícia Militar, da Bahia, trabalhou na imprensa local, na *Voz do São Francisco*, e consolidou carreira política a partir dos anos 50. Foi eleito vereador pelo Partido Democrático Cristão – PDC (1958-1962) e Deputado Estadual pela Aliança Renovadora Nacional-ARENA em 1967-1971; suplente de deputado estadual pela ARENA, 1971-1975, e assumiu o mandato em novembro de 1971. Foi eleito para o mandato de 1975-

apoio a Jânio Quadros, principalmente pelas reivindicações para que ocorresse o fornecimento de energia elétrica pela Companhia Hidro Elétrica de Paulo Afonso. Colunistas, como Carlos Alberto Padilha, escreviam, quase exclusivamente, sobre Jânio Quadros, demonstrando apoio ao governo.

Entre 1962 e 1963, o jornal explicitamente apoiou a candidatura de Américo Tanuri a prefeito municipal, com publicação de um editorial na primeira capa (Cf: figura 30). O jornal informava que dedicaria toda a cobertura jornalística às propostas do candidato e conclamava a população para “trabalhar para libertação desta Juazeiro querida das mãos de um grupo político que outra coisa não tem feito, até hoje, senão conduzi-la no caminho do regresso, do atraso, do marasmo, da ineficiência administrativa, do nepotismo”¹³⁸. A postura de publicar um editorial é um exemplo de jornalismo moderno, considerando como parâmetro a imprensa dos Estados Unidos, pois informa ao leitor qual é o posicionamento do jornal.

Diferentemente da primeira fase do jornal, a nova linha editorial demonstra que o posicionamento do veículo não é apenas do proprietário, mas de um grupo que se uniu para aliar interesses políticos e econômicos. Américo Tanuri era presidente da Companhia Telefônica do São Francisco e dono de indústrias de café. Raulino Queiroz era militar e escrevia artigos, nos quais demonstrava o posicionamento e os interesses políticos em jogo. José Assis também manifestou apoio ao amigo Américo Tanuri, mas em uma nota discreta em sua coluna.

1979 e 1979-1983, pela ARENA; E suplente de deputado estadual pelo Partido Democrático Social-PDS, 1983-1987, efetivando em junho de 1986.

¹³⁸ A *Tribuna do Povo*, 28/07/1962.

O Deputado MANOEL NOVAIS conclama o povo bahiano a marchar para as urnas de 7 DE OUTUBRO com a candidatura de

LOMANTO JUNIOR

que representa uma grande vitória para o homem do interior!

Perante 70 mil pessoas na grande concentração de Jequié, o Dep. MANOEL NOVAIS, conclamou o povo bahiano a marchar com a candidatura LOMANTO JUNIOR. — PR, PTB, PDC, PST e UDN já apoiam a candidatura do Prefeito LOMANTO e mais 22 Prefeitos do PSD e 2 Deputados do Partido Libertador.

EDITORIAL

Linha de Conduta

A TRIBUNA DO POVO, sempre ao lado de todo e qualquer movimento que objetive o progresso e o bem estar da terra, e para o povo baiano, nesta oportunidade em que estamos marcando para novas eleições, conclama a todos, estudantes, militares, comerciantes, comerciantes, industriais e industriários, trabalhadores, donas de casa, em fim, o povo em geral, a marchar para as urnas que desejam, efetivamente, trabalhar para a libertação desta Juazeiro querida das mãos de um grupo político que outros meios não tem feito até hoje sendo condizantes pelos caminhos tortuosos do regresso, do atraso, do marasmo, da ineficiência administrativa, do nepotismo, da indiferença a sorte da população e que se sustenta no poder mediante uma agitação política total, distanciado da legítima essência democrática. Enquanto este grupo recebe toda sorte de favores e benemerências do poder, o povo, especialmente a parte mais humilde, vive entregue a própria sorte, sofrendo as consequências de um estado de vida absurdo, de uma administração indiferente aos seus problemas.

Desde o início, colocamo-nos ao lado da candidatura de AMÉRICO TANURI à Prefeitura Municipal. E assim fizemos, leituras, porque enxergamos ser ela a única que poderá, quando vitoriosa, proporcionar a esta terra e ao seu povo, o progresso e o desenvolvimento sócio-econômico-cultural de que tanto e de há muitos anos, está a exigir de nossos dirigentes.

AMÉRICO TANURI é um cidadão que desde criança tem lutado para vencer. E organizado em seus negócios privados, atestado eloquentemente de que, se Prefeito, dará novos rumos à administração pública, atitudes que ai está. E popular, qualidade indispensável ao homem que se propõe a dirigir os destinos de uma terra como esta, onde o povo não tem recebido a atenção que lhe é devida pelas autoridades, embora em épocas de eleição se apresentem como alvaes, gentis, salvadores de tudo e de todos. O nosso candidato é conhecido pela sua simplicidade no trato com os que tem dinheiro e com os que não o tem — largaram a sua sinceridade e sem empalmar.

AMÉRICO TANURI é um moço sem vaidade. Sabe pedir, e não se sente humilhado, tudo que possa possibilitar, a grãdeza e o prestígio de Juazeiro.

Esta folha manterá, até e fim, a sua linha de conduta: dará toda cobertura ao futuro Prefeito, AMÉRICO TANURI, porque tem a certeza absoluta, infretável, consciente de que ele dará a esta terra um governo que não será de ALGUNS mas de TODOS os Juazeirenses!

Candidato Américo Tanuri

Regressou de Salvador após o participou da Convenção do P. S. D. e Vereador Américo Tanuri candidato do Povo à Prefeitura deste Município.

Hoje o candidato viajara para o Salitre em campanha política.

Cortou as pernas e gostou

NOVA IORQUE

A jovem americana era alta e demasia e cortava um doce para arrastar quem a tirasse nos dentes. Agora, já tem certeza de arrastar companhia. No outubro de 1960 tinha 18 anos e 1,35 de altura. Vivia aborrecida, pois ninguém queria dançar com ela.

Hoje, com singular operação, pela qual ambas as pernas lhe foram encurtadas cinco centímetros, lagrid diz que pode "dançar folioleiro toda a noite, sem os mecos sentir cansaço". Outros também que pode fazer ginásticas com maior facilidade. E mais, está feliz... radiante.

O dr. Lars Unander-Scharin, cirurgião da intervenção, a qual consistiu em fazer uma incisão de vinte centímetros de óseo, por baixo do colo do fêmur, e voltar a unir a perna com um anel de prata.

A Tribuna do Povo

REDATOR-CHEFE: VEREBADOR RAULINO QUEIROZ

DIRETOR SECRETARIO: JORGE GOMES

Ano VI - Registrado no Cartório sob n. 71 - Juazeiro, 28 de Julho de 1962 - N.º 68

Opinião de Petrolina

CARLOS ALBERTO PADILHA

As palavras está o, novamente, cheios de propaganda eleitoral. As feias economias intencionalmente há muito olhar "obliqua e dissimulada", mantendo as lavras os outros ingenuos eleitores. O povo brasileiro, o homem e presidente pelo brasileiro construído seu amor, com a sua insubstituível bondade, o roteiro do seu projeto intencional. Rude as assembleias e nomes, de rotulos, de hinos, ligados a todos, a grupos, a partidos, a interesses, mesmo ao povo que vota, que espera, que ainda acredita.

Sendo-se, porém, a proporção que se repetem os governos e se ratificam os erros e os abusos que a sociedade política brasileira entra em acelerada fase de desenvolvimento. Os homens tapam os olhos com o que de uma fragilidade e como se as vapores da mente, socialistas os últimos desejos, dividem os interesses do povo. Nos conclavos dos gabinetes, numa voragem digna de quem não mais acredita no futuro.

A recente crise ministerial, sucedida de surpresa, tornou a mostrar que as bases da nossa democracia estão minadas por um processo lento de desmoralização. Frustração, da incompetência e da desonestidade dos nossos políticos. A solução da crise, com soluções escabrosas não surgem, em absoluto tiragem do regime; pressões, apenas, a inexistência de todos os fatores favoráveis a uma mudança da esquerda, que ensina os países no compasso da desonestidade dos que fazem, neste País, a democracia.

Distância que se alinha na repetição dos mesmos homens nas casas legislativas, à moda de persistente trabalho de forças cada vez mais inconspicuas.

A pensar de tudo, tem o povo a outra arena de reformas, de melhoria da prática da democracia, que é o voto. Usa-o com seriedade, com independência se quiser que sobreviva o regime. O expurgo no Império, agora mais do que nunca, como resposta categórica nos que, na sombra, agitam as forças primitivas do nosso homem, acenando com soluções empíricas, especialmente feitas para jogar fora a outra a única forma de governo compatível com a sua personalidade crítica, que é a Democracia.

Dizem que...

— que o vereador Rinaldo Oliveira do PL, de lá muito tem se preparando para a campanha eleitoral. Tem estudado muito. Já fez até uma interessante descoberta no ramo dos batucos: — na festa que preferiu durante a instalação do programa A VOZ DO PL, levado ao ar pela Rádio Juazeiro, afirmou que a RA GONÇALVES.

— que o vereador Alvaro Correia não assume a direção do município, dado a ausência do titular e do Presidente da Câmara Municipal, porque entende que assim, ficará impedido de disputar a reeleição.

— que o funcionário da Viação Bahiana vão votar em massa, no Deputado Valdir Dires, candidato como resposta ao abandono que a eles foi imposto pelo governo e seus auxiliares.

— que as mesmas reuniões realizadas pelo candidato A. Tanuri, nos bairros vem sendo a descoberto do manuseio indelicado e péssima administração do atual ocupante da Prefeitura só se vê lama e lixo, embora gaste o dinheiro do povo em obras que em nada beneficiam a população, especialmente os trabalhadores e humildes que residem em Atrás das Banas, Piranga, Alagadão, Estrada do Horto e Coréia.

Ajuda o Professor a educar o teu filho.

(Campanha pela melhoria das condições do Ensino)

O novo Ministério

MODESTO DE ABREU

Quando certos fatos se reproduzem, na sucessão dos tempos, pela coincidência de determinadas características gerais ou particulares, costumamos dizer, não sem algum razão, que a História se repete.

Em 1962, ao assumir a presidência da República, o grande Rodrigo Alves, que a Nação logo reconhecerá como o modelo dos administradores da coisa pública, escolheu uma equipe de auxiliares que passou à História como o mais notável corpo administrativo constituído para governar este país.

O ministro Brochado da Rocha lembra nos e daqueles primeiros anos de sua administração, a coincidência de ser o atual chefe do Governo, como o Presidente de então, portador do mesmo prenúncio: Francisco de Paula.

Do ministério de agora, em cuja nomeia encontramos, pelo menos, meia dúzia de brasileiros dignos daquela equipe de há sessenta anos, quero destacar três nomes que me são particularmente caros.

Um é o do General Nelson de Melo, sobre figura de chefe militar e de administrador, a quem a inteligência brasileira é correntemente reconhecida, desde os tempos em que muito jovem ainda e em companhia de sua carreira, Governador do Estado do Amazonas.

Outro é o do General Nelson de Melo, sobre figura de chefe militar e de administrador, a quem a inteligência brasileira é correntemente reconhecida, desde os tempos em que muito jovem ainda e em companhia de sua carreira, Governador do Estado do Amazonas.

O ministro lustrado é o Professor Hermes Lima, reputado mestre do Direito, eminente sociólogo e a quem o futuro a estima desde os tempos em que colaboramos no periódico Dom Casmurro.

Por último, the last but not the least, o Professor Roberto Lyra. Vem para a pasta da Educação e da Cultura, nem sempre bem servida por autênticos valores específicos, nestes acidentados trinta anos

de existência como ministério autônomo: Roberto Lyra é um desses raros, raríssimos homens em condições de serem chamados, em nosso meio, ao exercício do tão alto posto. Dilecta insigne, vida exemplar e educada, moço entre os moços na imponência beleza dos seus cabelos brancos, é um desses riquíssimos professores que sabem encantar os anseios da mocidade, identificando-se com ela em suas lutas e em seus ideais.

E com íntimo desvanecimento que vejo ascender a tão altas funções esse amigo e companheiro de quarenta anos de atividades no triplice campo do jornalismo, das letras e do magistério. Pertence a uma gloriosa estirpe de varões de Pitágoras, cuja só proximidade nos engrandecesse e nos enche de ufania.

Bastava seu nome para recomendar um governo. Basta o empolgo de sua individualidade de exceção, basta a consideração dos seus exemplos e da obra humana que seu espírito incansável realiza, para que possamos com legítimo aval de reconhecimento exclamar:

— Bendita a Pátria que possui entre seus filhos um espírito tão nobre e de qualite tão alto como o professor Roberto Lyra!

Para os seus depósitos prefira o BANCO DA BAHIA S/A. Agência nesta cidade: Rua Ruy Barbosa, 3

Na cozinha do bahiano não falta o Uco "CAIANO"

Puro, Nutritivo e Saboroso

Um produto das INDUSTRIAS COELHO S/A.

Petrolina — Pernambuco

S. D. P. D. C. P. R. P. S. P. e o povo Juazeiro apoiam para Prefeito: Américo Tanuri

Figura 30: Editorial de apoio à candidatura de Américo Tanuri. Fonte: Fundação Museu Regional do São Francisco

Contudo, apesar do posicionamento político explícito, o jornal buscava manter aparente neutralidade na cobertura dos demais assuntos do cotidiano. O tom do discurso não é panfletário. Após a vitória de Américo Tanuri, o jornal manteve o apoio ao prefeito. José Assis em algumas colunas demonstrou um posicionamento crítico tanto em relação à gestão municipal como e, principalmente, a João Goulart. Os fragmentos de seus textos revelam um jornalista atento ao cenário nacional, repercutindo o noticiário e visões de parcela da imprensa dos anos 1960. Enquanto a linha editorial de *A Tribuna do Povo* assinalava uma cobertura de aparente neutralidade em relação ao governo de João Goulart, pois não atacava frontalmente, José Assis manifestava sua desconfiança com a política federal.

É importante assinalar que todas as vezes que o colunista escrevia sobre política nacional e/ou local, a coluna era publicada na primeira página, diferentemente de quando o assunto era cultura ou artes. Havia uma percepção da importância do *hard news* na linha editorial, que priorizava o político como assunto central. Identifica-se nos textos da coluna *Espelho da Cidade* um circuito comunicativo entre os jornais locais, regionais e nacionais, relacionado a um descontentamento com os rumos de uma cena política e da disputa eleitoral dominada por um discurso publicitário, no qual predominavam campanhas e promessas para ajudar a mudar a vida da população e não se efetivavam como desejado.

José Assis fez uma crítica ao alinhamento político do governo de João Goulart, como partidário de “credos vermelhos”, o que demonstra como o discurso anticomunista dos principais jornais da época se reproduzia na imprensa interiorana. Ele expressa um posicionamento anticomunista dominante na imprensa, como percebemos no texto em destaque (cf figura 31):

O povo perde a fé

Quando o povo acorre pressuroso às urnas, toda vez que o dever cívico o convoca, ele vai e deposita o seu voto, com a mais absoluta fé, e consciência tranquila de que, mais uma vez, deu a sua parcela de colaboração a uma causa justa para no futuro colher bons frutos e as dádivas prometidas. Assim que termina a ‘festa’ da votação, aprovação e da posse, o povo fica relegado ao esquecimento, as desilusões vão aos poucos chegando, correndo a confiança.

Assim esta acontecendo com o nosso Presidente; depois de receber o uníssono NÃO contra o parlamentarismo até hoje não disse a que veio, a não ser criar ambiente de greves, crises, e com estas reformas de base campo aberto para a proliferação do credo vermelho.

No setor estadual, o nosso governo procurando desvencilhar-se de mil bocas famintas pelo pedaço de bolo que lhes prometeu, mal pode cumprir a promessa de fechar o jogo do bicho, deixando que o custo de vida tome conta da população já exauridas do interior; o não pagamento dos salários já majorados do funcionalismo e, assim, vemos uma Bahia parada sem vigor, e até um simples posto de Fomento Agrícola foi fechado por falta de assistência estadual. No setor municipal, já se murmura descontentamentos contra o prefeito, há alegações de promessas não cumpridas, publica-se manifestos contra a taxa de luz apesar das suas públicas justificativas, mas sem ver ação e dinamismo o povo se torna céptico com a fé que tinha nos seus dirigentes, se esvaindo, sobrando apenas um consolo, confiar em Deus, que nunca falha em suas promessas¹³⁹.

O discurso jornalístico procurava interligar os acontecimentos nacionais ao local, reproduzindo visões ambíguas de participação política e de pouco controle dos cidadãos sobre as suas escolhas eleitorais.

¹³⁹ *A Tribuna do Povo*, 29/06/1963.

Outro tema recorrente na coluna se refere à crise econômica e ao aumento do custo de vida, relacionando as interferências nacionais ao espaço local, com o impacto no preço dos produtos e gêneros alimentícios. Em março de 1962, José Assis contava na sua coluna que, entre os “becos” e ruas da cidade, já circulavam bate-papos contra as promessas não cumpridas do prefeito eleito, Américo Tanuri. A maior reclamação era da inexistência do tabelamento dos preços de gêneros alimentícios e o aumento da taxa de luz, que era um serviço municipal. O aumento do custo de vida foi um tema central na coluna, principalmente pelos impactos causados na economia regional. Além disso, os períodos de estiagem ou seca prolongada influenciavam no preço estabelecido pelo comércio.

Até o ano de 1964, o jornal trouxe uma cobertura política equilibrada sobre o governo de João Goulart e manteve relações políticas intrínsecas com o poder municipal local. Mas, com a ditadura civil-militar de 1964, o jornal mudou de posicionamento. Publicou um editorial de apoio às Forças Armadas por ter “restaurado a democracia” e o convite para a Passeata da Família – com Deus pela Democracia, convocada pelo prefeito Américo Tanuri e o bispo Tomás Guilherme Murphy.

Embora demonstrasse apoio à nova conjuntura política, o proprietário Jorge Gomes foi acusado de subversão e de ser membro do Partido Comunista do Brasil. Ficou detido três meses em Salvador e o mandato foi cassado pela Câmara de Vereadores. Antes de ser preso, Jorge Gomes já tinha publicado uma nota no jornal, no dia 7 de abril, na qual desmentia os boatos que circulavam na cidade a respeito de sua possível participação como comunista. A nota não foi capaz de evitar a prisão de Gomes, no mês de maio. Após ser libertado, ele usou o jornal para divulgar as ações jurídicas e tentar reaver o mandato parlamentar. Um ano após sua prisão e depois de uma batalha judicial, ofício da 6ª Região Militar foi encaminhado para a Câmara Municipal, inocentando-o das acusações de ter vínculos com organizações comunistas. Jorge Gomes ganhou as ações judiciais para assumir o cargo de vereador. Mas não retornou à Câmara Municipal.

Não existem dados concretos de sua vinculação com a militância comunista. Eleito pelo PDC, o único posicionamento explícito de Jorge Gomes foi apoiar a candidatura de Waldir Pires ao governo estadual e os movimentos grevistas dos trabalhadores fluviais na região. Quando

assumiu a primeira gestão como vereador, em 1951, Jorge Gomes já tinha sido acusado de ser comunista pelos colegas, e renegou a militância, publicando um manifesto negando a filiação.

Durante os três meses em que ficou preso, o jornal parou de circular. Após o seu retorno, foram divulgadas notas demonstrando a perseguição política que sofreu dos colegas da Câmara de Vereadores. Jorge Gomes também não publicou nenhum artigo se referindo à prisão.

O único posicionamento crítico e, mesmo assim, escrito de forma indireta, foi de José Assis, na coluna “Espelho da Cidade”, quando anunciou ao leitor que o jornal, possivelmente, deixaria de circular. Eis a nota:

Política. Não é assunto mais para comentários ou dissecações. A gente se perde no vácuo das proclamações, dos pronunciamentos, dos planejamentos, das intervenções e, no fim, volta-se à estaca zero, aguardando novas metamorfoses com promessas de dias melhores na esperança não mais verde, porém tão descolorida, de desafoço na luta cotidiana para se viver como cristãos, com um caldo quente para consolar o estômago e um trapo velho para cobrir as vergonhas...!
Naja! Política não é mais assunto da imprensa, principalmente a nossa que vai desaparecer para sempre¹⁴⁰.

Essa foi a única manifestação das possíveis consequências da implantação da ditadura civil-militar na região, denunciando o cerceamento à liberdade de expressão ou mesmo a autocensura. Como diz Assis, “política. Não é assunto mais para comentários ou dissecações”.

Não temos como desvelar esses acontecimentos de forma detalhada, porque o processo da prisão de Jorge Gomes não foi encontrado nos arquivos militares. Nem tampouco Jorge Gomes deixou relatos sobre a prisão antes de seu falecimento em 1977. Os acontecimentos permaneceram como discursos silenciados na história da cidade e ainda precisam ser analisados.

Uma reflexão que nos interessa na trajetória do jornal é verificar o processo inconcluso da modernização da imprensa juazeirense. Objetivamente, o periódico não criou condições econômicas para garantir independência, autonomia financeira e se constituir como empresa jornalística moderna. Apesar dos investimentos em equipamentos novos, como a compra da gráfica Gutemberg, o jornal poderia ter dificuldades de contratar profissionais dedicados à produção de notícias. A rede de colaboradores poderia escrever por diletantismo e para conquistar prestígio.

¹⁴⁰ *A Tribuna do Povo*, 25/12/1964.

Na edição de 25 de dezembro de 1964, o proprietário anunciou que não havia mais como garantir a sustentabilidade financeira, com a alta do preço dos insumos e papel. Apesar da aparência do jornal moderno no formato, permaneciam problemas relacionados à manutenção e venda de assinaturas. Mesmo com o crescimento populacional das duas cidades, ainda havia um pequeno número de assinantes e leitores, já que o jornal nunca teve condições de ser um diário ou mesmo semanário. No ano de 1965, foram publicadas edições, mas sem periodicidade regular¹⁴¹.

O episódio da prisão de Jorge Gomes e a extinção do jornal têm relação de interdependência, pois evidenciaram que o radialista não tinha o prestígio e o reconhecimento que ele imaginara construir quando resolveu publicar o jornal. Tampouco ele construiu uma rede de proteção política durante os sete anos de publicação do periódico.

Apesar do aumento de publicidade, parecia não haver público leitor de massa, capaz de consumir em larga escala o periódico e, assim, permanecia como pequena empresa. Deve-se registrar que, à época, os concorrentes de *A Tribuna do Povo* foram jornais publicados em Petrolina, como *O Pharol* e *A Tarde*.

Fica evidente outra questão relacionada ao poder simbólico do jornal. Jorge Gomes era radialista, tinha programas radiofônicos e era diretor-chefe do jornal. Contudo, não encontramos, nas edições, textos de sua autoria, o que revela que ele não participava do debate público, nem expunha o capital cultural que pudesse ter. Os jornalistas exercem o poder simbólico pelo capital cultural acumulado a partir do conhecimento produzido, pela capacidade intelectual manifestada na escrita e autoridade de fala. Não basta ter o modo de produção, é preciso acionar o capital cultural que promove a distinção entre os pares.

Marialva Barbosa, ao discutir as relações entre linguagem e poder simbólico, afirma que o discurso deve ser reconhecido e obter tal reconhecimento sob certas condições. “Deve ser pronunciado por pessoa legitimada, conhecida ou reconhecida como habilitada e hábil para produzir essa classe particular de discurso (professor, jornalista, etc). Deve ser pronunciado em uma situação legítima, diante de receptores legítimos e ser anunciado em formas legítimas (sintáticas, gramaticais, etc..)” (2004, p. 31).

Pela leitura do jornal, Jorge Gomes não tinha ou não soube exercer o capital cultural e político, nem tampouco conseguiu fazer uma travessia completa de uma imprensa artesanal para

¹⁴¹ Em 1971, o médico Paganini Nobre Mota publicou novamente o jornal por pouco tempo, antes de registrar em cartório *O Jornal de Juazeiro*, de sua propriedade.

moderna na cidade. Seja pela nova dinâmica instalada pelo regime civil-militar, o fato é que esse processo ficou interdito, inconcluso.

Outro detalhe interessante para compreender esse momento de complexidade do jornal para se constituir como empresa tem relação com o público leitor e as operações discursivas que legitimariam o seu poder de influenciar a opinião pública. Como nos referimos ao longo do capítulo, não sabemos mensurar a quantidade de assinantes e a recepção do produto, mas existia um público leitor que buscava interagir com a produção jornalística.

Encontramos um texto assinado pelo leitor Manoel Faustino que nos oferece pistas interessantes para pensar a função da imprensa, e o poder simbólico que ela exercia nessa relação de autoridade e busca de reconhecimento. Faustino confessa, no texto enviado ao jornal, o receio de participar do debate público. Diz: “não sou dado a escrever, pois tenho medo de cometer erros gramaticais, mas como ninguém o faz, e é preciso que se faça, eu vou fazer¹⁴²”. E desanda a escrever para reclamar da precariedade do fornecimento de energia, da péssima qualidade do serviço municipal da água, dos preços elevados do comércio e dos problemas do transporte ferroviário, cujo trem não aportava na cidade porque a antiga estação fora demolida e construíram um anexo ferroviário em local improvisado, distante do centro, sem segurança pública.

É um fragmento disperso na documentação, mas que nos ajuda a entender os circuitos comunicativos da imprensa, a relação leitor e produtor de jornais. Expor-se e participar da esfera pública como jornalista ou um leitor com função ativa era um ato de coragem. Poucas eram as pessoas que desejavam se expor, seja por não participarem do círculo seletivo de colaboradores do impresso e autorizadas a pertencer a esse circuito, ou por recearem não dominar a arte de escrever um texto jornalístico.

A confissão de Manoel Faustino também nos ajuda a entender a trajetória de José Assis, que ousou produzir jornais ao longo de quase quatro décadas. Os desafios eram muitos, desde a viabilidade das condições técnicas para a composição do impresso, até a construção de um discurso jornalístico e a distribuição do produto final. Foi um aprendizado constante ao longo de uma vida, produzindo impressos satíricos, folhetos musicais ou informativos, sempre com o desejo de se expressar, de se distinguir de um grupo social, abandonar o anonimato e exercer a liberdade de pensar e escrever.

¹⁴² A *Tribuna do Povo*, 24/11/1961.

Ginsburg (2006) ressalta que o domínio da linguagem oferece aos indivíduos comuns um horizonte de possibilidades latentes da qual se pode exercitar a liberdade condicionada de cada um. Graças a dois fatores como a Reforma Protestante e a expansão da imprensa no século XVII, o moleiro Menochio pode ser capaz de articular a linguagem que estava historicamente à sua disposição, uma cultura popular e oral, para difundir as suas ideias. Embora ambos tenham vivido em contextos históricos distintos, a experiência de indivíduos como Menochio e José Assis demonstra como a articulação da linguagem e a difusão da cultura impressa configuram a existência e os modos possíveis de exercitar a liberdade pelos indivíduos.

José Assis conseguiu, à sua maneira, exercer a liberdade de produzir jornais e assumir uma identidade de jornalista. Ele deixou alguns rastros das estratégias profissionais que o distinguiram entre os demais jornalistas. Continuemos, então, a seguir o fio de Ariadne.

9. Artes do Memorável

Na balbúrdia da bilheteira do Cine Ideal, um garoto se misturava aos espectadores para entrar sorrateiramente na sala. Procurou passar despercebido e já imaginava a sala escura, o jogo de luz e sombra, os atores na tela em mais uma sessão da matinê. Mas a peraltice de entrar sem pagar o bilhete foi logo descoberta e só lhe restou, então, catar níqueis para assistir ao próximo filme mudo no cinema do comerciante Álvaro Araújo. O cinema rompia a monotonia da pequena cidade e a sala escura era o lugar da novidade, do sonho, da fantasia.

O cinema levou o garoto a sonhar em filmar “*far-westerns*” nas caatingas juazeirenses, tal como os filmes de cowboys americanos que assistia. O companheiro de jornada era o amigo José Negrão, que o acompanhava nas peripécias mata adentro, caçando pequenos animais, enquanto simulava confrontos entre os cowboys. À noite, as fantasias se tornavam realidade, enquanto assistia a Tom Mix, Buck Jones e Hoot Gibson nas poltronas de couro do cine União, de propriedade de Nezinho Meladinho. Mas não bastava assistir aos filmes. Devorava todo o tipo de revista que poderia chegar às suas mãos e, assim, conheceu as inovações técnicas, percebeu as mudanças na transição do sistema mudo para o sonoro, movimentos de câmera, fotografia, além de acompanhar o lançamento de filmes das companhias Universal, Vitagraf, First National, Paramount.

O tempo passou, o garoto se tornou tipógrafo e jornalista como o pai, Olegário de Assis. O sonho de ser um diretor de cinema ficou como uma quimera, um desejo. Mas o cinema sempre esteve presente na sua vida. Foi gerente do Cine Glória¹⁴³, Cine São Francisco e proprietário do Cine Coliseu. A sala de exibição estava situada no bairro popular do Coliseu e exibia filmes de 16mm com preços acessíveis.

Em 1961, o cineasta Carlos Coimbra aportou no cais de Juazeiro com uma equipe de atores. A cidade serviu de locação para o filme *Lampião, o Rei do Cangaço*. Admirado com o vai-e-vem dos atores, José Assis acionou as suas lembranças de garoto apaixonado por cinema para saudar, em uma crônica, o que ele denominou como a descoberta da nova meca cinematográfica do sertão.

¹⁴³ Este cinema pertenceu ao deputado federal, Aziz Maron, provavelmente nos anos 50.

Um ano antes, Nelson Pereira dos Santos também usou as fazendas da região como locação para *Mandacaru Vermelho*. Quando o filme foi lançado, José Assis publicou uma crítica, destacando a participação dos atores, performance, roteiro e a trilha sonora. Embora já conhecesse o diretor do filme *Rio 40 Graus*, como destacou no texto, o autor classificou o roteiro como um *western* que atraiu a atenção do público pelas intrigas dos coronéis e disputas pela posse de terra. A crítica trouxe informações de coadjuvantes locais que atuaram, como Enéas Muniz, João Duarte, Lula e Carlos Augusto Miranda.

José Assis não dirigiu nenhum *far-western* como ele imaginara no passado. Mas ele acompanhou o processo de filmagem de *O Lampião, Rei do Cangaço*. Assistiu a uma sequência de imagens ainda não finalizadas - os chamados copiões, um preto e branco, e o outro colorido - no Cine Teatro São Francisco. José Assis escreveu uma das primeiras críticas, pois assistiu, em primeira mão, ao copião ainda não finalizado. O encanto com o novo sistema tecnicolor foi retratado na crônica “Coisas de Cinema” na edição de novembro de *A Tribuna do Povo*, bem antes das primeiras notícias publicadas nos jornais de São Paulo e Rio de Janeiro¹⁴⁴.

Na crônica, descreveu para os leitores o trabalho técnico de caracterização dos personagens, a fotografia e a atuação dos astros Leonardo Vilar, Geraldo Del Rei, Vanja Orico. Destacou a performance de iniciantes, como o ator baiano Roberto Ferreira, mais conhecido como Zé Coió, e Gaston Caldas, amigo pessoal. Ao terminar a crítica, afirmou que não tinha a mesma expertise e o *staff* cinematográfico do cronista Pedro Lima, mas analisou com o entusiasmo de quem desejava que o filme alcançasse bom resultado e pudesse repetir o sucesso de *O Pagador de Promessas*. Cf. Figura 32.

¹⁴⁴ No levantamento feito nos arquivos de jornais de São Paulo e Rio de Janeiro, as primeiras notícias foram publicadas em 1962.

A TRIBUNA DO POVO
Sábado, 17 de Novembro de 1962
Página 3

Apelo da Cidade

Coisas de Cinema — II

Escreveu: J. ASSIS

Infinitamente maravilhosas são as improvisações de uma equipe de técnicos cinematográficos, na conjuntura normal para a filmagem de um "script", principalmente fora do ambiente de um estúdio bem montado, com o auxílio da livre movimentação, com abundância de luz e pessoal especializado.

Quem assiste toda essa azáfama de colônia pelos condutores do 7º arte, e não, como costumeiramente, de uma pelirana, vê a cena se sucederem, como se fossem feitas de um só fôlego, fica pasmada, fabulosamente suspensa que tudo aquilo não seja "e h e", uma viagem aos páramos das cousas celestiais.

Vendo apenas um esboço que é um rôle cheio de requêssitas esparsas, uma espécie de teste para o diretor da filmagem julgar o que deve ser cortado ou não, a gente já tem uma ideia mais ou menos formada de que vai ser o filme em questão. Por exemplo: assisti no último domingo, a convite especial da equipe técnica do filme "Lampião Rei do Cangaco", dois esboços, um preto-e-branco e outro colorido, na tela do Cine S. Francisco, e metta amigos, senti de perto a grandiosidade das realizações arroçadas e magníficas do cinema brasileiro, no que toza ao desempenho dos atores, na firme e conveniente caracterização de os personagens em ação, a boa fotografia, especialmente o technicolor.

Leonardo Vilar, como o lendário Capitão Virgulino, lampião — se alguém aqui se esbafoou pessoalmente — convence-se que nada lhe falta para encenar de realismo a película que está fadada a revolucionar o mundo cinematográfico, não só brasileiro como internacional.

Mas, o que mais se me impressionou foi o já famoso o Zé Colô na pele de um cabo de polícia, na sua arrogância de comandante de uma volante, que naquela época se caracterizava pela perseguição ao bando sinistro, nas suas castingas batidas pelo asfalto, também pelo "arrocão" que dava nos supostos carteiros para desobrir o paraíso da caravana da morte.

Que expressão de sadiamo, de arrogância e também de coragem que faz os lembrar o famoso episódio do Sangento Bigode de Ourá.

Se tivémos a felicidade de assistir a esta espetacular produção escrita e dirigida por J. Coimbra, que tem à mão elementos da constelação cinematográfica nacional como os citados acima, o mais Dionízio Azavedo, Vanjé Orico, Milton Ribeiro e ainda uma multidão de extras cada está incluído em papel valioso o nosso amigo Gastão Caldas, então vocês verão o que esta modesta obra teve razão de ser escrita, não co-

Construção de 700 casas em Recife

RECIFE — Sob o programa da "Aliança para o progresso", a missão no nordeste da USAID /Brasil (Agência de Desenvolvimento Internacional) decidiu facilitar 200 milhões de cruzeiros, representantes da venda de produtos agropecuários norte-americanos ao Brasil, para a construção de 700 casas populares no Recife.

A contribuição dos Estados Unidos forma parte de um projeto de auto-ajuda, conduzido pelo Serviço Social de Desenvolvimento, para a construção de 8.500 moradias em todo o Estado de Pernambuco.

O plano, que deverá estar concluído dentro dos próximos cinco anos, dará alojamento a cerca de 3.500 habitantes das favelas e resolverá parte desse problema nossa capital.

Café Iran

PURO E DE SABOR INCOMPARAVEL.

Rua Mal. Decorez, 40

Juazeiro — Bahia

Edital de Citação

O Dr. Everaldo Toledo Costa Juiz de Direito desta Comarca de Santo SA, do Estado da Bahia na forma da lei etc.

Para saber a Citeiro de Barros e Alencar Barros, os realidades ignoradas que por este Juiz e Cartório se processa o arrolamento dos bens do falecido Luiz Antonio de Barros, e a se a vir a ser julgado ao prazo de trinta (30) dias na data da publicação do presente edital, deverão sobre a relação e descrição dos bens e acompanhar o processo até o final. Eu Madalena Campos de Carvalho, Escrivã das Partes Civis e Criminais que escrevi e subscreevi.

Santo SA, 15 de Outubro de 1962.

Está conforme o original. Era supra.

A Escrivã

Madalena Campos de Carvalho

Antonio Leovigildo Araújo Costa

Médico

Assistente da Maternidade São José — Doenças de Mulheras — Partos — Operações.

CONSULTÓRIO:

Rua Barão do Cotegipe, 33

Horário 14 às 18 horas

Juazeiro — Bahia

Projeto Arquitetônico

Projeto Estrutural

Construção Civil

PEREIRA RAYMUNDO RODRIGUES REGO

ARQUITETO

Escritório: Praça da Bandeira, 47

Tel. 312 Juazeiro (Ba.)

Camionetas VOLKSWAGEN

KOMBI e FURGÃO



o bom senso em transporte médio

- muito mais carga útil
- gastam a metade de gasolina
- correagem fácil e rápida!

REVENDEDORES CONCESSIONARIA

Construtora Coelho S/A.

Séde Previsória:

Avenida Souza Filho — Petrolina — Pernambuco

Curtume Campelo Ltda.

Curtimento, Bonificação, Importação, Exportação, Peles Couros e outros produtos

Fabricação de Verniz, Vaquetas, Nacos, Pelicas e Forros Mestiques, tudo em cores variadas

Sola laminada, Sela Sertão, Raspa natural e envernizada e demais artigos.

Indereço Telefônico: R 103 — Caixa Postal, ..

Telefone 140 — Inscrição R. 05-297

Rua Angari s/n. — JUAZEIRO — BAHIA

ÓTICA BRASIL

(A Pioneira)

Trav. 2º Beliro 9 — Eq. d'Apelo

Fone — 376

DE — JOÃO LEONARDO DE LIMA

Juazeiro — Bahia

Completo sortimento de caualas, lentes de escrever, material fotografico e óculos em geral — Desenhando-se a nova linha de óculos modernos — completos e modernos e óculos para atender-lhe

Para uma visita a Ótica Brasil

DIESEL-O MAIS ECONÔMICO

LP/LPK/LPS 321

Em todos os tipos de transporte se destaca o Mercedes-Benz Diesel, 6 cilindros, 120 HP, proporcionando menor consumo de combustível, baixo custo de operação, ampla facilidade de manejo e maior lucro por quilômetro rodado. É o caminhão que assegura máximo resultado em qualquer transporte de carga.

MERCEDES-BENZ



Da boa estiba em qualquer estado

Exportadora Coelho Ltda.

Avenida Guararapes, 2040 — Fone 413 — End. Teleg.: QUELÉ

PETROLINA — PERNAMBUCO

Concessionário da MERCEDES-BENZ DO BRASIL S.A.

Figura 32: Crítica Coisas de Cinema II, A Tribuna do Povo, 17/11/1962.

Ao rememorar a sua paixão pelo cinema, José Assis buscou demarcar um lugar social como o cronista que ousava escrever críticas de filmes. Paul Ricoeur (2007) afirma que o ato de lembrar se inscreve em uma ação, um ato de ir em busca da lembrança, uma pragmática. Não nos recordamos voluntariamente. Queremos, ainda que inconscientemente, ir em busca das nossas lembranças para demarcar um posicionamento no presente. Por isso, selecionamos, muitas vezes, o que lembrar. Fazemos enquadramentos e buscamos processo de reconhecimento no grupo social.

Na década de 1960, José Assis procurou associar a imagem pessoal a tudo aquilo que seria um circuito da cultura de massa que se expandia no país. Escreveu sobre espetáculos musicais dos cantores Orlando Silva e Ângela Maria que ocorriam na cidade no Cine São Francisco. Alguns shows, como mencionado anteriormente, foram transmitidos pelo alto-falante *Cultural* no programa de Eurípides Lima.

No jornal *A Tribuna do Povo*, José Assis destacava a apresentação de atores baianos recém descobertos pelo cinema nacional. Um deles, o amigo Roberto Farias, conhecido palhaço baiano, que se dedicou a carreira de ator e participou de vários filmes como *Lampião*, *Rei do Cangaço*, *Os Fuzis* e outros do ciclo do Cinema Baiano na década de 1960.

Mas o que há de singular nos textos produzidos por José Assis nessa última travessia no campo jornalístico? Suas reminiscências nos permitem verificar circuitos comunicativos entre memória e jornalismo. Trata-se de uma escrita memorável. Os testemunhos produzidos para o suporte jornal impresso evidenciaram uma escrita de si, mesmo que não sejam diários ou escritos autobiográficos. São narrativas que demonstram aspectos da subjetividade do autor, que desejava externar as suas experiências. Ângela de Castro Gomes (2004) chamou isso de uma forma de vivenciar a experiência do moderno.

As narrativas de si permitem identificar experiências múltiplas e fragmentadas dos sujeitos que percorrem labirintos, alteram os seus trajetos, modelam e conformam a sua existência em variadas temporalidades ou em tempos e ritmos diversos, como se refere Ângela de Castro Gomes. A trajetória individual está sempre em trânsito e se modifica. A percepção de viver em uma sociedade moderna, dessacralizada, pode permitir aos indivíduos reivindicar uma identidade para si e buscar registrar a sua vida e os seus acontecimentos cotidianos, por meio de diversos artefatos, textos, fotografias, diários.

Tudo isso foi possível, como afirma a historiadora Ângela de Castro Gomes, porque à “medida em que a sociedade moderna passou a reconhecer o valor de todo indivíduo e que disponibilizou instrumentos que permitem o registro de sua identidade, como é o caso da difusão do saber ler, escrever e fotografar, abriu espaço para a legitimidade do desejo de registro da memória do homem ‘anônimo’, do indivíduo ‘comum’.”

É importante ressaltar que José Assis procurava, através da escrita jornalística e dos textos memorialísticos, se distinguir e os artefatos que deixou evidenciam a construção de uma dada singularidade, que poderia diferenciá-lo de um homem comum. Embora sejam fragmentos, os relatos e testemunhos podem evidenciar aspectos da organização social e de como os sujeitos buscaram construir estratégias para demarcar práticas, lugares sociais e concepções de mundo.

Esses textos mostram, ainda, os rastros e vestígios de como as pessoas gostariam de ser lembrados no futuro. Existe no ato de lembrar, um desejo de não esquecer e não ser esquecido, como se refere Ricoeur sobre a dialética memória e esquecimento. E a escrita, como um rastro privilegiado, deixa marcas, escrituras de si, afirma Jeanne Marie Gagnebin (2006).

Mas de que se lembra José Assis? Ele deixou um testemunho sobre a cidade, temática que sempre atravessou a sua trajetória como tipógrafo e jornalista. Nas narrativas, foram tecidas uma memória de uma cidade e das pessoas que ele conviveu desde quando os pais, Olegário e Cora, retornaram para Juazeiro no distante ano de 1911.

As lembranças trazem noções de temporalidades e ritmos da vida social. Os rastros apontam uma memória dos lugares, dos costumes, dos personagens populares, como o jogador Zé Aranha nas mesas de flandres durante a comemoração natalina. As barracas recebiam nomes de animais e os donos costumavam atrair o cliente aos gritos de: “olha a caipira, quem mais joga mais tira”.

José Assis lembrou do encontro de amigos no largo do Cine Ideal, quando as pessoas se reuniam para aguardar a exibição de *Vida, Paixão e Morte de N. Sr. Jesus Cristo*, filme colorido da Pathé Frères; da hora da missa do galo, das guloseimas nas barracas de comidas e das crianças que brincavam no carrossel¹⁴⁵.

Nesses textos, José Assis se assemelha a figura do narrador sedentário que compartilha as experiências vividas a outrem, com nos fala Walter Benjamin (1987). A narração permite as

¹⁴⁵ Crônica “Natal de ontem, Natal de hoje”. *A Tribuna do Povo*, 24/12/1961.

peessoas costurar as teias invisíveis que conformam a existência. O testemunho pode também servir para construir um lugar de autoridade no presente vivido.

Ao recorrer às reminiscências e transformá-las em uma narrativa, José Assis demarcou uma estratégia de afirmação de uma identidade como jornalista e mediador da cultura local. Seus textos se contrapõem também a outras narrativas produzidas nos anos 1960 a respeito da cidade. Uma história oficial, uma história mais preocupada com os fatos e acontecimentos do que com as pessoas comuns e como elas articulavam, no cotidiano, as suas possibilidades de existência.

Não se trata apenas de um modelo e concepção de uma escrita da história, mas de outros fatores extemporâneos, como a política de apoio à publicações oficiais pela Câmara Municipal, que realizou concursos para incentivar os relatos memorialísticos. Walter de Castro Dourado publicou em *A Tribuna do Povo* trechos iniciais de sua obra *Juazeiro da Bahia à luz de sua história*, lançada oficialmente só na década de 1980. O prefeito Edson Ribeiro (2005) também escreveu sobre a cidade e as instituições na obra *Juazeiro na esteira do tempo*, lançada postumamente.

Essas obras foram lançados por ocasião das comemorações do centenário da cidade, em 1978, e podem ser consideradas escritas monumentais, no sentido de garantir para a posterioridade uma interpretação sobre o passado. O único livro que se contrapõe a essa narrativa oficial é a de Pedro Diamantino, que usou o testemunho pessoal para rememorar a infância, a juventude e o universo do cotidiano da cidade. O livro foi lançado na cidade do Rio de Janeiro em 1959 e, no ano seguinte, em Juazeiro. Enquanto cerca de 1 mil livros foram vendidos na cidade carioca, apenas 10 foram adquiridos por amigos na cidade juazeirense, como relatou o escritor em um artigo publicado no jornal.

Assim como o livro de Pedro Diamantino, os escritos memorialísticos de José Assis podem servir para uma escrita historiográfica a contrapelo, do ponto de vista dos vencidos, como falava Walter Benjamin. É necessário escavar e recolher as ruínas, perscrutar os rastros, apanhar tudo que, por vezes, foi deixado de lado, aquilo que não tem nome. Uma história que não pretende recolher os grandes feitos, mas fragmentos, restos, o que foi deixado pelas “pessoas comuns”, os anônimos.

Se quisermos encontrar José Assis nos escritos memorialísticos sobre a história da cidade de Juazeiro, ele é a imagem do fracasso, do homem que, supostamente, não obteve sucesso. Denominado como uma pessoa inteligente, mas sempre reduzido a imagem de alguém que

produzia pequenos periódicos. Contudo, o que ficou, o que restou, foram os seus jornais conservados na Fundação Museu Regional do São Francisco. O que ficou foi a permanência da escrita como esse rastro privilegiado. Os rastros tornam evidentes, ainda, o temor de uma perda de referência do que fora o passado e das experiências compartilhadas.

Por isso, José Assis relembra das quermesses, das novenas e os festejos da Padroeira Nossa Senhora das Grotas e do Santo Antônio, das rusgas da Filarmônica Apollo e da Sociedade 28 de Setembro; o futebol entre Veneza, Castro Alves e Pirajá. Mas também rememorava a rua do Coliseu, onde a “rapaziada boa e pacata de Juazeiro se esbaldava com as negas dengosas, à força da caninha a 200 réis o copo”, dos mestres de cerimônia como o alfaiate Leopoldo, Peti Café, José Mota, Aristides, geômetra, e Álvaro Monteiro¹⁴⁶.

Ele acionava as memórias do tempo das chuvas a desaguiarem sobre o sertão sempre no mês de setembro. A Juazeiro das caatingas, do sofrimento com a longa estiagem, não faz parte do seu repertório de lembranças, não é algo que ele desejava lembrar. Isto porque José Assis sempre demarcou o ambiente urbano como o lugar da centralidade de sua existência. O cais, os jardins, as pessoas comemorando o carnaval na rua, entoando marchinhas, os boatos, o disse-me-disse e as informações que procurava produzir e fazer circular em toda a cidade e região.

As chuvas e inundações, que traziam tormentos, estavam relacionadas a um outro problema frequente, que era a interrupção dos serviços de energia. Ele relembra da trágica enchente de 1919, que deixou a cidade por quase dois anos sem a energia fornecida pela locomóvel movida a lenha. Com a enchente, a cidade parecia um mar com o transbordamento do rio São Francisco. Os postes foram derrubados, os fios, que conduziam a energia, destruídos. O prefeito da época e o prestativo Joel saíam pelas ruas, escadinha a mão, tentando consertar os fios descampados, como lembrou José Assis.

Se a narrativa era composta de imagens e representações de um passado idílico, ele deixava entrever as contradições e ambiguidades que demarcavam a vida social. O sentimento de nostalgia se confrontava com o presente, cujo patrimônio arquitetônico tinha sido destruído, sem reação da população. A Estação Ferroviária, as rampas do cais, o jardim atraente desapareceram. O carnaval de rua não tinha o fervor e o entusiasmo do Clube Zero nem o Rei Momo.

A cidade crescia. Nos anos 50, eram cerca de 35 mil habitantes, nos anos 1960 esse número chegou a 40.742 habitantes. Petrolina já tinha 35.517. José Assis, que sempre defendeu a

¹⁴⁶ Espelho da Cidade. *A Tribuna do Povo*, 15/10/1961.

necessidade de uma cidade modernizada, com acesso à cultura e bens de consumo, lamentou que o município não tinha como prover fornecimento de energia para todos. Era preciso racionalizar o consumo, voltar a escassez, o progresso não se realizou. Parece algo tão prosaico, mas isso comprova como o arcaico poderia conviver com a promessa de um modernidade, que não chegava.

Ao longo de sua trajetória como editor de jornais, José Assis já tinha denunciado a precariedade dos serviços públicos, a falta de urbanização, a degradação dos prédios públicos e as relações desiguais de compra e venda no comércio. O que não aparecia naquele momentos era crítica a uma acumulação de capital por determinados agentes sociais.

Nos anos 1960, a sua percepção sobre a realidade começava a modificar e ele demonstrava como a sociedade juazeirense estava marcada por uma diferenciação de classe muito nítida, principalmente pela especulação do segmento comercial. Ele escreveu: “tudo tem o seu fim, mormente quando os grandes de hoje enriquecem depressa a todo custo, sem medir os métodos, deixando para trás um rastro lúgubre de miséria e fome”¹⁴⁷.

Ele também criticava o que seria a ascensão de um grupo de funcionários públicos que mantinham um padrão de vida diferenciado. São textos fragmentados, mas eivados de significados sobre as mudanças em curso na cidade e as transformações econômicas.

José Assis demonstrava que a cidade não era um lugar aprazível, havia diferenciações e processo de exclusão. Considero, contudo, que também havia uma disputa pelos que deveriam ser lembrados tanto no presente com no futuro. Novos agentes sociais se inseriam na cena pública. O ato de lembrar o passado poderia significar a demarcação de um posicionamento, para não ser excluído dos processos de pensar a cidade, uma Juazeiro em transformação, quando comparada com a outra margem do rio.

Seria impossível pensar a cidade sem relacionar com a vizinha Petrolina. Se no passado a corte do sertão era o território baiano, na década de 1960 a cidade pernambucana se desenvolvia e iniciava um modelo de planejamento urbano considerado admirável à época. Na crônica “Cidade dos Mostrengos”, Jose Assis narrou a preocupação com as recentes mudanças:

¹⁴⁷ Espelho da Cidade. *A Tribuna do Povo*, 15/10/1961.

“Juazeiro nasceu torta, estreita e desalinhada e quando em algum tempo poderia ser remediado o mal surgiu Manoel Protestante. Desde as remotas eras de Apriginho, a esquartejar na sua profissão de alinhador da prefeitura, as ruas da cidade, com tamanha insegurança que, hoje, só se vê sinuosidade de ponta a ponta. Nenhuma artéria é reta. Aliada a isso, os mostrengos: uma praça inteira ocupada por um ginásio; em sua frente um outro edifício que mais parece residência de verão, em outros locais um ‘cuscuzeiro’ do serviço de água e esgoto. Se existe mau gosto para construções, a nossa cidade está na ponta e, ainda com o beneplácito das autoridades. É triste pensar que nunca a veremos modernizada”¹⁴⁸.

Juazeiro nasceu torta, estreita e desalinhada. Essa é imagem que se cultiva até hoje. José Assis alertou que o poder público não se preocupou com planejamento urbano nem com a conservação do patrimônio arquitetônico. Coreto e praça cederam espaço a um ginásio particular. A construção de um reservatório de água em uma das principais ruas da cidade era exemplo da ausência de política urbanística (Cf. figura 33). Diante do caminho que a cidade trilhava, confessou ao leitor: “é triste pensar que nunca a veremos modernizada”.

¹⁴⁸ Espelho da Cidade: Cidade dos monstrengos. *A Tribuna do Povo*, 10/08/1963.



Figura 33: Reservatório de Água, Juazeiro-BA. Fonte: Acervo Biblioteca Digital, IBGE.



Figura 34. Vista parcial do cais da cidade a partir do Rio São Francisco. 1957.
Crédito: Alfredo Domingues e Tibor Jablonsky. Fonte: Acervo Biblioteca Digital, IBGE.

Mas essa constatação de José Assis só se torna inteligível quando comparamos com o símbolo do que seria o “moderno”, uma alusão a beleza estética da cidade na outra margem do rio. Em um dia de domingo do ano de 1963, José Assis pegou um transporte público e atravessou a ponte. Como um *flâneur*, queria ver o que a cidade pernambucana oferecia ao morador. Do ônibus, visualizou o rio imenso a separar as duas cidades. A travessia foi curta e logo avistou a catedral com estilo gótico. Praças e jardins bem cuidados, limpeza e organização urbana. “Petrolina está soberba, garbosa, cheia de praças e jardins¹⁴⁹”, constatou José Assis.

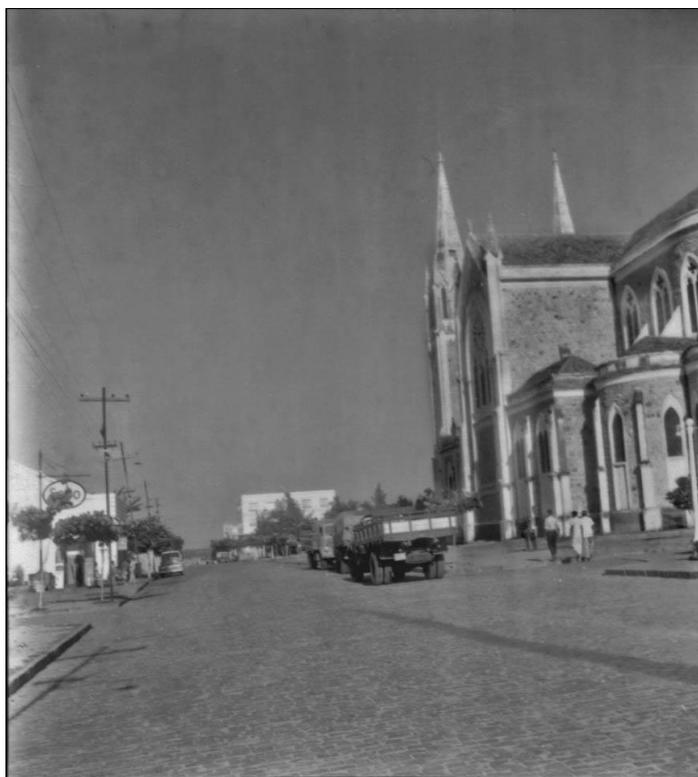


Figura 35: Avenida Guararapes e a Catedral de Petrolina-PE. 1962.
Crédito: Nilo Bernardes e Tibor Jablonsky. Acervo IBGE.

¹⁴⁹ Espelho da Cidade. *A Tribuna do Povo*, 30/11/1963.

Na década de 1960, Petrolina iniciou o planejamento urbano construindo avenidas radiais e perimetrais, diferente das ruas estreitas e desalinhadas de Juazeiro. O prefeito Luiz Augusto Fernandes realizou o plano diretor da cidade, que estabeleceu a ordem das construções das casas, com recuamento e afastamento nas laterais, loteamentos e áreas verde no período de sua gestão (1959-1963). Para o espanto de José Assis, no ano de 1961, já se via os postes que receberiam a energia elétrica de Paulo Afonso. Como ressaltou José Assis, Petrolina já se preparava para o futuro, o “sangue vital para o progresso de uma comunidade ávida de grandes conquistas”.

Em um texto aparentemente simples, José Assis assinalou naquele tempo presente as expectativas do futuro grandioso para a vizinha cidade, porque realizara planejamento urbano, o que não se fez na cidade baiana. A energia elétrica seria implantada nas duas cidades em 1965.

Não se trata de um texto ingênuo ou um simples elogio. José Assis documentou o que já era realidade e que poucas pessoas tinham a coragem de escrever, por causa das disputas políticas entre as duas cidades. Um ano depois de José Assis escrever a crônica, o médico e ex-prefeito de Juazeiro, Edson Ribeiro concedeu uma entrevista para a *Folha de São Paulo* em novembro de 1964, em que dizia: “de simples passagem para Juazeiro, onde as cargas paravam, aproveitando o rio, Petrolina cresceu mais do que a cidade baiana e hoje a rouba no comércio, na indústria e no dinheiro. Só não rouba a alegria da moça de Juazeiro. Esta é mais alegre”.

Esses fragmentos evidenciam que, a partir da década de 1960, iniciou um processo de disputas simbólicas do que se tornaria memorável a respeito da história da cidade e seus múltiplos agentes. Tais disputas perduram no tempo presente e estão relacionadas às questões políticas de grupos hegemônicos no poder, como a família Coelho em Petrolina e grupos familiares dispersos em Juazeiro. Por ora, esses vestígios e rastros nos interessam para perceber como José Assis não ficou ausente dessa discussão nem foi omissos.

O tipógrafo confessava que amava a cidade baiana e se considerava um filho devoto, mas denunciou tudo que lhe parecia incorreto ou não se enquadrava no padrão de beleza arquitetônica. Não se poderia esperar uma outra atitude dele, por mais contraditório e ambíguo que fosse a sua visão de uma cidade moderna que mais excluía do que integrava.

Aqui se evidencia como o moderno e o arcaico convivem mutuamente, o que pode corroborar como as tessituras de uma modernidade desejada são eivadas de relações assimétricas, como nos revela Bruno Latour (1994). José Assis norteava as suas ações e práticas pela experiência do moderno, mas as condições objetivas com as quais construiu e teceu redes de

sociabilidade o impediram, muitas vezes, de viver plenamente essa condição. O arcaico esteve presente o tempo todo.

Muito mais do que oferecer uma definição precisa do pensamento e da trajetória de José Assis, os relatos memorialísticos impediram o esquecimento a que poderia ser relegado o tipógrafo no futuro. A existência dos jornais, que resistiram à lenta destruição do tempo e às intempéries, desafia também um pensamento excludente que pode relegar a profissão de artífice a uma atividade meramente técnica e uma prática artesanal.

José Assis foi um artífice que se fez jornalista. Os artífices exercem um saber pela experiência, como nos assinala Richard Sennett (2015). Mas a atividade se tornou um legado pouco compreendido pela sociedade moderna. Poucos percebem as sutilezas do trabalho de talhar madeira, produzir um violino, conduzir uma orquestra ou operar uma prensa tipográfica como atividades de aperfeiçoamento técnico e com critérios de qualidade.

A sociedade moderna valorizou o trabalho industrial dos replicantes, dos robôs, das máquinas. Já o artífice procura desafiar a lógica do pensamento produtivo e procura não separar o pensamento da ação, o trabalho intelectual do manual. Para Sennett, a habilidade artesanal designa um impulso humano, mobilizador básico e permanente, o desejo de um trabalho benfeito por si mesmo, em busca da qualidade. Ele não é alguém que copia, pelo contrário ele experimenta, testa com as suas mãos. Pode talhar a madeira mais de uma vez para esculpir e produzir a melhor arte da marcenaria. Pode manusear tipos, aprender o ofício da composição e produzir linguagem e cultura por meio dos impressos.

Por vários momentos da história ocidental, a atividade prática, manual, artesanal, foi desvinculada da reflexão, menosprezada diante de ocupações supostamente elevadas. Foram se criando obstáculos para as pessoas se desvincularem da realidade tangível e do trabalho que podem realizar. “A técnica não pode ser pensada como uma atividade meramente mecânica, as pessoas são capazes de sentir plenamente e pensar profundamente quando o fazem bem. (SENNETT, 2015, p. 30)”.

José Assis usou as suas habilidades de artesão das artes do ofício para se aventurar no mundo da linguagem. Conhecedor do saber gráfico, procurou tecer o mundo da cultura. Como ele próprio narrou, em alguns textos, o trabalho tipográfico era solitário, feito à noite, quando lhe sobrava tempo para compor os jornais com os quais procurava se expressar e construir outros

modos de existência que não fossem, exclusivamente, a de dono de empreendimento gráfico, produzindo cartões de visita e notas de tabelionato.

Existia um desejo de tornar público as suas experiências e observações sobre o cotidiano. Existia o impulso a construir outros modos de existência. Esse impulso se materializou no seu engajamento pelo jornalismo, em uma travessia na construção de uma identidade: a de tipógrafo-jornalista no sertão da Bahia. Essa identidade não é fixa, se move, se alterna, produz diferentes sentidos e significados.

A minha intenção foi seguir os vestígios e os rastros que insistiam em não serem esquecidos. Tentei seguir o fio de Ariadne, com a certeza de que há um labirinto ainda a percorrer para compreender os processos de modernização da imprensa brasileira e os profissionais ou as “pessoas comuns” que vivenciaram a experiência de produzir jornais e formar público leitor.

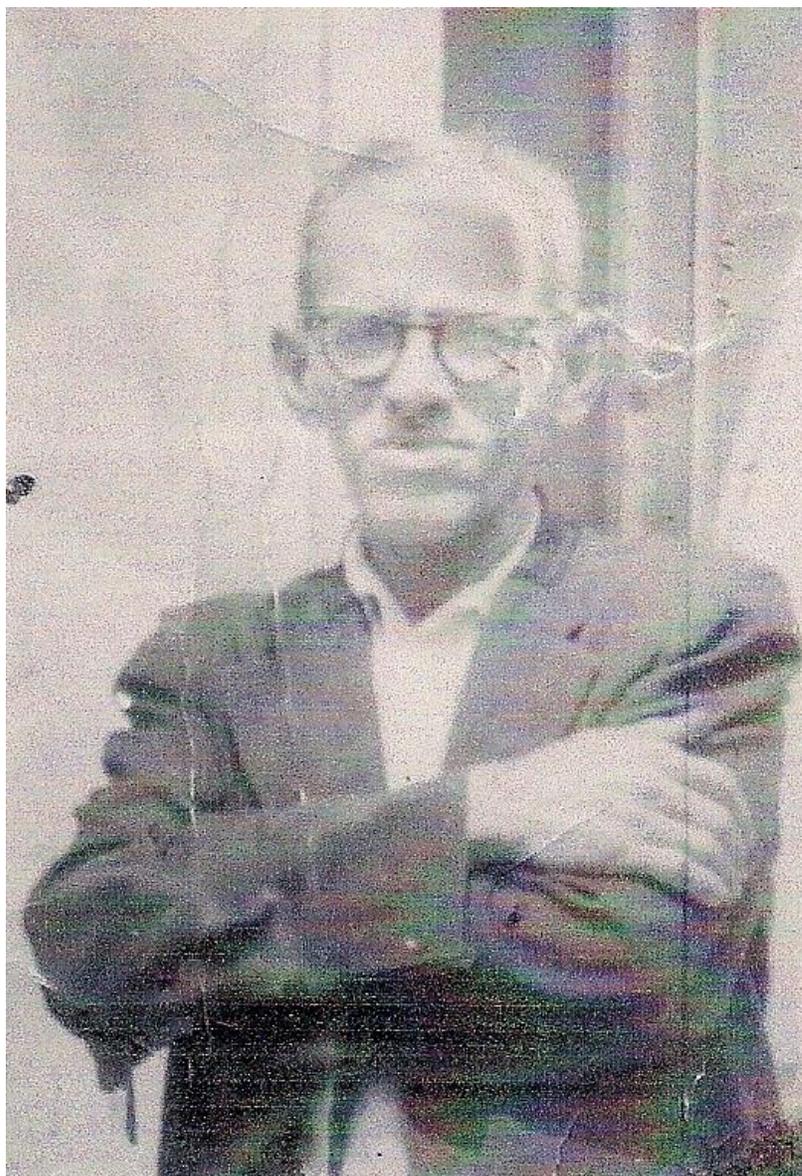


Figura 36: José Diamantino de Assis. s/data. Arquivo familiar.

CONCLUSÃO

Ao iniciar a pesquisa sobre José Diamantino de Assis, tinha questões controversas a respeito de sua trajetória e produção jornalística. Algumas vezes, considerei que os jornais produzidos pelo tipógrafo poderiam se constituir em um objeto de estudo e corpus de análise insuficientes para refletir sobre os circuitos comunicativos entre uma imprensa localizada no interior e regiões centrais do país. Contudo, a natureza fragmentária da documentação não impedia a realização de uma operação historiográfica dos produtos comunicacionais.

Os jornais, esses artefatos que nos chegam ao presente pelo conjunto de materiais produzidos em um passado e em determinadas condições, me levavam a persistir na investigação sobre esse personagem esquecido na história da imprensa juazeirense. O esquecimento foi operacionalizado pelo apagamento dos rastros da produção jornalística por parte de obras memorialísticas que contam e narram a história da cidade e das instituições sociais e culturais.

Mas a cultura material escrita permanece como rastro. Foi seguindo os vestígios diversos, constituindo um arquivo, que reencontrei esse homem de imprensa, que deixou um legado a respeito da produção jornalística. Os impressos se tornavam um convite para que o leitor voltasse a lê-los e o pesquisador pudesse reconstituir o trajeto desta imprensa. Para isso, recorri ao projeto da micro-história para pensar os produtos comunicacionais. Pretende-se que este percurso seja uma contribuição para os estudos da comunicação, oferecendo possibilidades metodológicas para uma escrita histórica do sistema comunicativo. Foi precisar escavar as ruínas, recolher pedaços e reunir esses fragmentos para construir um percurso metodológico, no qual a trajetória desse homem comum não estivesse circunscrito a uma singularidade, mas, sobretudo, evidenciasse regularidades em relação aos processos e práticas sociais do campo jornalístico no contexto ampliado da modernização da imprensa brasileira.

A ênfase em uma microanálise – a trajetória de um indivíduo – serviu como um fio condutor para identificar processos sociais mais amplos que se referem ao papel da imprensa, as interações sociais, relações de competição e concorrências entre empresas jornalistas, as experiências fragmentárias dos sujeitos em um contexto de diferenciação social e busca de afirmação profissional, os circuitos entre jornais e jornalistas que se entrelaçam a partir de fluxos comunicativos entre leitores e produtores de impressos localizados em regiões centrais e periféricas.

Esse fio condutor não é aleatório. Parte-se do nome, o indivíduo que participou da comunidade jornalística de homens letrados que percebiam na imprensa uma função civilizadora e reproduziam uma visão modernizadora para o país, tal como ocorreu no início do século XX nas regiões centrais do país, especificamente o Rio de Janeiro. Compreendemos que existe uma tessitura social com a qual o tipógrafo e jornalista Jose Assis moldou e construiu para si referências de existência. Esse tecido social se construiu a partir da centralidade do prelo em Juazeiro e de dispositivos tecnológicos que se difundem pelo interior do país.

Procuramos recompor essas tessituras do campo social a partir da análise da imprensa no conjunto de outras instituições sociais e culturais, que surgiram no final do século XIX e início do século XX em Juazeiro. Classes dominantes compartilharam um pensamento social no qual ideias de modernidade norteavam as ações dos indivíduos e grupos para consolidar estruturas sociais de natureza conservadora e de manutenção de relações arcaicas. A imprensa difundiu e foi estruturante e estruturadora dos valores como disciplinarização, ordenamento do espaço urbano e de controle dos agentes sociais. Isso fomentou a criação de um quadro que influenciou o pensamento dos profissionais que atuaram na imprensa local.

Retomamos, no primeiro e segundo capítulo da tese, a análise conjuntural da comunidade local no quadro mais amplo da sociedade brasileira, para perceber que a pequena imprensa e os proprietários de jornais repercutiam ideias similares as que ocorriam nos grandes centros. Fizemos esse percurso porque nos parece impossível dissociar a trajetória de José Assis dessas experiências compartilhadas por homens letrados e tipógrafos que perceberam na imprensa *o locus* para o exercício de um projeto individual e coletivo. Procuramos evidenciar que as experiências dos sujeitos não são vivenciadas em um tempo linear e uniforme, existem tempos sobrepostos como camadas.

José Assis é herdeiro da arte dos tipógrafos manuseando tipos móveis, tal como o pai, Olegário de Assis e muitos outros profissionais. Contudo, os indivíduos buscam estratégias de diferenciações e executam projetos individuais no processo de afirmação de uma identidade profissional. José Assis fez uma escolha por seguir um modelo de imprensa que priorizava a linguagem do humor, sátiras e caricaturas para se distinguir dos demais impressos que atuavam como uma tribuna política, tendência, até então, predominante na imprensa local e regional, como os principais jornais de Salvador. O principal jornal de Juazeiro, *O Éco*, também não conseguiu se dissociar das interferências do campo político.

Os impressos e folhetos musicais podem ser inseridos no quadro de tentativa de ofertar a comunidade produtos jornalísticos diferenciados e um modo de adquirir capital para o empreendimento gráfico, uma vez que os festejos carnavalescos mobilizavam a cidade e diversos segmentos. Mas não existe apenas a dimensão econômica, manteve-se, sobretudo, o vínculo com a cultura oral e popular que estava sendo difundida por um circuito comunicativo entre diversos impressos e o sistema radiofônico que se expandia por todo o país.

A trajetória de José Assis evidencia, ainda, as tensões entre a cultura popular e letrada, pois a própria difusão dos impressos tinha impedimentos estruturais como uma presença forte de pessoas analfabetas no estado, a falta de acessos aos bens culturais, inclusive escolas, e a permanência de uma cultura oral. A curta experiência de editar o periódico na cidade baiana de Itiúba demonstra as dificuldades de expansão de uma cultura de consumo de jornais e de outros bens culturais. A presença de um sertão ainda rural, com um pequeno público consumidor de jornal, impede que pessoas com pensamento e visão moderna possam consolidar experiências duradouras de consumo de bens culturais. Não somente o jornal, mas o próprio cinema. É preciso levar em consideração que o desenrolar da Segunda Guerra Mundial trouxe consequências para o estado baiano, ainda dependente de exportação, principalmente do cacau.

Consideramos que, embora houvesse o desejo de produzir jornais que se aproximassem do modelo norte-americano de jornalismo informativo, com padronização do texto que privilegiasse a informação em detrimento ao comentário político, condições estruturais da pequena imprensa impediam a consolidação da empresa jornalística. José Assis tinha conhecimento das mudanças que se processavam no campo jornalístico, mas a imprensa se mantinha como empreendimento de um homem só, dividindo-se entre as funções de redator, editor e compositor.

Na década de 1950, verificamos mudanças na imprensa local com a interferência do campo político, condição pela qual nem José Assis se dissociou e os jornais serviram como tribuna política. Essa instrumentalização do campo político também se construiu a partir de interferências do poder público que apoiou a expansão do sistema radiofônico, principalmente o alto-falante, por meio de subsídios públicos.

Nos anos 1960, a interdependência do campo político se torna mais visível, embora houvesse também um projeto para que os jornais adotassem um modelo de imprensa moderna. Mas esse projeto só pode ser verificado no seu aspecto formal com uma melhor qualidade gráfica dos impressos, na valorização de uma programação visual, inserção de fotografias e na presença

da publicidade, principalmente da indústria automobilística. O único jornal a circular na cidade, *A Tribuna do Povo*, incorporava na forma esses princípios.

Diante disso, consideramos que a travessia de José Assis para implementar o modelo de imprensa moderna na cidade de Juazeiro foi um processo inconcluso, pois aspectos estruturais do campo político e social impediam o desenvolvimento de uma empresa jornalística com autonomia discursiva. Embora as suas experiências como editor e redator de jornais tenham sido uma demonstração de busca para cumprir esse ideal, não podemos ignorar que o horizonte de expectativa de uma modernização da imprensa não se cumpriu, como desejado ou esperado. A empresa jornalística não se consolidou e ela própria se extinguiu, quando fatores do campo político entraram em cena, como a implantação da ditadura civil-militar.

Por outro lado, José Assis realizou estratégias individuais que o distinguiram dos demais profissionais da imprensa local, por meio da apropriação de processos e técnicas de um jornalismo moderno. A dimensão de ser um artífice, alguém que consegue ter domínio da arte do fazer técnico, também ofereceu condições para que buscasse sempre um padrão de qualidade na sua prática, mesmo que preservasse o caráter artesanal.

O tipógrafo percorreu um caminho de travessias, por isso o título da tese traz simbolicamente esse termo para evidenciar percursos, trajetões, mudanças, mobilidades. São travessias comunicacionais às margens de uma cultura oral em processo de expansão para uma cultura letrada por meio dos impressos. Nesse trajeto, os instrumentos técnicos utilizados pelo tipógrafo iniciaram com a prensa tipográfica para difundir elementos da cultura popular, o riso, humor e a música. Mas esse processo não foi apenas de difusão e reprodução de mensagens, José Assis produziu novas mediações a partir da interação com os leitores e produtores, em suma com a sociedade.

José Diamantino de Assis se construiu como mediador a partir da interação com circuitos comunicativos como a imprensa, o cinema e o sistema radiofônico. Ele não foi um receptor passivo, foi um mediador que buscou, para si, construir uma imagem de homem de imprensa, um tipógrafo-jornalista no sertão da Bahia.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves. *A modernização da imprensa brasileira (1970-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2002. Coleção Descobrimento do Brasil.
- ALBUQUERQUE, JÚNIOR, Durval. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 2ª ed. Recife: FNJ. Ed. Massangana: São Paulo: Cortez, 2001.
- ASSIS, Francisco (org). **Imprensa do interior: conceitos e contextos**. Chapecó: Argos, 2013.
- AZEVEDO, Aroldo. **Paisagens do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952.
- BAHIA, Juarez. **Jornal, História e Técnica: História da Imprensa Brasileira**. v.1. São Paulo: Ática. 1990.
- BARBOSA, Marialva. **Operários do pensamento: visões de mundo dos tipógrafos no Rio de Janeiro: 1880-1920**. Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 1991.
- BARBOSA, Marialva. **História da Comunicação no Brasil**. São Paulo: Vozes. 2013.
- BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa: Brasil 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa: Brasil 1800-1900**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.
- BARBOSA, Marialva e Ribeiro, Ana Paula Goulart. **Combates por uma história da mídia e do jornalismo no Brasil**. In: XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2009, Curitiba. São Paulo: Intercom, 2009, v. 1, pp. 1-17.
- BARTHES, Roland. **A Câmara Clara**. Portugal: Edições 1970, 2006.
- BATISTA, Eliana Evangelista. **Reações à Concentração Autonomista no interior da Bahia (1931-1937)**. Anais do Simpósio Nacional de História, 2013
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura**. Obras escolhidas. 3ed. Vol I. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BELTRÃO, Luiz. O jornalismo interiorano a serviços das comunidades. In: ASSIS, Francisco (org). **Imprensa do interior: conceitos e contextos**. Chapecó: Argos, 2013.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Disfel: Lisboa, 1989.

BURKE, Peter. **Variedades de História Cultural**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CAFÉ, Lucas Santos. **Dos simpaticíssimos aos incivilizados**: notas sobre conflitos sociais, raciais e de nacionalidade no futebol legislado de salvador 1901 – 1933. Trabalho disponível www.ufrb.edu.br/reconcavos/index.php/downloads/.../download. Acesso em 27 de Junho de 2012.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo. **Os Bestializados**: O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CARVALHO, Maria Alice. **Ireneu Marinho**: imprensa e cidade. São Paulo: Globo, 2012.

CASTRO, Bruno Fernando. **Um herói de dois séculos**: a imprensa humorística e a Manha de Aparício Aporelly (1926-1932). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultural. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

CAVALCANTI, Nomeriana; CÔRREA, Jean. **O Pharol**: tempo, imagem e memória. Trabalho de Conclusão de Curso. Comunicação Social: Jornalismo em Multimeios. Universidade do Estado da Bahia, 2008.

CERTEAU, Michel. **A Escrita da história**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

CHILCOTE, Ronald. **Transição capitalista e a classe dominante no Nordeste**. São Paulo: Edusp. 1990.

COUTINHO, Eduardo Granja. **Os Cronistas de Momo**: imprensa e carnaval na Primeira República. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2006.

COUTO, André Alexandre Guimarães. **Do Foot-Ball ao futebol**: a criação do *Jornal dos Sports* e a imprensa esportiva no rio de janeiro (1931-1950). Comunicação científica apresentada no XII Encontro Regional de História, da Associação Nacional de História – Anpuh-RJ, 2006. Texto Disponível em <http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Andre%20Alexandre%20Guimaraes%20Couto.pdf>. Acesso em 25 de Junho de 2012.

CUNHA, João Fernandes da. **Memória Histórica de Juazeiro**. Juazeiro-Ba. Ed. Autor. Juazeiro-Ba. 1978.

DAMATTA, Roberto. Espaço: casa, rua e outro mundo: o caso do Brasil. In: **A casa & a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A, 1991.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourret: mídia, cultura e revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DIAMANTINO, Pedro. **Juazeiro da minha infância**. Rio de Janeiro: s/Editora, 1959.

DIAS, Wilson. **História da Imprensa em Juazeiro**. Juazeiro: Gráfica Santa Inês, 1982.

DOSSÉ, François. **O desafio biográfico: escrever uma vida**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

DOURADO, Walter. A imprensa e os vultos do passado de Juazeiro, ano 100. In: DUARTE, Jorge; DOURADO, Walter et alli. **Juazeiro ano 100: lances de sua história**. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1978.

DOURADO Walter de Castro. **Juazeiro da Bahia à Luz da História**. Vol I. Impressora Rocha. Studio Domingues, Juazeiro - Bahia, 1985.

DOURADO Walter de Castro. **Juazeiro da Bahia à Luz da História**. Vol II. Gráfica Beira Rio. Juazeiro - Bahia, 1994.

DUARTE, Jorge de Souza. **Juazeiro: nos caminhos da história**. Juazeiro-Ba. Edição do autor. 1985.

FARGE, Arlette. **O sabor do Arquivo**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2009.

FARGE, Arlette. **Lugares para História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

FRANÇA, Heráclio de Sousa. **Juazeiro cá entre nós**. Salvador. Ed. do Autor. 1993.

FERREIRA, Maria Nazareth. **A imprensa operária no Brasil (1880-1920)**. São Paulo: Cortez, 1980.

FERREIRA, Laís Reis. O integralismo na imprensa da Bahia: o caso de *O Imparcial*. In: **Revista de História Regional** 11 (1), 2006. P. 53-86. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/2849/1/1704.pdf>. Acesso em 10 de dezembro de 2015.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34. 2006.

GARCEZ, Angelina N. Rolim; SENA, Consuelo Pondé. Juazeiro – **Trajatória Histórica**: Juazeiro: Gráfica Gutenberg, 1992.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro. Livros técnicos e Científicos Editora S.A.1989.

- GIDDENS, A. **As Consequências da modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GOMES, Angela de Castro (org). Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. GOMES, Angela de Castro (org). **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004. P. 7-24.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Modernização dos Sentidos**. São Paulo, Editora 34, 1998.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.
- HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 8ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- HUYSSSEN, A. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro, Aeroplano Editora, 2000
- ICKES, Scott. Era das batucadas: o carnaval baiano das décadas 1930 e 1940. In: **Afro-Ásia**, Salvador, n. 47, p. 199-238, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0002-05912013000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 de Janeiro, 2016.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro, Contraponto/PUC, 2006.
- KUSCHNIR, Karina. Trajetória, projeto e mediação na política. In: VELHO, Gilberto e KUSCHNIR, Karina (orgs.). **Mediação, Cultura e Política**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001. p. 137-164.
- LATOURE, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, Editora da Unicamp, 1994.
- LIMA, Aruã Silva. **Uma democracia contra o Povo: Juraci Magalhães, Otávio Mangabeira e a UDN na Bahia (1927-1946)**. Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em História, na Universidade Estadual de Feira de Santana, 2009.
- LOWENTHAL, David. **Como conhecemos o passado**. São Paulo: Projeto História, vol 17.. nov 1998.
- MARTIN-BARBERO, Jesus. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. 7ª ed. Rio de Janeiro. Editora UFRJ: Rio de Janeiro, 2013.

MONTIEL, Celia Del Palacio. Una mirada a la historia de la prensa en México desde las regiones. Un estudio comparativo (1792-1950). **Revista História Iberoamericana**. 2009.V2.N1.04. Disponível em <http://www.red-redial.net/referencia-bibliografica-35534.html>

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. In: Projeto História. São Paulo: vol 10, dez 1993.

NERY, Laura. Os sentidos do humor: Henrique Fleiuss e as possibilidades de uma sátira bem-comportada. In: KNAUSS, Paulo. **Revistas ilustradas: modos de ler e ver no Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2011.

O'DONNELL, Júlia. **De olho na rua**: a cidade de João do Rio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

OLIVEIRA, Joselino. **Do alto-falante à TV**. Juazeiro. S/editora. 2007.

PARK, Robert E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Gilberto (org). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

PARK, Robert E. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento. In: BERGER, Christa (org.). **A Era Glacial do Jornalismo**: Teorias Sociais da Imprensa. Porto Alegre: Sulina, 2008.

PEREIRA, Leonardo de Afonso Miranda. **Footballmania**: uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1902-1938). Tese de Doutorado defendida no Instituto de Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Campinas. Campinas - São Paulo. 1998.

PIRES, Maria de Fátima. *Hommes de Lettres* na Corte do Sertão: João Gumes e a escrita social. In: **Revista Veredas da História**. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Ano IV. Ed 2, 2011.

RABELO, Elson. **A visão em deslocamento: uma história de palavras, figuras e paisagens do Rio São Francisco (1930/1970)**. Tese em História Social. Universidade Federal de Pernambuco, 2014.

RAMA, Ángel. **A cidade das letras**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

REVEL, Jacques. **Jogos de Escala**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1998.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas. Editora da Unicamp, 2007.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, Literatura e Política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, no 31, 2003, p. 147-160

RIBEIRO, Ana Paula G. **Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950**. Rio de Janeiro. E-papers, 2007.

RIBEIRO, Ana Paula G; HERSCHMANN, Micael. História da Comunicação no Brasil: um campo em construção. **Comunicação e história: interfaces e novas abordagens**. Rio de Janeiro: Mauad X: Globo Universidade, 2008.

RIBEIRO, Edson. **Juazeiro: na esteira do tempo**. 2ª edição. Juazeiro-Ba: Câmara Municipal de Juazeiro. 2005.

RODRIGUES, José Roberto. **Formas de escola secundária e sócio-genese de uma instituição escolar: o Ginásio Ruy Barbosa em Juazeiro-BA (1953-1963)**. Tese em História Social. Universidade de São Paulo, 2009.

SACRAMENTO, Igor. **Nos tempos de Dias Gomes: a trajetória de um intelectual comunista nas tramas comunicacionais**. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

SALLA, Thiago Mía. O cinema em quatro momentos da produção cronística de Graciliano Ramos. In: **Rumores**, Brasil, v. 5, n. 9, jun. 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/51233>>. Acesso em: 15 Jul. 2015.

SILVA, Raquel. **Pela sobrevivência da civilização”: a viagem de profissionais de imprensa baianos aos Estados Unidos nos jornais A Tarde e O Imparcial (1943)**. Anais Eletrônicos Anpuh, 2015.

SALLA, Thiago Mía. O cinema em quatro momentos da produção cronística de Graciliano Ramos. In: **Rumores**, Brasil, v. 5, n. 9, jun. 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/51233>>. Acesso em: 15 Jul. 2015.

SALIBA, Elias Thomé. **Raízes do Riso: a representação humorística da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SAMPAIO, Teodoro. O Rio de S. Francisco e a Chapada Diamantina: trechos de um diário de viagem (1879-80). In: **Revista S. Cruz**: São Paulo: Editora das Escolas Profissionais Salesianas, 1905. Edição digitalizada pela Biblioteca Digital Curt Nimuendaju, em 2010. Disponível em http://biblio.wdfiles.com/local--files/sampaio-1905-rio/sampaio_1905_rio.pdf. Acesso em 5 de setembro de 2013.

SANTOS, Andréa Cristiana. **Mapeamento histórico dos profissionais da imprensa em Juazeiro-Ba**. Texto apresentado no Intercom Nordeste, 15 a 17 de Junho, Maceió-Alagoas.

SANTOS, Andréa; SANTOS, Lidmillie de Castro; Sá, Verusa. **Restrição à liberdade dos profissionais da imprensa em Juazeiro (1930 a 1985)**. Texto apresentado no IV Encontro Nacional de História da Mídia. São Luís, MA, 2006

SANTOS, José Weliton Aragão. **Formação da Grande Imprensa na Bahia**. Salvador, 1985. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal da Bahia.

SANTOS, Lidmillie Castro. **Os Artífices Juazeirenses: uma experiência mutualista no interior da Bahia**. Monografia de Especialização Ensino da Comunicação Social. Universidade do Estado da Bahia, Juazeiro-Ba, 2012.

SENNETT, Richard. **O Artífice**. 5ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

SILVA, Reginaldo Carvalho. **Dionísio pelos trilhos do trem: circo e teatro no interior da Bahia, Brasil, na primeira metade do século XX**. Tese. Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas, Universidade Federal da Bahia, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/16083/1/tese_reginaldo_carvalho_volume1_PDF_brasil.pdf. Acesso em 12 Maio.2015.

SILVA, Raquel. **Pela sobrevivência da civilização: a viagem de profissionais de imprensa baianos aos Estados Unidos nos jornais *A Tarde* e *O Imparcial***. Anais Eletrônicos do XXVIII Simpósio Nacional de História, da Associação Nacional de História (Anpuh). 2015. Disponível em http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1425432397_ARQUIVO_artigoRaquelOSilvaANPUH2015.doc.pdf.

SODRE, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SPANNEBERG, Ana Cristina Menegotto. **Entre mudanças e permanências: itinerário do papel social dos jornais diários soteropolitanos no século XX a partir da análise das coberturas eleitorais do jornal *A Tarde* em 1919, 1954 e 1990**. Tese. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal da Bahia. 2009.

STYCER, Maurício José. **Jornalismo Esportivo: 110 Anos Sob Pressão: Uma história de acusações de sensacionalismo, suborno, invenção de notícias e relações promíscuas com fontes e anunciantes**. Trabalho apresentado no XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Santos – 29 de agosto a 2 de setembro de 2007. Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R2356-1.pdf>. Acesso em 27 de Junho de 2012.

TAVARES, Luís Guilherme Pontes. **Arthur Arezio da Fonseca: nome para compor em caixa alta**. Salvador: Egea, 2005.

TAVARES, Luís Guilherme Pontes (org). **Apontamentos para a História da Imprensa na Bahia**. 2ed. Salvador: Academia de Letras da Bahia, 2008.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TINHORÃO, José Ramos. **A imprensa carnavalesca no Brasil: um panorama da linguagem cômica**. São Paulo: Hedra, 2000.

VELLOSO, Mônica. **Modernismo no Rio de Janeiro: Quixotes e Turunas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

VELLOSO, Mônica; OLIVEIRA, Cláudia. As distintas retóricas do moderno. In: **O Moderno em Revistas: representação do Rio de Janeiro 1880 a 1930**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

VELHO, Gilberto. Biografia, trajetória e mediação. In: VELHO, Gilberto e KUSCHNIR, Karina (orgs.). **Mediação, Cultura e Política**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001. P. 13-28.

VISCONDI, Cláudia M. Ribeiro; JESUS, Ronaldo. A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **A Formação das Tradições (1889-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

WEBER, Max. Sociologia da imprensa: um programa de pesquisa. In: MAROCCO, Beatriz (org). **A Era Glacial do Jornalismo: teorias sociais da imprensa**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

WINISK, José Miguel. Entre o erudito e o popular. In: **Revista de História**, n 157. 2º semestre de 2007, p. 55-72. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19062> . Acesso em 10 de novembro de 2015.

ARQUIVOS E FONTES

Acervos consultados

Acervo Maria Franca Pires, Departamento de Ciências Humanas, da Universidade do Estado da Bahia, Juazeiro-BA.

Associação Baiana de Imprensa, Salvador-BA.

Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC), Rio de Janeiro-RJ.

Câmara Municipal de Juazeiro-BA.

Fundação Museu Regional do São Francisco, Juazeiro-BA.

Instituto Geográfico e História da Bahia (IGHB), Salvador-BA.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Museu do Sertão, Petrolina-PE

Fontes primárias

Documentação pessoal

Correspondências do Arquivo Juracy Magalhães (1932-1937) - CPDOC.

Documentação oficial

Atas das Sessões da Câmara Municipal de Juazeiro – 1948-1970.

Documentação – Periódicos

Acervo José Diamantino de Assis

A Marrêta – edições de 1935 a 1936.

A Tribuna do Povo – edições de 1957 a 1964.

O Arauto – edição do ano de 1932.

O Banjo – edições de 1935, 1936 e 1943.

O Esporte – edições de 1946 e 1967 e 1969.

O Itiubense – edições de 1937.

O Sertão – edições de 1947 e 1948

Coleção de outros jornais

A Luta – edições de 1929.

A Voz do São Francisco – edição de 1958.

O Correio do São Francisco – edições de 1901 a 1907.

O Éco - edições de 1933 e 1936.

O Juazeiro – edições de 1931 e 1944

Documentação visual

Acervo *Gazzeta do São Francisco*, Petrolina-PE.

Acervo privado Joston Assis, Juazeiro-BA.

Biblioteca Digital do IBGE – Fotografias.

Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional